UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

OVÍDIO POLI JUNIOR

A PENA E O CADAFALSO: OBSERVAÇÕES SOBRE A LITERATURA CARCERÁRIA RELATIVA AO PERÍODO DO ESTADO NOVO

São Paulo
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

OVÍDIO POLI JUNIOR

A PENA E O CADAFALSO: OBSERVAÇÕES SOBRE A LITERATURA CARCERÁRIA RELATIVA AO PERÍODO DO ESTADO NOVO

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Literatura Brasileira, sob orientação do Prof. Dr. Zenir Campos Reis

São Paulo
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ovídio Poli Junior

A Pena e o Cadafalso: observações sobre a literatura carcerária relativa ao período do Estado Novo

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Literatura Brasileira, sob orientação do Prof. Dr. Zenir Campos Reis

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Para

Zenir Campos Reis

(que sabe ler nas entrelinhas)

AGRADECIMENTOS

Aos professores que compõem a Banca Examinadora:

Alcides Villaça
Ana Paula Pacheco
Edu Teruki Otsuka
Eduardo de Assis Duarte
Enid Yatsuda
Ivone Daré Rabello
Jaime Ginzburg
Martin Cezar Feijó
Roseli Fischmann

E, também, às professoras:

Aurora Bernardini
e
Irlemar Chiampi

*

Esther Carvalho Poli
Francisco Mariutti
Maria Celeste de Souza
Marilia van Boekel Cheola
Olga Yamashiro

*

Aos companheiros da Revista Teresa

*

Este trabalho contou com o apoio da Capes.

Canção, neste desterro viverás,
voz nua e descoberta,
até que o tempo em eco te converta.

Luís de Camões

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo o estudo da literatura carcerária brasileira (escrita no cárcere ou sob a forma de reminiscência), com ênfase nos escritores que viveram durante o período do Estado Novo (1937-1945). A partir do exame de textos de caráter ficcional, epistolar e memorialístico, procuramos investigar como os autores operaram em suas obras a representação do cárcere, ou, mais precisamente, como refletiram sobre o universo carcerário e como o recriaram enquanto matéria literária. No âmbito historiográfico, procuramos demonstrar que o fenômeno do encarceramento percorre a história da literatura brasileira, sobretudo após a instauração do regime republicano. Trata-se de um trabalho de caráter panorâmico, que parte de apontamentos introdutórios para depois aprofundar-se nos autores inscritos no período referido anteriormente, situando mais detidamente alguns pontos que seriam comuns às suas obras e, ao final, procurando esboçar uma caracterização geral acerca da literatura carcerária brasileira. Acreditamos que o estudo dos escritos do cárcere constitui ocasião privilegiada para examinar a questão do resgate da memória histórica e da identidade individual enquanto fenômeno que conduziria à idéia de uma ética e de uma estética da resistência, forjadas sob as injunções da prisão política.

Palavras-chave:

Literatura brasileira; Literatura carcerária; Prisão política; Censura; Estado Novo.

ABSTRACT

This work aims to make a study of the Brazilian incarceration literature (written in prison or under the form of memoirs), emphasizing the writers who lived during the period known as "Estado Novo" (1937-1945). Throughout the examination of fictional, epistolary and memorial texts, we tried to investigate how the authors have made the representation of the prison in their literary compositions, or, more precisely, how they reflected on the incarceration universe and how they recreate it as literary work. Within the historiography's scope, we have tried to demonstrate that the incarceration phenomenon traverses the history of Brazilian literature, especially after the instauration of the republican regimen. It is a work of panoramic character, which begins with introductory notes and then after becomes a deeper study of the authors that belong to the previously mentioned period, focusing more specifically in certain points that would be common to their works and, at the end, tries to sketch a general characterization of the incarceration Brazilian literature. We believe that the study of the pieces of writing from the prisons constitute a privileged occasion to examine the matter of rescuing the historic memory as well as the individual identity as a phenomenon which would lead to the idea of an ethics and an esthetics of resistance, forged under the injunctions of political incarceration.

Key-words:

Brazilian literature; Incarceration literature; Political incarceration; Censure; "Estado Novo" (New State).

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objet l'étude de la littérature carcérale brésilienne (écrite en prison ou sous la forme de souvenirs), en privilégiant les écrivains qui ont vécu pendant la période dénommée « Estado Novo » (1937-1945). À partir de l'examen de textes ayant un caractère fictionnel, épistolaire et de mémoires, nous avons essayé de constater comment les auteurs ont travaillé dans ses œuvres la représentation de la prison, ou, plus précisément, comment ils ont réfléchi sur l'univers carcéral et comment ils l'ont recréé en tant que matière littéraire. Dans le cadre de l'histoire, nous avons cherché à démontrer que le phénomène de l'emprisonnement parcourt l'histoire de la littérature brésilienne, en particulier après l'avènement du régime républicain. Il s'agit d'un travail à caractère panoramique, partant de notes introductives pour approfondir, par la suite, au sein des auteurs qui s'inscrivent dans cette période, quelques points qui seraient communs à leurs œuvres, et les situer de manière plus détaillée; à la fin, il cherche à établir une caractérisation générale de la littérature carcérale brésilienne. Nous croyons que l'étude des écrits de la prison constitue une occasion privilégiée pour examiner la question de la recherche de la mémoire historique et de l'identité individuelle, en tant que phénomène qui mènerait à l'idée d'une éthique et d'une esthétique de la résistance, forgées sous les injonctions de la prison politique.

Mots-clés:

Littérature brésilienne; Littérature carcérale; Prison politique; Censure; « Estado Novo ».

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1 - Os escritores e a prisão 13

CAPÍTULO 2 – Breve histórico da literatura carcerária brasileira nos períodos colonial e monárquico..... 16

CAPÍTULO 3 - Os porões da República Velha 20

CAPÍTULO 4 - A literatura carcerária relativa ao Estado Novo 26

4.1. Graciliano Ramos: um Dostoiévski dos trópicos 31

4.1.1 A temática da despersonalização 35

4.1.2 A análise política contida em *Memórias do cárcere* 45

4.2. Jorge Amado e os subterrâneos da liberdade 64

4.2.1. As prisões do escritor 68

4.2.2. A representação do cárcere em *Os subterrâneos da liberdade* 71

4.3. Dyonelio Machado e a alegoria do cárcere 84

4.3.1. A recriação literária e a alegoria do cárcere 90

4.4. O humor proscrito: o Barão de Itararé 101

4.4.1. As prisões do escritor 107

4.4.2 O legado do Barão 113

4.5. Um Jeca na prisão: a ironia incendiária de Monteiro Lobato 117

4.5.1. As cartas da prisão 126

CONCLUSÃO 140

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 158

APÊNDICE:

Apontamentos sobre a literatura carcerária relativa ao regime militar 170

Augusto Boal: a representação do cárcere em *Torquemada* e *Milagre no Brasil* 171-187

INTRODUÇÃO

Em qualquer período de nossa formação histórica, sobretudo em momentos de polarização política, podemos verificar que as relações estabelecidas entre os detentores do poder de Estado e os intelectuais (especialmente os escritores) que mais decididamente contestaram o abuso de poder foram sempre pautadas pelo arbítrio, pela exclusão, pelo silenciamento compulsório ou pela privação da liberdade – isso, seja no ambiente colonial impregnado pela cultura inquisitorial ibérica, seja em meio ao despotismo esclarecido de nossos regentes e monarcas ou mesmo na curta existência de nossa triste república.

No âmbito da produção literária compreendida no período colonial, tratada de forma bastante genérica em nosso trabalho, além de fazermos referência aos processos movidos contra o poeta Bento Teixeira e o jesuíta Antônio Vieira, mencionamos os poetas árcades envolvidos com a Inconfidência Mineira. Abordamos, também, ainda que de forma apenas alusiva, a prisão de escritores durante a vigência do regime monárquico e durante as primeiras décadas da República. Esses apontamentos introdutórios servem de base para examinarmos a obra dos escritores que foram presos durante o Estado Novo, período que estudamos no âmbito de nossa pesquisa.

Como se vê, trata-se de temática vasta, ainda não estudada de forma específica e sistemática em nosso país - exceção feita ao trabalho de Maria José de Queiroz, que dedica um ensaio bastante curto, porém bastante rico em linhas de análise, à literatura carcerária brasileira[1]. Assim, acreditamos que o presente trabalho se reveste de particular importância, seja para o conhecimento das circunstâncias históricas em que transcorreu parte expressiva da produção literária brasileira, seja pelo resgate crítico de uma memória que não pode ser relegada ao silêncio sob o qual nasceu e contra o qual se insurgiu.

Tomamos como fonte de pesquisa obras de caráter geral e específico sobre o tema, obras de cunho teórico e histórico, assim como biografias, ensaios críticos, memórias, artigos, entrevistas e reportagens publicadas sobre o assunto. Utilizamos também textos de caráter teórico ou ficcional de alguns autores que, ainda que não tenham passado pela experiência do encarceramento, discorreram sobre o universo penitenciário e penal.

[1] "Nossas prisões". In: Maria José de Queiroz, *A literatura encarcerada*, pp. 133-152.

Com relação à bibliografia geral, utilizamos como material de pesquisa obras de caráter teórico, histórico ou documental que possibilitassem situar a problemática da prisão política de escritores no contexto histórico brasileiro. Quanto à bibliografia específica, tomamos como referência os livros e textos mais relevantes dos escritores aludidos anteriormente e apoiamo-nos na fortuna crítica e biográfica relativa ao tema e aos autores que elegemos como objeto de pesquisa. Para os autores tratados, elaboramos textos introdutórios com informações sobre sua obra, sua atuação política e o motivo que os levou ao cárcere.

Na fase inicial do trabalho, empreendemos a leitura de obras relativas à história política do Brasil, com o objetivo de contextualizar a análise das obras dos escritores que constituem nosso objeto de pesquisa. Empreendemos também a leitura de obras de caráter biográfico, com a finalidade de incorporar informações relativas às obras estudadas e à trajetória de cada escritor que pudessem subsidiar a abordagem dos textos que constituem nosso tema de estudo mais específico.

Os escritos do cárcere (ou sobre o cárcere) constituem um universo muitas vezes insondável, no interior do qual se entrecruzam ficcionalidade e historiografia, memória e imaginação e onde o discurso assume várias formas e inflexões: de crítica e de denúncia, de resistência e de reflexão, de autocomiseração e de acusação, de testemunho e de ironia, de sarcasmo e resignação. Sem dúvida alguma, tais escritos comportam inúmeras leituras, sobretudo em uma abordagem panorâmica como a que adotamos.

Se tomarmos o conceito de cárcere num sentido amplo, poderíamos mencionar textos de larga abrangência e de procedência vária, que poderiam abarcar, por exemplo, desde a representação poética dos porões dos navios negreiros, feita por Castro Alves, ou o testemunho de Carolina de Jesus em *Quarto de despejo*, bem como a literatura e a filmografia carcerárias recentemente saídas dos presídios, ou seja, durante o último período de institucionalidade democrática.

Como se vê, as dificuldades que teríamos em adotar uma definição mais ampla seriam imensas e, nesse sentido, optamos por tratar a instituição carcerária em um sentido mais estrito. Desse modo, as referências a outros textos que escapam a essa delimitação foram feitas apenas de forma alusiva.

Do mesmo modo, seria necessário precisar melhor a que tipo de encarceramento nos referimos - uma vez que a própria instituição da prisão se reveste de um caráter político indissociável, na medida em que se inscreve nas relações de poder vigentes na sociedade - e, nesse sentido, procuramos definir o conceito de prisão política em uma acepção mais estrita, âmbito no qual circunscrevemos nossa pesquisa.

Outra dificuldade que encontramos de modo a preservar os objetivos iniciais de nossa pesquisa foi articular autores que viveram em diferentes épocas, ou seja, sob circunstâncias históricas distintas, daí porque procuramos reunir uma bibliografia de corte social e histórico, que nos possibilitasse sistematizar elementos para um trabalho comparativo posterior tendo em vista a compreensão de processos distintos que, no entanto, guardam proximidades e contigüidades entre si.

Em face da complexidade de nossa temática, sentimos a necessidade de estruturar a pesquisa em determinados períodos ou "blocos históricos", concentrando-a nesse momento nos anos do Estado Novo. Tendo em vista as observações precedentes, procuramos estruturar o trabalho como um ensaio de corte histórico entremeado a um conjunto de ensaios biográficos que examina alguns aspectos temáticos e alguns casos específicos e procura tecer algumas conclusões e apreciações finais.

Se afirmamos que o encarceramento de escritores é fato recorrente na história da literatura brasileira, cumpre ressaltar que o fazemos não pela simples constatação desse fenômeno histórico (de resto pouco estudado), mas também porque é possível extrair daí (embora não seja este o objetivo do presente trabalho) algumas conclusões a respeito das relações entre o Estado e os intelectuais ou, mais especificamente, entre cultura e poder político em nossa formação histórica. Cumpre deixar claro também que trataremos de matéria histórica subsidiariamente, importando-nos sobretudo examinar a representação literária do cárcere feita pelos escritores que constituem o *corpus* de nosso trabalho.

Resta dizer que optamos por uma abordagem que toma inicialmente cada uma das obras de forma independente, relacionando-as vez ou outra no interior das notas de rodapé e, ao final, no capítulo conclusivo, reunindo elementos que lhes são comuns. Acreditamos que tal escolha não seja a única possível e talvez sequer a mais adequada. Optamos, porém, por abordar o tema dessa forma - e o leitor desde já compreenderá que algumas vezes sacrificaremos a perspectiva crítica e o olhar prospectivo em proveito da generalidade inerente ao extenso rol de autores que tomamos por objeto de estudo.

CAPÍTULO 1 - OS ESCRITORES E A PRISÃO

A literatura universal é pródiga em casos de perseguição, censura, encarceramento, tortura e assassínio de escritores, pensadores e intelectuais que tiveram de cessar ou exercer sua atividade sob circunstâncias históricas adversas. Seja em épocas e lugares distintos, seja em regimes políticos antagônicos, a prisão acompanha a história da literatura, sendo imenso o número de escritores que enfrentaram tal situação em virtude de suas concepções políticas, religiosas ou morais.

A famigerada razão de Estado, a ortodoxia, a intolerância, o dogmatismo, a insensatez e a ignomínia não são prerrogativa de nenhum regime político e talvez em nenhum país, em nenhuma cultura ou língua o triste fenômeno tenha deixado de se verificar. Não devemos nos esquecer de que foi o primeiro regime democrático de que se tem notícia - a democracia ateniense, sustentada pela exclusão política da maioria e pelo trabalho escravo - que levou Sócrates ao cárcere e à morte.

Se tomarmos como irônica a afirmação de Jorge Luis Borges, segundo a qual os cárceres são propícios à literatura, não podemos deixar de reconhecer que os Trasímacos de todas as épocas deram grande contribuição a essa atividade, ajudando a compor uma vasta galeria de escritores que, ao longo dos séculos, tiveram que passar por sua *via-crúcis*. Num breve olhar retrospectivo, e tomando apenas alguns dos casos mais "célebres", tal fenômeno se verifica desde a instituição do ostracismo grego, passando pelo exílio romano, a abjuração de Galileu, a morte de Giordano Bruno, a execração pública de Defoe, o degredo de Dostoiévski.

Veja-se, por exemplo, o texto da sentença de excomunhão de Espinosa, promulgada pela comunidade judaica de Amsterdam em 1656 e lavrada com a arrogância e a prepotência próprias a todo poder discricionário:

> "Pela decisão dos anjos e julgamento dos santos, excomungamos, expulsamos, execramos e maldizemos Baruch de Espinosa. Maldito seja de dia e maldito seja de noite; maldito seja quando se deita e maldito seja quando se levanta; maldito seja quando sai, maldito seja quando regressa. Ordenamos que ninguém mantenha com ele comunicação oral ou escrita, que ninguém lhe preste favor algum, que ninguém permaneça com ele sob o mesmo teto ou a menos de quatro jardas, que ninguém leia algo escrito ou transcrito por ele".

O mesmo espírito está presente no julgamento do poeta russo Joseph Brodsky - acusado de "parasitismo social" em um processo transcorrido em Leningrado, em 1964, por exercer a atividade literária sem licença oficial (mas na verdade por discordar do regime) -, durante o qual uma das autoridades encarregadas da acusação teria perguntado ao poeta, com o cinismo inerente a todo sistema de opressão institucionalizado: "Quem o incluiu entre as fileiras dos poetas?", ao que o interrogado teria respondido: "Ninguém. Quem me incluiu entre as fileiras da raça humana?"

Na introdução de um livro que causou imensa polêmica quando de sua publicação, em 1951, Albert Camus faz uma apreciação de nosso tempo recorrendo a uma distinção penal:

> "Há crimes de paixão e crimes de lógica. Com uma certa dose de comodidade, distingue-os o Código Penal pela premeditação. Vivemos no tempo da premeditação e do crime perfeito. Os nossos criminosos já não são aquelas crianças desarmadas que invocavam o amor como desculpa. Hoje, pelo contrário, são adultos, e o seu álibi irrefutável é a filosofia que pode servir para tudo, até para transformar os assassinos em juízes. (...) A partir do instante em que o crime se torna matéria de raciocínio, ele passa a proliferar como a própria razão e assume todas as figuras do silogismo. De solitário como um grito que foi, ei-lo universal como a ciência. Julgado ontem, hoje faz a lei". [2]

Recém-saído dos escombros do nazismo e do fascismo, o mundo descobria um outro tipo de totalitarismo, como o foi o regime stalinista. O século XX assistiu ao aperfeiçoamento do *terror racional* tão caro ao Santo Ofício, da justiça que prescinde do delito e "constrói" a sua vítima no melhor estilo kafkiano.[3]

A opressão e a intolerância perpassam o campo cultural ainda em nossos dias, seja por razões de ordem religiosa - como no caso do escritor Salman Rushdie, cuja sentença de morte (a "fatwa", proferida pelo regime teocrático dos aiatolás do Irã) ultrapassava os limites da territorialidade -, seja por motivos de ordem estritamente política.[4]

---

2 *O homem revoltado*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

3 Franz Kafka talvez tenha sido o escritor que melhor soube retratar situações opressivas e persecutórias - lembremo-nos de Joseph K., protagonista de *O processo*, de Gregor Sansa, de *A metamorfose*, da toupeira aterrorizada em uma galeria subterrânea no conto *A construção* ou do infeliz prisioneiro submetido à monstruosa tortura descrita em *Na colônia penal*.

4 Clara Ramos refere levantamento feito pelo Pen Clube Internacional, em 1992, dando conta de mais de quinhentos casos de escritores e jornalistas presos, assassinados ou desaparecidos (*Cadeia, p. 27*). A gravidade do problema motivou a criação do Parlamento Internacional de Escritores, que desde 1993 mantém uma rede de apoio a intelectuais, jornalistas e escritores perseguidos em seu país de origem. A cidade de Passo Fundo (RS) é uma das cidade-refúgio que integram essa rede internacional de apoio.

Acompanhando a crônica jornalística dos últimos anos também nos deparamos com tal fenômeno, sendo que geralmente se dá destaque a seus episódios quando se tem um indisfarçável interesse político em sua divulgação: soa algo cínico um jornal conservador esgrimir argumentos contra a tirania e a perseguição movidas contra os escritores cubanos Armando Valladares (em que pese a evidente simulação de seus males) e Reinaldo Arenas e, por outro lado, manter silêncio sobre escritores de esquerda que passaram por semelhante contingência histórica. Do mesmo modo, em publicações de orientação ideológica distinta, o que se vê muitas vezes é o puro silêncio sobre a opressão que se verifica em países onde presumivelmente se lutaria pela liberdade.

Em ambos os casos, o que predomina é a instrumentalização da denúncia e a tentativa de impor e perpetuar uma determinada visão da história, cujos traços oficiais os escritos do cárcere insistem em contrariar.

Sartre afirmava que se a literatura se convertesse em pura propaganda a sociedade recairia no lodaçal do imediato, na vida sem memória dos insetos e dos protozoários. Recentemente, em artigo escrito no cárcere, o italiano Antonio Negri se perguntava: "como impedir que a justiça dos vencedores elimine a memória dos vencidos?".

Espelho das agruras e desesperanças da sociedade, reflexo de suas mais intrínsecas contradições, retrato da condição humana inscrita em um contexto eivado de desigualdades de todo o tipo, a literatura carcerária forma um arquipélago de vozes que não se pode deixar relegadas ao esquecimento e ao ostracismo e que se impõem por si mesmas desde que possam se manifestar. Será nossa intenção articular dentro do período histórico que elegemos alguns desses depoimentos e testemunhos - erigidos em diferentes formas de representação literária - que ousaram romper o silêncio e se insurgiram contra a historiografia oficial.

Se a memória de uma civilização não pode ser transformada em memória de outra (como dizia Brodsky), ela pode ser resgatada e transmitida apesar dos abismos da linguagem, sendo que o confronto de experiências comuns a muitas línguas e culturas pode fornecer um espelho crítico de nossa própria época, de nossas mais arraigadas convicções e de nossa própria condição.

Quanto à necessidade de tal resgate, acreditamos que seja incontestável: nunca se sabe quando o mundo vai erigir uma nova imagem de sua opressão - mesmo porque, nas palavras de Sartre, "o mundo pode muito bem passar sem a literatura. Mas pode passar ainda melhor sem o homem".

CAPÍTULO 2 – BREVE HISTÓRICO DA LITERATURA CARCERÁRIA BRASILEIRA NOS PERÍODOS COLONIAL E MONÁRQUICO

No tocante à produção literária brasileira, desenvolvida no Brasil ou que tem nosso país como objeto, a questão do encarceramento tem seu precedente mais remoto em três estrangeiros ilustres: o náufrago alemão Hans Staden, o poeta Bento Teixeira e o jesuíta Antônio Vieira.

Hans Staden (n. 1510) narrou seu cativeiro entre os tupinambás em obra que é rica em informações sobre a maneira pela qual os colonizadores europeus concebiam a alteridade indígena durante o século XVI.[5] O relato de suas aventuras foi publicado em 1557 (em alemão), com gravuras que reproduziam cenas de rituais antropofágicos - imagens que durante muito tempo justificaram para os europeus a necessidade de catequização dos indígenas, considerados por eles como bárbaros.[6]

Maria José de Queiroz sintetiza assim a aventura do alemão: "Disputado a pauladas pelos selvagens, o náufrago alemão foi retido como presa de guerra para ser posteriormente devorado em dia de festa com muito cauim. Mercê da astúcia conseguiu prolongar o cativeiro e, destarte, escapar à morte odiosa. Assistiu, durante sua estada entre os índios, a várias cenas de canibalismo".[7]

Bento Teixeira (1561-1600), cristão-novo nascido em Portugal, de biografia conturbada e controversa, foi o autor do poema épico *Prosopopéia*, que associa deuses da mitologia grega a cenários do litoral pernambucano e é considerado por alguns críticos uma das primeiras manifestações literárias de conteúdo nativista em nosso país.

---

[5] Sem falarmos, entre outros, dos textos de Pero de Magalhães de Gândavo (*Tratado da terra do Brasil* e *História da Província Santa Cruz*), Gabriel Soares de Sousa (*Tratado descritivo do Brasil*) e Jean de Léry (*Viagem à terra do Brasil*).

[6] Um escritor que nessa época rompeu com tal visão (ou pelo menos a questionou, tendo em vista as atrocidades cometidas pela Inquisição católica) foi o filósofo francês Michel de Montaigne (*Ensaios*).

[7] "Nossas prisões", p. 133, nota. A autora cita interessante trecho do livro, no qual o chefe Cunhambebe come uma perna e pergunta ao prisioneiro se gostaria de prová-la. A recusa é narrada pelo alemão em termos filosóficos: "Repeli o horrível assado, dizendo que, se nenhum ser irracional devora outro, da mesma espécie, como poderia um homem comer outro homem?" (*Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1926, p. 132).

Processado pela Inquisição portuguesa em sua visitação à então capitania de Pernambuco, acusado de práticas de judaísmo e de professar idéias contrárias à fé católica, Bento Teixeira passou pelos cárceres eclesiásticos em Olinda e Lisboa, no curso de um longo processo que guarda episódios burlescos.[8]

Bento Teixeira inicia sua confissão em 1557, abjura o judaísmo que lhe era imputado e é absolvido da pena de morte e da excomunhão, sendo condenado à prisão perpétua. A sentença condenatória foi proferida em janeiro de 1559, sugestivamente em recinto fechado (e não em ambiente público e aberto, onde comumente ocorriam os autos-de-fé) devido à peste que assolava a capital portuguesa.[9]

O Padre Antônio Vieira (1608-1697), também português, integrante da Companhia de Jesus, entrou em choque com o Tribunal do Santo Ofício e sua prisão, o processo que se seguiu e a defesa que apresentou à Inquisição católica guardam paralelo com os processos movidos contra Giordano Bruno e Galileu Galilei.

O poeta Gregório de Matos e Guerra (1636?-1696?) conheceu os males do exílio em decorrência dos poemas satíricos que dirigiu à elite colonial. As sátiras que lhe são atribuídas, apesar de inscritas nos procedimentos retóricos comuns ao barroco e expressarem o lema clássico tão caro a Horacio (*ridendo castigat mores*), continham um poder de crítica social inquestionável.[10]

---

[8] Uma das acusações contra o poeta foi a de ter feito juramentos blasfemos pelas "partes secretas da Virgem", ou seja, pelos seus pêlos pubianos (Cf. Luiz Roberto Alves - *Confissão, poesia e inquisição*). Sobre Bento Teixeira, ver também o livro de J. Galante de Sousa (citado na bibliografia) e a biografia romanceada escrita por Gilberto Vilar de Carvalho, que traz longo e curioso título: *O Primeiro Brasileiro - onde se conta a história de Bento Teixeira, cristão-novo, instruído, desbocado e livre, primeiro poeta do Brasil, perseguido e preso pela Inquisição* (São Paulo: Marco Zero, 1995).

[9] Em outubro de 1599, a sentença foi revogada e o poeta passou a cumprir liberdade condicional, ficando confinado à cidade de Lisboa. Doente e sem ter como pagar o próprio aluguel, voltou ao cárcere e morreu em julho de 1600. No ano seguinte, seu poema foi editado em Lisboa, com licença da Santa Inquisição. No prólogo que escreveu na prisão, o poema é dirigido ao então governador da capitania de Pernambuco, Jorge de Albuquerque.

[10] Para João Adolfo Hansen, essa crítica era exercida não com finalidade transgressora e libertária, mas para corrigir excessos e desvios e preservar as normas e hierarquias sociais (*A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*).

À parte a imensa polêmica existente sobre a autoria dos textos que lhe são atribuídos e quanto à interpretação que enfatiza o lado "lendário" do poeta[11], construída por uma historiografia romântica, não há como não se render à maledicência de versos como os que ridicularizam o governador Antonio de Souza de Menezes, alcunhado de "Braço de Prata" devido ao braço de metal com o qual substituíra o que perdera em combate contra os holandeses no Nordeste:

> *"Quando desembarcaste da fragata, / meu dom Braço de Prata, / cuidei, que a esta cidade tonta, e fátua, / mandava a Inquisição alguma estátua, / vendo tão espremida salvajola / visão de palha sobre um mariola".*
>
> *"Xinga-te o negro, o branco te pragueja, / e a ti nada te aleija. / Por teu sensabor e pouca graça, / és fábula do lar, riso da praça, / até que a bala, que o braço te levara, / venha uma segunda vez levar-te a cara".*

A prisão e o desterro de escritores que se opuseram ao regime colonial português estiveram presentes também no desfecho da Inconfidência Mineira de 1789, como nos casos de Alvarenga Peixoto (1744-1792), Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810?) e Cláudio Manuel da Costa (1729-1789). A morte deste último, enforcado na prisão (onde permaneceu por dez dias), guarda semelhanças de ordem circunstancial com o assassinato do jornalista Wladimir Herzog durante o regime militar instaurado no Brasil em 1964. Nos dois casos, como apontou um jornalista em artigo recente, a tentativa de forjar laudos que atestassem suicídio e a implausibilidade das cenas por eles descritas são evidentes.

Alvarenga Peixoto foi encerrado em junho de 1789 na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, sendo posteriormente condenado ao desterro em Angola, onde morreu em agosto de 1792 após uma permanência de cerca de três meses.

---

[11] A biografia de Gregório de Matos é bastante controversa. Denunciado ao Tribunal do Santo Ofício por suas críticas ao clero e destituído de suas funções administrativas junto à Igreja, o poeta teria partido para Angola em 1694 e, por ter-se envolvido em uma rebelião militar defendendo a coroa portuguesa, teria sido autorizado a voltar para o Recife, onde morreu em 1695 ou 1696, pouco tempo depois da destruição do Quilombo dos Palmares. Gregório de Matos é ainda hoje objeto de vários estudos acadêmicos e teve sua vida romanceada por Ana Miranda (*Boca do Inferno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989).

Também acusado de participar da conjura, Tomás Antônio Gonzaga foi preso em maio de 1789, deixando inacabadas as *Cartas Chilenas*, encontradas posteriormente em manuscritos apógrafos[12]. O poeta passou dois anos preso na Ilha das Cobras (onde continuou a escrever as liras de *Marília de Dirceu*), um ano encerrado em um hospital eclesiástico e, em 1792, foi condenado a dez anos de degredo em Moçambique, então capitania portuguesa na África.[13]

Os versos líricos de *Marília de Dirceu* (publicados em duas partes em Lisboa, a primeira em 1792 e a segunda em 1799) são dirigidos à jovem Maria Dorotéia, com quem o poeta pretendia se casar. As liras expressam um amor idealizado, de acordo com os postulados árcades, e pode-se notar nas que integram a segunda parte uma sensível diferença em relação às primeiras, a placidez bucólica cada vez mais entremeada ao cenário do cárcere.[14] Sobre as liras do poeta, escreveu Maria José de Queiroz:

> "Na Ilha das Cobras, (...) Gonzaga maldiz da inclemência da sorte. À noiva em desconsolo, solitária em Vila Rica, reclama da pena cruel, injusta. Seus versos são variações em torno do tema da solidão e saudade, do abandono e do desconforto moral. O mal de amor nele se confunde com o mal da detenção".[15]

No período imediatamente anterior e posterior à instauração do regime monárquico, o baiano Cipriano Barata (1762-1838) passou por sucessivas prisões e inúmeros cárceres, chegando a editar um jornal itinerante - o *Sentinela da Liberdade* - por meio do qual se pode reconstituir sua trajetória carcerária.

Deve-se mencionar também o pernambucano Frei Caneca (1779-1825), também uma das vozes mais combativas na imprensa no período da Independência, sendo por isso preso e condenado à morte.

CAPÍTULO 3 – OS PORÕES DA REPÚBLICA VELHA

[12] As c*artas chilenas*, atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga, sob o irônico disfarce de terem sido escritas em Santiago por um certo Crítilo e remetidas a um certo Doroteu na Espanha, criticam os atos de Fanfarrão Minésio, governador da capitania do Chile - mas na verdade satirizam o despótico Luís da Cunha Meneses, governador da capitania de Minas Gerais entre 1783 a 1788.

[13] A biografia de Tomás Antônio Gonzaga é objeto de inúmeras controvérsias, sobretudo após sua chegada a Moçambique. O recente estudo de Adelto Gonçalves (ver bibliografia), por exemplo, refuta a tese de Manuel Rodrigues Lapa - segundo a qual o poeta teria se casado com a filha de um rico mercador de escravos estabelecido na capitania portuguesa - e apresenta argumentos e documentação que atestariam não serem de Gonzaga os restos mortais trasladados e repatriados durante o primeiro governo Vargas e depositados atualmente em Minas Gerais.

[14] Deve-se mencionar, como lembrou Zenir Campos Reis, que uma das liras da referida obra foi traduzida na prisão pelo escritor russo A. S. Pushkin (1799-1837).

[15] Para a autora, o que as *Liras* imprimem e difundem são "os vestígios da fraqueza humana, exposta à solidão e ao medo. O cárcere é pretexto, e bem modesto, para algumas considerações de Gonzaga à margem do tema (...)" ("Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada,* pp. 133-134). Segundo sua análise, o lirismo de Gonzaga carece de penetração e de pungência: sensível ao aspecto, à aparência, Gonzaga reelabora seguidamente o tema da masmorra nas *Liras* e deplora o estado de abandono em que se encontra.

Nas primeiras décadas da República, o fenômeno da perseguição a intelectuais e escritores não deixou de se manifestar, sobretudo durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), que transcorreu quase que inteiramente sob estado de sítio. Com a eclosão da revolta tenentista, em 5 de julho de 1924, o governo federal dirige intensa campanha repressiva contra as lideranças políticas do movimento e contra quem manifestasse apoio ou suscitasse suspeita de manter ligações com os revoltosos.

Maria José de Queiroz observa que a Sala da Capela da Casa de Correção, situada na Rua Frei Caneca, ganhou notoriedade durante o "tormentoso período" que vai de 1922 a 1930, quando o presídio se transformou em "residência obrigatória da oposição":

> "Transformou-se a Capela em cárcere, durante o governo Bernardes, em atenção ao protesto popular contra a promiscuidade dos presídios a que se enviavam os presos políticos. Embora a separação fosse apenas aparente (todos os depoimentos são unânimes nessa denúncia), convencionou-se considerá-la, de 1924 a 1932, presídio político. Freqüentaram-na, sob tal apelação, nomes ilustres. Maurício de Lacerda, Evaristo de Moraes e Mário Rodrigues são aí trancafiados na mesma data: cinco de julho de 1924".[16]

Entre os escritores que foram presos nesse período - além dos mencionados Maurício de Lacerda (*História de Uma Covardia*), Evaristo de Moraes (*Minhas Prisões*) e Mário Rodrigues (*Meu Libelo*) -, figuram Batista Pereira (*Diário da Capela*), Orestes Barbosa (*Na Prisão* - crônicas), Gerson de Macedo Soares (*Quinze Dias nas Prisões do Estado*) e Vivaldo Coaracy (*A Sala da Capela*).[17]

Deitando um olhar retrospectivo sobre os autores que sob o governo Bernardes levantaram suas vozes "diante do anonimato sádico da máquina penitenciária", a autora os considera tocados pelo dom da profecia:

> "Prefigura-se nos seus escritos a consciência minuciosa da tempestade que se acumulava sobre a nação. Na crueldade programada e na história totalitária que se imiscuíam na vida particular dos cidadãos, pressentem-se o desastre, a convulsão. Profetas lúcidos, esses autores documentaram, a vôo de corvo, a tormenta que já se anunciava iminente".[18]

Maria José de Queiroz transcreve depoimentos de alguns presos políticos que passaram pelo aljube de Bernardes. Como o de Maurício de Lacerda:

---

[16] "Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada,* p. 136.

[17] Para uma apreciação geral a respeito dos escritores que foram encarcerados nesse período, remetemos o leitor ao já citado ensaio de Maria José de Queiroz ("Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada*, pp. 133-152). As citações dos textos escritos por estes autores foram extraídas desse trabalho.

[18] "Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada,* p. 134.

> "Confinados dentro de um salão, em que havia um altar, diversos confessionários e escarradeiras, algumas camas e genuflexórios, mesa de jantar e um punhado de vítimas do bernardismo, ali quedamos numa profanação obrigada aos deuses do grande carola das emendas religiosas na Revisão Constitucional"[19].

E o de Vivaldo Coaracy:

> "Ao fundo da sala uma grade baixa, de madeira torneada, separa do recinto o que seria a capela-mor. Junto à grade, o confessionário, com a sua banqueta. Bem ao fundo, o altar, que podia ser isolado do resto da sala por singular pára-vento circular, de madeira envernizada, girando em trilhos colocados no chão e no teto. Sobre o altar, uma só imagem: um Cristo enorme, admirável trabalho de escultura em madeira, os músculos retesados sobre a cruz, a sangrar pelas cinco chagas, as pálpebras semicerradas sobre os olhos mortos (...) um Cristo que não falava de redenção ou de esperança, mas que apenas lembrava a agonia da paixão"[20].

Em seguida, aponta uma das implicações imediatas do encarceramento da "elite pensante do país":

> "Atente-se que o regime autoritário despertou senão acentuou, da parte dos prisioneiros políticos – classe pensante, o interesse pelo problema da autoridade levando-os a refletir sobre sua relação com a Justiça e o Direito. Tanto que vários escritos da prisão – dessa mesma Sala da Capela – se constituem de coleções de artigos acerca das principais figuras políticas do país ou sobre episódios relevantes na história da nação".[21]

A autora observa que todos estes depoimentos têm em comum o fato de serem uma tomada de posição contra o regime. E acrescenta que todos eles, "manejados como resposta à experiência vivida – cruel e vexatória para a grande maioria, ligam-se à presença obsessiva do *Eu* diante do *Outro* (isto é, Ele, Artur Bernardes que significa Ele, o governo)".[22]

---

[19] Maurício de Lacerda. *História de uma covardia*, p. 69.
[20] Vivaldo Coaracy, *A Sala da Capela*, p. 93.
[21] "Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada,* pp. 136-137.
[22] "Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada,* p. 137. "Em virtude da perseguição movida pelo bernardismo aos intelectuais (...), a versão da história, comprometida com a perspectiva vigente, aparta-se da perspectiva social. Não que a reflexão social tenha desaparecido completamente. Ela não visa entretanto ao proletariado. As inquietações políticas dos hóspedes da Capela coincidem com o retorno puro e simples ao subjetivismo (que, talvez, nos sugerisse, mercê do freudismo da época, o repúdio da autoridade paterna)".

As observações pregressas são ilustradas por trechos dos próprios autores. Inicialmente, pelo relato de Maurício de Lacerda:

> "Não vou esmiudear, em todas as suas ocorrências, os meus dias de prisioneiro na Sala da Capela. Desejo apenas pôr em foco, com o desenrolar das semanas que ali passei, a baixeza moral do presidente Artur Bernardes e dos instrumentos que escolhia a dedo, como prevendo os acontecimentos, para entregar os vencidos ou denunciados de sua polícia-política e *poconé* ".[23]

E, também, pelo depoimento de Mário Rodrigues:

> "Eu passei quase um ano num cubículo do quartel dos Barbonos, escolhido a dedo pelo general Silva Pessoa – alojamento onde nunca penetrou um raio de sol e cujo assoalho assenta na terra da base do morro de Santa Teresa"[24].

A autora anota a observação de Evaristo de Moraes: "Fui preso porque tal aprouve ao façanhudo general Santa Cruz, 'Cérbero' da Presidência da República". E, também, acrescenta que o autor faz questão de ressaltar "a concepção bernardesca do egocentrismo político"[25].

Comenta, em seguida, a prisão de Batista Pereira: "(...) surpreendido pela revolução em São Paulo, também vai ter à Sala da Capela, onde se achavam detidos Assis Chateaubriand, Waldemar Loureiro e outros". E também cita o autor: "Dentro de dez minutos (...) estava eu na Sala da Capela, entre quarenta e tantos pijamas. Era o uniforme dos presos. Dentro de três horas era o meu também".[26]

A autora faz, em seguida, uma importante caracterização desses escritos:

> "Nesses fragmentos de uma experiência histórica e política, que os autores quiseram intencionalmente pessoal, repetem-se as referências ao *Eu,* paciente, e à autoridade arbitrária, atuante. A crise da época, vivida durante os vários períodos de repressão e subversão, insinua-se nas entrelinhas desses livros. Situados na mesma emergência, expostos ao assalto de iguais correntes de idéias, os prisioneiros da Capela reagem distintamente".

---

[23] *História de uma covardia*, p. 72.
[24] Mário Rodrigues. *Meu libelo. Memórias do cárcere, escritas em torno de duas revoluçõ*es. Rio de Janeiro, Editora Brasileira Lux, 1925, I, p. 150.
[25] Evaristo de Moraes. *Minhas prisões e outros assuntos contemporâneos*. Rio de Janeiro, Edição do autor, s/d., p. 27.
[26] Batista Pereira. *Diário da Capela*. São Paulo: Livraria Acadêmica. Saraiva e Companhia, 1933, pp. 23 e 26.

Segundo sua análise, Batista Pereira consegue "vencer a vertigem do *Eu* odioso num nós majestático, de solidariedade à *intelligentsia* ". Cita o autor, que sublinha: "A quase totalidade dos meus companheiros de prisão era gente de escol". "Ali estavam, como eu, réus do delito de opinião". "Perdoei de há muito aos que me encarceraram pelo repouso que ali tive e pelos amigos que ali granjeei. E é com emoção e saudade que penso na Sala da Capela"[27].

A autora comenta, em seguida, a postura do escritor: "Dentre todos os detidos, é ele, realmente, quem tenta, e realiza, o salto que liberta. Ao encarar a probabilidade da permanência prolongada na Capela, resolve fundar um diário – *O Diário da Capela*". A autora tece interessante reflexão sobre a natureza dessa publicação:

> "A diferença entre o autor e o público, mantida até então (...) pela imprensa manipulada pelo regime, começa a desaparecer: se os redatores do *Diário* sofrem e vivem a história, escrevendo-a, seus leitores, também prisioneiros, poderão transformar-se, de um momento para outro, em redatores. A imprensa oficial, nas mãos da autoridade, a ela se submete, incondicionalmente, estabelecendo rígida distância entre os que escrevem, os que lêem e aquele que prescreve. Mais do que manifestação de solidariedade, o *Diário da Capela* oferece a possibilidade de voz e palavra a todos que pensam e sentem em uníssono".[28]

A seguir, examina mais detidamente as intenções políticas que teriam presidido a decisão do redator:

> "Identificado com a revolução paulista, o redator do *Diário* pretende prosseguir, ainda que detido, a luta começada. Apoiado no seu conceito de liberdade, de direito e de justiça, nada mais natural que empreenda a defesa e divulgação de formas ideológicas concretas e efetivas. Embora não o faça formalmente, os artigos do *Diário* atendem à sua intenção de opor-se ao aparelho repressivo do Estado.
>
> As análises da sociedade civil, suas articulações com a sociedade política, a noção de classe e poder evidenciam, nitidamente, o repúdio do autor à ideologia dominante. Mergulhado ainda no "momento histórico" a que se refere, parte da "gente de escol" (...), não lhe escapa a complexidade do real que se reduz a estrutura precisa na escolha dos assuntos abordados no jornalzinho".

---

[27] Batista Pereira. *Diário da Capela*. São Paulo: Livraria Acadêmica. Saraiva e Companhia, 1933, p. 33.

[28] "Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada,* pp. 138-139. A autora cita, a seguir, o próprio Batista Pereira: "Pouco vale o *Diário da Capela* pelo tomo exíguo e pela natural restrição da sua capacidade panfletária", desculpa-se Batista Pereira. "Vale, porém, como um protesto e como uma profissão de fidelidade aos ideais reivindicados pelos paulistas: a liberdade e o direito. Era como uma lâmpada votiva, cuja flama se resguardava contra o sopro da extinção pela fadiga, pela inércia ou pelo desânimo".

Depois de fazer algumas ressalvas de ordem ideológica, a autora ressalta a importância da oposição do redator e de seus colaboradores ao regime ditatorial:

> "Eis a importância implícita do trabalho de Batista Pereira – seu jornal forneceu elementos à linguagem dos oprimidos contra as forças de repressão. A insistência no tratamento de temas proibidos, a louvação do heroísmo patriótico, a defesa dos nomes em desgraça, sem omissão da ausência de certos assuntos, ausências de ferozes subentendidos, denotam que Batista Pereira enfrentou o risco de encorajar a subversão, incitar ao debate e à crítica (...)."

Maria José de Queiroz considera que uma "igual relação de dependência entre o argumento político do discurso e o momento histórico vivido" encontra-se em *A Sala da Capela,* de Vivaldo Coaracy[29]:

> Na sua versão dos desmandos do governo de Artur Bernardes, tomamos conhecimento do critério que comandou a perseguição e a prisão dos que se opunham ao regime. "Houve", segundo revela, "um propósito sistemático a presidir a organização das listas das diferentes turmas enviadas quotidianamente, uma após outra, para a Casa de Correção do Rio de Janeiro. "Como se reuniam, ali, "representantes aptos de todas as modalidades da opinião", não seria excessivo falar, como quer Coaracy, de um "verdadeiro e legítimo Congresso paulista". Justifica-se. "Na Sala da Capela, via-se reproduzido em forma condensada, como em escala reduzida (...) o mesmo ambiente que já reinava em São Paulo no derradeiro mês da campanha (...) todos eram vítimas da mesma fatalidade e dos mesmos adversários".
>
> "O testemunho de *A Sala da Capela* não se reduz a essa dimensão particular, embora original dos episódios da revolução paulista: ultrapassa a mera interpretação dos fatos vividos e realiza, à sua maneira, o que se chama tradicionalmente de crítica, à qual insufla progresso decisivo, porque define, com precisão, seus objetivos. Foca, sem rodeios, o rebaixamento da dignidade dos prisioneiros obrigados a tão longa permanência na mais completa promiscuidade". [30]

---

[29] O livro foi escrito durante o desterro em Portugal, de janeiro a março de 1933. "Já no exílio, o autor refere-se à experiência da prisão. Persuadido da necessidade do registro de suas memórias, denuncia, com abundância de dados, 'o que foram os longos e arrastados dias da prisão na Sala da Capela e no seu prolongamento constituído pelos navios-presídio que conduziram para o desterro homens punidos pelo crime único de amor à Liberdade e servir a São Paulo'".

[30] "Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada*, p. 141.

Fazendo alusão à atmosfera opressiva da Sala da Capela, a autora considera que Vivaldo Coaracy mobiliza todos os recursos para oferecer-nos uma "visão expressiva e exata" da vida carcerária:

> "A atenção escrupulosa com que redige o depoimento – uma espécie de contraponto à história da instituição, defende-o da inexatidão da memória e dos perigos da emoção. O esforço de simpatia não trai o empenho da verdade. Firmado nesse propósito, aborda a situação dos sentenciados comuns. Censura a indiferença da administração, surda e cega ao crime que medra e frutifica nas celas, nos pátios e corredores aos olhos dos que querem ver. Acusa a vadiagem, os amores ignóbeis, os vícios que campeiam livremente no meio artificial e desumano. Atento a tudo e a todos, não deixa de notar que ali chegam os desvalidos da sociedade – mestiços, mulatos, curibocas e cafuzos. Rejeita as ilusões de igualdade no seu inventário cruel e exato. Não julga, como Evaristo de Moraes, que os presos comuns gozem de excessiva liberdade. Não lhe ocorre, também não, fossem eles beneficiados por "regalias extraordinárias". Sua visão do mundo carcerário obedece a um princípio de unidade intelectual. Exime-se, o que não acontece a Evaristo de Moraes, da postura do magistrado que, detido, raciocina ainda como juiz do Supremo Tribunal. Sua crítica tende a considerar, nos companheiros de prisão, vítimas da circunstância, tratando assim de aproximar seres humanos que tudo o mais separa e opõe. Sua posição no episódio da revolução paulista levou-o a tomar consciência da dimensão social do ato de escrever. Ao que se juntam sua natural capacidade de observação e sua reação aos excessos do regime. Sua faculdade de sentir e reconhecer a irredutível precariedade dos seres confere a seu livro distinção especial: a de prestar-se a libertar o leitor do individualismo estreito, apontando-lhe estranhas formas de servidão.[31]

A autora considera que depois de *A Sala da Capela* seria preciso "esperar por um Graciliano Ramos para encontrar, de modo explícito, a visão global do cárcere e dos encarcerados, sob o signo do Estado Novo".

[31] "Nossas prisões". In: *A literatura encarcerada,* p. 142. A autora menciona que nos anexos ao livro Coaracy relaciona os presos da Capela, a nominata dos deportados e a antologia da prisão. Observa ainda que "o conteúdo dinâmico do seu depoimento" continuaria a evidenciar a "crise vivida pelos intelectuais durante o governo do presidente Bernardes" e que "a experiência e percepção da realidade permitiram-lhe aquilatar, com lucidez, a insatisfação política e social da época".

CAPÍTULO 4 – A LITERATURA CARCERÁRIA RELATIVA AO ESTADO NOVO

Durante os anos 30, a censura exercida sobre a atividade literária e sobre os órgãos de imprensa foi ampla e recorrente, sobretudo após a implantação do Estado Novo em novembro de 1937 e com a intensificação das ações do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em dezembro de 1939. [32]

A polarização existente entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) - movimento de cunho antifascista criado em março de 1935 e dirigido por Luís Carlos Prestes (1898-1990) - e a Ação Integralista Brasileira (AIB) - organização política de orientação fascista fundada em 1932 e dirigida pelo escritor Plínio Salgado (1895-1975) - levou à instauração de um regime de exceção, em muitos aspectos influenciado pelos regimes fascistas então em ascensão e depois instalados na Alemanha, na Itália, em Portugal e na Espanha.

[32] O DIP é caracterizado por diversos autores como o principal instrumento de propaganda e censura do Estado Novo. Dênis de Moraes considera que o órgão era peça-chave na execução do projeto ideológico do regime, difundindo de forma massiva as suas realizações e promovendo o culto à personalidade de Vargas: "O complexo de doutrinação sob a égide do DIP englobava o rádio (*Voz do Brasil* e Rádio Nacional), os cinejornais inspirados nos congêneres alemães e italianos, a música (grandes concentrações orfeônicas em datas nacionais), os jornais encampados pela União (*A Manhã*, *A Noite*, *A Noite Ilustrada* e *O Estado de São Paulo*) e o sistema escolar (reformulação dos currículos, obrigatoriedade do ensino cívico e distribuição de milhões de cartilhas, autênticos manuais de propaganda)". In: *O velho Graça*, p. 184. Citando ensaios de Mônica Pimenta Velloso e de Nelson Jahr Garcia, Valentin Facioli observa que o DIP ficou sendo responsável também pela atividade censória em relação a teatro, cinema, esportes, radiodifusão, literatura. Segundo o autor, a imprensa foi tratada de forma específica na Carta de 1937, que, considerando-a uma "função de caráter público", proibiu a recusa à inserção de comunicados do governo e previu sua regulamentação por lei especial: "A censura à imprensa se fazia através de comunicações verbais, geralmente por telefone, quando eram passadas as notícias que não poderiam ser divulgadas, as que deveriam ser divulgadas nos limites da 'versão oficial', as que podiam ser divulgadas sem comentários ou apenas com comentários favoráveis e aquelas de inserção obrigatória. Em algumas ocasiões, foram destacados censores para cada jornal, encarregados de verificar os originais antes de serem enviados às oficinas. (...) No que se refere à censura de programas radiofônicos, letras de músicas, cinema, teatro e outras representações e apresentações públicas, a censura era feita previamente, com autorização ou interdição". "Um homem bruto da terra" (biografia intelectual). In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 66. Os ensaios citados pelo autor são, respectivamente: "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (et alli). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

Nesse período, escritores e jornalistas que faziam oposição ao regime getulista foram levados ao cárcere - e, ao contrário do que diz Graciliano Ramos em *Memórias do cárcere* ("*Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos-de-fé"*, talvez substituindo deliberadamente a exatidão histórica pela sagacidade e pela ironia implacável que lhe são peculiares), teremos ocasião de ver (alheios à censura da época e lastreados que estamos por uma perspectiva histórica bastante documentada) que a fúria inquisitorial levou à fogueira inúmeras obras dos principais escritores do período. [33]

Maria Celina Soares D'Araújo considera que a escalada para o golpe que instituiu o Estado Novo foi racionalmente construída e cuidadosamente executada, as suas origens reais remontando ao levante comunista desencadeado em novembro de 1935, no qual a ANL desempenhou papel decisivo:

> "Em julho de 1935, a ANL foi posta na ilegalidade, mas não interrompeu suas atividades políticas. A atração que a ANL e o comunismo exerciam sobre jovens oficiais era motivo de preocupação para as cúpulas militares: o próprio Prestes reconhecia ser mais fácil organizar o Partido nos quartéis do que nas fábricas".[34]

O levante de Natal chegou a estabelecer um governo provisório na cidade:

> "O levante de 35 teve início em Natal, no dia 23 de novembro, pôs em fuga o Governador do estado, o secretariado e constituiu uma Junta Revolucionária. Durante os três dias que se mantiveram no poder, caravanas partiram para as cidades do interior, com a função de destituir os prefeitos e substituí-los por pessoas [que apoiavam o movimento armado]". [35]

Outros levantes ocorreram no país, em Recife e no Rio de Janeiro:

> "O movimento irromperia em Natal e dois dias depois em Recife, surpreendendo o comando do PCB. Em solidariedade, Prestes ordenaria na madrugada de 27 de novembro a sublevação do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, logo sufocada. Em Natal, os revoltosos administrariam a cidade por quatro dias, sendo presos depois pelo Exército. Em Recife, a sublevação também foi dissolvida pelas tropas governistas".[36]

---

[33] O zelo dos censores levou até mesmo à apreensão e destruição de exemplares do livro *Peter Pan*, adaptação feita por Monteiro Lobato da história originalmente escrita pelo inglês J. M. Barrie.
[34] *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
[35] Brasília Carlos Ferreira. "Graciliano: literatura e política". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, p. 126.
[36] Dênis de Moraes. *O velho* Graça.

Maria Celina observa que enquanto se providenciava a prisão dos rebelados foi decretada uma severa lei de segurança, que tinha por principal objetivo "levar a esquerda às prisões e ao banco dos réus". Os participantes do levante seriam julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado em setembro de 1936. Assim, nas suas palavras, nos dois anos que antecederam o golpe o país viveu a maior parte do tempo sob estado de sítio ou de guerra, as liberdades e garantias constitucionais suspensas.[37]

A autora observa também que o pretexto imediato para o golpe foi a "descoberta" de uma conspiração judaico-comunista - o chamado Plano Cohen. Segundo a autora, essa peça política teria sido elaborada pelo serviço secreto da AIB e datilografada pelo capitão Olímpio Mourão (chefe das milícias integralistas), nas dependências do Estado-Maior do Exército, onde teria sido apreciada por autoridades militares. Segundo sua análise, o documento não teria sido aprovado nem mesmo por Plínio Salgado, que o teria considerado fantasioso demais. Apesar disso, conforme observa, teria sido apropriado pelos chefes militares e entregue a Vargas, que por sua vez teria autorizado sua divulgação à imprensa por intermédio do Departamento de Propaganda, órgão antecessor do DIP.

A autora anota ainda que o plano (divulgado à imprensa em 30 de setembro de 1937) teria justificado nova decretação de estado de guerra, e, quando da deflagração do golpe, em 10 de novembro, a esquerda estava presa ou exilada e os opositores liberais impedidos de agir em função da situação institucional de estado de sítio e de guerra. Quando o golpe irrompeu, observa, não havia como reagir após dois anos de intensa repressão: o silêncio já estava imposto.[38]

Em dezembro de 1937, Vargas decreta o fechamento de todas as agremiações políticas, inclusive a AIB. Em maio de 1938, os integralistas promovem uma tentativa de golpe atacando o Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro. O *putsch* integralista levou à prisão cerca de 1.500 "camisas verdes"[39] e, destes, cerca de 200 foram posteriormente condenados pelo TSN a penas que variaram de dois a oito anos. O líder do movimento, Plínio Salgado, partiu para o exílio em Portugal.[40]

---

[37] *O Estado Novo*, p. 16.
[38] *O Estado Novo*, pp. 14-19, com transcrições.
[39] Devido ao uniforme, os integralistas também eram chamados pejorativamente de "galinhas-verdes".
[40] Maria Celina observa que ao ser extinto, ao fim do Estado Novo, o TSN havia condenado 4.099 pessoas, sendo que o maior número de condenações teria ocorrido nos Estados em que houve o levante comunista e as penas maiores teriam sido aplicadas aos envolvidos no levante comunista. *O Estado Novo*, pp. 28-29. Segundo Nelson Werneck Sodré, cerca de nove mil pessoas acusadas de subversão teriam passado pelos cárceres e tribunais de Vargas nos cinco anos que se seguiram ao levante comunista. *Contribuição à história do PCB*, p. 111.

Outros marcos importantes desse período foram o pacto germano-soviético[41], a instalação de bases militares norte-americanas no Nordeste (1940), o rompimento com os países do Eixo (1941), a declaração de guerra (1942) e o embarque dos pracinhas da FEB para a Itália (julho de 1944).

Devemos mencionar, também brevemente, outros eventos importantes que marcaram o período de abertura política do regime. O I Congresso Brasileiro de Escritores aprovou uma declaração de princípios (lida na sessão de encerramento do evento, realizada no Teatro Municipal em 27 de Janeiro de 1945) que exigia a volta da legalidade democrática, a anistia aos presos políticos e a garantia da liberdade de expressão.[42]

Em fins de outubro de 1945, Vargas seria deposto por um golpe militar capitaneado por Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra[43]. Dênis de Moraes observa que o golpe desencadeou uma nova onda de prisões, intervenções em sindicatos e depredações em sedes estaduais do PCB - o partido voltaria à ilegalidade entre 1947 e 1985. Conforme observa o autor, o objetivo do movimento castrense seria atingir o processo de redemocratização então em curso, mas o clima de mobilização teria impedido o retrocesso: as eleições, marcadas para 02 de dezembro, foram realizadas sob o comando do presidente do STF, José Linhares. [44]

No período 1935-1945 a repressão política foi ampla e sistemática, atingindo um amplo espectro de opositores seja em relação às idéias políticas que professavam, seja em relação à posição social que ocupavam. A propósito, Brasília Carlos Ferreira observa:

> "A intensa repressão que se seguiu ao movimento frustrado [de 35] atingiria comunistas, aliancistas, adversários dos governos locais e intelectuais comprometidos com a crítica social. Além dos envolvidos, penalizou-se indiscriminadamente todos os que estavam identificados com a oposição".[45]

---

[41] Dênis de Moraes observa que o pacto de não-agressão entre União Soviética e Alemanha, assinado em fins de agosto de 1939, "seria um verdadeiro desastre moral para os comunistas. De uma hora para outra, o discurso antifascista teria que se contorcer para tentar justificar o injustificável". *O velho Graça*, p. 182. O pacto seria rompido em 31 de maio de 1941, quando os alemães invadiram a Rússia.

[42] A anistia aos presos políticos seria decretada em 19 de abril de 1945.

[43] Os dois militares são caracterizados como "centuriões do regime", na feliz expressão de Jorge Amado, e como "germanófilos encastelados nas Forças Armadas e no aparelho estatal", segundo Dênis de Moraes.

[44] As eleições de 1945 foram polarizadas entre o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra. O candidato do PCB, Yedo Fiúza, obteve cerca de 10% dos votos. O partido elegeu Luís Carlos Prestes como senador e 14 deputados federais, entre eles Jorge Amado, Gregório Bezerra, Carlos Marighella, João Amazonas e José Maria Crispim. *O velho Graça*, pp. 212 e 218.

[45] A autora cita interessante telegrama enviado por deputados do Rio Grande do Norte (ligados ao partido situacionista) ao então Ministro da Justiça, Vicente Ráo, publicado no jornal *A República* em 17/12/1935: "Delações correligionários dá lugar verdadeira caçada humana, fins exclusivos satisfazer paixões partidárias, arrancando lares para prisões comuns centenas de cidadãos pacatos, burgueses exemplares, pais famílias dignos (...)". "Graciliano: literatura e política". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995, p. 126.

Maria Celina ressalta o caráter ditatorial dos regimes baseados em pressupostos teóricos que, ao apregoarem o fim do conflito político, *usam o poder de Estado para suprimir outras formas de poder*. Segundo sua análise, tais regimes "calam o conflito silenciando a pluralidade social e negam a política para a usarem de maneira discricionária":

> "Esses governos acabam ou sendo autoritários, isto é, impõem-se pela força e pelo policialismo, ou como sistemas totalitários - caso em que, além de autoritários, assentam-se em uma ampla política mobilizatória, através de um partido único ou de forças paramilitares. O nazifascismo é uma expressão evidente de totalitarismo: a obediência política cega é traduzida como civismo - daí a importância das comemorações cívicas nesses regimes - e a discordância é interpretada como traição à pátria. Com graus e nuanças particulares, foi isso o que aconteceu no Estado Novo no Brasil (...)".[46]

No âmbito de nosso trabalho, importa examinar como essa repressão atingiu o campo intelectual e cultural, mais especificamente em relação aos escritores que foram vítimas de censura, perseguição e encarceramento nesse período - dentre os quais destacamos Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dyonelio Machado, Aparício Torelly (o "Barão de Itararé") e Monteiro Lobato.[47]

Como veremos, a produção ficcional, memorialística, epistolar ou jornalística de tais escritores (escrita no cárcere ou posteriormente à experiência prisional) foi bastante fecunda. No entanto, essa literatura nunca foi examinada em conjunto, sendo que parte considerável dela continua ainda pouco estudada, desconhecida por muitos, esquecida, dispersa ou mesmo inédita - como, por exemplo, algumas cartas de Monteiro Lobato, relatos de Mário Lago[48] e textos escritos no cárcere por Patrícia Galvão.[49]

---

[46] *O Estado Novo*, pp. 13-14.

[47] A escritora Rachel de Queiroz (1910-2003), consagrada pela crítica desde seu romance de estréia (*O Quinze,* de 1930), militante do PCB no início dos anos 30 - partido com o qual romperia devido à polêmica estabelecida em torno de seu segundo romance (*João Miguel*, de 1932) -, não escapou às injunções políticas do período e permaneceu presa durante três meses no quartel do Corpo de Bombeiros de Fortaleza (CE). Em suas memórias, a escritora relembra sua prisão logo após a decretação do Estado Novo, a polêmica com os comunistas e a aproximação temporária com os trotskistas, além de justificar sua adesão à "conspiração militar" que depôs o presidente João Goulart em 1964.

[48] Como *Prontuário nº 6.895* [arquivo da família].

[49] A escritora Patrícia Galvão (1910-1962), autora do romance *Parque Industrial* (1933), teve sua atividade cerceada por inúmeras prisões. Integrante do movimento modernista e militante do PCB nos anos 30, com intensa atividade na imprensa, "Pagu" ficou presa entre 1935 e 1940 (com intervalos) nos cárceres de Vargas. Recentemente, com a abertura dos arquivos mantidos pelo DOPS, vieram à luz textos de sua autoria escritos na cadeia. Sobre a sua experiência prisional, ver especialmente as referências contidas na longa carta que escreveu em 1940 ao companheiro e escritor Geraldo Ferraz, recém-saída dos cárceres de Vargas (*Paixão Pagu – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*). No panfleto *Verdade e Liberdade* (1950), publicado quando de sua candidatura a deputada estadual por São Paulo pelo PSB, a escritora recorda sua prisão e justifica o rompimento anterior com os comunistas.

4.1. Graciliano Ramos: um Dostoiévski dos trópicos

> "Certos escritores se desculpam de não haverem
> forjado coisas excelentes por falta de liberdade - talvez ingênuo recurso
> de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta:
> começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas
> com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites
> a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.
> (...) Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá (...).
> De fato ele não nos impediu escrever. Apenas nos suprimiu
> o desejo de entregar-nos a esse exercício".

Enquanto reflexão política e testemunho histórico, pelo caráter literário e testemunhal, destaca-se no panorama da literatura carcerária brasileira o monumental afresco de Graciliano Ramos (1892-1953), *Memórias do cárcere*, obra na qual se entrecruzam memória e imaginação, registro histórico e ficcionalidade. A reflexão de Graciliano nesse livro é contundente e marcada por uma ironia inquietante, lavrada num estilo lapidar onde se pode ouvir o eco não muito distante de Dostoiévski.

Preso em março de 1936 em conseqüência da repressão que se abateu sobre militantes e simpatizantes da ANL, Graciliano Ramos permaneceu encarcerado por cerca de dez meses - parte desse tempo no antigo presídio de Ilha Grande[50] -, experiência que narra com escrupulosa observação e profunda sondagem psicológica em mais de oitocentas páginas, fundindo o drama pessoal ao desastre coletivo da detenção.

Como se sabe, o livro foi publicado postumamente em 1953, havendo ainda polêmica a respeito de sua edição. Obra de fôlego, inaugurou um olhar retrospectivo de tal modo que o que ali está dito permite reavaliar toda a obra anterior do autor:

> "A prisão foi uma experiência fundamental na vida adulta de Graciliano Ramos. Ao lado de *Infância*, pode-se dizer que *Memórias do cárcere* (...) fornece, mais que uma autobiografia, mais que um documento histórico, uma chave de compreensão da produção literária daquele escritor".[51]

---

[50] A narrativa dos episódios vividos na Ilha Grande ocupa o terceiro volume de *Memórias do cárcere* - o que, por si só, revela como foi intensa e significativa a experiência vivida no presídio do Rio de Janeiro (Colônia Correcional de Dois Rios), onde permaneceu por cerca de quinze dias.

[51] "Escrito lentamente - as primeiras notas abandonadas são de 1937 - até o final da vida, em 1953, o livro mistura a narrativa do quotidiano imediato da prisão com reflexões retrospectivas sobre sua atividade literária". Zenir Campos Reis. "Tempos Futuros". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.) – *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995, pp. 37-38 (texto publicado originalmente na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* nº 35, São Paulo, 1993).

De maneira análoga, pode-se observar que a experiência do cárcere demarca como um padrão lusitano (marco pombalino encoberto pelo tempo e pelas folhagens) os textos ficcionais que Graciliano Ramos escreveria posteriormente. A experiência do cárcere está presente de forma alegórica no conto "A terra dos meninos pelados", que escreveu em casa de José Lins do Rego pouco depois de ter sido libertado[52] e, também, em alguns contos enfeixados em *Insônia*.

Citando um trecho contido em *Viagem*, Zenir Campos Reis lembra que o próprio autor teria julgado a experiência nos cárceres do Estado Novo como essencial para a elaboração de *Vidas Secas*:

> "Certo crítico, anos atrás, me insinuara utilizar num romance os camponeses do Nordeste. Apesar de sertanejo, achava-me incapaz de fazer isso, e antes de viver com estes homens na cadeia, dormindo em esteiras podres e dividindo fraternalmente os percevejos, não me arriscara a aceitar o conselho".[53]

Memórias do cárcere situa-se no período em que o escritor ficou preso nos cárceres pré-estadonovistas, de março de 1936 a janeiro de 1937. Editado originalmente em quatro volumes e narrado em primeira pessoa, o livro é de certo modo uma autobiografia que transita no interior de uma ambigüidade que estende e tensiona os limites desse gênero textual a uma perspectiva permanentemente crítica.

---

[52] O conto desenvolve a temática da exclusão, vivida por um menino que é rejeitado por ter a cabeça raspada e, portanto, ser diferente dos demais. Clara Ramos (*Cadeia*) considera que a obra "traz a marca das humilhações sofridas pelo escritor na Ilha Grande". Lembremos aqui a cena: "À esquerda um sujeito de zebra indicou uma cadeira e entrou a desculpar-se: infelizmente era obrigado a tosquiar-me" (MC, III, pp. 68-69). Em outro texto (*Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*)., a autora vê na alegoria de Tatipirum - país habitado por crianças semelhantes ao protagonista - uma "fantástica evasão para lugares oníricos, onde se é amado em vez de perseguido".

[53] Graciliano Ramos, *Viagem.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 128 (apud Zenir Campos Reis. "Tempos Futuros". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.) – *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, p. 32). O autor do ensaio observa que a afirmação adverte o leitor acerca das exigências éticas e estéticas da escrita de Graciliano Ramos. Observa ainda que sertanejos e camponeses comparecem em *São Bernardo* ou *Angústia*, mas figuram nesses livros isolados e em posição lateral, enquanto que em seu último romance toda uma família de sertanejos pobres ocupa o centro da narrativa. Publicado em 1938, *Vida Secas* retrata o drama de uma família de retirantes nordestinos assolada pela miséria e pela seca. Estruturado em treze "capítulos", escritos e publicados inicialmente como episódios separados mas que podem ser lidos como contos ou narrativas autônomas, o romance foi escrito numa pensão do bairro do Catete, no Rio de Janeiro, pouco depois de o escritor alagoano ter saído do cárcere. Graciliano teria elaborado os capítulos do livro em seis meses e, premido por dificuldades financeiras, teria optado por publicá-los em partes. Sobre as circunstâncias de composição da obra, ver os livros de Paulo Mercadante (*Graciliano Ramos: o manifesto do trágico*) e Dênis de Moraes (*O velho Graça*). Este último autor afirma que o processo de composição da obra seria, por razões de ordem financeira, dos mais originais da literatura brasileira.

Como se sabe, o gênero autobiográfico é marcado por uma unidade nem sempre correspondente ao vivido. Graciliano subverte esse princípio - e o lento processo de redação e elaboração da obra certamente contribuiu de forma decisiva para isso. O que confere perenidade às suas memórias é justamente o fato de a narrativa transitar no interior dessa ambigüidade, dessa perspectiva que exige do leitor uma postura permanentemente ativa.

Em *Memórias do cárcere* há ainda referências diretas e alusões que nos permitem afirmar que Graciliano Ramos faz nesse livro um reexame não apenas de sua própria obra, mas também de sua atividade como escritor e da própria atividade literária. Além disso, parece haver uma sutil análise política subjacente à obra, que acaba se constituindo num profundo olhar acerca do período pré-estadonovista (construído retrospectivamente, cumpre lembrar), estruturado a partir de uma perspectiva individual (como, aliás, qualquer discurso), porém não particularizada, uma vez que se toma como ponto de partida para uma amplitude maior que a do sujeito do enunciado e da enunciação.[54]

No âmbito de nosso trabalho, pretendeu-se examinar alguns aspectos da obra que consideramos essenciais e que não são estanques, embora os abordemos inicialmente de forma isolada. Antes, porém, seria importante resgatar em poucas linhas a trajetória carcerária do escritor - odisséia kafkiana que o levou, sem acusação e sem processo formado, a perambular durante dez meses pelos cárceres do getulismo.

Ao ser preso, em março de 1936, o escritor é levado ao quartel 20º Batalhão dos Caçadores, em Maceió. Depois, é enviado de trem até o Recife, sendo então conduzido ao Forte das Cinco Pontas (onde permaneceria por cerca de quinze dias). Após as duas estadas é lançado ao porão do navio Manaus, sendo conduzido até o Rio de Janeiro. Ali ficaria acomodado inicialmente em uma sala anexa à Casa de Correção, e, logo depois, nas dependências do Pavilhão dos Primários, pertencente ao mesmo conjunto prisional. Alguns meses depois (meados de junho) é levado até a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, sendo reconduzido em julho de 1936 à Casa de Correção, de onde sairia em janeiro do ano seguinte.

---

[54] Boris Schnaiderman destaca uma distinção fundamental que seria subjacente à escrita de *Memórias do cárcere*: a relação entre o sujeito do enunciado (o Graciliano da época em que a ação decorre) e o sujeito da enunciação (no caso, o narrador-autor, biograficamente definido). A tese central do autor é a de que "o sujeito da enunciação procura dar voz ao outro sujeito, mas nem sempre a fusão se dá totalmente, percebe-se até certo distanciamento entre os dois" ("Duas vozes diferentes em *Memórias do cárcere?*". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, nº 23, jan-abr 1995, pp. 332-337). Wander Melo Miranda afirma, por sua vez, que o próprio narrador disseminado no universo romanesco e memorialístico de Graciliano é tomado como "objeto de cerrada reflexão e experimentação textual" ("Atualidade de Graciliano Ramos". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). Graciliano *revisitado*, p. 82).

A trajetória do prisioneiro corresponde, assim, não exatamente ao encadeamento da narrativa, mas sim à estrutura dos quatro volumes: “Viagens” (volume I), “Pavilhão dos Primários” (volume II), “Colônia Correcional” (volume III) e “Casa de Correção” (volume IV).

Isso se faz necessário para enunciar ao leitor o critério que adotamos para abordar a obra: apesar do constante fluxo de consciência que preside a narrativa ao longo dos quatro volumes - marcada em vários momentos por uma ruptura da linearidade temporal -, operamos os recortes temáticos que passaremos a abordar relacionando-os aos espaços em que o escritor permaneceu encarcerado.[55]

[55] Esse procedimento encontra sua razão de ser no entendimento de que, em Graciliano Ramos - conforme sugestão de Zenir Campos Reis, em exposição sobre o autor - o espaço é concebido como o local do conflito.

4.1.1 A temática da despersonalização

A temática da despersonalização está presente em todo o livro. Graciliano Ramos a examina sob vários ângulos, a começar pela caracterização das circunstâncias de sua prisão e dos efeitos imediatos causados pelo encarceramento:

> "Nada afinal do que eu havia suposto: o interrogatório, o diálogo cheio de alçapões, alguma carta apreendida, um romance com riscos e anotações, testemunhas, sumiram-se. Não me acusavam, suprimiam-me". (MC, I, p. 31)[56]

> "As idéias partiam-se a cada instante, desagregavam-se. (...) Interiormente achava-me tranqüilo. Ou antes, achava-me indiferente. Sumia-se até a curiosidade inicial. (...) Operava-se assim, em poucas horas, a transformação que a cadeia nos impõe: a quebra da vontade". (MC, I, pp. 33-34)

Atento não apenas aos efeitos que o cárcere operara sobre sua pessoa e sobre os outros presos, o olhar do escritor dirige-se também aos agentes encarregados da ação repressiva. Em meio aos rumores noturnos da caserna em Maceió, sem saber ao certo quantos metros o fio que o amarrava poderia estender-se para que pudesse ir ao mictório, o narrador tece considerações em torno da disciplina militar, examinando em tom reflexivo o fato de um soldado permanecer à porta de uma saleta durante horas como um espantalho[57] - "estafermo carrancudo", em posição de sentinela, fuzil em punho - aguardando a chegada de seus superiores:

> "Não era mais simples trancarem a porta? Aquele dispêndio inútil de energia corroborava o desfavorável juízo que eu formava da inteligência militar. (...) O sujeito firme, encostado ao fuzil. Iria passar ali a noite, dormir em pé? (...) Enfim que significação tinha aquilo? Pretenderiam manifestar-me deferência, considerar-me um sujeito pernicioso demais, que era preciso vigiar, ou queriam apenas desenferrujar as molas de um recruta desocupado?" (MC, I, p. 32) [58]

---

[56] As citações extraídas de *Memórias do cárcere* serão indicadas de forma abreviada.

[57] Precaução caracterizada como estúpida, uma vez que o escritor aguardara a chegada da polícia em casa.

[58] Logo em seguida, a conclusão se impõe: "aquela extensa vigília só tinha o fim de embrutecê-lo na disciplina". Alguns capítulos depois, o narrador desenvolve a idéia de que o rigor militar talvez fosse algo superficial: "Decoradas certas fórmulas, aprendidos os movimentos indispensáveis, pode o soldado esquecer obrigações, até princípios morais aprendidos na vida civil. O essencial é ter aparência impecável". O autor chega a sugerir que em ambiente castrense desenvolver-se-iam virtudes como a dissimulação e a hipocrisia, "um servilismo que às vezes oculta desprezo ao superior" (MC, I, p. 64).

Ao narrar a chegada à estação ferroviária de Recife, ocasião em que é recebido por um oficial de modos corteses que em seguida o conduz de quartel em quartel devido à ausência de vagas nas acomodações castrenses[59], o autor tece profunda análise sobre a desorientação causada pela vigilância contínua e pelos deslocamentos constantes, sem deixar de entrever uma lógica (ainda que canhestra e sinistra) nos procedimentos obscuros da repressão:

> "Aquela contradança me desorientava. Submetera-me em vinte e quatro horas ao mulato rodopiante, ao oficial mudo, à sentinela, ao Tavares, ao rapaz atencioso. (...) A vigilância contínua, embora exercida por uma estátua armada a fuzil ou por uma criatura amável em excesso, começava a angustiar-me. (...) Essa idéia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas, ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absolvido e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como se o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará. Condenaram-no antes do julgamento, e nada compensa o horrível dano. Talvez as coisas devam ser feitas assim, não haja outro meio de realizá-las. De qualquer modo isso é um iniqüidade - e a custo admitiremos que uma iniqüidade seja indispensável". (MC, I, pp. 45-46)

O narrador teme não observar as sutilezas inscritas nos códigos disciplinares num lugar onde imperava o receio de dizer coisas impensadas e em que "a falta de um gesto implicava censura". Atento ao pormenor e ao genérico, constrói expressiva metáfora e poderosa antítese para dar conta do fenômeno persecutório:

> "Apavorava-me supor que uma indiscrição minha poderia fornecer aos carcereiros uma pista. Realmente não me informara de quase nada, eles deviam saber muito mais que eu, mas talvez uma indicação lhes fosse útil. O pormenor insignificante reforçaria provas, constituiria o elo necessário a uma cadeia interrompida. É desses pequeninos grãos que a polícia constrói os seus monumentos de misérias". (MC, I, p. 54)

[59] Dênis de Moraes refere cerca de três mil presos em Recife (*O velho Graça*, p. 106).

É com o mesmo espírito que o prisioneiro examina em uma "cela confortável" do quartel as possíveis razões de sua futura transferência:

> "(...) era presumível que, deixando-me na superfície algum tempo, quisessem dar-me um súbito mergulho nas profundidades, submeter-me a variações dolorosas. Mais tarde essa segunda hipótese pareceu confirmar-se, embora eu hesite em afirmar que na modificação operada tenha havido um desígnio. (...) Numa perseguição generalizada, éramos insignificâncias, miudezas supressas do organismo social, e podíamos ser arrastados para cima e para baixo, sem que isto representasse inconveniência. Informações vagas e distantes, aleivosias, o rancor de um inimigo, deturpações de fatos, de repente nos causariam choques e mudanças. Dependíamos disso. E também dependíamos do humor dos nossos carcereiros". (MC, I, pp. 84-85)

A partir da transferência para o porão do navio Manaus, a despersonalização passa a ser entrevista sob um ângulo correlato, porém mais verticalizado: o da animalização a que eram submetidos os prisioneiros. O narrador não deixa de anotar, por exemplo, o fato de o grupo a que fora incorporado ter sido transportado de caminhão, espremido "como galinhas em jacás". Mais que isso, chega a sugerir que o procedimento de separar os presos e depois reuni-los em rebanho indistinto tinha o objetivo de provocar cisões entre os detentos:

> "Tínhamos vivido num quartel do exército, separados: talvez nos houvessem oferecido tratamento diverso para semear discórdia. Reuniam-nos agora, transferiam-nos à polícia - e os ressentimentos iam explodir. Devia ser essa a razão do afastamento, embora só a tenhamos percebido muito depois. Naquela hora, sacolejados no carro de molas duras, entre fuzis ameaçadores e carrancas, éramos um pequeno rebanho apático". (MC, I, p. 123)

A despersonalização avança, na visão do próprio narrador:

> "Uma dualidade, talvez efeito da cadeia, principiava a assustar-me: a voz e os gestos a divergir de sentimentos e idéias". (MC, I, p. 130)

A mesma concepção é reafirmada quando a narrativa se situa no porão do navio Manaus:

> "Esse automatismo, renovado com freqüência nas cadeias, é uma tortura; as pessoas livres não imaginam a extensão do tormento. Certo há uma razão para nos mexermos desta ou daquela maneira, mas, desconhecendo o móvel dos nossos atos, andamos à toa, desarvorados. Roubam-nos completamente a iniciativa: os nossos desejos, os intuitos mais reservados, estão sujeitos a verificação (...). Perdemo-nos em conjecturas". (MC, I, p. 193)

Focalizando as mudanças abruptas no tratamento e a perda das referências habituais a que eram submetidos os presos descritos em *Memórias do cárcere*, Zenir Campos Reis observa que o mecanismo da despersonalização é desmontado no texto: "consiste basicamente em suprimir referências permanentes, no desenraizamento, na oscilação imposta - da

degradação a uma consideração fingida e igualmente imposta". E acrescenta: "As mudanças de prisão, repetidas - melhores, piores - são o seu lado mais visível".[60]

A reflexão do crítico nos permite traçar uma importante caracterização a respeito da dimensão humanista subjacente às *Memórias do cárcere*: a de que Graciliano estaria atento não apenas às várias formas de despersonalização e dissolução da identidade perpetradas pelo cárcere, nem tampouco às suas manifestações mais aparentes, mas sobretudo às suas manifestações mais profundas - intencionais ou não, ainda que todas derivadas de condição imposta.[61]

No livro, podemos acompanhar a preocupação do autor em anotar as múltiplas faces desse processo de manipulação e dissolução da identidade - de que são índice não apenas a desumanização e a animalização, mas também fenômenos correlatos como as pequenas psicoses ou mesmo a loucura[62], as violências praticadas entre os próprios presos[63], a adaptação ao cárcere enquanto processo derivado da degradação e do rebaixamento produzidos pela segregação em ambiente de confinamento ou mesmo as tentativas de cooptação[64].

José Lins do Rego considerou *Memórias do cárcere* uma "descida aos infernos". Zenir Campos Reis afirmaria, por sua vez, que ao ser preso Graciliano Ramos se *aprofundaria* nesse universo[65].

---

[60] "Memórias do cárcere: compreender, resistir". *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 29 de julho de 1984.

[61] Afonso Henrique Fávero observa que em *Memórias do cárcere* "serão muitas as referências de Graciliano à intenção manifesta que havia naquele sistema sinistro de infligir aos presos uma espécie de dissolução de suas identidades". Graciliano não deixa dúvidas quanto a isso ao descrever a cela que ocupou durante dois dias em um anexo da Casa de Detenção, antes de ser transferido para o Pavilhão dos Primários: "Exposição humilhante era a sórdida latrina, completamente visível. (...) A ausência de porta, de simples cortina, só se explicava por um intuito claro da ordem: vilipendiar os hóspedes. Nem cadeiras, nem bancos, inteiro desconforto, o aviltamento por fim, a indignidade". (MC, I, p. 225) Veja-se ainda a questão da anafrodisia (ausência de desejo sexual), motivada pelo encarceramento e também pelo café que era oferecido aos presos (MC, II, p. 40).

[62] Veja-se, por exemplo, a insistência irônica do narrador em mencionar o memorável anarquista português que cacarejava e cultivava no cárcere um inusitado "talento galináceo", ou então o tom sombrio com que retrata o preso que, julgando ouvir o som de uma metralhadora, acreditava que a revolução tivera início e acordava os companheiros à noite: "E o homem se desvairava, facilmente mudava em realidade o seu desejo, resolvia-se a acordar as pessoas para transmitir-lhes a convicção e a demência". (MC, II, p. 22)

[63] Examinaremos esse aspecto mais adiante, ao abordarmos um dos episódios mais contundentes narrados em *Memórias do cárcere*: o do estupro de um dos presos comuns pelos seus pares durante a travessia para o presídio da Ilha Grande.

[64] Veja-se a narrativa da cena em que o escritor, levado à coberta do navio Manaus, observa com langor uma curiosa esteira de algas ("ferrugem viva que o navio sulcava") e sente o desejo de voltar ao porão: "Ia-me habituando àquela existência de bicho em furna; as desgraças, repetindo-se, deixam de impressionar-nos, mudam-se em fatos normais. (...) Ganhávamos calos na alma, atenuavam-se as misérias por falta de comparação. Realmente infeliz era o pobre Manuel Leal, que resistia, se esforçava por estabelecer entre nós diferenças impossíveis. Em geral nos acomodávamos, de qualquer jeito". (MC, I, p. 195) O mesmo fenômeno é referido quando a narrativa se situa no Pavilhão dos Primários: "Afeito à solidão no quartel, à promiscuidade animal na viagem, habituara-me com surpresa à vida nova". (MC, II, p. 24) Veja-se também, quanto ao último aspecto citado no corpo do texto, a recusa do escritor em redigir um discurso laudatório ao diretor da prisão (MC, III, capítulo 22).

[65] "Preso em 1936, Graciliano Ramos por cerca de um ano se aprofundaria no inferno carcerário, de que sua obra já oferecera retratos parciais" ("Memórias do cárcere: compreender, resistir". *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 29 de

É certo que em *Memórias do cárcere* o inferno carcerário é entrevisto e esquadrinhado em diferentes momentos e sob diferentes perspectivas - lembremos aqui, de maneira prosaica, o aforismo popular segundo o qual o diabo "tem muitas faces". Entretanto, nada se equipara à descrição que o autor nos oferece do porão do navio Manaus. Por meio de uma criteriosa seleção vocabular e recorrendo a uma profusão de figuras de linguagem, Graciliano Ramos compõe um cenário dantesco, que em tudo lembra a atmosfera nefanda dos tumbeiros imortalizados por Castro Alves.

"Espaço vago, de limites imprecisos, envolto em sombra leitosa". No "porão ignóbil", arremessados à "furna medonha", os presos antes incomunicáveis entre si experimentam um destino comum: ziguezagueando em meio a caixotes e restos de comida, respiram amoníaco amontoados no "charco ardente". Na "infame arapuca", a respiração conjunta em meio ao ar escasso e envolto em pestilências. O cheiro acre e a sujeira insuportáveis, o calor sufocante e nauseabundo a se estender por todo o "curral flutuante". O "labirinto de redes" a emaranhar-se e a balançar com o movimento do navio.

---

julho de 1984). O autor inicia este artigo fazendo alusão aos três primeiros romances de Graciliano, nos quais a exigüidade do espaço e a memória aparecem representados com conotação próxima ao universo carcerário, retratado pois ainda que de forma parcial: refere a vigília coletiva de oito dias em torno de um moribundo em *Caetés*, durante a qual as pessoas vão se asselvajando, bem como refere Paulo Honório e Luis da Silva atormentados pela memória em *São Bernardo* e *Angústia*). "O espaço mingua, a memória avulta. Aquela exigüidade de espaço tem qualquer coisa de carcerário".

Relembre-se também aqui o conto "Um cinturão" (quarto capítulo de *Infância*), em que o autor alagoano tece considerações sobre a justiça a partir do episódio do castigo físico executado pelo pai.: sensação de esmagamento e impotência: "As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão". (...) "E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra. Foi esse o primeiro contato que tive com a justiça". Vários autores afirmam que o episódio do cinturão é paradigmático para ampliar as dimensões do ambiente opressivo e autoritário em que viveu o autor alagoano. Comentando a recepção crítica de *Infância* (1945), Dênis de Moraes observa que "a revelação do tempestuoso, repressivo universo familiar e social que moldara a essência da personalidade de Graciliano causaria forte impacto" (*O velho Graça*, 220). Valentim Facioli ("Um homem bruto da terra". In: GARBUGLIO, José Carlos [et alli]. *Graciliano Ramos*, pp. 27) relembra a atmosfera de medo que presidiu a formação do escritor, que aprendeu as primeiras letras "agüentando pancada": "O tom geral dessa infância não tem alegrias a demonstrar: o medo, o pavor, as pancadas, a cegueira ocasional, os apelidos aviltantes, a dura experiência das hostilidades. (...)". José Carlos Garbuglio, por sua vez, observa que *Infância* "transcende a vida de Graciliano para se colocar como julgamento severo do meio, e da formação do homem do Nordeste" (Idem, p. 173).

A imagem que se fixa é a de uma boiada numerosa:

> "Era como se fossemos gado e nos empurrassem para dentro de um banheiro carrapaticida. (...) Simples rebanho, apenas, rebanho gafento (...) necessitando creolina. Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam". (MC, I, p. 125)

O narrador descreve de maneira recorrente a prostração coletiva dos presos, os pulmões opressos da turba que habitava o "horrível forno" em modorra agoniada, o teto baixo ("tampa da nossa catacumba"), a imagem repulsiva de um preso a masturbar-se em "pesadelo obsceno". Cenário de degradação, lugar infame:

> "Não se notava ali desprezo à opinião pública: notava-se indiferença perfeita. O animal nem tinha consciência de que nos ofendia". (MC, I, p. 134)

> "Suscetibilidades, retalhos de moral, delicadezas, pudores, se diluíam; esfrangalhava-se a educação: impossível manter-se ali". (MC, I, pp. 135-136)

Ao narrar a chegada do navio à baía de Guanabara, o autor faz alusão às premonições sombrias a respeito da Colônia Correcional de Dois Rios ("antecipação dos campos de concentração nazistas", como observou Gorender) e, também, à dissolução das camaradagens que, apenas esboçadas no porão infecto, certamente não sobreviveriam devido à separação provocada por um novo deslocamento:

> "As notícias da colônia eram indefinidas e agoureiras, talvez mais alarmantes por não se determinarem; a mais simples referência ao desgraçado lugar gelava as conversas e escurecia os rostos". (MC, I, p. 212)

> "Iam sem dúvida separar-nos, e no porão tinham começado a esboçar-se camaradagens, apoiávamos nelas a nossa fraqueza". (MC, I, p. 215)

Transferidos em ônibus gradeados, os presos são conduzidos de prisão em prisão devido à falta de vagas até chegarem à Casa de Detenção. A triagem dos presos é descrita por Graciliano Ramos de forma contundente:

> "Minutos depois estávamos na secretaria, em pé, de cócoras, sentados em malotes, arriados em bancos; alguns se aproximaram de mesas sujas de poeira, ouviram as perguntas de três funcionários hábeis dispostos a caracterizar-nos, arrumar-nos convenientemente no papel. Bem. Agora nos personalizavam. Tínhamos sido aglomeração confusa de bichos anônimos e pequenos, aparentemente iguais, como ratos. Decidiam, em meia dúzia de quesitos, diferenciar-nos" (MC, I, p. 218).[66]

[66] Note-se que o escritor não declara religião, o que traz confusão mental ao funcionário. "Se me acanalhasse afirmando possuir um Deus, mandar-me-iam para lugar razoável, uma espécie de purgatório" (MC, I, p. 220). Mais adiante, quando é fichado na Colônia Correcional, o narrador refere-se novamente às "formalidades inevitáveis na burocracia das prisões" e em seguida observa: "A degradação se realizava dentro das normas" (MC, III, p. 61).

Mas o livro não se reduz a um simples inventário de atrocidades perpetradas sob o nosso "pequenino fascismo tupinambá". Ao longo dos quatro volumes de *Memórias do cárcere* pode-se identificar a preocupação do autor em anotar e esquadrinhar, como o dissemos, não apenas as inúmeras formas sob as quais se dava o fenômeno da despersonalização entre os presos, mas também as maneiras pelas quais opunham algum tipo de resistência à situação de degradação em que se viram jogados.[67]

Zenir Campos Reis considera que a narrativa constitui "um belo documento da resistência à despersonalização"[68]. O autor aponta a organização do Coletivo - recordemos aqui, no sentido lato que se atribui ao termo *comemorar*, as aulas de língua e matemática, as conferências políticas, econômicas e filosóficas, as encenações teatrais, a simulação de transmissões radiofônicas pela "Rádio Libertadora", o exercício dos dotes artísticos e outras iniciativas coletivas e individuais dos presos (a organização da biblioteca, os jogos de xadrez, a ginástica) - como fundamental para que os presos pudessem oferecer resistência à degradação imposta pelo cárcere.

O primeiro contato com o Coletivo ocorre antes da transferência do escritor para o Pavilhão dos Primários:

> "(...) Bem. Estávamos diante de uma organização. Nada sabendo a respeito, fomos cautelosos nas respostas. (...) O certo é que muitos se imaginavam numa tocaia, longa reserva encolhia os nordestinos suspeitosos. Não nos fiaríamos em gente desconhecida. Veio-me à lembrança a opinião de Miguel Bezerra quando apareci a bordo [do Manaus]: vendo a roupa de casimira e o chapéu de palha, julgara-me instrumento da polícia". (MC, I, p. 230-231)

---

[67] A caracterização da animalização se dá em vários momentos por meio de uma narrativa microscópica carregada de metáforas, hipérboles e metonímias: o narrador não deixa de anotar, por exemplo, o som dos tamancos e o tropel dos presos "batendo os cascos" nos degraus de ferro, a chegada dos detentos ao Pavilhão dos Primários "em pequenos grupos bisonhos" deixando-se arrastar como "carneiros dóceis", o corpo sendo picado à noite pelos percevejos. "À noite deixavam-nos repousar alguns minutos: era como se calculassem o tempo, soubessem a hora de atormentar-nos. (...) Invisíveis, pertenciam com certeza ao organismo policial, realizavam fiéis a tarefa de importunar-nos da melhor maneira" (MC, II, p. 56). A analogia estabelecida entre os percevejos e os funcionários do aparelho policial é carregada de simbologia e é curioso o fato de o narrador, ao descrever a cena em que os presos se organizam para enfrentar os insetos, aludir mais uma vez aos órgãos repressivos: numa verdadeira operação de guerra, os percevejos são combatidos com água, fogo, creolina e sabão, porém inutilmente: ao final da operação eles retornam, como que refratários ao extermínio.

[68] "Memórias do cárcere: compreender, resistir". *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 29 de julho de 1984.

Já no Pavilhão dos Primários, o contato mais direto permite ao escritor formular a respeito da organização dos presos (agora tratados como "companheiros") definição mais precisa, perpassada a um só tempo pela lucidez quanto à sua importância em situação de exceção e pelo travo irônico em relação aos algozes que a instituíram:

> "Percebi entre os meus companheiros uma esquisita amabilidade: antes de pedir, ofereciam. Alguém me veio perguntar se necessitava qualquer coisa, dinheiro, cigarros. Nada me faltava, agradeci. A resposta era infalível: os meus escrúpulos me levariam a recusar a assistência, ainda que me achasse em penúria. Tratava-se então de saber se me era possível contribuir para o coletivo. Sem dúvida, mas que vinha a ser aquilo? *Um organismo a funcionar, com excelentes resultados, em prisão política*. A oferta e o pedido me revelavam de pronto um dos seus fins: estabelecer o equilíbrio. À testa dele, uma comissão de cinco membros, eleitos por alguns meses, zelava a ordem, a higiene, entendia-se com o mundo lá de fora utilizando as visitas, levava à administração do estabelecimento exigências e protestos. Como o diretor não aparecia, a autoridade próxima era o coletivo. Fundara cursos de línguas e ambicionava instituir uma universidade popular". (MC, II, p. 19 – grifo nosso) [69]

Deve-se observar também a freqüente humanização que está presente na caracterização dos personagens (os guardas, os carcereiros, os faxinas) que ocupam o submundo carcerário descrito em *Memórias do cárcere*[70]. É nesse sentido que entendemos o que Zenir Campos Reis aponta como sendo um outro procedimento que teria presidido as intenções do autor como mencionado anteriormente - qual seja, o de não apenas descrever as estratégias de sobrevivência dos detentos, mas também *construir* uma outra forma de resistência (agora pela narrativa) à despersonalização coletiva operada pelo cárcere: "Fundamental também a tarefa de individualizar as pessoas (...), atribuir o seu a seu dono".[71]

O rigor com que Graciliano examina as atitudes dos outros presos é demarcado por uma amplitude (ou mesmo oscilação) que, se não chega a estabelecer o relativismo, é bastante vasta: assim, por exemplo, depois de dirigir em vários momentos da narrativa impropérios ao prisioneiro que lhe extorquira cinco mil réis após a venda de uma rede, sobrevém a atitude comedida em relação ao gesto do outro.

---

[69] A descrição do coletivo também ocupa as páginas do magnífico livro de Mário lago: *Reminiscências do Sol Quadrado*, que comentaremos em trabalho posterior que pretendemos dedicar à literatura carcerária relativa ao regime militar (1964-1984), apesar de o autor ter sido preso político também durante a ditadura de Vargas.

[70] "Sob o alpendre passavam figuras rijas e automáticas. Mas as que tinham estado em contato conosco eram compreensivas e humanas" (MC, I, p. 80).

[71] "Memórias do cárcere: compreender, resistir". *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 29 de julho de 1984.

Isso leva o narrador a associar o comportamento do prisioneiro a uma reflexão geral sobre a economia carcerária e, também, a uma reflexão sobre as particularidades, idiossincrasias e distinções de classe que vicejavam no porão:

> "Fumando em excesso, resolvi, por economia, usar cigarros ordinários: três, quatro maços por dia abalavam-me as finanças curtas. Quase todos ali nos inquietávamos com essas pequenas despesas: se esgotássemos a reserva mesquinha, estaríamos desarmados e a vida se tornaria insuportável. Nada produzíamos e gastos insignificantes nos causavam apreensão; o dinheiro adquiria um valor que lá fora estranhariam. Assim pensando, chegaríamos a desculpar o mulato que se escondia nos lugares piores, longe da luz e do ar: os cinco mil-réis lhe eram talvez indispensáveis.
>
> Apenas dois homens, suponho, se mostravam alheios ao assunto que nos preocupava: capitão Mata e Sebastião Hora, o primeiro por ser criatura parcimoniosa em demasia, o segundo por desejar manter no porão os seus hábitos ordinários". (MC, I, p. 204)

O narrador-protagonista dirige o mesmo olhar crítico aos próprios hábitos e atitudes, sem deixar de lado a referência mais geral à caracterização política que os mínimos episódios abrigam e despertam. Assim procede, por exemplo, a propósito da aquisição de uma garrafa de aguardente:

> "(...) Informei-me do preço. Como o vendedor se negasse a indicá-lo, esperando com certeza paga generosa, dei-lhe o triplo da quantia exigida em minha terra. De nenhum modo o homem pareceu comover-se: o negócio de álcool nas prisões, clandestino e perigoso, requer lucro extenso, coisa que me passara despercebida. Desarrolhei o contrabando e em redor percebi numerosos canecos a ameaçá-lo. Fiz uma distribuição avara, contando os pingos, o que não me livrou de uma perda avaliada em trinta por cento. Considerei o dever de solidariedade e o prejuízo, tomei um copo e fui trancar-me no camarote do padeiro [local em que escrevia]". (MC, I, p. 205)

E, logo em seguida:

> "Mas não me achei só: Mário Paiva se sentiu de repente meu amigo íntimo e, julgando imprudência abandonar-me em semelhante situação, acompanhou-me. Sem dúvida essa camaradagem me serviu muito: se me arriscasse, debilitado, com o estômago vazio, a ingerir tudo aquilo, provavelmente me arrasaria. O ator se dispunha a não me deixar a probabilidade mais ligeira de adoecer: pelos modos, queria afrontar sozinho todas as inconveniências; mas aí fiz valer o meu direito de proprietário, decidi efetuar um racionamento enérgico. Media atento as duas porções, enganando-me algumas vezes contra o hóspede". (MC, I, p. 205)

De maneira análoga, ao narrar a chegada ao Forte das Cinco Pontas, o escritor reflete sobre o preconceito que nutria em relação aos militares, examinando-o em suas determinações:

> "Na verdade me achava num mundo bem estranho. Um quartel. (...) Aparecia-me de chofre interiormente, indefinido, com seu rígido simbolismo, um quadro de valores que me era impossível recusar, aceitar, compreender ao menos. Tinha-me livrado em poucos meses do serviço militar, numa linha de tiro, sem nenhum patriotismo, apenas interessado na ginástica. Habituara-me cedo a considerar o exército uma inutilidade. Pior: uma organização maléfica. Lembrava-me dos conquistadores antigos, brutos, bandidos, associava-os aos generais modernos, bons homens, excelentes pais de família, em todo o caso brutos e bandidos teóricos, mergulhados numa burocracia heróica e dispendiosa. Mais tarde, numa prefeitura da roça[72], percebera que os melhores trabalhadores, os mais capazes, tinham sido soldados - e aquele ninho de parasitas se revelara incongruente. Uma idéia preconcebida, rigorosa, esbarrava com a observação. Nada mais besta que as generalizações precipitadas. A antipatia que os militares me inspiravam com certeza provinha de nos separarmos. Eu achava as fórmulas deles, os horríveis lugares-comuns, paradas, botões, ordens do dia e toques de corneta uma chatice arrepiadora; se algum deles atentasse nas minhas ocupações, provavelmente as julgaria bem mesquinhas". (MC, I, pp. 48-49) [73]

O olhar do escritor, entretanto, permanece atento aos casos refratários - os "personagens" que insistem em permanecer em atitude de indiferença são tratados também dessa maneira: com poderosa adjetivação, como nos lembra Gorender, Graciliano chega a anotar às vezes apenas de relance a indiferença burocrática de um carcereiro a mastigar torradas num "resmungo cavernoso"[74].

---

[72] O autor provavelmente refere aqui o período em que foi prefeito de Palmeira dos Índios.

[73] Um pouco mais adiante, a idéia é reafirmada: "Julgava-os ásperos, severos, carrancudos (...). E aquele, amável, discreto, de aprumo perfeito e roupa sem dobras, realmente me desorientava. Surpresa tola, por causa das generalizações apresadas" (MC, I, p. 50). A honestidade intelectual do narrador perpassa o livro, inclusive na exposição de seus próprios preconceitos em torno do homossexualismo e na busca recorrente da compreensão: "Será um nojo natural ou imposto? Quem sabe se ele não foi criado artificialmente, com o fim de preservar o homem social, obrigá-lo a fugir de si mesmo?" (MC, II, p. 151)

[74] Jacob Gorender observa que, se em *Memórias do cárcere* num momento ou outro "aparece uma face humanizada como a do capitão Lobo ou a do sargento da Ilha Grande, sobreleva na ambiência recriada o impacto do mundo carcerário".

4.1.2 A análise política contida em *Memórias do cárcere*

A análise política permeia todo o livro - é certo que sem deferência à linearidade e de forma digressiva, mas de modo tal que revela a urdidura de uma fina teia cujos tremores - quando ela é tocada - atingem toda a narrativa e despertam o leitor - como a uma aranha - para incursões por assim dizer mais profundas.

Isso ocorre, por exemplo, quando o narrador se detém na apreciação dos motivos de sua prisão. Rodando pelas ruas de Maceió com a "vaga compreensão de ter caído numa ratoeira suja", o narrador observa que o tenente que o acompanhava até o quartel do 20º Batalhão dos Caçadores (o mesmo sujeito que lhe pedira, no mês anterior, a promoção de uma sobrinha) por certo não determinara a sua prisão, mas era curioso encarregar-se dela:

> "Desejariam os poderes públicos que eu mandasse aprovar com dolo a sobrinha do tenente (...)? Não me exigiriam expressamente a safadeza, mas deveriam existir numerosos tenentes e numerosas sobrinhas, e a *conjugação dessas miuçalhas* mandava para a prisão um pai de família, meio funcionário, meio literato". (MC, I, p. 28 – grifo nosso)

E, também, pouco depois: "Julgava-me autor de várias culpas, mas não sabia determiná-las" (MC, I, p. 36). Apesar de julgar-se um "revolucionário chinfrim"[75], o narrador não deixa de ver a sua prisão como resultado de um conflito de classe. É o que se pode verificar quando, em uma estação de trem em Maceió, o protagonista se encontra de relance com o deputado e usineiro José da Rocha, que, ao vê-lo sendo conduzido por um investigador, lança-lhe o labéu de comunista:

> "Habituara-me cedo a odiar essa classe, e não escondia o ódio. Embora isto não lhe causasse nenhum prejuízo, era natural que, em hora de paixões acirradas, ela quisesse eliminar-me". (MC, I, p. 39)

---

[75] "Evidentemente as minhas reflexões tendiam a justificar a inércia, a facilidade com que me deixara agarrar. Se todos os sujeitos perseguidos fizessem como eu, não teria havido uma só revolução no mundo. Revolucionário chinfrim. Desculpava-me a idéia de não pertencer a nenhuma organização, de ser inteiramente incapaz de realizar tarefas práticas. Impossível trabalhar em conjunto. As minhas armas, fracas e de papel, só podiam ser manejadas no isolamento". (MC, I, p. 30)

Ao narrar a chegada ao quartel em que estivera preso em 1930 durante uma noite por ter-se metido numa "conspiração besta" (resistência ao golpe de Vargas), o escritor tece críticas ao tenentismo ("Dezesseis cretinos de um piquete de Agildo Barata haviam fingido querer fuzilar-me"[76]) e estabelece uma relação entre o movimento da década de 20 e a emergência do integralismo na de 30:

> "Parecera-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrório chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o resultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. (...) Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. (...) O Congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho - e vivíamos de fato numa ditadura sem freio. Esmorecida a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronices a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros". (MC, I, pp. 29-30)

Ao narrar a chegada da notícia, no quartel em Recife, de que Prestes fora preso na véspera (05 de março), o escritor faz a seguinte caracterização da Coluna por ele dirigida[77], como também da ANL e do levante de 35:

> "Eu não tinha opinião firme a respeito desse homem. Acompanhara-o de longe em 1924, informara-me da viagem romântica pelo interior, daquele grande sonho, aparentemente frustrado. Um sonho, decerto: nenhum excesso de otimismo nos faria ver na marcha heróica finalidade imediata. Era como se percebêssemos na sombra um deslizar de fantasma ou sonâmbulo. Mas essa estranha figura de apóstolo disponível tinha os olhos muito abertos, examinava cuidadosamente a vida miserável das nossas populações rurais, ignorada pelos estadistas capengas que nos dominavam. (...) Que significava aquilo? Um protesto, nada mais. Se por milagre a coluna alcançasse vitória, seria um desastre, pois nem ela própria sabia o que desejava. Sabia é que estava tudo errado e era indispensável fazer alguma coisa. Já não era pouco essa rebeldia sem objetivo, numa terra de conformismo e usura (...)". (MC, I, p. 69)

---

[76] Circunstância análoga viveu Dostoiévski (1821-1881), que foi preso e condenado à morte em 1849, acusado de participar de um complô para assassinar o czar Nicolau I. No derradeiro minuto, diante do pelotão de fuzilamento, teve a sentença comutada para quatro anos de trabalhos forçados na Sibéria, experiência que narra no livro *Recordações da casa dos mortos,* publicado em 1861. O paralelo entre *Memórias do cárcere* e a referida obra do autor russo, que aliás deu origem à nossa pesquisa, será traçado em trabalho posterior.

[77] A Coluna foi perseguida pelas tropas de Bernardes e percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, entre 1924 e 1926.

E, logo a seguir:

> "(...) Agora essa criatura singular, incapaz de retrocesso ou hesitação, possuía um roteiro - e, sem olhar atalhos e desvios, andaria seguro para a frente, insensível a estorvos e fadigas, sacrificando-se por inteiro e em conseqüência nenhum escrúpulo tendo em sacrificar os outros".

Quando a narrativa ainda se situa no quartel pernambucano, Graciliano rememora seu ex-companheiro de cela (Capitão Mata) a ouvir os toques de corneta e receando o aparecimento de um general no quartel: "Essa autoridade invisível, remota, com um rápido mandado nos cortara a vida social". Depois observa:

> "Começávamos a perceber que dependíamos exclusivamente da vontade desse cavalheiro. O interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos, não apareciam. Nem uma palavra de acusação. Permaneceríamos talvez assim. Com certeza havia motivo para nos segregarem, mas aquele silêncio nos espantava. Porque não figurávamos em autos, não arranjavam depoimentos, embora falsos, num simulacro de justiça? (...) Um tribunal safado sempre vale qualquer coisa, um juiz canalha hesita ao lançar uma sentença pulha: teme a opinião pública, em última análise o júri razoável. É esse medo que às vezes anula as perseguições. Não davam mostra de querer submeter-nos a julgamento. E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena, sem saber. Suprimiam-nos assim todos os direitos, os últimos vestígios deles. Desconhecíamos até o foro que nos sentenciava". (MC, I, p. 79)

Quando narra o encontro que teve no mesmo quartel de Recife com o general integralista - general que lhe lança o epíteto de comunista e declara que lamenta não ter permissão do governo para mandar fuzilá-lo -, Graciliano Ramos aproveita o episódio não apenas para comentar o "fuzilamento improvável", mas sobretudo para caracterizar o clima político existente à época:

> "No Brasil não havíamos atingido a sangueira pública. Até nos países inteiramente fascistas ela exigia aparência de legalidade, ainda se receava a opinião pública. Entre nós execuções de aparato eram inexeqüíveis: a covardia oficial restringia-se a espancar, torturar prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos". (MC, I, p. 90)

A partir da caracterização das duas figuras antagônicas que encontrara no quartel pernambucano (o capitão Lobo que lhe oferecera empréstimo e o general que manifestara o desejo de fuzilá-lo), Graciliano examina a questão da tolerância, bem como certas nuances em que se sustenta o seu extremo oposto, o desejo de eliminação da alteridade:

> "Capitão Lobo usava uma língua diferente da minha - e, enquanto repisava o discurso, martelando a expressão, limitava-me a atiçar o monólogo com alguma frase desfavorável, sorrir, contrariá-lo com movimentos de cabeça. Aceitava-lhe um reparo e negava a conclusão. Natural que ele me odiasse. Estávamos em pólos opostos, era como se pertencêssemos a espécies diversas. Espécies diversas? Isto não é uma razão. Gostamos de um gato, de

> um cachorro, de um papagaio, mas não suportaríamos esses bichos se eles pensassem de maneira diferente da nossa. (...) Se o capitalista fosse um bruto, eu o toleraria. Aflige-me é perceber nele uma inteligência, uma inteligência safada que aluga outras inteligências canalhas". (MC, I, p. 110)

Mais que isso, desenvolve a questão anterior e avança para uma análise da esfera judicial a partir de sua realidade processual, submetendo aquela a uma rigorosa avaliação política, conforme se pode ver nos dois trechos seguintes:

> "O general manifestara desgosto por não poder fuzilar-me: revelara fraqueza. Se ele embirrasse comigo e quisesse matar-me, comportar-se-ia animalmente, honestamente. Não embirrara, deixara-se levar por informações, obedecera às conveniências da classe detestada. (...) Numa explosão de franqueza, expusera um intuito irrealizável certamente escondido em numerosos espíritos". (MC, I, pp. 110-111)

> "Generais e capitães com certeza julgariam indispensáveis a rápida sentença obscura, o pelotão fúnebre, um corpo a cair junto a um muro. Iniqüidade? Não se trata disso. *O exemplo é necessário, a prisão serve de prova, pelo menos é indício forte, e a opinião pública se contenta com as aparências*. Infelizmente não havia a pena de morte - e o general se lastimava por não conseguir usá-la a torto e a direito". (MC, I, p. 111 – grifo nosso)

O longo parágrafo anterior - do qual extraímos as três últimas citações - é modelar e nele podemos observar um procedimento recorrente do narrador: o de situar a análise política de forma sutil e pouco discursiva. Utilizando-se do discurso indireto livre para incorporar de forma irônica os pensamentos do general ao seu discurso, o narrador serve-se do episódio também para anotar de que maneira a prisão funciona a um só tempo como *punição* e como *indício de culpa*.[78]

> "Como não se formulava acusação regular, era impossível defender-me; pusilanimidade inútil viver a declarar-me vítima; em conseqüência encorpavam suspeitas vagas, talvez me responsabilizassem pelos motins do ano anterior". (MC, I, p. 111)

> "(...) Um cidadão aparentemente normal decidia ferir os seus interesses e, coisa mais grave, os interesses da sua classe, envoltos em mantos sagrados. Obrigara-se a defender isso, por meios pacíficos ou com armas. (...) Capitão Lobo, portanto, fugia ao preceito, de certo modo havia no caso uma espécie de deserção. Impossível explicá-la. Se ele condenava as minhas idéias, sem conhecê-las direito, porque me trazia aquele apoio incoerente? (...) A exceção nos atrapalha, temos de reformar julgamentos. (...) Difícil era conceber que alguém se despojasse voluntariamente, em benefício de um adversário. Essa renúncia da propriedade me entontecia. (...) Afinal capitão Lobo devia ser muito mais revolucionário que eu. Tinha-me alargado em conversas no café, dissera cobras e lagartos do fascismo, escrevera algumas

[78] A idéia é reafirmada em vários trechos da narrativa. "(...) E o pior é que nos sentíamos infratores, éramos levados a admitir isto. (...) Muitas daquelas criaturas ignoravam que delito lhes imputavam. Na verdade não imputavam: mantinham-nas em segregação, e isto devia bastar para convencê-las. Com o andar do tempo, chegariam a dar razão à justiça nova (...)". (MC, I, p. 144)

> histórias. Apenas. Conservara-me na superfície, nunca fizera à ordem ataque sério, realmente era um diletante". (MC, I, p. 113)

A conclusão que se impõe é radical, tanto em suas implicações éticas quanto políticas:

> "O oferecimento do oficial tinha sentido mais profundo: revelava talvez que a classe dominante começava a desagregar-se, queria findar. Não me chegavam, porém, tais considerações[79]. Achava-me diante de uma incrível apostasia, não me cansava de admirá-la, arrumava no interior palavras de agradecimento que não tinha sabido expressar. *Realmente a desgraça nos ensina muito: sem ela, eu continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza*. Eu passara a vida a considerar todos os bichos egoístas - e ali me surgia uma sensibilidade curiosa, diferente das outras, pelo menos uma nova aplicação do egoísmo, vista na fábula, mas nunca percebida na realidade. *Para descobri-la não era muito agüentar algumas semanas de cadeia*" (MC, I, pp. 113-114 - grifos nossos).[80]

Ao narrar a transferência para o porão do navio Manaus, o escritor comenta a atitude do soldado negro que o empurra com uma pistola: "Certamente não dispararia à toa: a exposição besta de força tinha por fim causar medo, radicalmente não diferia das ameaças do general" (MC, I, p. 124). No porão do navio (onde o escritor se junta "instintivamente" ao "grupo escasso de alagoanos"), misturam-se os revoltosos de Natal, vagabundos, ladrões e até um fanático religioso[81]. O encontro do prisioneiro com o beato merece breve menção. Ao vê-lo com um rosário sob a roupa, o escritor lança a pergunta: "O senhor usa isso, companheiro?", recebendo como resposta uma furiosa ameaça: "Quando a nossa revolução triunfar, ateus como o senhor serão fuzilados".

---

[79] Observar deslocamento entre o tempo do enunciado e o tempo da enunciação: esse movimento contínuo, que aparentemente tornaria a obra fragmentária, ao nosso ver confere densidade às *Memórias do cárcere,* na medida em que reproduz a própria tessitura da memória e a própria tessitura das incertezas, dos temores e dos anseios oriundos da experiência prisional em regime de exceção.

[80] Graciliano menciona em *Memórias do cárcere* que anos depois de sair da prisão o reencontraria, já coronel grisalho. Dênis de Moraes relata o encontro (ocorrido na Livraria José Olympio) entre o escritor e o militar que o ajudara no quartel em Recife: Guilherme Figueiredo, cunhado de Lobo, o levaria à presença do romancista e Graciliano à primeira vista não o reconheceu. "Se eu lhe tivesse maltratado, o senhor nunca se esqueceria de mim", teria dito o militar (Cf. O velho *Graça*, p. 175). Cumpre notar que em *Memórias do cárcere* Graciliano refere que o militar já estivera preso e vivera no exílio, tendo viajado no porão de um navio de São Paulo à Europa.

O militar protagonizou ainda outros episódios. Jorge Amado refere ter recorrido a ele quando precisou retirar passaporte para viajar à Europa (necessitava de um documento que comprovasse estar em dia com o serviço militar, que nunca cumpriu). A viagem à Europa fora definida como tarefa partidária, viagem de denúncia e protesto pela cassação dos parlamentares comunistas que se avizinhava. O capitão Lobo (à época general ou coronel) presidia a Comissão de Recrutamento da Bahia e teria fornecido ao escritor a carteira de reservista, sem contudo dispensá-lo da cerimônia de juramento à bandeira, diante da tropa, acompanhada de discurso anticomunista do militar (*Navegação de cabotagem*, pp. 124-125).

[81] Já no porão do Manaus aparecem as primeiras reflexões do narrador sobre o clima de desconfiança mútua existente entre os presos políticos, como expressão não apenas das diferenças sociais e ideológicas existentes entre eles, mas também como reflexo do rebaixamento moral operado pelo cárcere.

O comentário do narrador é carregado de lucidez:

> "(...) Homem de religião, homem de fanatismo, desejando eliminar ateus, preso como inimigo da ordem. Contra-senso. Como diabo tinha ido parar ali? Vingança mesquinha de político da roça, denúncia absurda, provavelmente - e ali estava embrulhado um eleitor recalcitrante, devoto bisonho do Padre Cícero. Com certeza havia outros inocentes na multidão, de algumas centenas de pessoas". (MC, I, pp. 139-140)

Ainda com a narrativa situada no porão do Manaus, o memorialista começa a tecer uma profunda reflexão sobre a tortura e nas entrelinhas do texto faz um reexame de sua educação nordestina:

> "Arrepiava-me pensando nisso. Achava-me ali diante de criaturas supliciadas e, conseqüentemente, envilecidas. A minha educação estúpida não admitia que um ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade". (MC, I, p. 148)

Graciliano Ramos desenvolve profunda análise acerca da degradação, do aviltamento e sobretudo do estigma indelével ("tatuagem na alma") que acompanha o supliciado. O escritor refere que não lhe ocorrera anteriormente quando em liberdade a idéia de que os presos políticos fossem torturados: acreditava que existisse nas cadeias a possibilidade de relativa humanidade. Em seguida, esclarece a relação que existiria entre tortura e estrato social:

> "Talvez não estivesse aí o motivo da minha credulidade. Habituara-me de fato, *desde a infância*, a presenciar violências, mas invariavelmente elas recaíam em sujeitos da classe baixa. Não se concebia que negociantes e funcionários recebessem os tratos dispensados antigamente aos escravos e agora aos patifes miúdos. E estávamos ali, encurralados naquela imundície, tipos da pequena burguesia, operários, de mistura com vagabundos e escroques (...)". (MC, I, p. 150 – grifo nosso)

Em seguida, constrói uma análise perspicaz acerca de como a tortura era vista pelos presos políticos e até mesmo pelos opressores:

> "Não me abalancei a indiscrições relativamente aos outros: evitei melindrá-los. Teriam pudor, certamente, calar-se-iam se possuíssem as terríveis chagas incuráveis. Meias palavras, referências vagas, ambigüidades trouxeram-me a convicção de que todos ali, ou quase todos, haviam sido torturados e não conservavam disso nenhuma vergonha. Espantei-me no começo, depois busquei uma explicação. Provavelmente a autoridade considerava os meus novos companheiros pouco mais ou menos iguais aos ladrões. Queriam eliminar os ricos, suprimir a exploração do homem na lavoura e na fábrica. Certo não alcançariam esse objetivo, por enquanto desejavam apenas a distribuição razoável da terra, melhores condições de vida para o trabalhador. Um roubo. E, pegados com armas na mão, nivelavam-se aos bandidos e recebiam suplícios infamantes. Não se julgavam, contudo, humilhados. Porquê? *Talvez não supusessem completamente desarrazoada essa justiça bruta e sumária*. Eles, como os escravos indolentes e os salteadores, minavam a fortuna, pelo menos

> pretendiam miná-la. Natural que os proprietários, senhores do Estado, os estigmatizassem, cobrissem de ignomínia. Não lhes feriam somente o corpo: tentavam, encharcando-os na lama, no opróbrio, embotar-lhes os espíritos, paralisar-lhes a vontade. Conhecida, porém, essa intenção, muito se reduzia o efeito dela. Realmente havia as dores físicas. E findas as torturas, os corações se desoprimiam". (MC, I, pp. 150-151 – grifo nosso)

Mais adiante, examina o tema sob um prisma sociológico e enquanto fenômeno coletivo:

> "Os meus amigos do porão falavam dessas coisas como de fatos normais, distantes, relativos a outras pessoas: de nenhum modo pareciam atingidos por elas. Na verdade para que o rebaixamento moral se realizasse, deveriam aplicar os castigos a um número pequeno de indivíduos. Alcançando a maioria ou a totalidade, o labéu se atenuava, perdia enfim a consistência". (MC, I, p. 151)

Deve-se observar que a questão da tortura é examinada sob diferentes *perspectivas* e em diferentes *momentos* da narrativa: no porão do Manaus (capítulo 20 – volume I), sob a ótica dos algozes e dos efeitos mais gerais que tinha sobre os presos tomados individualmente; no Pavilhão dos Primários (capítulo 10 – volume II), sob a ótica dos efeitos que provocava no *relacionamento* entre os prisioneiros[82].

Há neste último capítulo uma profunda reflexão acerca da tortura, entremeada tanto pela análise da imprevisibilidade de sua ocorrência como pela apreciação do efeito que essa imprevisibilidade causava na alma dos prisioneiros. Com poderoso efeito mimético, o narrador reconstitui a atmosfera opressiva apenas ao aludir - pois não há, em *Memórias do cárcere*, nenhuma descrição direta de tortura, entendido aqui o termo em seu sentido "clássico", com o perdão da expressão[83] - aos inquéritos policiais, às sessões de tortura, e, também, de modo paralelo, à cizânia que se instalava na consciência dos presos, corroendo as relações.[84]

---

[82] No capítulo IV - volume II, o autor menciona a frieza glacial e o pragmatismo político de um dos prisioneiros diante da tortura que sofrera ("A voz calma narrava-me cenas de arrepiar". O russo dizia não ter ódio dos torturadores: seriam "instrumentos" tal como os seus mandantes: "Não há responsáveis, todos são instrumentos". O narrador-personagem concorda, mas admite a hipótese de abdicar do voto favorável a uma pena capital na eventualidade de um julgamento dos carrascos. O russo conservaria os seus inimigos nos cargos, caso ali se revelassem úteis. Mandaria inclusive Graciliano à forca, caso isso fosse considerado indispensável). No capítulo 6, quando a narrativa ainda se situa no Pavilhão dos Primários, há breve referência a Prestes e Berger ("estavam no isolamento, e o segundo perdia a razão sob torturas multiplicadas" - MC, II, p. 53).

[83] Fique claro ao leitor que reconhecemos a recriação literária dos *efeitos* causados pelas múltiplas formas de tortura moral, psicológica e mesmo física impostas aos personagens que Graciliano retrata em *Memórias do cárcere*. O que não ocorre na obra é a *descrição* das torturas físicas sofridas nos "interrogatórios" praticados na época, uma vez que são mencionadas de forma apenas alusiva.

[84] Teremos oportunidade de ver como a questão da tortura é apreciada com extrema superficialidade - apesar do "realismo" contido em algumas cenas - na trilogia de Jorge Amado, o escritor interessado mais em construir uma hagiografia em torno da resistência heróica e incondicional dos personagens comunistas diante das sevícias mais cruéis do que em olhar o fenômeno execrável com maior amplitude ou profundidade ou de modo menos idealizado.

"Rodolfo Ghioldi foi chamado à polícia. Essas ordens periódicas me causavam sobressalto e estranheza. À polícia estávamos entregues, exibia-se a presença dela em tudo: na zebra dos faxinas, no uniforme dos guardas, nas manobras do capitão narilongo. O pleonasmo era de mau agouro, significava mudança para lugar pior, e vivíamos inquietos, à espera dele". (MC, II, p. 76)

"Olhávamos pesarosos a vítima, imaginávamos compridos interrogatórios, indícios, provas, testemunhas, acareações, um pobre vivente a defender-se às cegas, buscando evitar ciladas imprevisíveis. Depoimentos longos partidos, recomeçados, pedaços de confissão arrancados sob tortura". (MC, II, p. 76)

"Bilhetes apócrifos, recados a lápis, documentos verdadeiros ou falsos em mistura, referências a fatos incompletos refutados aqui, aceitos ali, em trapalhada infernal. Ignorando até que ponto os carrascos estão seguros, os padecentes se desnorteiam nessa brincadeira de gato com rato, deixam escapar um gesto, uma imprudência necessária à clareza do processo. E o embuste avança, pouco a pouco se fabricam as malhas de uma vasta rede, outras pessoas vêm complicar-se nela, trazer novos subsídios ao inquérito.

Depois de lançada a informação leviana, impossível recuar, e o pior é serem imprevisíveis as conseqüências dela. Aquilo se junta a casos ignorados, estabelece uma relação só perceptível a uma das partes em luta. Na verdade não é luta: é caçada cheia de tocaias e mundéus traiçoeiros. Agarrado, o infeliz volta-se para um lado e para outro, inutilmente: a declaração estampou-se na folha, sem o emprego de violência física. Contudo as violências estão próximas, e talvez a frase inconveniente seja o reflexo de gritos e uivos causados por agulhas a penetrar unhas, maçaricos abrasando músculos. Não pensamos nisso. A palavra solta entre o suplício material e o suplício moral tem semelhança de voluntária, e se prejudicou alguém, podemos julgá-la delação. Emergiu de nervos exaustos e carne moída; ao sair do pesadelo, o miserável feixe de ruínas conjuga uns restos de consciência e horroriza-se de si mesmo. Teria dito realmente aquilo? Jura que não. Mas a frase foi composta, redigida com bastante veneno, alguns acusados a ouviram, patenteiam-se logo os penosos efeitos dela. É um passo definitivo na escarpa lisa onde o sujeito não se detém, nada encontra a que se agarre. Pisa ali, enrija os tendões, busca firmar os calcanhares no solo, mas é obrigado a marchar, a correr, até chegar ao lodaçal, lá em baixo. Já não inspira nenhuma confiança. Se, com desesperado esforço, em arrecuas violentas, dá alguns passos, consegue chegar-se ao ponto de partida, os antigos camaradas o empurram. (...) Ninguém procura saber se ele tem culpa ou não, se o seu organismo era capaz da resistência precisa. Tinha obrigação de resistir. Antes de se arvorar em dirigente, devia balancear as suas forças, avaliar se elas eram suficientes para guardar um segredo em qualquer circunstância. Teve a desgraça de ser fraco e isto o inutiliza. É um desertor, tem de asilar-se no campo inimigo; aí lhe darão as tarefas mais repugnantes". (MC, II, p. 77-78)

O narrador focaliza o clima de desconfiança mútua que vicejava entre os presos não apenas como fato derivado das cisões políticas e ideológicas existentes entre eles (trotskistas, stalinistas, anarquistas, católicos e ateus, espíritas etc.), mas também como fenômeno político, sociológico e psicológico decorrente da repressão policial e cujos traços são constantemente reaproveitados pela sistema repressivo em espaço totalitário de segregação.

> "Isto explica as vagarosas desconfianças e as injustiças profundas existentes na cadeia. Impossível reconhecer todos os que se deixaram subornar e os que estão a caminho disto. Em qualquer parte enxergamos trânsfugas. Desviamo-nos precipitadamente das pessoas interessadas em fazer-nos comunicações misteriosas, ligeiras indiscrições nos causam sobressaltos. (...) Em casa, na rua, no bonde, lendo o jornal, uma notícia nos enche de curiosidade, tentamos imaginar a vida estranha das organizações ilegais (...). De repente nos afastamos do mundo: esquecemos o serviço, o estudo, os negócios, e penetramos os bastidores da revolução. Vamos informar-nos, será satisfeita a nossa longa curiosidade. Percebemos então, com assombro, que ela já não existe. Não é indiferença, é exatamente o contrário: a *necessidade imperiosa de não saber*; estamos de olhos e ouvidos muito abertos para fechá-los às mais simples inconveniências. Se uma delas nos chega, estremecemos e mudamos de assunto; se persevera, receamos o interlocutor e arredamo-nos. (...) O que antigamente nos seduzia agora é motivo de calafrios. Desconhecemos o nosso valor e evitamos sobrecarregar-nos com pesos demasiados". (MC, II, pp. 79-80 – grifo nosso)

Isso ocorre de tal modo que a curiosidade abortada (ou, como anota o narrador, "a necessidade imperiosa de não saber") acaba configurando também a "supressão da memória":

> "[Ghioldi] Voltou no terceiro dia à noite, conversou comigo um instante à porta do meu cubículo. Vinha da Polícia Central, bastante apreensiva. Numa inquirição minuciosa, afirmara, negara, envolvera-se em fundas incoerências, afinal já nem sabia o que dissera". (MC, II, p. 77)

> "O meu bom amigo demorou-se alguns dias perplexo, recobrou dificilmente a calma. Depois, às novas inquirições, notou que se havia conservado perfeitamente digno: as suas palavras não causariam dano a outros indivíduos. Guardei, porém, a lembrança daquela incerteza agoniada:
> - Menti demais e já nem sei o que disse.
> Resistência inconsciente, defesa instintiva, imensa teimosia a escorar a vontade inânime - depois a supressão da memória, nenhuma resposta à pergunta ansiosa: - 'Terei praticado uma infâmia?'Admiramos a coragem alheia, e nem pensamos que em difícil conjuntura ela própria se ignorou: viu-se numa encruzilhada, marchou, sem saber se andava para a direita ou para a esquerda. Ligeiras incongruências, um sobressalto, algumas sílabas, teriam determinado caminho diverso. E as inevitáveis conseqüências. Imaginei naquela situação e naquela angústia alguém que houvesse fraquejado no torniquete: - 'Nem sei o que disse. Terei cometido infâmia?' Sim ou não. Como no jogo do cara-ou-cunho, a moeda oculta debaixo da palma. Súbito a descoberta medonha - sim, e está um homem perdido, coberto de opróbrio, inteiramente impossível a reabilitação. Num caso ou noutro, ausência de culpa, ausência de mérito. Pensamos assim. E não evitamos o desprezo ou o entusiasmo. Rodolfo cresceu muito aos meus olhos. A energia involuntária deu-lhe maior prestígio que a inteligência revelada nos discursos longos". (MC, II, pp. 81-82)

A estrutura do capítulo é emblemática: o narrador o constrói a partir da alusão a um núcleo episódico inicial [“Rodolfo Ghioldi foi chamado à polícia”], a partir do qual são feitas digressões acerca da tortura e do procedimento policial. Segue-se então a alusão a um segundo núcleo episódico, decorrente do primeiro [Ghioldi voltou no terceiro dia], a partir do qual se tece uma segunda digressão que tem por objeto as digressões anteriores, vistas a partir da perspectiva do narrador e de uma perspectiva mais genérica que deixa entrever, por meio do uso do discurso indireto livre, a perspectiva dos demais presos acerca da conduta dos que eram submetidos a interrogatório. Finalmente, o terceiro núcleo episódico [“O meu bom amigo demorou-se alguns dias perplexo...”] dá lugar a outra digressão, dessa vez em torno do que efetivamente ocorrera com Ghioldi.

Deve-se observar que nas entrelinhas da narrativa há uma reprodução do clima de suspeita mútua existente entre os presos - de tal maneira que isso atinge o leitor de forma sutil e inquietante, uma vez que somos levados a “suspeitar” do dirigente até o final do capítulo, quando o narrador acaba por tecer comentário elogioso à sua atitude.

As observações precedentes oferecem oportunidade para examinarmos a estrutura da obra, que, à primeira vista, parece fragmentária, mas revela-se urdidura pensada, objeto de rememoração pacientemente construída e reconstruída pelo autor (o que não exclui, naturalmente, o processo de livre associação que certamente percorreu também a composição da obra: acreditamos, contudo, que isso tenha passado por posterior seleção do autor). É certo que uma ou outra incongruência subsiste e não escaparia ao crivo do escritor se os originais tivessem sido submetidos às inevitáveis supressões que caracterizam seu estilo.

Como camadas, os núcleos episódicos sedimentam-se às vezes de forma pouco demarcada pelo narrador, às vezes de forma apenas alusiva, mas quase sempre resgatados de maneira consciente pela pena do escritor. As digressões transitam pelo tempo e pelo espaço, dirigem-se ao passado, ao presente e ao futuro do enunciado e também da enunciação. São às vezes genéricas, às vezes relativas a um ou outro “personagem”, cunhadas todas por meio do emprego do “pronomezinho irritante” (a flexão de grau a indicar a amplitude exata que o narrador quer imprimir aos fatos narrados e aos julgamentos apenas aventados, de modo a mostrá-los quase sempre amplos e nada peremptórios e, uma vez ou outra, precisos e assertivos)[85].

[85] O narrador não restringe a amplitude interpretativa do leitor: ao contrário, demarca um universo no interior do qual exige dele contínua interpretação, o “pronomezinho irritante” revelando-se na verdade como recurso utilizado para dar conta da complexidade que Graciliano emprestava à matéria abordada. Em *Memórias do cárcere*, as digressões constituem muito mais que marca estilística do autor: são também opção consciente de um método de abordagem e recriação do universo carcerário.

Em *Memórias do cárcere* sucedem-se digressões e fluxos de consciência e há divergência entre os críticos quanto à unidade da obra. Antonio Candido, por exemplo, viu lacunas na composição do livro. Para Fabiana Carelli, a aparente fragmentação da obra tem razões profundas:

> "Cada uma das prisões de *Memórias do Cárcere* tem características próprias. Se o espaço é diferente, são também diferentes o tipo de convívio social estabelecido entre os presos, as sensações ou lembranças que as experiências suscitam ao narrador, as nuances da violência exercida pelo sistema carcerário sobre os detentos. A forma do discurso acompanha os múltiplos conteúdos recriados pela linguagem".[86]

Segundo sua análise, *Memórias do cárcere* é a "tentativa posterior de organização da consciência fragmentada de Graciliano em 1936". Fabiana Carelli observa que à medida que a experiência da prisão se aprofunda a noção de tempo se torna fluida e incerta e o fluxo de consciência vai se radicalizando pouco a pouco e identifica em *Memórias do cárcere* uma "elaboração textual quase delirante".[87]

Para a autora, Graciliano "tinha consciência de que sua versão sobre os fatos era apenas uma versão, entre tantas possíveis":

> "À primeira vista, parece difícil descobrir o fio historiográfico entremeado ao discurso literário e autobiográfico das *Memórias do Cárcere*. Mas ele existe. O livro de Graciliano resgata fatos históricos de modo fragmentário, e esta talvez seja a característica mais marcante do seu modo de fazer história. A dialética entre a história de um homem e a da época vivida por ele fundamenta *Memórias do Cárcere* e, no limite, chega a propor uma 'nova historiografia', que assume a particularidade de sua visão sobre os fatos".[88]

---

[86] *Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, pp. 84-85.
[87] *Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, pp. 85 e 88
[88] *Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 159.

Acreditamos, como a autora, que *Memórias do cárcere* guarda uma unidade essencial, apesar da estrutura aparentemente fragmentária.[89] De nossa parte, acreditamos que *ao resgatar o fluxo da memória*[90] a partir de elementos como o fluxo de consciência permanentemente entremeado a diálogos elípticos e em meio a um clima de suspeita mútua e à dimensão absurda e onírica de algumas situações, a estrutura narrativa de *Memórias do cárcere* reproduz a degradação, a despersonalização e o clima de opressão vivido pelos presos em regime de exceção[91].

Parece-nos também que uma das mais importantes reflexões políticas que Graciliano tece na obra é justamente a caracterização do regime de exceção como uma regra na sociedade burguesa, encoberta por uma fachada de institucionalidade que não subsiste a um exame mais detido ou a uma situação de polarização política em que os interesses da classe dominante estejam ameaçados. Emblemático do que estamos dizendo é o episódio em que se narra a prisão do advogado Nunes Leite, que em liberdade impetrava *habeas corpus* a favor de presos políticos e cujo choro compulsivo no quartel de Recife representa a falência do Estado de Direito:

> "Todos os caminhos fechados. E o infeliz soluçava, no desabamento da sua profissão. Impossível defender o direito de alguém. Propriamente já não havia direito. A lei fora transgredida, a lei velha e sonolenta, imóvel carrancismo exposto em duros volumes redigidos em língua morta. Em substituição a isso, impunha-se uma lei verbal e móvel, indiferente aos textos, caprichosa, sujeita a erros, interesses e paixões. E depois? que viria depois? O caos, provavelmente. Se os defensores da ordem a violavam, que devíamos esperar? Confusão e ruína. Desejando atacar a revolução, na verdade trabalhavam por ela. Era por isso talvez que o bacharel Nunes Leite chorava". (MC, I, p. 98)

O que o autor está a nos dizer é que na verdade o estado de direito é que é uma exceção conferida àqueles que desfrutam das "prerrogativas bestas de pequeno-burguês".[92]

---

[89] Pode-se objetar que estaríamos aqui emprestando à obra uma característica que não lhe é própria, e, sob esta perspectiva, "construindo o nosso objeto" de modo a integrá-lo previamente à nossa interpretação. Acreditamos, entretanto, que não se pode fugir a isso - mesmo o discurso histórico, como o olhar do fotógrafo, carrega marcas de subjetividade.

[90] "A atenção embotada, saltava freqüentemente de um assunto para outro, sem conseguir estabelecer a mais simples relação entre eles, e às vezes ficava a doidejar, a rodear pormenores, como peru, tentando decifrar insignificâncias" (MC, I, p. 55).

[91] A expressão "regime de exceção" aplica-se à situação vivida pelos presos políticos. Em relação aos "presos comuns" (utilizemos aqui a distinção precária, porém necessária), ela se reveste da mais absoluta normalidade, uma vez que o apregoado Estado de Direito convive sem grande dificuldade com a mais absoluta barbárie.

[92] Para Marilene Felinto, os personagens de Graciliano "depõem com toda a firmeza sobre a *miséria social e política* em que uma nação e seus homens podem se afundar". (*Graciliano Ramos*, p. 53 - grifo nosso). Para Wander Melo Miranda, "regiões sombrias da ordem atingem então o primeiro plano da cena textual, onde avultam na sua concretude dolorosa de violência e exclusão - signos da barbárie denunciada, alteridade em vias de revelação" ("Atualidade de Graciliano Ramos". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). Graciliano *revisitado*, p. 83).

É possível explorar esta afirmação em várias passagens de *Memórias do cárcere* e particularmente em um dos mais contundentes episódios que integram a obra: o do estupro sucessivo de um dos presos comuns pelos seus pares durante a travessia de um lote de presos para a Ilha Grande[93].

É conhecida a rigorosa economia de meios com que Graciliano escrevia, submetendo os seus textos a revisões impiedosas. É de se notar, portanto, o espaço reservado ao episódio grotesco narrado por Chermont Filho, escritor e companheiro de prisão.[94]

> "Haviam organizado uma espécie de governo. A polícia, lá de cima, incumbira disso Moleque Quatro (...). Esse poder se exercia discricionário, simultaneamente justiça e execução, regido por leis próprias, reconhecidas e inapeláveis. No movimento e na balbúrdia, iniciou-se um processo. Moleque Quatro nomeara alguns assessores: mantinham, com ameaças e rasteiras, a ordem singular das cloacas humanas e, em caso de necessidade, incorporavam-se em tribunal. Essa guarda temerosa reconheceu um alcagüete a dissimular-se na multidão, pegou-o, levou-o rápida ao chefe e logo se transformou em júri. (...)". (MC, II, p. 172)

Em um contexto repressivo, os micropoderes de que nos fala Foucault ampliam-se sobremaneira, associados que estão aos elementos mais amplos da opressão política de que são a um só tempo conseqüência e lastro. A barbárie administrada racionalmente sobre a qual se debruçaram os teóricos da Escola de Frankfurt e outros pensadores do século XX Graciliano também esquadrinhou em sua obra, vendo na selvageria inscrita no inferno carcerário e nas relações sociais como um todo uma conseqüente e correlata expressão maior na esfera política.

Memórias do cárcere constitui um painel, ou antes, um profundo olhar sobre a região abissal em que se sustentou o Estado Novo. Na verdade, trata-se de profundo mergulho, poderosa sondagem e incursão pelos meandros culturais, sociais e políticos desse período histórico.[95]

---

[93] Herman Lima observa que episódios como o estupro a bordo da embarcação para a Ilha Grande e do homem que morre com as entranhas expostas são coisas que nem Dostoiévski em *Recordações da casa dos mortos* conseguiu fixar (Cf. Dênis de Moraes. *O velho Graça*, p. 310).

[94] Ver MC, II, capítulo 22.

[95] O termo painel é mais apropriado aos romances enfeixados em *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado, que examinaremos mais adiante.

Para Valentim Facioli[96], a obra ocupa lugar especial na produção de Graciliano e também na literatura brasileira na medida em que constitui um testemunho radical e uma espécie de testamento político-estético do autor. Como se sabe, a obra foi escrita em parte durante o período de militância de Graciliano no PCB[97]. Como afirma o autor, as *Memórias do cárc*ere foram escritas sob a pressão desse quadro e, entretanto, sua análise não pode centrar-se apenas nisso.

> "O escritor, identificado com o partido e sua política, parece ter-se reservado o direito de um ponto de vista pessoal. Com isso produziu um texto que não é apenas comunista, mas é sobretudo um depoimento do injustiçado frente às condições da modernização capitalista do Brasil. Seu estatuto inclui a novidade de uma ruptura de gênero literário, pois, sendo memória de fatos reais, trabalha também com as melhores técnicas da ficção romanesca. Funde a minuciosa observação psicológica de homens vivendo situações-limite com a realidade brutal do espezinhamento produzido pela prisão, quando o caráter e o comportamento das vítimas e dos carrascos se alteram. Testemunha também como o cárcere destrói o prisioneiro político ou comum, em suposto proveito da 'lei e da ordem', a significar a barbárie das classes dominantes no seu exercício do poder, através dos aparelhos militar, policial e judiciário, contra os transgressores de seus interesses. Testemunha (...) a luta de classes, produzindo a *alegoria da sociedade capitalista dependente como uma grande prisão para os oprimidos*".[98] (grifo nosso)

Segundo o autor, a suposição de que a redação [definitiva] de *Memórias do cárcere* tenha se dado quando já havia caído o Estado Novo "desloca o sentido de *resistência imediata* do livro à ditadura opressora para um lugar diferente, cujo cenário é mais amplo: a sociedade de classes, da qual a ditadura getulista é um episódio, porém não sua expressão completa".[99] Valentin Facioli considera que o autor alagoano mostra profunda compreensão da violência e da crueldade como fenômenos inscritos no cotidiano de oprimidos e prisioneiros:

> "A prisão (...) torna-se emblemática da opressão na sociedade de classes. A suspeita, a traição, a emboscada aparecem como os dados dissolventes das relações humanas, alimentando uma máquina diabólica a serviço do poder e da dominação". [100]

---

[96] Introdução à seleção de trechos de *Memórias do* cárcere. In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, pp. 182-184.
[97] Graciliano entrou no partido em agosto de 1945.
[98] Introdução à seleção de trechos de *Memórias do* cárcere. In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 183.
[99] Introdução à seleção de trechos de *Memórias do* cárcere. In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 184 - nota.
[100] Introdução à seleção de trechos de *Memórias do* cárcere. In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 220 - nota.

O autor considera *Memórias do cárcere* o livro mais radical de Graciliano:

> "A experiência particular do escritor, determinada publicamente como documento e prova, alcança estatuto de alegoria política da luta de classes, num momento da história das relações entre oprimidos e opressores no país. É um documento bruto e brutal da barbárie e não só expressa a opressão de classe, como as contradições que atravessam muitos oprimidos na sua impotência momentânea ou na sua solidariedade forçada e inconsciente com os opressores".[101]

Para Wander Melo Miranda,

> "O engajamento político-partidário do autor (...), indissoluvelmente articulado com a prática artística a que dá forma, em nenhum momento resvala para as facilidades do panfleto ou cede à sedução das relações imediatas".[102]

Caracterizando os presos retratados em *Memórias do cárcere* como "seres à margem", Wander Melo Miranda utiliza expressão do autor para apontar que trazem todos eles a marca da "desgraça irremediável que os açoita" e para observar que o escritor alagoano deles se aproxima de forma solidária, com uma simpatia "ora mais, ora menos distanciada, sempre comovente na cautela com que se expõe".[103]

Discorrendo sobre o papel da memória na obra do escritor alagoano, observa que,

> "(...) firme na sua disposição de ir contra a amnésia histórica e social, Graciliano torna efetiva, talvez como nenhum outro escritor entre nós, a possibilidade de uma prática política do texto artístico. Daí o papel crucial desempenhado pela memória em seus livros. Operadora da diferença e trabalhando com os pontos de esquecimento da história oficial, ela se postula como atividade produtiva, que tece com as idéias e imagens do presente a experiência do passado, lugar de reflexão e urdidura sempre renovada (...)".[104]

> "A possibilidade de lembrança descortina-se justamente onde a história triunfal dos 'homens gordos do primado espiritual' procede ao cancelamento do passado, ou seja, no detalhe, no pequeno, no excluído, a partir deles e com eles, tal como revelam as *Memórias do cárcere*, esse marco fundamental de nossa cultura".[105]

---

[101] "Um homem bruto da terra". In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 100. "O livro radicaliza mais que os anteriores as contradições conforme um ponto de vista de classe, embora mediado pela ironia (...), de modo que mantém com o oprimido, ao mesmo tempo, empatia e distância".
[102] "Atualidade de Graciliano Ramos". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). Graciliano *revisitado*, p. 80.
[103] "Atualidade de Graciliano Ramos". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). Graciliano *revisitado*, p. 82.
[104] "Atualidade de Graciliano Ramos". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). Graciliano *revisitado*, p. 83.
[105] "Atualidade de Graciliano Ramos". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). Graciliano *revisitado*, pp. 83.

A obra foi objeto de crítica por parte de integrantes do PCB. Segundo Jacob Gorender, os atritos de Graciliano com a direção partidária por motivos literários tiveram início em 1950 e acentuaram-se em 1952 e 1953, "quando a direção se arrogou o direito de censura prévia da produção literária dos militantes intelectuais", como ocorria na União Soviética e nos demais países do Leste Europeu[106].

O conflito agravou-se após a morte do escritor[107], quando se tratou da publicação póstuma de suas duas últimas obras. Segundo Gorender, *Viagem* desagradou aos dirigentes comunistas por não adotar a "retórica da exaltação" exigida dos escritores comunistas. Quanto a *Memórias do cárcere*, teria havido divergência mais áspera, devido ao fato de o livro ser marcado pela "ausência completa de hagiografia".[108] Gorender refere que Graciliano menciona com simpatia Febus Gikovate, militante trotskista que sofrera hostilidades e discriminações na cadeia. Mais importante, observa que Graciliano, não sendo membro do partido comunista à época de sua prisão, mas redigindo o livro já como membro dez anos depois, "manteve-se fiel aos registros da memória", condenando as discriminações impostas a Gikovate pelos próprios presos políticos e rejeitando, assim, o critério stalinista".[109]

---

[106] "Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, pp. 323-331. Nos anos 50, afirma, a função de censor era exercida por Diógenes de Arruda.

[107] Episódio grotesco e pautado por uma lógica repugnante que bem demarca a natureza da censura estadonovista é relatado por Dênis de Moraes, dando conta do telefonema de um agente dos órgãos de informação ao hospital em que Graciliano Ramos morrera havia menos de três horas: o funcionário do DOPS queria confirmar a notícia e, após dar os pêsames à família, declara que queria saber se poderiam inutilizar a ficha do escritor. (*O velho Graça*, p. 307)

[108] "Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, p. 327. Relembre-se aqui a maneira como Graciliano retrata o líder tenentista Agildo Barata, ex-capitão do Exército e comandante da insurreição do regimento da Praia Vermelha em 27 de novembro de 1935: estatura pequena, voz esganiçada, aparência insignificante, porém com grande ascendência na assembléia dos presos políticos ("Esquisita pessoa, Agildo. Minguado, mirrado. A voz fraca e a escassez de músculos tornavam-no impróprio ao comando. A sua força era interior", MC, II, p. 105). Ou, como anota Zenir Campos Reis, a forma pela qual retrata o lastimável Miranda (codinome de Antonio Maciel Bonfim, dirigente do PCB): pretensioso, vazio, delator. Veja-se, também, a referência ao dirigente do PC argentino a discorrer de forma exuberante: "O rapaz simpático e franzino, de cueca e tamancos, era Rodolfo Ghioldi" (MC, II, p. 11). "Admiravam-me a rapidez do pensamento e a elegância da frase". "Esquisito um homem quase nu causar tal impressão" (MC, II, p. 15). Fabiana Carelli observa que a ironia com que Graciliano retrata os personagens de *Memórias do cárcere* deve-se ao fato de que a descrição que o narrador faz deles é essencialmente diferente daquela que se esperava: "Enquanto os jornais de 1936 descreviam os presos políticos como elementos perniciosos à sociedade e os esquerdistas os tinham como heróis, Graciliano os retrata em sua condição humana decaída e às vezes ridícula" (*Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP, 1997, p. 111). Veja-se, também, a crítica política tecida pelo narrador diante da reviravolta na decisão de uma assembléia de presos no Pavilhão dos Primários em torno da deflagração de uma greve de fome: "Sem debate, levou-se o caso imediatamente a votação e a maioria levantou o braço concordando, numa anuência desanimada e chocha. Os nordestinos (...) vinham do porão infame (...) e quase todos se deixavam arrastar, carneiros dóceis, temendo ferir o desejo comum (...)". (...) "Essa reviravolta alarmou-me, de repente considerei o sufrágio coisa débil: afirmativas enérgicas, lançadas por duas ou três pessoas, bastavam para fingir um julgamento coletivo" (MC, II, pp. 25-27).

[109] Ver, no próximo capítulo, o tratamento maniqueísta dispensado por Jorge Amado ao jornalista e militante trotskista Hermínio Sacchetta, retratado em *Os subterrâneos da liberdade* sob o nome de "Saquila".

Fabiana Carelli observa que Graciliano não viveu para constatar as tentativas de censura partidária a *Viagem* e a *Memórias do cárcere,* nem tampouco para ouvir a opinião oficial do PCB sobre a última obra. A autora menciona depoimento de Ricardo Ramos, segundo o qual *Memórias do cárcere* foi considerada por um dirigente partidário como um "elogio da polícia e da pederastia".[110]

Gorender anota com acuidade que a sensibilidade do autor de *Memórias do cárcere* não foi parcial, mas *multilateral*, *onímoda* - aplicando-se por igual "aos adversários, aos inimigos, àqueles que o prenderam e o vigiaram": "sem omitir detalhes chocantes de tratamento cruel, o memorialista evita o maniqueísmo e a cegueira rancorosa".[111]

---

[110] Para Alfredo Bosi, *Memórias do cárcere* se situa numa zona fronteiriça: "nem pura ficção, nem pura historiografia: testemunho". O autor lembra que se por um lado o testemunho aspira a certo grau de objetividade, por outro é construído a partir de um foco singular de visão e elocução, sendo portanto subjetivo e guardando parentesco com a narrativa literária em primeira pessoa. Examinando a questão em *Memórias do Cárc*ere, Bosi considera intrigante a ausência quase completa de discussão ideológica. "Nada há nestas que lembre, por exemplo, os cadernos de cárcere contemporâneos de Antonio Gramsci, saturados de polêmicas e de juízos sobre as ideologias do tempo no seu país e no mundo". Segundo sua análise, Graciliano não teria se proposto olhar ou avaliar os companheiros de cárcere enquanto "sujeitos de um drama político". Na verdade, o que o crítico pretende deixar claro é que a testemunha é, no caso de *Memórias do Cárc*ere, "antes um observador arredio e perplexo do que um intérprete empenhado em dar uma explicação articulada dos valores cuja defesa levou aqueles militantes à desgraça". Daí nasceria, segundo o autor, o desapontamento de alguns leitores sectários da obra que nela esperavam encontrar um "libelo ortodoxo", mas deparavam com uma voz "avessa à condenação por princípio e ao louvor distribuído por tabela". Para Bosi, em *Memórias do Cárc*ere o recorte do pormenor "supõe a confissão honesta de que a totalização seria um ideal muito difícil de alcançar e talvez incompatível com os limites da testemunha". O autor observa que "a testemunha é desafiada a reelaborar as suas opiniões convencionais e o narrador hesita com receio de cair vítima de preconceitos endurecidos". Bosi identifica na introdução às *Memórias do Cárc*ere o esboço de uma teoria da prosa memorialista, segundo a qual haveria "uma larga distância entre o observador supostamente neutro e o escritor que contrai ou expande a seu critério a matéria recordada", advertindo-nos de que o autor "não propõe absolutamente que a testemunha dê um salto para o discurso da imaginação", mas sim que "legitima um modo livre, nada ortodoxo, de tratar o fluxo da memória". O crítico relembra a perda dos manuscritos e o fato de Graciliano não lamentá-la, pois estaria livre do que chamaríamos aqui de "tirania da exatidão". "O que importava ao memorialista, passados dez anos dos acontecimentos, era construir uma versão que não pretendesse erigir-se em interpretação consensual e universal (meta da história cientificista), mas que fosse tão-só aquela versão aderente às suas lembranças insubstituíveis do vivido". Para o autor, a força da palavra de Graciliano nas *Memórias do Cárc*ere adviria de sua "coragem de relativizar tanto as versões alheias como as próprias. É um exercício de dúvida que não chega a paralisar a enunciação, mas a torna modesta. A pergunta é freqüentemente o seu bordão metódico". Conforme sua análise, apesar de a escrita do testemunho pontuar firmemente as suas distâncias em relação ao discurso histórico, nem por isso ela aceitaria confundir-se com a prosa de ficção. Bosi caracteriza *Memórias do Cárc*ere como uma obra realista e clássica, na qual "a modernidade se afirma pelo reconhecimento da força e do limites do sujeito". "A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*". Texto apresentado na mesa-redonda *Graciliano Ramos: memória e história*, realizada no anfiteatro do Departamento de História da FFLCH - USP em 22 de outubro de 1992. A sessão foi organizada pelo IEA e pelo IEB, sob a coordenação de Zenir Campos Reis. O texto de Alfredo Bosi foi publicado originalmente na revista do IEA [*Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, pp. 309-322], mas neste trabalho citamos edição mais recente (In: BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência,* pp. 221-237.

[111] "Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, p. 328.

Segundo sua análise, é precisamente a ausência de maniqueísmo que confere poder de impacto ao relato de Graciliano sobre o sistema repressivo em que se viu introduzido. O autor alude ainda à sobriedade da adjetivação e à secura do estilo, características pelas quais a acusação contida no livro adquiriria peso esmagador:

> "A avareza da qualificação centuplica a força de cada adjetivo, de cada caracterização. Quando Graciliano esmiúça a sujeira das condições físicas ou do comportamento humano, usando magistral economia de meios léxicos e estilísticos, a sujeira nos aparece pavorosa, insuportável, infinitamente repulsiva".[112]

Sintetizando algumas resenhas surgidas à época da publicação da obra, Dênis de Moraes observa que Gilberto Freyre destacou como traço marcante a autenticidade com que Graciliano expôs a dolorosa passagem pela cadeia: "A esse empenho de autenticidade creio que subordinou sua própria ideologia política. Daí não ter sido sua obra de escritor prejudicada pelo sectarismo ou partidarismo de homem político". Aníbal Machado (1894-1964) considerou a obra "um documento impressionante, o mais patético da literatura brasileira" e Lúcia Miguel-Pereira comparou-a ao clássico *Recordações da Casa dos Mortos*, de Dostoiévski.[113]

Graciliano escreveu suas memórias a partir de exigências éticas e estéticas intimamente relacionadas a um determinado corte político. Escreveu não apenas para oferecer seu testemunho aos contemporâneos, mas também para se desvencilhar das lembranças do passado e impedir que esse passado fosse relegado ao esquecimento. Graciliano escreveu também para o futuro e estavam cobertos de razão os que disseram que o livro ganharia dimensão com o tempo tanto por suas qualidades estéticas quanto pelo aspecto humanista de que se reveste. Como observou Nelson Werneck Sodré, "muitos estavam em condições de depor - mas raros em condições de dar ao depoimento o cunho da eternidade"[114].

---

[112] "Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, p. 328.
[113] *O velho Graça*, p. 310.
[114] "As Memórias do cárcere". In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 282. Depois de afirmar que Graciliano teria honrado o seu tempo, escrevendo um dos grandes livros brasileiros (talvez o maior, na sua opinião), acrescentou: "Não se surpreendam - amanhã, quando a vida de hoje estiver esquecida, esta obra nos representará".

Em *Memórias do cárcere*, Graciliano nos mostra que a literatura (examinada em vários momentos da narrativa também em suas determinações por assim dizer mais "prosaicas") desdobra-se como instrumento de resistência à despersonalização e como meio de recuperar a identidade deteriorada pelo cárcere - isso, seja na condição de escritor que deita suas garatujas ao papel ainda na enxovia, seja na condição do memorialista que se volta sobre as lembranças que não pôde trazer registradas por escrito[115].

Fabiana Carelli considera que a memória, ainda que não predominantemente autobiográfica, exerce função estruturante em quase todas as obras de Graciliano Ramos:

> "O decantado memorialismo de Graciliano Ramos, assim, mais do que a etapa final de sua carreira literária, é o desdobramento de um processo que a atravessa verticalmente. Ele lateja nos romances, assume-se em *Infância*. Mas é em *Memórias do cárcere* que *lembrar* e *narrar* se torna complexo. Por um lado, o autor, memorialista. Por outro, o narrador-personagem, memorioso. A memória vira *tema* e vira *técnica*, ao mesmo tempo, num mesmo corpo. (...) Essa síntese, Graciliano só a conseguiu no fim da vida".[116]

Sob qualquer perspectiva que situemos a obra, *Memórias do cárcere* são um pungente libelo que emerge dos escombros do período varguista a um só tempo como monumento e como palimpsesto, marco insuperável da literatura carcerária brasileira que se deve incluir entre as gigantescas obras do gênero na literatura universal.[117]

---

[115] Graciliano inicia a redação de suas notas ainda no quartel em Recife, arrancando a custo algumas linhas em letra miúda "para que o manuscrito fizesse um volume pequeno e pudesse esconder-se em momento de busca" (MC, I, p. 77). As condições de produção dessa literatura chegam a ser patéticas. Ao fazer os preparativos para o desembarque do navio que adentrava a baía de Guanabara, o infeliz protagonista tenta esconder os escritos no solado do sapato: "Aquilo formava grande chumaço, que ia rebentando a meia. Não podia calçar-me. Se pudesse, amarraria com dificuldade o cordão do sapato, caminharia mal, uma perna mais comprida que a outra. A andadura capenga iria denunciar-me. E repugnava-me esconder literatura daquele modo: o suor a estragaria, sujaria, tornaria ilegível. Descalcei-me pesaroso, desfiz-me do trambolho injurioso, alisei o papel amarfanhado, sepultei-o na valise, sob cuecas e lenços. (...) Logo reconsiderei: com certeza a maleta seria varejada, as miseráveis folhas corriam perigo. Retirei-as, tornei a dobrá-las, mergulhei-as no bolso interno do paletó: escapariam ali talvez da busca" (MC, I, p. 215). As notas escritas no quartel em Recife, no porão do navio Manaus e no Pavilhão dos Primários foram jogadas ao mar na baía de Mangaratiba (MC, III, p. 45); as que foram redigidas na Ilha Grande foram deixadas lá, escondidas entre a esteira e o forro da cama que o prisioneiro ocupava (MC, III, p. 197-198).

[116] *Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, pp. 75-76 - grifos nossos.

[117] Josué Montello considerou o livro como "a mais vigorosa denúncia que se escreveu no Brasil, condenando a arbitrariedade política" (Cf. Clara Ramos, *Cadeia* - texto de apresentação). Para Hermes Lima, *Memórias do cárcere* pode "figurar ao lado dos grandes documentos do gênero da literatura universal" (apud Clara Ramos, *Cadeia*, p. 103). Jacob Gorender considera que *Memórias do cárcere* pertencem "ao reduzido rol de obras que atravessarão os tempos porque a arte da escrita reforçou intensamente a pungência intrínseca aos episódios e às circunstâncias expostas pelo autor e por ele padecidas" ("Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, p. 330).

4.2. Jorge Amado e os subterrâneos da liberdade

> Que outra coisa tenho sido senão um romancista de putas e vagabundos?
> Se alguma beleza existe no que escrevi, provém desses despossuídos,
> dessas mulheres marcadas com ferro em brasa,
> os que estão na fímbria da morte, no último escalão do abandono.
> Na literatura e na vida, sinto-me cada vez mais distante
> dos líderes e dos heróis, mais perto daqueles que todos os regimes
> e todas as sociedades desprezam, repelem e condenam.

Jorge Amado (1912-2001) também passou por sucessivas prisões, desde a época de seu envolvimento com o levante comunista de 1935 até a cassação de seu mandato de deputado federal pelo PCB em 1948, quando decide exilar-se em Paris. Em nosso trabalho não merecerão comentário os primeiros romances do escritor, mas sim a trilogia *Os subterrâneos da liberdade* (1954), obra na qual realiza em tom panfletário uma súmula das perseguições e do clima político existente no período.

O autor baiano nunca escreveu um livro de memórias, no sentido clássico do termo. As obras que mais se aproximam disso são *O menino grapiúna* (1982) e *Navegação de cabotagem* (1992). A segunda traz um curioso subtítulo ("apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei"), que o escritor justifica não apenas por não possuir (conforme declara) pendor autobiográfico, mas também por razões de ordem ética e política: o autor se reserva o direito de não revelar informações que lhe foram confiadas e às quais teve acesso por ter sido militante comunista.[118]

O livro reúne uma série de episódios agrupados sem deferência à linearidade, constituindo um conjunto de relatos memorialísticos centrados em episódios de natureza vária, que formam um leque que abrange desde a política internacional até a mais pura libertinagem juvenil junto às prostitutas da Bahia.

[118] Jorge Amado. *Navegação de cabotagem*, p. II.

Na introdução ao livro, o autor proclama o fracasso das ideologias que, nas suas palavras, "seduziram intelectuais, mobilizaram multidões, massas populares, comandaram lutas, revoltas, guerras em nome da felicidade do homem" e que, cindindo o mundo em dois de modo maniqueísta, se revelaram "falsas, pérfidas, limitadoras: conduziram à opressão e não à liberdade e à fartura".[119] Interessa-nos situar a afirmação do autor, sobretudo pelo fato de parte de sua literatura ter sido tributária do que posteriormente o escritor iria criticar.

É comum na crítica a divisão da obra de Jorge Amado em duas fases distintas: à primeira fase corresponderiam os romances marcados por um progressivo engajamento, bem como os escritos partidários do autor; à segunda, as obras de tom picaresco.

Roberto DaMatta, por exemplo, realiza uma leitura antropológica que identifica duas fases na obra amadiana: a primeira, segundo observa, seria demarcada pelas linhas de percepção do Brasil nascidas no marxismo "tal como ele foi reinterpretado pelo PCB, depois de sua passagem no "moinho ideológico do stalinismo soviético"; a segunda, caracterizada pelo "uso da carnavalização como estilo e do romance relacional como modelo", corresponderia ao rompimento do escritor com o partido ("partido paralisado na sua interpretação determinista do Brasil"), ocorrido em 1956. A segunda fase seria, para o antropólogo, a "mais fecunda" de sua obra.[120]

Referindo-se aos escritores "que se converteram, como queria Stalin, em 'engenheiros de almas', ou seja, em meros propagandistas", Mario Vargas Llosa afirma que o escritor baiano teria realizado mudança profunda em sua literatura, "despolitizando-a, purgando-a de pressupostos ideológicos e tentações pedagógicas e abrindo-a de par em par a outras manifestações da vida, começando pelo humor e terminando pelos prazeres do corpo e os jogos do intelecto".[121]

Tal classificação dualista, no entanto, é rejeitada pelo próprio escritor e também por alguns autores. É o caso de Eduardo de Assis Duarte, que vê na obra amadiana elementos

[119] *Navegação de cabotagem*, p. III.

[120] "Do país do carnaval à carnavalização: o escritor e seus dois brasis". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997, pp. 120-135. As citações foram extraídas, respectivamente, das páginas 125, 128 e 129. O autor caracteriza o romance relacional como uma "narrativa de ficção que reconhece a importância dos elos pessoais e os toma como sujeitos da trama". Em vez de centrar-se numa biografia individual (como ocorre no romance clássico), esse modelo lidaria com teias de relações que conduzem a história, substituindo o espaço individual pela dinâmica das relações pessoais. DaMatta refere Bakhtin, que distinguiria uma tradição literária monológica (fundada numa só idéia e num só personagem central) de uma tradição dialógica (na qual, como diz o russo, "o autor não falaria *do* herói mas *com* o herói". O autor observa que Bakhtin atribui as origens deste *gênero dialógico* ao ritual carnavalesco: "Sua tese é que nas sociedades hierarquizadas e tradicionais o carnaval abre um diálogo exagerado, sensual e concreto entre todas as categorias e grupos sociais. Invertendo o mundo, ele temporariamente suprime distâncias e a sociedade pode relativizar os seus centros regulares de poder explícito e/ou oficial, reconhecendo outras formas de consciência e de 'poder' social". (Idem, pp. 129 e 132 – grifos do autor)

[121] In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado), texto sem título, pp. 37-40.

formais e temáticos que, se não chegam a ser recorrentes, apontam para uma certa continuidade.[122]

Anotando o caráter polêmico que sempre marcou a recepção crítica da obra do autor baiano, Assis Duarte refere não apenas a presença permanente do "povo" como personagem de seus livros, os explorados e marginais do campo e da cidade - homens, mulheres, brancos, negros, mestiços, proletários ou lumpens -, mas sobretudo a *forma* com que são representados e a *linguagem* dessa representação, de que seriam índices mais visíveis a estrutura folhetinesca e a linearidade épica.[123]

Assis Duarte afirma que a partir de *Jubiabá* o escritor teria abraçado como modelo narrativo o que chama de *romance romanesco*, combinando o realismo social dos anos 30 com elementos da herança romanesca presente no imaginário popular (o tom melodramático e a estrutura narrativa tributários do *roman feuilleton*). Tais recursos, segundo o crítico, teriam permitido ao autor baiano atender à postura de "escrever para o povo" exigida pelo engajamento partidário e, assim, "deixar falar as vozes subalternizadas no processo social e, desta forma, contar a história dos vencidos.[124]

O autor considera que em *Cacau*, *Suor*, *Jubiabá*, *Capitães da areia*, *Terras do sem fim*, *São Jorge dos ilhéus*, *Seara vermelha* e *Os subterrâneos da liberdade* o que vemos predominar são as "falas saídas da periferia social e econômica do país":

> "Representa-se a pobreza em seus diferentes matizes - lúmpen, proletária, campesina - recobrindo-a quase sempre com as cores do romanesco heroificador. Este, por sua vez, liga-se também ao ardor militante empenhado em denunciar, sim, a exploração capitalista ou o regime 'semifeudal' dominante nas fazendas, mas voltado também para a elevação do 'herói positivo' em sua trajetória rumo à consciência e à transformação social".[125]

---

[122] "Graciliano Ramos e Jorge Amado nas sendas da utopia" In: *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995.
[123] "Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997, pp. 88-97.
[124] "Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997, pp. 90-91.
[125] "Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997, p. 93.

Assis Duarte afirma que em *Jubiabá* a perspectiva de classe predomina em relação ao aspecto étnico, apesar de reconhecer em Antonio Balduíno "o primeiro herói negro do romance brasileiro", personagem que segundo sua análise se contrapõe ao "discurso da eugenia e do arianismo tão forte à época".[126]

O autor sustenta que o romance consagra a postura de submeter as alteridades de gênero e etnia à perspectiva socialista que as colocava como 'menores' frente às diferenças sociais geradas pelo fator econômico.[127] E conclui o ensaio citado dizendo que a partir de *Gabriela* a obra amadiana, sem abdicar do modelo do romance romanesco, teria ampliado o tratamento literário das relações de poder, a perspectiva de classe cedendo espaço às de gênero e etnia.

Polêmica à parte, no âmbito de nosso trabalho importa apenas assinalar a correspondência que haveria entre as suas primeiras obras [*O país do carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936), *Capitães da areia* (1937)], o ingresso do escritor no PCB e o progressivo alinhamento de sua literatura aos princípios do chamado "realismo socialista", consubstanciado de forma mais acabada em *Os subterrâneos da liberdade*, obra que oferece oportunidade para abordarmos como o escritor operou a representação do cárcere no período estadonovista.

---

[126] "Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997, p. 93. O livro começa com Balduíno vencendo o campeão alemão de boxe e no decorrer da ação o personagem se destaca como líder da greve que pára Salvador.

[127] "Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997, p. 93. O autor observa que essa era na época a "perspectiva comunista para a questão étnica" (Idem, p. 97 - nota).

4.2.1. As prisões do escritor

Jorge Amado passou por sucessivas prisões, todas relacionadas com sua militância política.[128] A primeira ocorreu em 1936, quando foi detido no Rio de Janeiro acusado de participação no levante comunista de novembro de 35. Conforme declarou em entrevista, esteve preso na Polícia Central por quase três meses.[129]

Em 1937, ao regressar do exterior, chega a Belém (PA) e teria sido avisado por Dalcídio Jurandir do iminente golpe de Vargas. Foge para Manaus e lá é preso novamente. Em *Navegação de cabotagem,* o escritor afirma ter percorrido o litoral brasileiro como prisioneiro político:

> "Nos primeiros dias de [novembro de] 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo[130], fui preso em Manaus, acusado de ali ter ido para preparar, em conluio com o folclorista Nunes Pereira, uma insurreição de índios da Amazônia (...). Depois de dois meses de cadeia, um tanto quanto pândega, embarcaram-me no navio *Pedro I* (...). Durante cerca de vinte dias, de porto a porto, desci a costa brasileira, de Manaus ao Rio de Janeiro. Em Belém a polícia armou um fuzuê a bordo, me trancou no camarote; nas demais escalas, à parte não poder desembarcar, tudo correu tranqüilo. No Rio levaram-me à polícia e à noite me puseram em liberdade".[131]

Liberto em 1938, o escritor muda-se para São Paulo, onde reside com Rubem Braga. Por essa época, em Salvador, seus livros são confiscados e queimados em praça pública. Segundo as atas militares, foram destruídos 1.694 exemplares de livros de sua autoria.[132]

---

[128] Jorge Amado nasceu em 10 de agosto de 1912 e aos dez anos ingressa como interno no Colégio Antônio Vieira. Em 1924, foge do colégio jesuíta e durante várias semanas atravessa o sertão baiano até chegar a Itaporanga, em Sergipe, onde residia seu avô paterno. Fábio Lucas refere militância do autor na Juventude Comunista em 1932. Segunda afirma, datariam de 1935 suas ligações com a ANL, inclusive suas colaborações e sua atividade como repórter no jornal do movimento (*A Manhã*). ("A contribuição amadiana ao romance social brasileiro". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* - Jorge Amado).

[129] Na época, Graciliano Ramos estava preso na Casa de Correção. Em uma das poucas vezes em que há uma clara demarcação temporal em *Memórias do cárcere*, o narrador observa que, no início de maio, Rodolfo Ghioldi avistara-se com Jorge Amado na Polícia Central: "Na manhã seguinte Rodolfo Ghioldi me deu notícia de Jorge Amado, com quem se avistara na sala de detidos da Polícia Central. Rodolfo me trazia um recado: por intermédio de Jorge, o editor José Olímpio (sic) me oferecia a publicação do romance inédito [*Angústia*] e propunha um adiantamento: informava-se da importância necessária e perguntava como deveria entregá-la" (MC, II, p. 83).

[130] O golpe ocorreu em 10 de novembro de 1937.

[131] *Navegação de cabotagem*, p. 117.

[132] Cf. Cronologia contida em *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

Com a desarticulação do PCB, o escritor passou a residir no Uruguai e na Argentina. No exterior, publicou *ABC de Castro Alves* (1941) e *A vida de Luís Carlos Prestes* (1942)[133]. Ao voltar ao Brasil, em agosto de 1942, foi preso ao desembarcar em Porto Alegre, depois enviado para o Rio de Janeiro e, alguns meses depois, despachado para Salvador, onde ficou confinado.

> "A viagem de Porto Alegre ao Rio durou uns quatro dias, em São Paulo mudamos de trem, fiquei no xilindró uns meses, soltaram-me a tempo de ir passar o natal na fazenda com o coronel João Amado e dona Eulália".[134]

Nos anos seguintes, Jorge Amado publicou mais dois livros: *Terras do sem fim* (1943) - que teria sido seu primeiro livro vendido livremente após seis anos de censura - e *São Jorge dos Ilhéus* (1944). Em meados de 1945, é novamente preso pela polícia política de São Paulo. O escritor estava na sede do Comitê de Ajuda às Nações Unidas (pró-soviético) com cerca de quinhentas pessoas, ativistas, sindicalistas e intelectuais (entre eles Caio Prado Júnior). Após breve passagem pela polícia central, Amado e Caio Prado foram enviados ao Presídio Tiradentes, ocupando a mesma cela que Lobato ocupara em 1941, tendo sido soltos durante a madrugada.[135]

Ainda em 1945, Jorge Amado foi eleito deputado federal[136] pelo PCB e publicou *Bahia de Todos os* Santos, Seara *Vermelha* e *Homens e coisas do Partido Comunista*, tendo assumido o mandato na Assembléia Nacional Constituinte em janeiro do ano seguinte. Com o cancelamento do registro eleitoral do partido (07 de maio de 1947) e a cassação dos mandatos dos parlamentares ligados à legenda (07 de janeiro de 1948), o escritor partiu para o exílio em Paris[137].

---

[133] Jorge Amado concebeu a obra como parte da campanha pela anistia de Prestes. Editado originalmente em espanhol, o livro é lido clandestinamente no Brasil, onde seria publicado em 1945, sob o título de *O cavaleiro da esperança*. Encomiástico e laudatório - uma "louvação", como o caracterizaria depois o próprio autor -, seria apreendido pela polícia em 1963. Prestes ficou preso durante onze anos (a maior parte deles em regime de incomunicabilidade) e foi representado nos tribunais pelo advogado Sobral Pinto, que chegou a se valer de uma analogia com a Lei de Proteção aos Animais para fundamentar sua defesa.

[134] *Navegação de cabotagem*, p. 118.

[135] De forma lacônica e irônica, Jorge Amado anota que Oswald de Andrade teria ficado "fulo" por não ter sido preso naquela ocasião (*Navegação de cabotagem*, p. 157).

[136] Jorge Amado foi autor do projeto que estabeleceu a liberdade de culto no Brasil, numa época em que os rituais e práticas culturais afro-brasileiras eram objeto de perseguição policial. A emenda é mantida até hoje (artigo 5º, inciso 6º da atual Constituição).

[137] Em janeiro desse ano, sua casa no Rio é invadida por agentes federais, que apreendem livros, fotos e documentos (Cf. Cronologia em *Cadernos de Literatura Brasileira* - Jorge Amado). Amado refere em *Navegação de cabotagem* ter cumprido pena de cadeia após a cassação.

Em 1950, o escritor foi expulso pelo governo da França e nos dois anos seguintes morou na Tchecoslováquia, no castelo da União dos Escritores. No castelo de Dobris escreve *O mundo da paz*, livro sobre os países socialistas, fruto de suas viagens pela Europa Central e pela União Soviética. Em 1951, escreve a trilogia *Os subterrâneos da liberdade* e publica no Brasil *O mundo da paz*, livro pelo qual seria processado com base na lei de segurança nacional. Recebe em Moscou o Prêmio Internacional Stalin ("Prêmio Stalin"), viaja à Albânia e depois à China. De volta ao Brasil, em 1952, responde ao processo movido contra o livro, sendo defendido pelos advogados João Mangabeira e Alfredo Franjan. O juiz responsável pelo caso arquiva o processo, dizendo que o livro era "sectário e não subversivo". O escritor é proibido de entrar nos EUA e seus livros são vetados naquele país.[138]

Em 1954 lança *Os subterrâneos da liberdade*, livro que provocou indignada reação dos trotskistas brasileiros e polêmica com o jornalista Hermínio Sacchetta (1909-1982), retratado como "Abelardo Saquila" no romance.[139]

A trilogia foi concluída em 1952, mas publicada somente em 1954. Segundo Eduardo de Assis Duarte, a postergação teria ocorrido devido a ingerências de integrantes da cúpula do partido comunista, que teria tentado censurar o livro.[140]

O rompimento com o PCB ocorreria em 1956, após o XX Congresso do PCUS[141]. É depois disso que publica dois de seus livros mais conhecidos: *Gabriela, cravo e canela* (1958) e *Dona Flor e seus dois maridos* (1966).

Darcy Ribeiro afirma que o escritor teria sido o romancista que teve mais livros apreendidos pela polícia e proibidos pelo Estado Novo.[142]

---

[138] Cf. Cronologia em *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado).

[139] A trilogia deu origem a um violento artigo de Hermínio Sacchetta, militante trotskista expulso do partido comunista em 1938 e que entre 1939 e 1945 dirigiu a *Folha da Manhã*. Outro escrito político-partidário do escritor, *Vida de Luís Carlos Prestes* (publicado na Argentina em 1942), foi alvo de crítica por parte de Patrícia Galvão.

[140] "Graciliano Ramos e Jorge Amado nas sendas da utopia" In: *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

[141] Ocorrido em fevereiro de 1956 sob a direção de Krushev (que em relatório denunciou os crimes cometidos sob o regime stalinista) o XX Congresso provocaria mudanças na orientação política do PCB e acarretaria o desligamento de um grupo expressivo de militantes, entre os quais Agildo Barata e Osvaldo Peralva (Cf. Dênis de Moraes, *O velho Graça*).

[142] Depoimento transcrito no volume *Cadernos de Literatura Brasileira* dedicado a Jorge Amado (pp. 26-31, sem título). A perseguição continuou após o Estado Novo e em seu livro Jorge Amado faz referência aos panfletos que teriam sido atirados de avião, em 1954, sobre as praias de Copacabana e Ipanema, por integrantes da Liga Anticomunista, presidida pelo Almirante Pena Boto. Os panfletos conteriam texto e desenho contrários ao escritor, reclamando sua prisão e processo, em aberta campanha anticomunista (Cf. *Navegação de cabotagem*, p. 485). A censura não se limitou ao território brasileiro: livros de sua autoria foram proibidos em Portugal e nas colônias lusitanas durante o período salazarista. Anos depois seu nome seria "reabilitado" naquele país e o escritor receberia condecoração do presidente Ramalho Eanes.

4.2.2. A representação do cárcere em *Os subterrâneos da liberdade*

A trilogia amadiana foi escrita quando o romancista se encontrava exilado na Tchecoslováquia e tem início em outubro de 1937, às vésperas do golpe que instituiu o Estado Novo. A ação ficcional concentra-se em São Paulo, mas alguns episódios retratam o embate político no meio rural. Como observa Fabio Lucas, "o romancista procura desvendar os meandros da burguesia", ao mesmo tempo em que relata "a luta subterrânea" dos comunistas contra o Estado Novo.[143]

Como ressaltam vários autores, o culto à personalidade é evidente na obra[144]. Fabio Lucas afirma que "mais do que um herói, o vulto de Luís Carlos Prestes se mostrará onipresente (...), expressão de um mito". Colocando de lado o que chama de "filiação doutrinária, agravada pelo sectarismo da época", o autor identifica na trilogia qualidades narrativas, vendo nela "um testemunho vivo das práticas policiais e repressivas do Estado Novo".[145]

> "É bem verdade que o romance de Jorge Amado forcejou o compromisso estético e político, deixou em todos os segmentos da obra a marca digital do engajamento partidário. O próprio romancista se penitencia do ajeitamento da obra para fins políticos:
>
> [citando depoimento concedido em 1985 a Alice Raillard] 'Os *Subterrâneos da liberdade* carregam a marca de uma visão de mundo stalinista que foi a minha, e na qual muitas das coisas são em preto e branco: as mulheres do campo são todas de uma pureza imaculada (...) e as outras são todas putas medonhas (...). Hoje, quando escrevo um livro como *Tocaia Grande*, acho que essa visão maniqueísta não existe mais (...)'".

---

[143] "A contribuição amadiana ao romance social brasileiro". In: *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado), pp. 98-119. Conforme o autor, a trilogia se enquadraria no que se denominava, então, de *roman à* clef, em que personalidades notórias da política e das artes aparecem de forma cifrada – exceção feita a Prestes Vargas, Góis Monteiro, Filinto Muller, Plínio Salgado, Hitler, Mussolini, Franco e Salazar, entre outros personagens históricos que comparecem ou são mencionados na obra.

[144] No primeiro volume da trilogia, Stalin é chamado de "grande líder" por um militante. No segundo volume, um dos personagens refere-se ao ditador soviético como "papai Stalin".

[145] O autor ressalta o interesse documental da obra, que a seu ver a colocam como apta a servir de fundamento às ciências sociais, "de modo análogo à utilidade que *A comédia humana* despertou em Marx e Engels". "A contribuição amadiana ao romance social brasileiro". *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado), pp. 116-117.

O autor encerra o ensaio afirmando que a obra sobrevive entretanto como documento.[146]

Para Eduardo de Assis Duarte, o romance constitui "o momento máximo do *alargamento de horizontes* experimentado em textos precedentes, ao mesmo tempo em que atinge o clímax do processo de *partidarização*, visível desde *São Jorge dos Ilhéus* ".[147]

Em entrevista publicada em livro dedicado ao autor baiano, depois de caracterizar a trilogia como um "romance da vida política sob o Estado Novo" e de observar que ela obedecia aos princípios do realismo socialista, o crítico Wilsom Martins pede ao escritor que indique com exemplos precisos o que essa visão teve de "tendenciosa e injusta" no que se refere a "situações e personalidades" retratadas no livro (a alusão a Hermínio Sacchetta parece implícita). A resposta foi lacônica: "Essa revisão não é minha, é dos acontecimentos"[148].

O narrador amadiano nos apresenta o personagem Abelardo Saquila, redator de um jornal, logo depois de situar a derrota da "insurreição de 35" (que na verdade foi uma sublevação de soldados e oficiais de baixa patente), o fechamento da ANL, a repressão que se seguiu e a prisão de Prestes.

> "Após a derrota da insurreição de 35, com a reação furiosa desencadeada no país e o ascenso do fascismo nos países europeus, vários companheiros deixavam entender, *através de frases reticentes de pessimismo*, ser impossível qualquer modificação mais profunda no Brasil antes de uma vitória comunista nos Estados Unidos. Mariana sentia, *mesmo em companheiros dedicados*, nesses dias do ano de 1937, *um certo desânimo* refletindo-se sobre a atividade partidária, diminuindo-lhe o ritmo, expressando-se em *críticas sussurradas* sobre a posição do Partido em face das candidaturas presidenciais, distante das duas, mas procurando impulsioná-las para uma frente democrática, de lutas contra o fascismo e o integralismo, utilizando a campanha eleitoral dos dois candidatos para levantar a bandeira da anistia a Prestes e aos demais revolucionários de 35. (...)". (SUB, I, p. 85 – grifos nossos)[149]

---

[146] "Toda a parte panfletária da obra, de sectarismo cego e estreito, se tornou perecível. Sobrevive como documento. Nas entrelinhas expandem-se informes que podem alimentar as pesquisas da história do cotidiano. Ou, talvez, a história das mentalidades" (Idem, pp. 117-118).

[147] "Graciliano Ramos e Jorge Amado nas sendas da utopia". In: *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, p. 210. (grifos do autor)

[148] Ver *Cadernos de literatura brasileira* (Jorge Amado). Em *Navegação de cabotagem* (p. 329), Amado refere carta escrita a Tony Cartano, romancista francês que publicara artigo no *Magazine Littéraire* a respeito do livro recém-editado pela Messidor [1990] criticando o autor por ter-se "sujeitado aos cânones do realismo socialista ditados por Zdanov" [Amado concordou com as críticas]. Em entrevista a Alice Raillard, o escritor reconheceu o caráter maniqueísta do romance, considerando que ele "respondia ao momento stalinista dos escritores de esquerda".

[149] As citações extraídas de *Os subterrâneos da liberdade* serão indicadas de forma abreviada.

Um pouco adiante, depois de Saquila ter caracterizado ("numa voz doutoral que não admitia discussões") a situação em que se encontraria à época o movimento comunista nos "países semicoloniais" com uma imagem pessimista, a personagem Mariana ouve o seguinte comentário do camarada Ruivo a respeito do jornalista que saíra:

> "- Isso que te parece apenas uma frase sonora de um literato é um indício de coisa muito mais séria. Há um trabalho do inimigo no seio do Partido, Mariana. (...) Faz tempo já que a direção vem notando essa infiltração de ideologia estranha, esse *trabalho de sapa* tentando criar um ambiente de pânico entre os camaradas, levá-los ao desespero e, como conseqüência, ao afrouxamento do trabalho. (...) Há um grupo de pequeno-burgueses, de intelectuais em geral, que vieram ao movimento por amadorismo ou por oportunismo no tempo da Aliança, e que *servem de veículo* a esse trabalho do inimigo. Saquila é um deles...
>
> - Você quer dizer que ele é um inimigo?
>
> - Eu digo que ele faz, consciente ou inconscientemente, isso não sei, *depois veremos*, o trabalho do inimigo. O Partido deve estar preparado para enfrentar essa gente, para desmascará-los quando eles tentarem qualquer coisa de mais sério.
>
> - Você crê que eles tentarão fazer alguma coisa?
>
> - Penso. Todas essas críticas (...) não são simples tagarelices sem maior importância. Por detrás disso há coisa mais séria, tu verás. É o trabalho de inimigo. Ele não se contenta com a polícia, a cadeia, as surras. Esse é o lado brutal da reação, mas existe o outro, mais sutil e por vezes mais perigoso para o Partido..." (SUB, I, pp. 87-88 – grifo nossos)

As referências a Saquila não são ocasionais: a sua caracterização (destruição) revela-se urdida em todos os seus pormenores (o "depois veremos" do diálogo que o autor se encarrega de expor ao longo do livro, seja em intervenções feitas pelo pseudo-narrador neutro que criou, seja pelas considerações que este último externa por meio de outros personagens)[150]. O personagem comparece à narrativa só depois de o cenário "heróico" em que atuam os militantes comunistas ter sido montado. Insidiosamente, aos poucos, o narrador vai mostrando como o personagem vai instalando a cisão, a intriga, a conspiração, a traição. O obreirismo também está aqui formulado.

[150] O único comentário favorável a Saquila se dá quando ficamos sabendo que o jornalista escolhera uma foto que mostrava o estádio quase vazio na recepção ao ditador, ao contrário das fotos tiradas sob um ângulo mais favorável que haviam sido enviadas aos jornais pelo DIP (ver SUB, I, p. 335).

A segunda referência a Saquila é feita durante uma reunião da direção regional do Partido em que os dirigentes discutem a proposta de deflagração de uma greve para impedir o movimento golpista (que se configura na narrativa como o *putsch* integralista).

> "- Não sei - disse Zé Pedro. - Para isso será preciso um grande trabalho do Partido. E não sei como a base vai reagir. Há uma contínua campanha contra a direção feita pelo *grupo de Saquila*. Esse tipo não pode continuar no Partido. É um *trotskista* evidente e se cercou do que há de pior, de mais pequeno-burguês no Partido, estão num *trabalho cerrado* de agitação desmoralizante, aproveitam o momento de confusão e boatos que lhes são favoráveis..."
>
> [as falas seguintes não são identificadas]
>
> - Ruivo foi ao Rio discutir...
>
> - Se não *limpamos* rapidamente o Partido desses tipos, eles vão causar um prejuízo grande...
>
> - Eles estão preparando qualquer coisa. Minha *impressão* é que há, entre eles, gente *diretamente* ligada à polícia. (...)
>
> - Eu também estou de acordo. Mas nós não podemos esperar a liquidação deste grupo para começar a preparar a gente para reagir ao golpe. (...) (SUB, I, p. 107)

Num breve diálogo, a equação foi montada pelo narrador ptolomaico, que parece querer fazer o mundo gravitar em torno de um centro que não é outro senão o próprio Partido. Saquila agora pertence a um *grupo*, é caracterizado como *trotskista*, está num *trabalho cerrado* contrário à direção do Partido, que deve ser *limpo* desse elemento nocivo. Há ainda a *impressão* de que o *grupo* estaria *diretamente* ligado à polícia, daí porque deve ser *liquidado*. O silogismo canhestro do narrador amadiano parece querer justificar não apenas a perseguição à diferença, mas os expurgos stalinistas.

Está colocada a desconfiança permanente: ao marcar o local para um novo encontro da célula, um dos dirigentes afirma: "com esses trotskistas agindo, toda precaução é pouca". A segurança dos "camaradas" estava ameaçada, bem como a própria existência do Partido. Justifica-se, portanto, não apenas a eliminação das diferenças políticas, mas a própria eliminação do outro.

Como preparação para a greve redentora, os boletins seriam rodados na gráfica clandestina do Partido, que vivia sob a guarda de um dos "homens de Saquila": Camaleão, o tipógrafo que depois de torturado (com certa "parcimônia", conforme se depreende da narrativa tendenciosa) será transformado em informante da polícia[151].

---

[151] Não bastasse o próprio jogo onomástico na caracterização do personagem: "Era um homem comprido e pálido, quase esverdeado, de mãos sempre suarentas e voz arrastada". (SUB, I, p. 296)

Em reunião com Saquila, Ruivo e João expõem-lhe suas críticas: as atividades do jornalista tinham "um nítido caráter trotskista". O narrador observa que Saquila, "falando numa torrente fácil de palavras", recusa-se a aceitar o epíteto. Saquila é apresentado então como participante da conspiração armandista, que preparava um golpe contra Vargas. A crítica de Ruivo é severa:

> "- Há muito tempo que não ouço tanto absurdo junto: o justo é o *putsch* e não a luta de massas, o certo é ir na rabada da burguesia e não colocar a direção da luta na mão da classe operária (...). É o mal de vocês, intelectuais metidos num gabinete a devorar marxismo, distante das massas". (SUB, I, p. 201)

Depois, a síntese refere a existência de dois projetos políticos e estéticos distintos. Fala João, após a saída de Saquila:

> "- Compreende, Ruivo: *putsch* e não luta de massas, direção da burguesia e não do proletariado... Não há diferença entre o que ele pensa em política e o que ele pensa em arte. Ao contrário, há uma perfeita harmonia: trotskismo e surrealismo são formas de luta da burguesia em planos diferentes. (...)" (SUB, I, p. 202)

Em seguida, nova síntese: a idéia de que era preciso "liquidar com urgência esse foco trotskista". Mais adiante, quando fazem o balanço das prisões que teriam se dado, na trama, nos dias que antecederam a visita de Vargas a São Paulo, os personagens Mariana e Ruivo travam o seguinte diálogo:

> -E o rapaz que veio do Rio?
>
> - (...) Em todas essas prisões, só há duas que me chateiam: essa [trata-se da pessoa que assumiria a tipografia] e a de Saquila...
>
> - A de Saquila, por quê? É melhor ele preso do que em liberdade, botando teias de aranha na cabeça dos outros...
>
> - Eu não sei até onde essa gente está ligada à polícia. Mas espero tudo deles, não vou me admirar se eles se entregarem à polícia. Se já não estão trabalhando há tempos para a Delegacia de Ordem Política e Social.
>
> - Tem uma coisa que eu não compreendo, Ruivo
>
> - O que é?
>
> - Há vários meses já que vocês localizaram a infiltração trotskista, conhecem os chefes, e, no entanto, não os expulsam do Partido. Por quê?
>
> O Ruivo sorriu:
>
> - (...) Há dois motivos. Primeiro: nesse grupo há de tudo, gente ruim, agentes do inimigo, e boa gente que eles envolveram. A esses devemos salvar, ganhar para o Partido, é isso que estamos fazendo. (...).

E, logo a seguir, complementa o personagem:

> - Esse é o primeiro motivo. Se nós os tivéssemos expulsado quando eles começaram a luta contra a direção, eles teriam arrastado muita gente com

> eles (...). Segundo: essa gente chegou a ocupar postos importantes na região e a conhecer uma boa parte da máquina ilegal do Partido. Se nós os expulsássemos então, eles poderiam entregar quase todo o Partido à polícia ou fazer qualquer provocação em grande escala. Nós estamos modificando a máquina aos poucos, e quando eles se derem conta já não nos podem fazer mal nenhum. Compreenda: enquanto eles não forem desmascarados publicamente, eles não têm interesse em agir claramente como policiais, estão procurando penetrar ainda mais, saber ainda mais. Porém, se os expulsarmos antes de termos desfeito a parte da máquina ilegal que eles conhecem, eles podem causar um sério prejuízo à região do Partido. (...). (MC, I, p. 284-285)

Mariana pondera então ao dirigente o fato de que *ela mesma* tinha dificuldade em aceitar a idéia de que o jornalista, que militara junto deles, estivera preso, fosse "um traidor, um inimigo, um agente da polícia". Depois de relativizar algumas afirmações a respeito do jornalista (ele não *era* um policial, mas *poderia* vir a sê-lo, ou então que, ao ser alertado sobre o seu "erro"e nele persistir, acabaria fazendo *consciente* ou *inconscientemente* o "jogo do inimigo"), o camarada Ruivo lança o seu juízo peremptório, que nada mais é do que expressão da intenção capital do narrador, urdida desde o início da trama - a de justificar os processos de Moscou:

> "- (...) Mais difícil era pensar que Trotsky era um agente do inimigo e hoje, quem duvida? E toda essa turma dos processos de Moscou? Eram velhos membros do Partido bolchevique, não eram? No entanto foram desmascarados como agentes do inimigo. O inimigo não se contenta com nos cercar. Ele procura também nos atacar de dentro. É o que Saquila faz em São Paulo. Ele e seu grupo..." (SUB, I, p. 286) [152]

[152] Em artigo publicado em 1954, Hermínio Sacchetta respondeu a Jorge Amado de forma virulenta, como se pode ver nos excertos transcritos a seguir: "O semi-analfabeto ilustre, hoje traduzido em várias línguas da órbita russa, por força do *aparelho* cominformista, mesmo no ocidente, se me apresenta sob pseudônimo - Saquila – preocupa-se em fazer com que o leitor me identifique, em referindo, de passagem, meu nome partidário na época. (...) Como todas essas desprezíveis vivandeiras intelectuais do stalinismo, o autor de *O mundo da paz* nutre de subliteratura fraudulenta as pobres vítimas do aparelho partidário, procurando imunizá-las, por meio de calúnias e imposturas, contra as idéias sobre o socialismo científico e a verdade no tocante ao degradante capitalismo de Estado que asfixia o povo russo. Este novo barão de Münchausen (...) não tem limites em suas pérfidas mentiras a respeito de minha posição política na dissidência irrompida nas fileiras do stalinismo brasileiro, pouco após a malograda aventura prestista de novembro de 1935. (...) Se o Sr. J. A. fosse dotado de elementar honestidade, ele que, àqueles tempos, nenhum contato mantinha com o PC [lembremos que alguns autores identificam militância de Jorge Amado na juventude comunista a partir de 1932], empregando suas atividades intelectuais no *Meio Dia*, jornal da embaixada nazista no Rio de Janeiro, poderia ter examinado a extensa literatura existente sobre os episódios em questão". O autor considera a trilogia amadiana como um "rocambole zdanovista de mais de mil páginas", "um romance teratológico", "folhetinesco, enfadonho e convencional", que se reduz a uma "exposição didática da mitologia stalinista" ("Jorge Amado e os porões da decência". In: *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*, pp. 69-72). Em artigo publicado originalmente no livro *Combate nas trevas* [transcrito na mesma obra em que figura o artigo de Hermínio Sacchetta], Jacob Gorender assume a defesa do jornalista de forma contundente ("Epílogo para um romance à revelia do autor").

No trecho citado, o narrador utiliza o discurso direto para demarcar a argumentação por assim dizer "política" da assertiva. Mas faz mais. Utilizando o discurso indireto livre, funde suas concepções às da personagem Mariana com a intenção clara de reafirmar, pelos meandros da ética, o argumento "político" expresso anteriormente: como duvidar do senso de justiça do camarada Ruivo, se ele ali estava, diz o narrador, "os pulmões roídos pela tísica, lutando pelo bem de todos?". Com descrições que caberiam melhor à lavra de Rachel de Queiroz, em sua magnífica caracterização dos animais famélicos em *O Quinze*, continua o narrador a justificar as asserções do camarada Ruivo, cuja bondade em fazer o bem coletivo o tornava "duro como aço", apesar de ter os ossos "quase furando a camisa" e a tosse "abalando seu tronco".[153]

Há várias passagens em que o narrador utiliza o procedimento de conferir consistência teórica às inferências políticas por meio de caracterizações que pertencem à esfera moral, vazadas pelo tom melodramático que é comum ao seu estilo e ao seu modelo narrativo.

Pelas observações precedentes, logo se vê que o cárcere é entrevisto em *Os subterrâneos da liberdade* sob essa mesma perspectiva: a ótica política de caráter propagandístico freqüentemente ancorada no moralismo e no melodrama.

Diz o personagem Apolinário para Mariana, em São Paulo:

> "(...) Prestes está numa cela imunda, separado até de seus companheiros, sua esposa foi mandada para a Alemanha. (...) Tu sabes que lá [na Espanha], em cada cidade, em cada aldeia, há uma rua com o nome de Prestes? Quando eu penso que nós somos milhões pelo mundo afora e que existe a União Soviética, sinto-me feliz. Era meu remédio na cadeia contra o 'abafamento'. É nos dias de visita que a coisa acontece: a gente vê os parentes (...), ouve as notícias dos amigos, daquele mundo (...) adiante dos muros... É o pior dia da cadeia ao mesmo tempo que o melhor... (...) Nesses dias, quando o abafamento me ameaçava eu pensava na 'velha', - por 'velha' designava a União Soviética, como por 'velha' designava carinhosamente sua própria mãe -, no povo construindo um mundo alegre, e imediatamente estava outra vez curado (...)." (SUB, I, p. 98-99)

[153] *Os subterrâneos da liberdade*, I, pp. 286-287.

Pouco tempo depois de atravessar a fronteira, no Uruguai, o camarada Apolinário pensa em Prestes:

> "(...) Pensou em todos que estavam na ilegalidade e pensou nos presos, como Agildo e Algiberto, aqueles sobre cujas cabeças pesavam violentas ameaças. E pensou sobretudo em Prestes, isolado do mundo no seu cubículo triangular, odiado com ódio mortal pela reação (...). Os integralistas não escondiam a sua sede de sangue de Prestes, a sua intenção de assassiná-lo se chegassem ao poder. (...) Mas não!. Eles não teriam coragem - pensava. Teriam medo do povo, aquele prisioneiro incomunicável estava defendido pelo amor do povo. E depois havia a campanha pró-Prestes no estrangeiro, em diversos países, havia a solidariedade internacional a cercá-lo, a protegê-lo contra o ódio de seus carcereiros". (SUB, I. p. 140)[154]

Como se vê, há aqui apenas a *visão exterior* do cárcere. Em um comício em Montevidéu: "Quando o nome mágico do prisioneiro [Prestes] era pronunciado, um clamor incomensurável de aplausos se elevava (...)." O partido aparece retratado como um polvo:

> "Não, nunca estivera e nem estaria só, não possuía o direito de jamais se julgar em solidão: em torno dele, onde quer que estivesse, estariam centenas e milhares, haveria sempre a mão de um companheiro para apertar a sua mão. (...)
>
> (...)
>
> Nenhum comunista estava sozinho (...). Nenhum estava só, perdido e abandonado, nem mesmo na prisão mais incomunicável, nem mesmo no cárcere mais imundo, separado dos demais como perigosa fera. Em torno deles, rodeando-os de militante solidariedade, estavam milhões e milhões de homens sobre a terra (...)". (SUB, I. p, 210)

Andando pela rua, o personagem Apolinário entra em uma espécie de comunhão onírica com o povo:

> "Andou para o hotel, via os transeuntes nas calçadas, olhava-os com simpatia, enxergava as vitrinas iluminadas, os bondes cheios, e sentia vontade de dizer a essa gente simples da rua, num agradecimento: 'irmãos, irmãos...' Não estava mais sozinho, era um entre milhões". (SUB, I. p. 211)

No segundo volume da trilogia, o narrador refere carta de Prestes ao Partido ("enviada da sua soturna prisão estreita como um túmulo"):

> "Do meio da mais rigorosa incomunicabilidade, isolado não só dos camaradas, mas de todo o convívio humano, o chefe revolucionário examinava a situação internacional e a nacional e traçava perspectivas para toda a luta do povo brasileiro". (SUB, II, p. 115)

---

[154] Observe-se que Prestes é apenas citado ao longo do livro, não figura como personagem exceto no último capítulo da obra quando é julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional e profere um discurso em defesa da revolução russa. Não fosse o fato de Prestes estar preso, seria possível admitir a hipótese de que o autor (mesmo adotando a onisciência narrativa) preferiu fazê-lo para melhor construir a perspectiva hagiográfica, o líder distante em seu cubículo para melhor admiração por parte de seus liderados?

A superficialidade com que Jorge Amado trata a questão da tortura, por exemplo, é emblemática do que estamos dizendo. Amado reduz a questão da resistência à tortura apenas à esfera moral, consubstanciada em expressão de uma sólida convicção política - identificada, obviamente, com a linha do partido (uma vez que outros comparecem à narrativa, de forma alusiva, como tendo "sucumbido": integralistas, trotskistas etc.). Os comunistas têm comportamento heróico na prisão: resistem às torturas mais brutais (explicitamente ou alusivamente).

Veja-se o personagem Camaleão quando é interrogado por Barros, um velho chefe de investigadores que quer a chefia da Ordem Política e Social. Pouco depois de ver os instrumentos de tortura que havia na sala, ao sentir os primeiros socos, Camaleão transforma-se em delator: entrega a tipografia clandestina, aceita um cigarro e pede proteção ao policial. Aceita então a proposta de transformar-se em informante da polícia (SUB, I, pp. 357-359).

Suplicando para não ser preso junto com os comunistas e temendo vingança, ele chora. Diz o narrador: "e novamente chorava, tomado de um terror pânico, era como um resto de gente, qualquer coisa de sórdido e mesquinho e, mesmo naquele ambiente ignóbil de polícia, sua condição humana era tão miserável que o próprio Barros o pôde sentir: 'Esse nos pode ser muito útil...'" (SUB, I, pp. 358-359). O chefe dos investigadores possuía "uma grande experiência": conhecia bem os comunistas presos e sabia distinguir prontamente "os covardes e os fracos, aqueles capazes de traição":

> "Eram bem raros, infelizmente, pensava, a maioria sabia manter-se calada, era uma espécie de gente *cuja psicologia ele jamais conseguira entender direito, uma gente que resistia às maiores torturas de boca fechada*" (SUB, I, p. 359 – grifo nosso).

No terceiro volume da trilogia, dividido em três capítulos, a ambientação carcerária é mais recorrente em virtude de o escritor retratar a repressão que se abateu sobre os militantes comunistas entre 1938 e 1940. A caracterização do ambiente prisional tem cores realistas, interessando ao narrador demarcar a crueldade da violência policial. O cárcere passa a ser visto, então, não mais a partir de uma perspectiva externa.

O primeiro capítulo tem início com a prisão do militante Carlos, interrogado e espancado nas dependências da central de polícia. Diante do delegado Barros e de dois investigadores, seu rosto transforma-se em "uma posta de carne viva". A sua maior preocupação era descobrir quem o teria entregado à repressão (a desconfiança recai sobre Saquila e seu grupo), se muitos outros teriam também sido presos e qual seria a extensão da tragédia para o partido. Outros militantes comunistas também são presos, como Zé Pedro,

retirado de casa pelos policiais na presença da mulher e do filho e levado diretamente para a sala de torturas. Um médico, cacainômano, supervisiona as sessões. A mulher de Pedro e o filho são depois levados à prisão e torturados. O bebê é chicoteado diante da mãe e um rosário de crueldades é exposto ao leitor: em dezenas de páginas prevalece a descrição minuciosa da barbárie policial e predomina o discurso direto na narrativa dos interrogatórios.

No segundo capítulo a narrativa se detém na repressão a militantes comunistas e camponeses no Vale do Rio Salgado. O terceiro capítulo termina com Prestes sendo arrastado pelos policiais e soldados e levado para fora da sala de audiência após fazer um discurso em defesa da revolução russa durante o seu julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional (ocorrido em novembro de 1940).

Os livros enfeixados em *Os subterrâneos da liberdade* podem ser caracterizados como romances históricos e guardam uma característica especial na medida em que procuram dar conta não apenas de uma determinada experiência histórica (a vida política sob o Estado Novo), mas resgatar uma memória encoberta pela historiografia oficial. Há quem diga que a trilogia desempenhou papel importante nesse sentido.

Fabiana Carelli caracteriza a intenção de Amado ao escrever a obra: queria escrever a história da 'heróica' oposição dos comunistas ao Estado Novo e escrever a história clandestina do PCB. Conforme observa, na brochura *Homens e coisas do Partido Comunista*, publicada em 1946 pelas Edições Horizonte, Amado retratou vários militantes comunistas, entre os quais Giocondo Dias[155], Domingos Marques[156] e Luís Carlos Prestes[157].

A autora considera a trilogia amadiana sobre o Estado Novo como a realização de um projeto que teria sido delineado pelo autor no início dos anos 40 e que estaria presente em algumas de suas obras, ficcionais ou não: o projeto de difundir o PCB ("levar ao povo o 'partido do povo'"), divulgá-lo através da literatura e, também, registrar a memória daqueles "anos difíceis".[158]

---

[155] Giocondo Dias (1913-1988), um dos líderes da revolta de Natal, inspirou parcialmente o protagonista Juvêncio de *Seara vermelha*. "É uma história construída a partir de uma pessoa muito querida, meu velho amigo Giocondo Dias, que chegou a secretário-geral do PCB e na época era sargento; foi um dos chefes militares da revolta de Natal" (entrevista a Alice Raillard, p. 162). Condenado a dez anos de prisão, ficou preso até a anistia.
[156] Comparece em *Os subterrâneos da liberdade* como o personagem "Ruivo".
[157] Porões da Memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 14 - nota.
[158] Porões da Memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 15.

Temos aqui uma concepção que vê a literatura como *panfleto* e como *documento*, ou seja, como instrumento de luta ideológica e de resgate histórico. Os personagens, observa a autora, ficcionais ou reais, participam ao longo da trama de conhecidos episódios da história política brasileira situada nos anos 30.[159]

A trilogia é atravessada por um maniqueísmo que se vai acentuando à medida que o narrador desenvolve o enredo. Fabiana Carelli observa que, "na trilogia amadiana, os grupos são classes sociais: a representação da 'luta de classes' (por vezes de modo esquemático e pouco complexo) domina os três romances do começo ao fim (...)".[160] Temos, assim, segundo a autora, os personagens que representam a "burguesia". Temos, também, os personagens que integram o universo da militância comunista. O terceiro grupo de personagens é constituído pela camada dos "pequeno-burgueses" (conforme expressão do próprio autor).

Fabiana Carelli observa que na trilogia estão presentes as questões que mais preocupavam o PCB nos anos 30 e 40: a cisão entre comunistas e trotskistas, a tendência obreirista, a organização do partido no meio rural e o posicionamento diante da questão rural e imperialista, a ação sindical diante do controle governamental, a situação política internacional (especialmente a guerra civil na Espanha e a conjuntura que iria desembocar na Segunda Guerra.[161]

Desenvolvendo um paralelo traçado por Eduardo Portela entre o escritor baiano e José de Alencar, a autora observa que a intenção do narrador de *Os subterrâneos da liberdade* é a de criar um imaginário que ultrapassa a dimensão nacional, mas que está profundamente enraizado na terra pátria:

> "Se, para construir um Brasil, os românticos precisaram apresentá-lo aos leitores por meio da literatura, para se construir um Brasil comunista seria preciso, primeiro, fundar um imaginário comunista na cultura brasileira.
>
> Daí a relevância do papel do escritor do partido para a revolução. É preciso apresentar os novos 'heróis', cuja origem não é mais étnica (os índios, por exemplo), mas social (o povo). É preciso retratar a sociedade, criticando suas mazelas e propondo uma nova ordem harmônica. O escritor comunista, como o romântico, tem uma missão: não somente 'fazer o povo pensar', como em Castro Alves, mas 'ajudar a marcha do homem para uma vida melhor', identificada com o socialismo". [162]

---

[159] Porões da Memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 16.
[160] Idem, p. 16.
[161] Idem, p. 37.
[162]Idem, pp. 39-40. Para a autora a obra assumiria em seu desenvolvimento um caráter cada vez mais épico e mítico. Considera, entretanto, que o grande herói construído pelo narrador de *Os subterrâneos da liberdade* seria o próprio partido comunista, que, alçado à condição de protagonista da obra, torna-se "um ser quase mítico, poderoso e gigantesco" (Idem, pp. 45-47).

Fabiana Carelli passa então a analisar o narrador amadiano em *Os subterrâneos da liberdade*. Acompanhemos de perto a sua análise: no início, não há intervenção do narrador. Predomina no primeiro volume da trilogia o emprego do discurso indireto livre.

> "O narrador, apesar de manter nas mãos as rédeas do discurso por meio do foco narrativo em terceira pessoa, penetra na consciência de seus personagens, tecendo a trama por meio das idéias e da memória de cada um".[163]

Inicialmente, o narrador se abstém de opinar diretamente: não pensa: lê pensamentos; não lembra: acompanha lembranças. A autora observa que em *Os subterrâneos da liberdade* esse modo de narrar é "aparentemente muito democrático: por meio do discurso indireto livre, o narrador dá voz a todos os personagens, consciências e tendências políticas"[164]. A autora prossegue dizendo que já no primeiro volume da trilogia existiria um narrador que não é neutro, ainda que seja voluntariamente "apagado": "Ele conduz o discurso: escolhe os fatos a narrar, julga e classifica atitudes, por meio de apreciações sutis, filtradas através dos personagens e suas ações", havendo ironia na caracterização da burguesia, admiração e condescendência na caracterização dos comunistas.

Examinando a onisciência do narrador amadiano, Fabiana Carelli acaba por identificá-lo ao partido comunista:

> "Esse narrador (...) é dotado de uma onisciência absoluta: tudo vê, tudo conhece, não se engana com boatos infundados ou com 'provocações'. Nesse aspecto, confunde-se com o partido comunista. Os comunistas são, ao longo da trama, muito bem informados: sabem de tudo, do Palácio do Catete às docas de Santos, das fábricas paulistanas à casa de Costa Vale, dos corredores da polícia ao Vale do Rio Salgado. São (...) os membros do organismo partidário na trama. O narrador, olhos e voz da organização, completa o monstruoso corpo".[165]

---

[163] Porões da Memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 50.
[164] Porões da Memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 51.
[165] Porões da Memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 52.

Segundo a autora, à aparente "democracia narrativa" de *Os subterrâneos da liberdade* impõe-se "um movimento unificador", apenas indicado nas primeiras páginas e que se vai tornando cada vez mais consistente:

> "O que à primeira vista garante ao texto uma estrutura de obra 'fraturada', onisciência múltipla e discurso indireto livre, é justamente o aspecto em que, de modo profundo, todas as divergências se apagam. A complexidade dos personagens e da análise dos fatos históricos encontra limites numa visão da sociedade dividida entre exploradores e explorados, heróis corajosos e vilões inescrupulosos ou fracos. A multiplicidade das vozes dos primeiros capítulos da trilogia vai se diluindo numa só. (...)".[166]

Eduardo de Assis Duarte chega a conclusão semelhante. O autor observa que ao recair no maniqueísmo e na "simplificação própria de uma pedagogia salvacionista", "a literatura apologética da era stalinista é exemplo recente de quanto o discurso da utopia pode degenerar em crença messiânica". [167]

---

[166] De nossa parte, achamos possível também caracterizar o narrador de *Os subterrâneos da liberdade* como um "narrador ciclópico" (lembremos de Polifemo, gigante de um olho só que comparece na *Odisséia*). Por toda a parte parece haver a presença do PC: notícias chegadas dos cubículos da polícia diziam que o velho Orestes "nada sofrera além de uns empurrões" (SUB, I, p. 293); o velho Orestes bebe em homenagem a todos os "camaradas espalhados pelo mundo", especialmente ao camarada Prestes e ao camarada Stalin "que dirigia essa luta deles todos de algumas distantes peças do Kremlin" (SUB, I, 343). Esse "narrador polifêmico" de Jorge Amado contrasta sobremaneira com o "narrador polifônico" de *Memórias do cárcere*.

[167] "Graciliano Ramos e Jorge Amado nas sendas da utopia" In: *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, pp. 161-163.

4.3. Dyonelio Machado e a alegoria do cárcere

> "A prisão degrada, porque escraviza. Dentro das quatro paredes duma enxovia, o preso perde a iniciativa de gerir a si mesmo: abdica dos seus direitos mais elementares, na pessoa do carcereiro – que se adona de seu presente e de seu hipotético futuro. A escuridão acaba por cegar o ser vivo, por falta de objetivo a enxergar".

O escritor Dyonelio Machado (1895-1985) foi outro ilustre hóspede dos calabouços do Estado Novo. Antes de ser preso, formara-se em Medicina (especializando-se em psiquiatria) e publicara alguns livros: *Política contemporânea: três aspectos* (1923), um volume de contos intitulado *Um pobre homem* (1927) e sua tese de doutoramento: *Uma definição biológica do crime* (1933).

Dirigente da seção gaúcha da ANL - instalada no Estado em 5 de julho de 1935, sob a presidência de Dyonelio -, foi levado ao cárcere por articular uma greve de trabalhadores gráficos que deveria durar vinte e quatro horas em protesto contra o fechamento da ANL, decretado pelo governo federal em 13 de julho daquele ano.[168]

Em entrevista de 1980, cujos excertos foram publicados no livro organizado pela pesquisadora Maria Zenilda Grawunder, o escritor afirma ter ido até as dependências do *Correio do Povo* e de outros jornais para articular a greve e, também, para comunicar os empregadores sobre a iminência do movimento paredista:

> "Os empresários que eu visitei ficaram sabendo que, no dia seguinte, os seus gráficos não estariam trabalhando. Era uma questão de honestidade. Não quis fazer uma ataque pelas costas".[169]

O ativista articulou o movimento nas oficinas gráficas dos matutinos e, ao voltar para casa, de madrugada, foi preso por dois investigadores. O escritor rememora o episódio:

> "A reunião terminou muito tarde e era uma noite de inverno, nesta época mais ou menos, estava chovendo. Quando cheguei em casa havia dois homens me esperando. Saíram da chuva, de debaixo de uma sacada, atravessaram a rua e vieram me dizer que eu estava preso. Pedi para entrar em casa e foi aquele impacto lá dentro. Tentei acalmar, dizendo que não ia durar muito dias. Durou dois anos..." [170]

---

[168] Devemos a maior parte das informações deste capítulo ao trabalho de Maria Zenilda Grawunder - "Sob o signo da solidão: Dyonelio Machado, autobiográfico" (introdução ao livro *Dyonelio Machado. O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995. Organização, seleção e notas da pesquisadora). Os trechos de algumas entrevistas citadas a seguir foram extraídos da seleção organizada pela pesquisadora e outras foram pesquisadas no Banco de dados da *Folha de S. Paulo*. Para maior fluência do texto, citaremos em nosso trabalho apenas a fonte original.

[169] Danilo Ucha. "Dyonelio. O escritor que abriu a ratoeira". In: *Zero Hora*. Porto Alegre: Revista ZH, 14 de setembro de 1980, pp. 6-7.

Incurso no artigo 19 da Lei de Segurança Nacional, situação que configurava "delito de opinião", Dyonelio Machado foi recolhido no dia 18 de julho de 1935 ao quartel do 3º Batalhão da Brigada Militar, ficando depois detido na prisão das Bananeiras (Bairro Glória, em Porto Alegre).[171]

Em entrevista concedida no cárcere quando aguardava a liberdade condicional - e que seria publicada em 20 de novembro de 1935 -, o escritor gaúcho, além de asseverar sua adesão à revolução soviética e ao ideário marxista, comenta sua situação processual:

> "Faz dezessete dias que foi proferida a sentença, condenando-me ao grau submédio da pena, ou seja, a dez meses e meio de prisão, e até agora o juiz não teve oportunidade de resolver sobre o *sursis* impetrado a meu favor. A velha aspiração popular de uma justiça rápida continua sendo (...) um simples sonho ingênuo do nosso povo, sonho que não morrerá porque não estão, felizmente, perdidas todas as esperanças. Ponto importante de um movimento revolucionário triunfante - o de 30 - que logo ficou esquecido, mal se apossaram do poder aqueles que, durante a campanha de propaganda, tanto o preconizavam e defendiam".

Logo em seguida, estabelece interessante paralelo entre a esfera jurídica (entendida de forma bastante abstrata) e a medicina. A metáfora biológica é estendida também ao seu caso particular:

> "A justiça é para a sociedade o que a medicina é para o indivíduo. Ela é um remédio social, de que depende a saúde dum todo. Qualquer decisão jurídica representa um benefício para a comunidade, benefício que se confunde com a sua própria vida – por isso que ela é composta de indivíduos e tudo quanto respeita a um deles diz igualmente respeito a todos. A sociedade tem tanto interesse em punir como em absolver. A justiça é, pois, uma assistência prestada à sociedade, em tudo comparável à assistência que o médico consagra aos seu pacientes. Ora, imagine-se o que seria, na esfera individual, uma medicina tardia, chegando fora de tempo, fora de toda oportunidade.
>
> Há quase quatro meses que minha única paisagem é esta água pardacenta... É uma tristeza..." [172]

---

[170] Danilo Ucha. "Dyonelio. O escritor que abriu a ratoeira". In: *Zero Hora*. Porto Alegre: Revista ZH, 14 de setembro de 1980, pp. 6-7.

[171] "Estive preso, aqui, na Brigada militar, por causa do meu título de médico. Mas isso pouco adiantou. Foi pior, fui tremendamente castigado. Só faltou me darem, me baterem. Me puseram em quarto escuro, tudo isso..." Danilo Ucha. "Dyonelio. O escritor que abriu a ratoeira". In: *Zero Hora*. Porto Alegre: Revista ZH, 14 de setembro de 1980, pp. 6-7.

[172] Carlos Reverbel. "Na prisão onde se encontra, o Dr. Dyonelio traça, sem querer, o seu perfil de idealista e lutador". In: *A Razão*. Santa Maria, 20 de novembro de 1935, p. 1.

O escritor obteve liberdade condicional depois de mais de três meses de prisão, após o que saiu de Porto Alegre para atender uma sobrinha que se encontrava doente em Taquari. Uma semana depois da publicação da entrevista - como observa Maria Zenilda Grawunder -, eclodiu nos quartéis o levante comunista e a entrevista foi utilizada como uma das peças acusatórias que o reconduzem ao cárcere.

Dyonelio passaria longa temporada na prisão: inicialmente em Porto Alegre e, seis meses depois, no Rio de Janeiro, onde ficou no Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, até ser libertado em junho de 1937. O romance *Os Ratos*[173], escrito no final de 1934, recebeu o prêmio "Machado de Assis" da Academia Brasileira de Letras e foi publicado no ano seguinte, quando o escritor estava na prisão. Dyonelio soube da premiação quando estava no porão de um navio-presídio estacionado no porto de Santos, cujo destino era justamente o Rio de Janeiro.

Na prisão, o escritor gaúcho conviveria com outros presos políticos - entre os quais Graciliano Ramos[174] - e acabaria aderindo ao PCB.

Dyonelio manteve intensa atividade política no cárcere. Além de ter escrito uma peça teatral e de ministrar aulas no interior do presídio da Frei Caneca, escrevia relatórios periódicos sobre a situação dos presos. Esses relatórios - conforme revelou Flavio Moreira da Costa em artigo escrito logo após a morte do escritor - eram lidos na Câmara de Deputados pelo então deputado federal Café Filho, com grande repercussão e constrangimento por parte do governo Vargas. Ainda segundo o autor, um desses relatórios teria chegado às mãos do então presidente norte-americano Franklin Roosevelt, durante uma cerimônia oficial no Brasil. Ciente do fato, o chanceler Oswaldo Aranha fez chegar a notícia ao Catete. Pouco tempo depois, Dyonelio seria chamado ao gabinete do diretor do presídio, ocasião em que, antes de entrar na sala, teria tirado os óculos por acreditar que estava na iminência de ser descoberto como autor (o que não ocorreu).[175]

---

[173] Escrito em apenas vinte noites, o romance narra um dia de desespero do personagem Naziazeno em busca do dinheiro para pagar a conta do leiteiro e seu temor - desfecho carregado de simbologia - em ver seu esforço malogrado pela voracidade dos ratos.

[174] Não poderíamos deixar de estabelecer aproximações entre Graciliano Ramos e Dyonelio Machado e entre dois de seus livros: *Vidas Secas* e *Os Ratos*, anotando ainda que brevemente o que aproximaria as duas obras e observando algumas características comuns que integrariam o universo ficcional dos dois autores. O paralelo que pode ser feito entre os dois escritores é bastante vasto - não apenas de ordem histórica e biográfica, nem somente entre os livros referidos. A estrutura cíclica e os elementos trágicos dos dois romances, a composição em quadros das duas obras guardam profunda relação entre si e a miséria que espelham só é diferente porque vista sob uma ótica urbana e sob uma ótica agreste. Haveria também muito a estabelecer entre *Memórias do cárcere* e *O louco do Cati*, ambos magistrais libelos contra a perseguição política, ambos marcados pela experiência sombria dos porões do Estado Novo e tratados com maestria por dois escritores que têm em comum não apenas o fato de terem sido companheiros de cárcere.

[175] "Memórias do cárcere que não foram escritas". *Folhetim*, 14 de julho de 1985.

Como informa Maria Zenilda Grawunder, depois de libertado o escritor voltou para sua cidade natal, Quaraí, onde residiu com a família. Em novembro desse ano, temendo nova prisão após o golpe que instituiu o Estado Novo, Dyonelio teria se escondido em Lages (SC), sob o nome de Paulo Martins. No período em que Cordeiro de Farias foi interventor no Estado, Dyonelio foi reintegrado ao cargo de diretor do hospital psiquiátrico São Pedro, situado em Porto Alegre. Aos poucos, retornou também às atividades literárias e, em 1939, escrevia crítica literária para o *Correio do Povo*.

O escritor sofreria mais uma detenção em 1942, em virtude de um conto de sua autoria ("Noite no acampamento") ter sido considerado ofensivo aos valores castrenses. O conto que despertou a ira de militares integrava o livro de estréia do ficcionista (*Um Pobre Homem*, de 1927) e fora reeditado pela *Revista do Globo* em outubro de 1942, provocando polêmica em Porto Alegre.[176]

[176] Maria Zenilda Grawunder transcreve, à página XXI da introdução de seu livro, trecho de virulento artigo escrito pelo tenente-coronel Correia Lima, que, sem citar o escritor, teria afirmado: "Tipos que nunca saíram da comodidade de um gabinete literário, cheio de estufas, poltronas, ventiladores, telefones e tudo mais que representa amolecimento e sibaritismo, não têm autoridade, de nenhuma espécie, para escreverem qualquer coisa contra chefes militares que se tisnaram ao sol... em luta contra inimigos bravos e bravios (...). As nossas revistas que inserem contos, crônicas, memórias (de falsos testemunhos), agravando a honra militar dos nossos heróis, estão incidindo nos textos da lei de Segurança Nacional e, como tal, devem ser julgados seus responsáveis pelo respectivo Tribunal. Só mesmo um inconsciente, ou reles internacionalizado, poderá falar ou escrever contra Caxias ou Osório, tentar infamar a memória de Câmara (...). É muito conhecido (sic) a técnica dos fazedores de contos deprimentes... Repudiamos os autores e seus veiculadores". *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1942. A autora observa ainda que o conto não faz qualquer referência a nomes ou lugares, mas na interpretação do militar diria respeito a um episódio do final da Guerra do Paraguai e ao gaúcho General Câmara. O escritor teria sofrido ameaças e, segundo a autora, até o fim da vida "preferiu não reeditar seu único livro de contos, apesar da insistência das editoras, principalmente na década de 70". No já citado artigo escrito após a morte do escritor, Flavio Moreira da Costa refere o temor de Dyonelio em publicar o conto durante o governo Médici: "Não posso ser preso. Se eles me baterem, sei que vou morrer (...)", teria dito na ocasião [o escritor sofreu uma queda em casa, ao amarrar os sapatos, foi submetido a cirurgia devido à fratura e alguns dias depois teve problemas pulmonares que culminaram na sua morte]. Tivemos acesso ao livro na biblioteca do IEB-USP: o conto explora acontecimentos de uma guerra desigual, refere estupros por parte da soldadesca e faz menção a episódios sanguinolentos e cruel carnificina.

O escritor refere-se a essa nova detenção em duas entrevistas, concedidas em 1979 e em 1980. Na primeira delas, de forma irônica e um pouco evasiva:

> "A polícia não gostou de um conto que fiz sobre Solano Lopes. A polícia é um público muito exigente. Está aqui: *Narrativa de Campanha: Noite no Acampamento*. Chegou a ser publicado em 1945 [o ano correto é 1942], por uma revista, numa época que o Brasil estava em guerra. Eu quis impedir a publicação, mas terminei concordando em deixar sair, pois já estava tudo pronto, só faltava paginar. Vou ler um trecho: "A verdade, para um artista, não é a verdade histórica, mas a que deriva da beleza". Mas, aqui, é a histórica! "Aquel patetico grupo, en el que se confundian los altos dignitários del ejercito del estado, con los representantes de la iglesia, los generales con la tropa y los mas humildes ciudadanos con el jefe e oficiales del ejercito formando junto un solo cuerpo, un solo corazón." Foi aquela coisa tremenda, não é? Não quero falar sobre isso, isso incomodou. Eu fui tratado de todo jeito. Apátrida. Estava "denegrindo os heróis da pátria". Tudo isso.[177]

Na segunda entrevista, concedida a Edla van Steen, justifica o silêncio que manteve acerca do episódio:

> "Experimentei mais uma prisão. De poucas horas. Mas movimentada por um luxo de poder. Será que, como ficcionista, não gostaria da faculdade de escolha do tema a aproveitar? Supus que tivesse. Estava aí o Código Penal para me punir, caso eu exorbitasse dum direito que me assistia. Mas o diabo é que o Código era omisso na ocorrência. O fato é que a minha "culpa" não se enquadrava senão no arbítrio da força. Depois de algumas horas de detenção, no gabinete do chefe de polícia, fui liberado. Mas a atoarda continuou: na rua e no jornal. Fui (sem que declinassem meu nome) tratado de tudo: a menor coisa que se disse de mim é que, *et pour cause*, desfazia dos heróis, que enquanto os nossos lutavam na Itália, eu me repoltreava nas minhas poltronas. Coisas assim ou parecidas: não guardei recortes, não me lembro bem. Quem me atacava assim achava-se mais do que na obrigação de dar seu concurso ao País em guerra; e não o fizera. Eu, aqui, ajudado por dois colegas, enfrentando uma das minhas crises cardíacas, fui convocado para inspecionar, do ponto de vista médico, os futuros pracinhas, bem como grande parte da tropa que sediava na cidade e nos arredores.
>
> A minha idade, então já avançada para a conscrição militar, impedia-me de prestar à pátria outro serviço senão passar num crivo clínico todo compatriota que se candidatava à FEB e os já incorporados à tropa, e que eventualmente seguiriam o mesmo rumo. Eu revelava um rigor cansativo, mas que se apoiava nesta razão: não se entrega uma arma a quem não possua saúde bastante para protegê-la, contrariando assim os desígnios do inimigo que quer apossar-se dela.
>
> Permaneci mudo às atribes. Como na fábula, nenhuma razão por mim invocada teria valia".[178]

---

[177] Jairo Ferreira. "Surpresa para Dyonelio Machado". In: *Folha de S. Paulo*. 03.02.1979, p. 27.

[178] Edla van Steen. Dyonelio Machado. In: *Viver e Escrever*. Porto Alegre: L&PM; Brasília: INL, 1982, vol. 2, pp. 123-139.

Dyonelio foi um dos redatores do Manifesto do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em 1945 pela Associação Brasileira de Escritores.[179] Em depoimento que transcrevemos a seguir, o escritor gaúcho comenta a importância do Manifesto:

> Eu inaugurei a lei de Segurança Nacional, fui o primeiro preso em 1935, na ditadura do Getúlio. Fui preso aqui em Porto Alegre e levado para o Rio. Naquela época, escritor, jornalista, não valiam nada. Eram considerados marginais, beberrões. Procurava-se desacreditar quem tivesse idéias contrárias ao regime e buscasse expressá-las. Um exemplo disso: numa sindicância sobre malversação de fundos por funcionários públicos, aqui no Estado, ao olhar um nome possivelmente implicado, o encarregado da sindicância comentou: "Esse não precisa nem averiguar, é escritor". Quer dizer, escritor não valia nada aos olhos oficiais. Era uma classe da qual não se esperava um ato de coragem. Por isso causou muita surpresa quando houve o I Congresso Brasileiro de Escritores, no dia 27 de janeiro de 1945, no Teatro Municipal de São Paulo. Foi a primeira vez que furou a censura do DIP, contra a opressão do fascismo. (...) Acho que este Manifesto teve e continuará tendo uma grande importância histórica, porque ousou denunciar a censura, a opressão de uma época em que até se queimavam livros.[180]

Ainda em 1945, Dyonelio recebeu o Prêmio Felipe D'Oliveira, juntamente com Graciliano Ramos. Em janeiro de 1947, foi eleito deputado estadual constituinte pelo PCB. No final do ano, o partido foi posto na ilegalidade e em janeiro de 1948 os seus parlamentares foram cassados. A partir de então o escritor mergulharia durante vinte e cinco anos em um período de ostracismo, em parte imposto pelas injunções políticas e em parte vivido como um encarceramento voluntário ou "período de hibernação", como o chamou.

Ubiratan Brasil informa que *O louco do Cati*, que comentaremos a seguir, recebeu comentários negativos da crítica à época em que foi lançado e que até 1979 Dyonelio escreveu sem perspectiva de publicação e era eventualmente lembrado apenas por *Os Ratos*.[181] Depois de enfrentar a censura oficial e a censura editorial, o escritor sairia de seu isolamento e começaria a ter trabalho literário reconhecido[182].

---

[179] Maria Zenilda Grawunder informa que a Associação Brasileira de Escritores, criada em 1942, no Rio de Janeiro, voltava-se para o problema dos direitos autorais, mas com a preocupação simultânea de se opor à ditadura. Ao final do encontro foi elaborada a célebre "Declaração de Princípios" que exigia a legalidade democrática. Coube a Dyonelio, integrante da Mesa juntamente com Aníbal Machado e Sérgio Milliet, a sua leitura, no encerramento do encontro.

[180] Murilo Carvalho (et alli). *O escritor e seu tempo*. In: *Movimento*. Porto Alegre, 24 de novembro de 1975, p. 17. O texto do manifesto pode ser lido nos *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores – ABDE*, publicado em livro.

[181] "A escrita intrigante de Dyonelio Machado". *O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 2003 (Caderno 2).

[182] Em novembro de 1979, o escritor tomou posse na Academia Riograndense de Letras.

4.3.1. A recriação literária e a alegoria do cárcere

A experiência do cárcere está presente em quase todas as obras que Dyonelio Machado escreveu. Alfredo Bosi, por exemplo, considera o encarceramento "uma das matrizes existenciais" da obra de Dyonelio e vê a introjeção desse encarceramento no âmago dos personagens dyonelianos.[183]

Para que possamos melhor estabelecer o liame entre a experiência carcerária e a recriação literária operada pelo escritor, cumpre observar também o hiato que se verificou entre a escritura e a publicação de suas obras.

O primeiro ciclo temático tomaria corpo na década de 40, iniciando-se com o romance *O louco do Cati*, contundente alegoria sobre a perseguição política existente no período - tema recorrente na obra do escritor, tratado também alegoricamente em seus romances posteriores. O romance foi escrito em 1941, "ainda à sombra da prisão política que vivenciara durante a ditadura de Getúlio Vargas"[184] e publicado em março do ano seguinte pela Editora Globo, de Porto Alegre.

As circunstâncias da composição da obra foram as mais difíceis: acamado e gravemente enfermo, o escritor ditou o livro para a esposa e a filha, os originais sendo depois datilografados por amigos.[185]

---

[183] "Uma trilogia da libertação". In: MACHADO, Dyonelio. *Prodígios*.

[184] Maria Zenilda Grawunder. "Quem será este louco ou homem-cão?" In: MACHADO, Dyonelio. *O louco do Cati* [posfácio].

[185] "(...) eu era um doente grabatário, impossibilitado de qualquer esforço físico. Mesmo o meu ditado interrompia-se tão pronto eu dava mostras de sofrimento. E, com o cuidado do doente e da casa, Adalgiza apenas podia dar-me esse valioso auxílio um tanto intermitente, pois que não lhe sobravam vagares. A filha tinha seus estudos. Assim, a tarefa demandou tempo, paciência, e um entusiasmo discreto quando se esboçou uma melhora, anunciadora dum restabelecimento da saúde" (Edla van Steen. Dyonelio Machado. In: *Viver e Escrever*. Porto Alegre: L&PM; Brasília: INL, 1982, vol. 2, pp. 123-139). Em outro depoimento, concedido em 1981, o escritor faz *blague* da situação em que se encontrava e de seu processo criativo: "O louco do Cati foi ditado (...). Eu não quereria dizer isso alto, sobretudo se houvesse um psiquiatra por perto. Quando se está fazendo um livro, entra-se num verdadeiro delírio. Ou infantilismo. Põe-se o personagem a falar, como as crianças fazem com as bonecas. Ainda bem que não se fala alto: senão seria a camisa de força". In: *Dyonelio Machado. O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995. Organização, seleção e notas de Maria Zenilda Grawunder, p. 28.

Em entrevista concedida em 1980, Dyonelio afirmaria que a redação do livro teria sido uma forma de reação contra a morte:

> *O Louco do Cati* foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. Eu já tinha tido um colapso periférico e ouvido o grito da minha mulher, que era igual ao grito das mulheres cujos maridos estavam morrendo, e eu como médico sabia disso. Eu reagi contra a morte".[186]

Em outro depoimento, o escritor compara a situação em que se encontrava à do prisioneiro que fora, associando sua decisão de escrever ao processo psíquico da sublimação e oferecendo informações sobre as características formais que a obra tomaria:

> "Para começar, eu estava prisioneiro: dessa vez prisioneiro da cama. (...) Numa situação destas é muito fácil desesperar. Ou procurar (respeitando a medicação naturalmente) uma sublimação do mal. Optei por esta última. Não descrevo os sintomas: isto não é uma ficha médica. Decidi porém fazer, quanto à forma, um romance-revista. Não acredito que alguém ainda se lembre das revistas que os teatros (teatros de bulevar) levavam à noite. Vamos ver como é que Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define a revista nesse seu *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*: 'Peça de teatro, com quadros de música e dança, com anedotas, alegorias, *sketches*, etc., na qual se criticam os fatos mais em evidência da época'".[187]

A influência do cárcere na elaboração de *O louco do Cati* é reiterada pelo autor em vários depoimentos que concedeu. Ao escritor e amigo Flávio Moreira da Costa, declarou que o romance descreve "uma cadeia política, mas diferente do que a preocupação política da época (esquerda e direita) estava acostumada. Naquele tempo, nem *blague* se podia fazer – e eu fiz *blague* de uma cadeia".[188]

---

[186] Leo Gilson Ribeiro & Danilo Ucha. "Dyonelio". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 de agosto de 1980, p. 6.

[187] Edla van Steen. Dyonelio Machado. In: *Viver e Escrever*. Porto Alegre: L&PM; Brasília: INL, 1982, vol. 2, pp. 123-139. Em outro depoimento, concedido a Julieta de Godoy Ladeira, o escritor reafirma a idéia de arte como sublimação. Diz a entrevistadora: "Uma vez (...) você me escreveu uma carta lindíssima em que falava como a arte sublimava a dor. Nesta carta contou a história do povo que vivia dos rebanhos das renas. Os rebanhos se acabaram e antes de sua própria extinção alguém desenhou uma rena numa pedra. Uma rena que deveria ficar, para sempre. Do desamparo, da fome, do fim, nascia a arte. Lembra-se? Você sentiu (...) alguma vez que só através da arte poderia se salvar?". O escritor responde: "Sim. E algumas vezes em situações bem desfavoráveis. Sem um estilete que permitisse traçar na parede imunda do cárcere a silhueta salvadora da rena" ("Já se profetiza a extinção da atividade literária, substituída por um realejo de moer histórias". *O Estado de São Paulo*, 21 de junho de 1981).

[188] "Grandezas e misérias de Dyonelio Machado, o centauro dos pampas". In: *Escrita*. São Paulo, nº 7, março de 1976, pp. 3-5, 7.

Em duas outras entrevistas o escritor explica a opção pelo discurso ficcional e pela abordagem alegórica presentes na obra:

> *O Louco do Cati* tem muito da experiência da prisão... Se tem, se tem... Utilizei minhas vivências neste período (...) não com um caráter memorialista, mas como elemento para a ficção. Não achei que fosse mais duradouro, não, porque não tinha nenhuma esperança, mas que seria melhor. Para mim, pelo menos. Quem eu sou para ter memórias?[189]

> A critica literária foi impiedosa com a nova fase que *O Louco do Cati* abria. E com razão: o obscuro romancista que *Os Ratos* havia divulgado já não era o mesmo. Seu gosto mudara, acompanhando uma tremenda mudança na sua vida: à sombra do cárcere. Não é metáfora não: na linguagem desbragada da cadeia, estar à sombra é estar preso. Aí, onde tudo é sombrio, passei dois anos. E não por crime, como tenho provas autênticas, mas por *délit d'opinion*. Também não trocara de gênero: n'*O Louco do Cati*, 'atual e fantástico', a 'verdade crua' existia, apenas habitava uma outra região, que eu, sem modelo, me pus a explorar.[190]

A história de *O louco do Cati* começa no interior de um bonde, em um bairro de Porto Alegre. O romance tem como protagonista um sujeito enigmático, que quase não fala e em momento algum diz o seu nome, sendo pelo narrador onisciente que chegamos a conhecer os seus pensamentos. Integrando-se a um grupo não menos estranho que ele - em que sobressaem Norberto e o mecânico Maneco Manivela -, o homem inicia uma fantástica e vertiginosa viagem pelo litoral gaúcho a bordo de um calhambeque - o "Borboleta", acabando por ser levado ao Rio de Janeiro na condição de prisioneiro. Ao final da trama, o personagem acaba convertido em uma espécie de homem-cachorro.

A metamorfose é lenta e gradual e o hibridismo contido na metáfora pode ser lido como signo da degradação operada não apenas pelo cárcere, mas também pela condição de marginalidade que envolve o personagem em toda a narrativa.

---

[189] Leo Gilson Ribeiro e Danilo Ucha. "Dyonelio". In: *O Estado de São Paulo*, 23 de agosto de 1980, p. 6.

[190] Edla van Steen. Dyonelio Machado. In: *Viver e Escrever*. Porto Alegre: L&PM; Brasília: INL, 1982, vol. 2, pp. 123-139. Continua o depoimento do autor: "Isso não agradou na ocasião. E não agrada até hoje. (...) Sérgio Milliet, com sua rara e legítima compleição de crítico, tenta uma decifração 'desse estranho *O Louco do Cati*, que ficou mais ou menos incompreendido e me parece antes o poema da evasão imperativa, antes um poema angustiado que um romance, mesmo surrealista'. (...) Volto a repetir a advertência do Virgilio da *Comédia*: *non ragioniam di lor, ma guarda e passa*".

Carregado pelos demais com solicitude calculista e tratado com a curiosidade desconfiada que se reserva aos loucos e aos proscritos, tido depois como um fardo pelas sucessivas pessoas a quem acaba sendo confiado, em momento algum o "maluco" (como é chamado) conduz os próprios passos - exceto nas ocasiões em que recebe comida e nos momentos de evasão desesperada em que se separa dos demais, atormentado pelas reminiscências sinistras de sua infância, lembranças da carnificina que tornaram célebre a região gaúcha conhecida como Cati.[191]

Acossado por estas lembranças, o protagonista vive num tempo que à primeira vista pode ser caracterizado como mítico e circular, mas que na verdade é um tempo parado e distorcido, que guarda correspondência com uma das patologias do cárcere que o escritor (como médico, psiquiatra e preso político) conhecia muito bem: a abulia - ou seja, a diminuição ou supressão da vontade.

Do mesmo modo, as omissões que caracterizam a narrativa (sobretudo os diálogos, carregados de elipses), bem como o mutismo do protagonista, guardam paralelo com o cerceamento à palavra e com a virtual supressão da memória que preside a instauração e é visível até mesmo após o ocaso de qualquer regime ditatorial. O tom fantástico da narrativa e o retorno do atormentado personagem à região do Cati metamorfoseado em bicho configuram uma desesperada e malograda tentativa de resgate de uma identidade deteriorada.

Luís Antonio Giron descreve *O louco do Cati* como sendo a "história da viagem de um louco até uma prisão política, sua libertação e o retorno ao lugar da infância", lugar marcado pela "sangreria" promovida pelo governo após a "revolução de 1893".[192]

---

[191] O escritor nasceu em 21 de agosto de 1895, na cidade de Quaraí, região fronteiriça com o Uruguai. No final do século XIX - como observa Maria Zenilda Grawunder - a classe pecuarista, de oligarcas rurais, comandava a política regional. Continua a autora:
"Depois da instauração da República, de 1893 a 1895, por esse comando travou-se cruenta luta de facções oligárquicas, a Revolução Federalista. Foram trinta meses de 'guerra suja' entre republicanos – os 'chimangos' – agrupados no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e liberais – os 'maragatos' –, do Partido Federalista.
A pequena Quaraí foi um dos principais cenários da luta. Nos seus arredores, perto do arroio Cati, foi cavada na coxilha uma famosa e singular prisão a céu aberto, sob o comando da figura mítica do general João Francisco Pereira de Souza, a 'Hiena do Cati'. Ali, corre a lenda, as degolas eram freqüentes.
A vida de Dyonelio foi povoada – nas suas origens – de 'causos' e horrores tanto da Revolução Federalista quanto da Guerra do Paraguai, relatados por ex-combatentes nas rodas comuns de chimarrão, durante as frias noites da Campanha gaúcha. Tais lembranças reaparecem mais tarde, transfiguradas pela ficção, especialmente no segundo romance, *O louco do Cati,* em contraponto à tendência, dominante em sua obra, à ambientação urbana". Maria Zenilda Grawunder - "Sob o signo da solidão: Dyonelio Machado, autobiográfico" (introdução ao livro *Dyonelio Machado. O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995. Organização, seleção e notas da pesquisadora), p. XIII.
[192] "Uma escritura intrigante". *Folha de S. Paulo*, 29 de junho de 1985.

O romance pode ser lido como uma alegoria da perseguição que o escritor sofrera anos antes, tendo em vista também as marcas referenciais alusivas ao périplo percorrido desde o presídio de Porto Alegre, a travessia pelo litoral (que durou dez dias) no interior do porão de um navio até o Rio de Janeiro (Pavilhão dos Primários)[193] e o posterior retorno à sua cidade natal.[194]

Mais que isso, entretanto, representa o terror político de toda uma época: o Estado Novo. Flávio Moreira da Costa viu na obra "um personagem meio absurdo vivendo (...) num universo absurdo mas nem por isso menos real: o Brasil do Estado Novo". Na verdade, a alegoria é mais geral ainda: o mesmo autor considera *O louco do Cati* como "o romance brasileiro da ditadura (de Vargas, poderia ser de outro), o grande romance latino-americano da perseguição e da prisão política".

E acrescenta, anotando outra importante característica da obra:

> "E isso tudo, sem 'engajamentos' superficiais (...). A narrativa se apresenta tão consciente de seu poder que em nenhum momento as palavras-chave são ditas: certamente, sutileza e grandeza do autor que, assim, evitou escrever um romance datado".[195]

Interessante leitura da transposição temporal feita por Dyonelio Machado no tratamento alegórico que dá ao enredo de *O louco do Cati* é feita por Márcia Helena Saldanha Barbosa. Para a autora, o fato de o protagonista "confundir o presente com o passado" (ou seja, a situação vivida em uma conjuntura que podemos referir ao Estado Novo com as lembranças das atrocidades cometidas na região fronteiriça com o Uruguai), bem como o fato de a narrativa terminar com a chegada do protagonista às ruínas do Cati são emblemáticos: "O lugar que dera origem a tantos tormentos e alucinações já está em ruínas quando ocorre o reencontro. Entretanto, o mesmo se poderia dizer do protagonista, que perdeu, na fuga, sua integridade física e mental".

---

[193] "Uma lancha em direção ao navio. É em plena baía. Param as máquinas. A lancha é da polícia. Encosta. Os presos vão descer. Serão entregues ali mesmo. A escolta que os acompanhou desde Florianópolis continuará no vapor" (*O louco do Cati*, p. 90).

[194] Flavio Moreira da Costa refere que a decisão de escrever o romance remontaria à época do retorno do escritor após ser libertado no Rio. "Memórias do cárcere que não foram escritas". *Folhetim*, 14 de julho de 1985.

[195] In: *Dyonelio Machado. O louco do Cati* (apresentação, contracapa). De fato, como observa o autor, a única demarcação temporal que permite situar mais precisamente a ação ficcional ocorre ao final da obra, quando o narrador faz referência à leitura de um jornal de Porto Alegre e alude aos comentários de alguns personagens em torno da guerra civil espanhola.

Avançando em sua interpretação, a autora considera que "de acordo com o romance, as estruturas de poder que, no Rio Grande do Sul, sustentam o coronelismo durante a época do general João Francisco, ainda na República Velha, continuam vigentes no Estado Novo":

> "A permanência dessas estruturas, além de ser sugerida pelo apagamento deliberado de datas, é evidenciada por meio da confusão desencadeada na mente do protagonista quando ele identifica determinadas semelhanças entre diferentes espaços físicos e, por conseqüência, entre dois momentos cronologicamente distintos. Para o Louco, o Cati sobrevive ou ressuscita nos diversos locais por onde circula, inclusive o Rio de Janeiro, que, durante a ditadura de Vargas, ainda era a Capital da República. O Cati, ou a Campanha, no romance de Dyonelio Machado, está em todo lugar, indicando que o regime de desmandos não é exclusividade de uma região do País ou de um período de sua história. Nesse caso, portanto, é a loucura do protagonista que, ao tornar possível um paralelo entre dois estágios temporais, revela a insanidade do Estado autoritário, cujos atos visavam à imposição da 'ordem' por meio da violência e do crime".[196]

Em *O louco do Cati*, o escritor gaúcho traça de forma fragmentada uma caracterização do ambiente social do Estado Novo e por meio de uma narrativa alegórica examina o tema da perseguição política. No romance há *flashbacks* relatados pelo narrador mediante os quais tomamos contato com as tormentosas lembranças do protagonista, envolto em desespero e em um processo de degradação psíquica que o leva à animalização em sua busca de libertar-se dos horrores que o remetem às atrocidades da região do Cati.

> "Havia terminado a revolução com a vitória do governo. Era um fim de século – século dezenove. Fim de mundo... A campanha, principalmente a fronteira – ninho de revolucionários – não estava ainda 'pacificada'. (...) Uma espécie de banditismo legal, entronizado naquele 'Castelo', (...) punha nas mãos dos homens do Cati uma enorme soma de poder: poder pessoal, poder político, poder! (...) O Cati era o Subestado. Era o Estado para aquela região. (...) Não respeitavam nem as mulheres. E os pais e os irmãos é que pagavam, atirados nos poços medievais. Daí, quando saíam, eram quase sempre degolados".[197]

> "Outra vez, era de manhã. A gurizada também se mobilizou. Lá estavam todos, rodeando a polícia e os presos. Os presos eram uns 'índios' maltrapilhos. Muitos se achavam descalços. (...) A grande maioria tinha sido degolada".[198]

---

[196] "O cronotopo e a inserção da história na narrativa de Dyonelio Machado". Tivemos acesso ao texto em versão digital.
[197] *O louco do Cati*, p. 30.
[198] *O louco do Cati*, p. 30.

Os traços de animalização são percebidos logo no começo da narrativa, quando o narrador anota que o personagem "alongara o focinho para a frente e assim ficara".[199] Do mesmo modo, os traços de loucura do personagem aterrorizado são mostrados logo de início e são acentuados no decorrer da narrativa. A caracterização do personagem leva a crer que há no romance uma metáfora e uma denúncia da despersonalização operada pelo cárcere. O protagonista, quase mudo e impotente, vivendo à margem da sociedade, personifica alegoricamente o medo e a insanidade inerentes a todo regime de exceção.[200]

O mesmo ocorreria em obras posteriores, como nos romances *Desolação* (1944) e *Passos Perdidos* (1946), nos quais as lembranças do cárcere são recorrentes.[201]

Maria Zenilda Grawunder considera que a produção ficcional de Dyonelio na década de 40 - produção ignorada pela crítica e que se completaria com o romance *Nuanças*, que permaneceria inédito até 1981 - constitui "um grande conjunto em que se desenvolve uma alegórica jornada cuja compreensão foi perturbada pela distância entre as edições":

> "[Criada] sobre as lembranças sombrias do Cati e das vivências pessoais do cárcere, a narrativa dos dramas do louco e do mecânico Maneco Manivela, em *O Louco do Cati*, *Desolação*, *Passos Perdidos* e *Nuanças*, constrói uma espécie de rito de passagem humana, de um estado de consciência simples, quase mítica, para o de conscientização do homem como ser social, vivenciando situações-limite de opressão e perseguição".[202]

Maria Zenilda Grawunder desenvolve a apreciação anterior afirmando que as personagens desses livros "representam elementos aglutinadores do conteúdo persecutório e as principais permanecem nos quatro textos, seja como protagonistas, seja através dos devaneios e lembranças de Manivela".

Segundo sua análise, os romances escritos por Dyonelio Machado nesse período possuiriam uma unidade substancial:

---

[199] *O louco do Cati*, p. 18.

[200] Num conto de Kafka, a certa altura um macaco refere a fêmea com quem se acasalava à maneira simiesca: "de dia não quero vê-la, pois tem no olhar aquela loucura do animal atormentado pela domesticação" (citamos de memória). Em linhas gerais, pode-se dizer que o personagem dyoneliano tem no olhar aquela loucura do indivíduo acossado atormentado pela segregação ou pela "domesticação compulsória" inerente ao universo prisional. Mas o autor gaúcho estende também o seu olhar de escritor e militante comunista à loucura da domesticação entranhada na existência amesquinhada pelas relações mercantis, pela miséria social e política disseminada nos espíritos. Eis aí a loucura cotidiana e diuturna que Dyonelio retrata em sua odisséia canina – daí o porquê de acreditarmos que a narrativa evoca algo mais genérico do que a simples transposição de episódios ligados ao regime varguista, bem como a razão de acreditarmos que *O louco do Cati* carrega marcas de continuidade em relação a *Os Ratos*.

[201] O pensamento do personagem Maneco Manivela oscila – como o de um preso. Dyonelio parece ter querido reproduzir em seus livros não apenas o clima persecutório enquanto tal, mas também a *forma* pela qual ele se insinua na consciência do perseguido, do acossado: assim como Naziazeno de *Os ratos* é acossado pela dívida, o maluco é atormentado pelas lembranças do Cati e Maneco Manivela pelo terror político.

[202] "Sob o signo da solidão: Dyonelio Machado, autobiográfico" (introdução ao livro *Dyonelio Machado. O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995. Organização, seleção e notas da pesquisadora, p. XXII).

> "Apesar de se manterem como textos independentes, a temática da obsessão persecutória, no trânsito de prisões à libertação, e a presença reiterada de personagens como Manivela, cuja odisséia tem desdobramento ordenado, através dos quatro livros, me permitiram ver *O Louco do Cati*, *Desolação*, *Passos Perdidos* e *Nuanças*, como tetralogia da Perseguição e Opressão, um dos marcadores semânticos da obra dyoneliana, que alegoriza, na sombra do Cati, os procedimentos da ditadura do Estado Novo, da opressão do pensamento e manifestação divergentes[*]. Neles, como em outros de seus romances, a tortura infinita e assustadora da alma solitária, com o homem alienado do outro homem e cada pessoa representando uma desolação individual, tem nuances kafkianas (Kafka desconhecido de Dyonelio). Representativo do aproveitamento de suas vivências na ficção, o conjunto emerge da lúgubre onda de repressão que se seguiu à "intentona" comunista de 1935 e início da década de 40, pela ditadura de Getúlio Vargas no Brasil".

Continua a autora:

> "Projetando-se como fantasia alegórica no tempo ficcional de 1935-1945, na realidade o período da ditadura, as personagens movimentam-se entre forças de dominação contra forças de reflexão, nos planos sociológico e psicológico e muito fatores deixam ver *O Louco do Cati* como um quase-paradigma da alegoria dyoneliana em seu conjunto. As figuras e existências do "louco" e de Manivela, além de, por analogia, alegorizarem a opressão do Estado Novo, centralizam as dimensões extremas do humano, em suas contradições interiores. Os textos tematizam conflitos das relações Eu/Outro, no plano social e, acima de tudo, do homem consigo mesmo, com o Outro do seu inconsciente. Assim como no drama individual dos protagonistas lê-se a denúncia do processo de dominação exercido contra a liberdade de pensamento divergente, também se lê a crença no valor do processo histórico e de conscientização, que pode conduzir à reafirmação, reabilitação e liberdade, o que para Maneco Manivela vai acontecer em *Nuanças* ".[203]

O segundo conjunto ficcional que segundo a autora tem a temática da perseguição como centro seria concebido após o fim do Estado Novo, quando o escritor vivenciou o longo período de ostracismo que mencionamos e que duraria cerca de vinte anos. Maria Zenilda Grawunder informa que depois de amargar a falta de receptividade para *Passos Perdidos*, de 1946, com originais engavetados e a vida política bruscamente interrompida, Dyonelio deixou de procurar editoras e de publicar.

---

[*] Cf. GRAWUNDER, Maria Zenilda. "Alegoria na literatura brasileira: a tetralogia 'Opressão e liberdade' de Dyonelio Machado". Tese de doutorado apresentada em 1994 na Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. [nota da autora]

[203] Maria Zenilda Grawunder - "Sob o signo da solidão: Dyonelio Machado, autobiográfico" (introdução ao livro *Dyonelio Machado. O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995. Organização, seleção e notas da pesquisadora), pp. XXIV-XXV.

> "O ostracismo, em parte auto-imposto, fez com que ele praticamente tivesse sua figura esmaecida (...), mas ajudou-o a cristalizar algumas idéias, que discutia com o grupo fiel de intelectuais e literatos que nunca deixaram de o admirar. Só em 1966 retornou ao cenário literário nacional, com a reedição de *Os Ratos* e a publicação, pela Leitura, do Rio de Janeiro, de *Deuses Econômicos*, primeiro volume de uma trilogia, completada com *Sol Subterrâneo* e *Prodígios*".

Entre sua concepção, a partir de 1945, e o início da edição, a trilogia formada por *Deuses Econômicos* (1966), *Sol Subterrâneo* (1981) e *Prodígios* (1980) levou quase vinte anos. A ação dos romances que compõem a trilogia "decorre na Roma imperial, nos primeiros tempos da era cristã", como afirma o autor. O veio temático dos romances, nas palavras de Maria Zenilda Grawunder, é centrado no advento de uma organização político-ideológica, o cristianismo, e nas repercussões desse fato na vida social urbana de Roma e Grécia (século I A.D)[204].

Dyonelio Machado tece considerações sobre os romances que compõem a trilogia em alguns depoimentos que transcrevemos a seguir:

> *Deuses Econômicos* se trata dum romance, cuja ação se passa no ano 64 de nossa era, em pleno reinado de Nero. Um romance histórico? Bem, pela mais restrita observância da verdade histórica, quer nos fatos, quer nos costumes, ele poderia ser encarado assim. E acreditem-me, não foi sempre fácil esta reconstituição. Um romance exige detalhes - esses detalhes mínimos de que a vida se compõe. Tudo isto demandou um grande esforço, num trabalho exaustivo de pesquisa, de que apenas convaleço. Mas, como eu já tive oportunidade de assinalar, o meu livro não constitui um romance histórico. Não pretende romancear a história...[205]
>
> Eu vi uma tremenda identidade entre o ano 64 da nossa era e o ano 54 em que nós estávamos. (...) Então achei conveniente fazer uma espécie de aproximação das duas, mas com todo o capricho de levantar uma época e levantar mesmo, na sua integridade. Não podia ser de outra maneira. E não foi fácil. Era preciso fazer um levantamento histórico, econômico, político – tudo isso. E foi se fazendo.[206]

---

[204] Em *Deuses Econômicos*, observa Maria Zenilda Grawunder, as personagens discutem problemas religiosos, sociológicos, políticos, literários, de organização do proletariado à reforma agrária e, acima de tudo, a posição do intelectual para tais modificações. Comentando a escolha do título para o segundo volume da trilogia (*Sol Subterrâneo*), a autora afirma que a simbologia aí expressa por Dyonelio "reitera a força da palavra persuasiva que, empurrada a um estado subterrâneo, vai dali retirar mais vida, e reitera também a crença na mudança de mentalidades e na superação da marginalidade do artista, pela força das próprias idéias, ainda que se processem lenta e problematicamente". Por questões editoriais, antes do segundo volume, *Sol Subterrâneo* (1981), quase ao final de sua vida, foi editado *Prodígios* (1980), o terceiro livro da trilogia. "No texto, quando os intelectuais Evandro e Silvio, em meio ao terror instalado pelo regime de Nero, tentam articular um movimento de massas, concluem que não é tão simples mobilizar as pessoas e as mentes. Há o delator, a prisão que machuca (...)".

[205] José Monserrat Filho. "Dyonelio Machado categórico: 'a literatura brasileira acha-se em decadência'". In: *A Hora*. Porto Alegre, 10 de setembro de 1956.

[206] Jairo Ferreira. "Surpresa para Dyonelio Machado". In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 3 de fevereiro de 1979, p. 27.

Encontrei paralelismo com as situações da época atual, distanciadas embora de quase dois milênios. Apesar desses dois mil anos, eu achava que havia muita semelhança entre o mundo atual e o antigo, e coloquei isso mesmo no livro. Então eu voltaria ao ponto inicial: um pé no passado e um pé no presente. Esta obra exigia estudos que me consumiram alguns anos. De vez em quando eu tive de suspender o trabalho, por falta de dados. Tive de esperar seis meses, até que pudesse, consultando as bibliotecas de Buenos Aires, procurar resolver o que não foi possível, o problema da navegabilidade do Danúbio. Reuni trabalhos especializados sobre navegação na Antigüidade. Consultei e mais tarde obtive as obras dos geógrafos do tempo, dentre as quais, a *Geografia* de Estrabão e de Pausânias, mas tudo em pura perda. Me vi obrigado a voltar a livros que já tinha lido e relido, mas a uma certa distância no tempo. Fui encontrar o que queria no velho Tácito. Assim, tive meio ano perdido na feitura desta parte do livro. O título é *Deuses Econômicos*. O primeiro volume podia aparecer, por realizar uma situação completa. O segundo (*Sol Subterrâneo*) foi também terminado, precisando apenas de alguns reparos. Em julho de 54, tive os originais devolvidos pela editora a que me dirigia. Tentei outra. Ambas já tinham editado livros meus. O livro não interessava, e ainda não foi publicado, decorridos já doze anos.[207]

Prodígios, o terceiro volume da trilogia, é obra recente. Comecei em 1976 e terminei no dia 8 de março de 1979. [Sai antes do segundo volume, *Sol Subterrâneo*]. Pois é. Pois é. Está aí. Posso mostrar para você. Não tenho nada acertado para editar, porque é livro grande e sai caro, não é? (...) O fato é que a Antigüidade Clássica acha-se logo aí, murmurando à nossa orelha, de saída, um coro de vozes longínquas, inflexões de vozes amadas que, ao contrário das do poeta, anunciam caladas. Tanto mais que, com relação à história, não necessita possuir esse ouvido absoluto dos músicos verdadeiro prodígio da sensorialidade. Basta um pouco de recolhimento e estaremos a escutar um insistente e estranho rumor. São os ritos da vida que, uma vez produzidos, não se extinguem mais. Nós estávamos e estamos num momento que não é uma novidade. A humanidade já passou por esse momento. Então era uma forma de reunir duas épocas. É interessante uma coisas dessas, não é? Mostrar o que havia de comum entre o ano de 64 da nossa era e o ano de 1954.[208]

Embora os romances em questão formem uma trilogia e guardem uma unidade entre si – como acontece com *A Comédia Humana*, de Balzac -, podem ser lidos independentemente.[209]

---

[207] Uirapuru Mendes. *Aqui, Dyonelio Machado, romancista do trivial*. In: *Diário de Noticias*, Segundo Caderno. Porto Alegre, 11 de julho de 1966.

[208] Jairo Ferreira. "Surpresa para Dyonelio Machado". In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 3 de fevereiro de 1979, p. 27.

[209] Cláudia Nocchi. *Prodígios: um romance dos tempos de Nero*. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1980, p. 9.

> Sempre senti um grande interesse pela Antiguidade Clássica. Em *Prodígios*, um romance dos tempos de Nero, a ação, como a de dois outros (um publicado e outro por publicar), decorre na Roma imperial, nos primeiros tempos da era cristã. Já na minha estréia na literatura de ficção, publiquei um conto intitulado "Velho Sanches", tratando de uma personagem que, embora sendo atual, fugia para o passado. Isso significava, de minha parte, tomar o passado como a época escolhida para o meu trabalho.[210]

O recurso à alegoria presente em *O louco do Cati* e nos romances posteriores do autor, bem como a ambientação passadista presente no segundo conjunto ficcional mencionado por Maria Zenilda Grawunder constituem lugar de refúgio para o escritor, mas também uma marca de sua superioridade em relação à ignomínia que lhe foi imposta.

O ostracismo existencial, editorial e político - em parte imposto e em parte buscado pelo autor - foi também condição necessária e lugar privilegiado de sua construção ficcional. Arrancar a obra de Dyonelio ao ostracismo, portanto, não se resume apenas a uma questão editorial. Para fazê-lo, precisamos *também* penetrar nessa região abissal do arquipélago constituído por sua obra que nada mais é do que a região da lucidez e da loucura, da solidão e da solidariedade.

---

[210] Cláudia Nocchi. *Prodígios: um romance dos tempos de Nero*. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1980, p. 9.

4.4. O humor proscrito: o Barão de Itararé

"A forca é o mais desagradável dos instrumentos de corda".
"Uma chácara pode evoluir até chegar a estado de sítio".
"O Estado Novo é o estado a que chegamos".

Aparício Torelly (1895-1971), o célebre Barão de Itararé, foi perseguido de forma implacável durante o primeiro governo Vargas e passou por vários períodos de encarceramento em virtude de sua pena mordaz e de seu espírito galhofeiro, que lhe renderam lugar perene no jornalismo brasileiro. [211]

Os problemas de Aparício Torelly com os poderes constituídos remontam à época em que era aluno de um colégio de jesuítas alemães em São Leopoldo (RS). O Colégio Nossa Senhora da Conceição era dirigido por um padre e professor de grego, que, devido à austeridade, era carinhosamente alcunhado de "Jaracaca" pelos alunos. Ali no internato Aparício Torelly criou em 1908 seu primeiro jornal, manuscrito, chamado *O Capim* Seco, cuja tiragem era de apenas um exemplar. O jornal circulava clandestinamente entre os alunos e satirizava a disciplina monástica imposta pelos padres. Deixou de circular em 1909, apreendido por estampar na capa um poema grandiloqüente intitulado *O caroço*, ilustrado por Jorge Olinto com o desenho de uma cobra vestida de batina.[212]

Aparício deixou o colégio em 1911. Alguns anos depois, por influência da família, matriculou-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, mas abandonou o curso no quarto ano e passou dedicar-se ao jornalismo[213].

Em Porto Alegre, colaborou no jornal *Última Hora* e também nas revistas *Kodak* e *Máscara*. Em 1916, lançou um volume de poemas (*Pontas de cigarros*) que abordava em tom satírico o tema da falta de dinheiro (doença causada, segundo o humorista, pelo micróbio da pindaíba).

---

[211] Nascido em 29 de janeiro de 1895 no Rio Grande do Sul, teve uma vida envolta em uma aura lendária que em muitos aspectos ajudou a construir. Descendente de imigrantes europeus e de índios charruas, nasceu no interior de uma carroça em uma localidade próxima à fronteira com o Uruguai.

[212] Leandro Konder (*Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 59) e Ernani Ssó (*Barão de Itararé*, pp. 27-28). Conta-se que o humor foi desde sempre a sua vocação e que a decisão de ser humorista veio numa aula de francês, quando o professor citou Jesus Cristo: "Tu es Pierre et sur cette pierre je batirai mon église." Aparício teria decidido: "Vou seguir os passos do Nazareno. Vou ser trocadilhista".

[213] Na faculdade também deixou registrada sua inclinação para a galhofa. Durante um exame, vendo que o aluno não sabia nenhuma resposta, o professor teria pedido ao bedel: "traga um pouco de alfafa, por favor". "E para mim um cafezinho", completou rápido o aluno (Cf. Cláudio Figueiredo. *As duas vidas de Aparício Torelly, o Barão de Itararé*, p. 22). Em Porto Alegre, Aparício chegou a ser detido por algumas horas depois de uma passeata de estudantes (Cf. Ernani Ssó. *Barão de Itararé*, pp. 36-37).

Em 1917, Aparício Torelly lança dois semanários humorísticos (*O Chico* e *O Maneca*) e nos anos seguintes publica sonetos e artigos humorísticos em jornais gaúchos.[214] Em 1923 foi diretor do *Diário do Comércio* em Bagé e no ano seguinte dirigiu o jornal *A Razão* em São Gabriel. Em 1925 muda-se para o Rio de Janeiro, escreve um drama humorístico (*A facada*) e começa a trabalhar no jornal *O Globo*. Com a morte de Irineu Marinho, desliga-se de *O Globo* e em janeiro de 1926 passa a escrever no recém-lançado jornal *A Manhã*[215], assinando a coluna "A manhã tem mais..." com o pseudônimo de *Apporelly* - as letras dobradas cumprindo a função de conferir mais importância ao nome[216].

Em maio de 1926, abandona o emprego e funda seu próprio jornal: *A Manha*. O tablóide tinha circulação nacional e ganhou notoriedade, superando em certos aspectos conforme apontam alguns autores as fórmulas humorísticas de publicações como *O Malho*, *Fon-Fon* e *Careta*[217]. Com charges arrojadas para a época e montagens fotográficas, *A Manha* fazia troça das elites e trazia um tipo de humor novo, que combinava a crítica incisiva à política e à sociedade ao mais absoluto *non-sense*.[218]

A publicação seria marcada, desde o início, pela irreverência.[219] Leandro Konder observa que, já na estréia, o jornal se punha a *morder* os calcanhares das autoridades, ridicularizando os poderosos:

> "O número inicial atribuía ao Ministro da Justiça - 'Vianna do Morro do Castelo' - a declaração de que a Lei do Ventre Livre era importante porque tinha 'apagado uma mancha negra da nossa fulgurante história'".[220]

---

[214] Ernani Ssó refere caravanas pelo interior, onde o humorista fundava e "afundava" jornais e "derrubava prefeitos" debaixo de gargalhadas (*Barão de Itararé*, p. 37).

[215] De propriedade de Mário Rodrigues, pai de Nelson Rodrigues e principal redator do *Correio da Manhã* antes do rompimento com Edmundo Bittencourt. O jornal *A Manhã* se tornaria um dos mais influentes da época.

[216] Cf. Ernani Ssó. *Barão de Itararé*, p. 45.

[217] Fundada por Jorge Schmidt, que foi companheiro de cela de Aparício Torelly.

[218] O jornal tinha seções impagáveis, como as que publicavam textos de "colaboradores" que escreviam em linguagem que imitava em tom burlesco os sotaques português, sírio, italiano e alemão. Ernani Ssó observa que a seção policial era escrita em versos e tinha sempre um acadêmico envolvido em tramóias; cartomantes e astrólogos faziam previsões para os adultos, enquanto a seção infantil dividia espaço com colunas de crítica literária e folhetins que nem sempre chegavam a termo. Nesse período Apporelly passa a trabalhar com Andres Guevara, ilustrador e chargista paraguaio que conhecera no jornal *A Manhã* e com quem manteria colaboração até os anos 50.

[219] No frontispício, uma legenda anunciava tratar-se de publicação oficiosa: *A Manha* era um "órgão de ataque... de risos". A redação do "hebdromedário" ficava situada à rua 13 de Maio e no expediente o leitor era informado de que o jornal não o possuía: um jornal sério não vivia de expedientes. Leandro Konder refere interessante advertência feita à época pelo redator, segundo a qual a linguagem do nascente semanário seria "candente. Às vezes, com dente".

[220] Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 14-15.

Ernani Ssó observa que a idéia de colocar autoridades para falar bobagens foi levada às últimas conseqüências quando *A Manha* foi transformada em "órgão oficial" do governo Washington Luís. O "redator-chefe" do jornal passou a ser Vaz Antão Luís, que mantinha uma coluna semanal em que assinava "longos bestialógicos" (cf. Konder), acumulando ainda "as funções de Presidente da República".

Outra figura ilustre criada nas páginas do tablóide era o próprio diretor do jornal: tratado com extrema deferência pelos empregados - *o nosso querido diretor* -, acabou se constituindo numa figura poderosa, que lança sua "candidatura" pelo estado de sítio[221] e com a Revolução de 30 aparece na foto de deposição de seu "colaborador".

Quando Prestes divulgou em 1930 um manifesto aderindo ao comunismo, tecendo críticas à Aliança Liberal e exigindo a redução da jornada de trabalho para oito horas, *A Manha* estampou em suas páginas que as posições defendidas pelo dirigente estavam "muito aquém das idéias vigorosas e radicais predicadas e praticadas pelo talentoso homem de letras que está à frente desta empresa". Fiel ao pensamento de que "o trabalho foi inventado por quem não tinha o que fazer", o jornal pregava a redução da jornada de trabalho para *zero* horas.[222]

Ernani Ssó considera *A Manha* uma paródia e uma caricatura não apenas da grande imprensa da época, mas também da própria época; do mesmo modo, *o nosso querido diretor* seria uma paródia não apenas de um magnata da imprensa, vaidoso e corrupto, mas dos poderosos em geral.[223]

---

[221] "Os políticos andam agora corvejando em torno das vagas abertas na Academia de Letras. Os literatos devem tentar uma represália, disputando as cadeiras ao parlamento. É esta a verdadeira orientação que devem seguir os que vivem das letras diante da concorrência desleal dos que vivem da política. Não temo a responsabilidade de ser o pioneiro deste movimento de vingança e apresento, desde já, a minha candidatura à primeira vaga que se verificar no Congresso, embora, seja pelo estado... de sítio. (...)". *A Manha*, nº 1, ano I, 1926, p. 16.

[222] Cf. Ernani Ssó (*Barão de Itararé*, pp. 52-53) e Leandro Konder (*Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 16).

[223] Cf. Ernani Ssó (*Barão de Itararé*, p. 46). Eram freqüentes as críticas que o jornalista dirigia aos militares: "Como se chama o assassinato de uma criancinha? Infanticídio. E o assassinato de uma porção de criancinhas? Infantaria". Por essas e outras, segundo Leandro Konder, o jornal recebia "constantes ameaças e não eram raras as visitas policiais".

Sustentado por anúncios publicitários e sobrevivendo em meio a condições precárias, o jornal fazia troça das próprias dificuldades financeiras que enfrentava.[224] A falta de dinheiro era tema recorrente, mas esta constatação, segundo observa Sidnei Dalmo Rodrigues, mais do que um lamento, "articulava estratégias de comunicação peculiares" que "forneceriam a identidade" para *A Manha* diferenciar-se dos veículos da grande imprensa – ou, como o humorista gostava de chamá-la, da imprensa indígena[225].

Segundo Konder, devido a essas dificuldades econômicas o periódico viu-se obrigado a circular, durante cerca de um ano[226], como um encarte semanal do *Diário da Noite*.[227] A parceria com o jornal de Assis Chateaubriand merece breve comentário: órgão oficial da *Aliança Liberal* (coalizão que levaria Vargas ao poder), o *Diário da Noite* teve a sua tiragem dobrada quando do lançamento conjunto com o jornal de Apporelly. Após esse breve período de relações amistosas com o getulismo, *A Manha* se desliga do seu "suplemento", proclamando-se "jornal independente".[228]

O título de nobreza surgiu em 1931, em alusão a uma batalha que não houve:

> "Em outubro de 1930, as forças reunidas em torno da Aliança Liberal se sublevaram, sob a liderança de Getúlio Vargas. A batalha decisiva deveria se travar em Itararé, mas não chegou a ocorrer, porque Washington Luís foi deposto por seus próprios auxiliares".[229]

---

[224] Eram freqüentes os atrasos do "hebdromedário". Na terceira edição os editores aproveitam o fato para tecer uma sutil crítica ao mercantilismo da imprensa: "É público e notório que a presente edição (...) sai com um atraso de uma semana. (...) Ora, ninguém ignora que é de praxe na imprensa cobrar-se o dobro pelo número atrasado. Pois estão enganados: a nossa honestidade paira muito acima dessas pequenas misérias sociais, de maneira que podemos dizer de cabeça erguida e com toda a altivez, que desistimos de elevar o preço da nossa folha, em favor do público (...)".

[225] Viva a revolução brasileira: ironia e política no Barão de Itararé (1926-1936). (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 21.

[226] Algumas fontes referem quatro meses: entre outubro de 1929 e fevereiro de 1930.

[227] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 15-16. Ernani Ssó refere prisões e empastelamentos e informa que Apporelly vivia às voltas com oficiais de justiça, intimado por dívidas de multas e impostos cobrados pelo uso de papel não destinado à imprensa (*Barão de Itararé*, pp. 45-46). Jussara Parada Amed afirma que muitas interrupções na publicação do jornal deveram-se a situações em que o escritor foi detido ou em que a gráfica e a redação foram invadidas por policiais. Isso explicaria, segundo a autora, as referências ocasionais às "viagens" e ausências do diretor por "motivo de saúde" nas páginas do jornal. O humor do Barão de Itararé como meio de resistência: contraponto a Washington Luis e Getulio Vargas. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994, p. 54.

[228] Ernani Ssó. *Barão de Itararé*, p. 52.

[229] Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 17.

Foi assim que o humorista, um ano após a vitória do movimento que levou Vargas ao poder, deu-se o título de "Duque de Itararé". Pouco depois, "como prova de modéstia", abraçou o baronato e passou a chamar-se "Barão de Itararé", pseudônimo que o tornaria célebre.[230]

Leandro Konder considera que *A Manha* trouxe "importantes inovações para o jornalismo humorístico brasileiro". Utilizando como expediente a manipulação de imagens (fotomontagens), a adulteração de nomes e a invenção pura e simples de fatos de natureza vária, o jornal atacava impiedosamente autoridades, políticos e intelectuais conservadores.[231]

O jornal foi censurado e fechado várias vezes durante o Estado Novo, só voltando a circular em 1945. Figuras de proa do regime de Vargas foram fustigadas pela verve do Barão: Gustavo Capanema era chamado de "Gustavo Capa Anêmica"; Góis Monteiro, de "Gás Morteiro". Na primeira fase do jornal (1926-35), José Bonifácio de Andrada (que seria depois embaixador do Brasil na Argentina) era apresentado em *A Manha* como alguém que possuía tendências "boni-fascistas"[232]

Na segunda fase do jornal (1945-47), algumas referências mostram postura idêntica: em alusão à militância integralista de Miguel Reale, o jornal anunciava um novo livro dele: *Como era verde a minha camisa*; Henrique Dodswort, prefeito do Rio, ruim de voto, era chamado de Henrique Dois Votos; Ataliba Nogueira, articulador da aliança entre o PSD e a UDN, era alcunhado de Ataliba Nojeira; Apolônio Sales, muito feio, era chamado de Apolíneo Sales enquanto Raimundo Padilha e seu grupo de integralistas eram designados como "Raimundo & pandilha".[233]

Veja-se, por exemplo, a maneira com que retrata Felinto Muller: Apporelly informou em *A Manha* que o ex-chefe de polícia fizera um hemograma em Poços de Caldas para saber se estava com sífilis, recebendo como resultado a informação de que trazia no sangue "três cruzes... suásticas".[234]

---

[230] O jornalista chegou a assinar textos com outros pseudônimos: Paty Farias, Pintey Osette, Zhero Aiskerda, Levys Tabeff e Gay Fagnotto, entre outros (Cf. Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 29).

[231] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 18.

[232] Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 26.

[233] Cf. Leandro Konder, *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 30 e 31 – com algumas transcrições textuais.

[234] Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 36. Perguntaram-lhe uma vez qual era a posição política do integralista. Respondeu: "Três dedos abaixo do rabo do cachorro."

Os integralistas também figuravam como alvo preferido de Apporelly: o ferino trocadilhista zombava do *slogan* da organização ("A Deus, Pátria e Família") dizendo que inicialmente pretendia aderir ao movimento pensando tratar-se de lema distinto ("Adeus, Pátria e Família"), mas que, percebendo o engano, decidira voltar a ocupar "um lugar decente na sociedade". Também fazia troça da camisa cáqui usada pelos "amadrinhados" de Plínio Salgado:

> "Dada a sua cor neutra, a camisa integralista pode ser usada pelo militante durante um mês sem lavar. E depois o caldo da lavagem pode ser aproveitado industrialmente em conservas raras e de fino paladar".[235]

[235] Citado em Leandro Konder (*Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 20) e Ernani Ssó (*Barão de Itararé*, p. 60). Numa fotomontagem publicada no *Almanhaque* de 1949, à página 192, uma ave branca com olhos arregalados é identificada como obra de "Plínio Salgado, que já faliu com a criação de galináceos verdes".

4.4.1. As prisões do escritor

No dia 2 de setembro de 1932, Aparício Torelly foi detido no Rio de Janeiro devido à "delirante atividade revolucionária" que mantinha nas páginas de *A Manha* e às constantes críticas que dirigia ao governo varguista. O jornalista noticiou jocosamente a própria prisão nas páginas de seu pasquim sedicioso: na ocasião, *A Manha* informava entre outras coisas que as autoridades policiais o haviam advertido para que "tomasse muito cuidado com sua lingüinha de prata". Leandro Konder dá mais detalhes sobre o episódio:

> "Com seu habitual *fair play*, o Barão disse que tinha ficado sensibilizado com a admiração indisfarçável dos 'tiras' por sua esplêndida figura; no final, acrescentou, 'posou gentilmente, de frente e de perfil, para os fotógrafos da polícia'".[236]

Em outubro de 1934, Apporelly dirigiu por alguns dias o *Jornal do Povo*. A curta existência da publicação - que tinha como colaboradores Aníbal Machado, Pedro Mota Lima e Osvaldo Costa - deveu-se à delicada conjuntura política da época[237]. Nesse mês tumultuado, o jornal iniciou a publicação de uma série de reportagens sobre o marinheiro João Cândido, um dos líderes da Revolta da Chibata (1910), movimento que se insurgiu contra a rotina dos castigos corporais na Marinha. Previsto para sair em dez partes, o folhetim ficou reduzido a apenas duas: no dia 19 de outubro, em represália à publicação, Apporelly foi seqüestrado em Copacabana e espancado por oficiais da Marinha, que teriam agido sob influência ou por ordem dos integralistas[238]. Levado para a estrada da Gávea (ou para a Barra da Tijuca, ou ainda para o Alto da Boa Vista, segundo as várias versões existentes sobre o episódio), o jornalista teve os cabelos cortados e foi depois abandonado nu (ou só de cuecas, ou ainda de ceroulas consoante a fonte historiográfica que se adote), em um lugar deserto (provavelmente no distante subúrbio de Jacarepaguá).[239]

---

[236] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 20.

[237] Leandro Konder informa que em 7 de outubro houve um conflito entre comunistas e integralistas no Largo da Sé, em São Paulo, ocasião em que morreu baleado um estudante, nos braços do escritor trotskista Mário Pedrosa.

[238] Cláudio Figueiredo informa que os agressores nunca foram identificados, mas especulou-se na época que eram oficiais da Marinha.

[239] O caso teve grande repercussão na imprensa e motivou até mesmo o envio de um telegrama por parte de um oficial da Marinha, o comandante Norton Demaria Boiteaux, em solidariedade ao jornalista. Alguns meses antes, em abril de 1934, como informa Jussara Parada Amed, a redação do jornal fora invadida por militantes integralistas e nas páginas de *A Manha* o atentado foi jocosamente noticiado: "Um grupo de 200 azeitonas integrais (...) penetrou na redação (...) soltando traques de artifício e virando tudo aquilo em casa da mãe Juana. O frege foi completo. (...) A bagunça foi totalitária. Nada escapou à ação hitlerista dos mussolínicos regeneradores dos nossos acanalhados usos e costumes".

O *Jornal do Povo* publicou mais algumas edições e fechou suas portas, mas mesmo após o episódio galináceo Aparício Torelly continuaria em atividade - e, ao retomar as edições do jornal *A Manha*, em história que ficou célebre, teria colocado à porta de sua saleta de diretor um letreiro com a inscrição: "Entre sem bater".[240]

A segunda prisão aconteceria no ano seguinte. O jornalista participou da criação da Aliança Nacional Libertadora e foi preso em dezembro de 1935, após a eclosão do levante comunista. Leandro Konder observa que o humorista não teria participado diretamente do movimento, mas foi colhido pela onda de repressão que se seguiu.[241]

O escritor permaneceu durante um ano e meio no cárcere, primeiro a bordo do navio-presídio D. Pedro I [242], depois na Casa de Detenção do Rio de Janeiro (no mesmo período em que lá estiveram Graciliano Ramos, Hermes Lima, Eneida de Morais e Nise da Silveira), "até ser impronunciado, por falta de provas"[243].

Companheiro de Graciliano Ramos à época em que o escritor alagoano se encontrava preso no anexo ao Pavilhão dos Primários, Apporelly comparece em algumas situações narradas em *Memórias do cárcere*. O jornalista gozava de popularidade entre os presos, tendo sido recebido de forma ruidosa conforme se depreende da narrativa. Graciliano o conhece no chuveiro, a parodiar o famoso trecho de *Os lusíadas*[244].

Leandro Konder refere que o autor alagoano registrou em sua obra a paciência triste, "aparentemente alegre", com que o humorista manuseava as cartas de um baralho. No trecho em questão, ficamos sabendo que o "motejador feroz" (como Graciliano o qualifica) alimentava um projeto literário no cárcere: compor a biografia do barão de Itararé.

> "Ao fundo, Apporelly arrumava cartas sobre uma pequena mesa redonda, entranhado numa infinita paciência. Avizinhei-me dele, pedi notícias do livro que me anunciara antes: a biografia do Barão de Itararé. Como ia esse ilustre fidalgo? A narrativa ainda não começara, as glórias do senhor barão conservavam-se espalhadas no jornal. Ficariam assim, com certeza: o panegirista não se decidia a pôr em ordem os feitos do notável personagem".

---

[240] Cf. Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 21-22.
[241] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 24. *A Manha* deixaria de circular por um longo período. Alguns anos depois, o humorista acrescentaria: "e eu com ela".
[242] Ali, deixa crescer a barba que o caracterizaria, "barba de Pedro II crescida a bordo do Pedro I". Cf. Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 28.
[243] Cf. Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 24.
[244] "As armas e os barões assinalados... (...) / E também as memórias gloriosas / Daqueles reis que foram dilatando / A fé, o império, a uretra...".

Houve quem interpretasse as referências feitas por Graciliano ao companheiro de cárcere como depreciativas, uma vez que o jornalista é retratado em *Memórias do cárcere* como alguém que "jamais realizaria o projeto de uma ampla biografia do Barão de Itararé, porque era um tipo de personalidade que ficava no epigrama, incapaz de fazer uma obra de fôlego"[245]. Parece-nos, entretanto, que interessava ao autor alagoano anotar de que maneira o ambiente carcerário afastava o humorista da empreitada: "Na extensa inércia, o pensamento esmorecia, os desígnios murchavam".

Leandro Konder considera que Graciliano registrou também a "combatividade" do Barão ao expor a curiosa "teoria das duas hipóteses" que o jornalista apregoava no cárcere, teoria esta "impregnada de otimismo irônico".[246] Maria José de Queiroz tece o seguinte comentário acerca dessa "humorada" de Apporelly:

> "Há quem aprenda a defender-se do desânimo recorrendo ao otimismo, praticado a todo e a nenhum propósito. Apporelly (...) fundava sua crença na perfeita harmonia do mundo e das coisas na 'teoria das duas hipóteses'. Otimista panglossiano, segundo Graciliano Ramos, o Barão fundava na 'teoria das duas hipóteses' a crença de que 'tudo ia muito bem'. 'Ali onde vivíamos', conta o autor das Memórias, Apporelly afirmava, utilizando o seu método, que não havia motivo para receio".

O trecho em que Graciliano expõe a curiosa teoria do companheiro é bastante elucidativo, na medida em que nele é possível encontrar elementos que podemos estender ao humor e à ironia como formas de resistência ao autoritarismo e à descaracterização operada pelo ambiente prisional:

> "Que nos poderia acontecer? Seríamos postos em liberdade ou continuaríamos presos. Se nos soltasse, bem: era o que desejávamos. Se ficássemos na prisão, deixar-nos-iam sem processo ou com processo. Se não nos processassem, bem: à falta de provas, cedo ou tarde nos mandariam embora. Se nos processassem, seríamos julgados, absolvidos ou condenados. Se nos absolvessem, bem: nada melhor esperávamos. Se nos condenasse, dar-nos-iam pena leve ou pena grande. Se se contentassem com pena leve, muito bem: descansaríamos algum tempo sustentados pelo governo, depois iríamos para a rua. Se nos arrumassem pena dura, seríamos anistiados ou não seríamos. Se fôssemos anistiados, excelente: era como se não houvesse condenação. Se não nos anistiassem, cumpriríamos sentença ou morreríamos. Se cumpríssemos a sentença, magnífico; voltaríamos para casa. Se morrêssemos, iríamos para o céu ou para o inferno. Se fôssemos para o céu, ótimo: era a suprema aspiração de cada um. E se fôssemos para o inferno, a cadeia findava aí. Realmente ignorávamos o que nos sucederia se fôssemos para o inferno. Mas ainda assim não convinha alarmar-nos, pois essa desgraça poderia chegar a qualquer pessoa, na Casa de Detenção ou fora dela".[247]

---

[245] Ricardo Ramos (apud Dênis de Moraes. O velho Graça, p. 274).
[246] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 25.
[247] Augusto Boal, preso político durante o regime militar (1964-1984), teve como companheiro de cárcere um otimista da mesma estirpe a quem os presos chamavam Polyana, tal a insistência com que justificava os males da

No último volume de *Memórias do cárcere*, Aparício Torelly preside uma sessão caricata do Tribunal de Segurança Nacional, representada pelos presos na Sala da Capela da Casa de Correção. O humor aparece aqui como simulacro da realidade e o temor inerente à perseguição política representada pelos presos é transformado em objeto de riso e escárnio.

Fabiana Carelli comenta o episódio atribuindo-lhe um "sentido catártico": a imitação irônica seria "uma outra forma de desobediência à ordem e de subversão do sentido", uma vez que "as autoridades constituídas propunham a violência e o sofrimento", enquanto os presos "respondiam com uma comédia". Observa também que "todos riram diante da sentença: 30 anos na Ilha Grande: os carcereiros e os presos":

> "Trata-se de uma representação dentro da outra, e o que sobressai é a ironia dos demais presos contra o poder constituído, e não propriamente a do narrador. Pelo espaço destinado à cena em *Memórias do cárcere,* pode-se supor sua simpatia em relação à opinião dos companheiros de cadeia. Essa concordância também é expressa pelo riso uníssono ao final da apresentação, do qual a voz do narrador faz parte. Ele afirma que 'a platéia ria', e ele mesmo está na audiência. No entanto, sua anuência se faz de modo impessoal e apenas insinuado".[248]

Aparício Torelly saiu da cadeia em 1937 e tentou relançar *A Manha*, mas a perseguição da censura o impediu e a publicação retornaria somente em 1945.[249] Em 1938 o jornalista passa a assinar uma coluna no *Diário de Notícias*, onde colabora por quase seis anos. Em 1940 retira-se para uma chácara no Rio de Janeiro (cedida pelo industrial Guilherme da Silveira Filho) e ali instala um laboratório onde desenvolve pesquisas sobre a vacina contra a febre aftosa, baseado em teorias de Pasteur.

---

prisão com a frase "Podia ser pior..." (*Milagre no Brasil*, p. 183).

[248] *Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1997, pp. 157-158. A autora estende a reflexão aos processos a que foram submetidos os presos políticos de 1935, cuja representação vai aos poucos ganhando forma em *Memórias do cárcere*: ela começa com "menções breves a interrogatórios a que são sujeitos os acusados na polícia, passa pelos sumários de culpa pelo Tribunal de Segurança, para se estruturar de modo mais acabado no protesto de Agildo Barata e Álvaro de Souza e no teatro na Sala da Capela". A autora observa que "ao nível mais aparente do discurso, não há vínculos entre um fato e outro. Eles são narrados como cenas e só se relacionam se olhados em conjunto".

[249] Algumas fontes afirmam que o jornal conseguiu funcionar por um ano, sob severa censura do DIP.

Leandro Konder observa que nesse período o jornalista teria evitado "provocar a extrema-direita interna, concentrando seu sarcasmo em Hitler, Mussolini, Franco e Salazar[250].

Em abril de 1945, *A Manha* volta a circular. Konder observa que em sua segunda fase (1945-47) o jornal contou com ajuda financeira de Arnon de Melo e com a colaboração de escritores ilustres como José Lins do Rego, Álvaro Moreyra, Marques Rebelo, Rubem Braga, Octavio Malta, Sérgio Milliet e Osório Borba[251].

Logo após o fechamento de *A Manha*, o Barão candidata-se a vereador pelo PCB nas eleições suplementares de 19 de janeiro de 1947 pelo antigo distrito federal (sendo o oitavo mais votado da bancada, que obtém maioria). Konder refere campanha divertidíssima: Aparício Torelly defendia que os "comícios-relâmpago" fossem acompanhados de trovões para que os eleitores não ficassem narcotizados pelos discursos; os cabos eleitorais foram "promovidos" a sargentos e o candidato proclamava-se "um aristocrata progressista, que procura arrastar [aos pedaços] a nobreza para o lado do povo".[252]

A convite de Luiz Carlos Prestes, passa a colaborar com a *Folha do Povo* ao lado de Carlos Drummond de Andrade, Di Cavalcanti, Jorge Amado e Sérgio Porto (posteriormente conhecido como Stanislaw Ponte Preta). No final do ano o registro do PCB é cassado e seus representantes eleitos perdem os mandatos[253].

---

[250] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 25. Depois, na segunda fase do jornal, com a sobrevivência do regime dos dois últimos, continuou a fustigá-los: o Barão teria dito que o governo de Franco, "para ser absolutamente franco, deveria se declarar francamente absolutista". Na mesma direção, por ocasião do anúncio de um discurso de Salazar em Lisboa (para o qual havia sido "democraticamente" dispensado o uso do fraque), a chacota: "É sinal de que o próprio Salazar reconhece que seu discurso não vale um fraque" (Idem, p. 31).

[251] Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 29-30. Outras fontes mencionam a colaboração de Raymundo Magalhães Júnior, Álvaro Lins e, ocasionalmente, de Monteiro Lobato.

[252] O *slogan* adotado por Apporelly na campanha eleitoral ("Mais água e mais leite. Mas menos água no leite") fazia referência à falta de água que na época atingia os cariocas e, também, ao salutar hábito de batizar o leite, adotado por alguns comerciantes. Sobre a Liga Eleitoral Católica (LEC), que se posicionara contra a sua candidatura, diria o Barão: "Dura LEC, sed LEC" (Cf. Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 37-38). O vereador comunista defendeu o direito de voto para os analfabetos. Seus apartes ficaram famosos (Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 42) e os debates que sustentou com a bancada conservadora estão registrados nos anais da Câmara. Luís Carlos Prestes anotou, talvez forcejando um pouco a popularidade do vereador comunista: "o Barão com seu espírito não só fez a Câmara rir, como as lavadeiras, os trabalhadores. As favelas suspendiam as novelas para ouvir as sessões da Câmara, que eram transmitidas pelo rádio".

[253] A direita ameaça com uma devassa os parlamentares cassados e o Barão respondia: "Minha vida pública sempre foi uma continuação da privada" (Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 42).

Ernani Ssó refere outra prisão em janeiro de 1948, logo após a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas: Ao entrar na central de polícia, Aparício Torelly teria causado rebuliço ao gritar: "Viva a Revolução!... de 30". O jornalista teria permanecido três meses em "retiro espiritual" a bordo de um navio-presídio ancorado na Baía da Guanabara.[254]

Com o objetivo de levantar recursos para relançar *A Manha*[255], no ano seguinte Aparício Torelly edita em São Paulo, em colaboração com Andres Guevara, o seu primeiro "almanhaque" ou "Almanaque d'A Manha". No *Almanhaque*, paródia dos tradicionais almanaques, o jornalista soma os pequenos períodos que passou na prisão (dois anos, no total), "onde se enclausurou para meditação e retiros espirituais, como hóspede do Estado e com guarda permanente à sua disposição"[256]. A página de rosto do *Almanhaque* de 1949 faz *blague* com as autoridades militares e a polícia política.

O *Almanhaque* voltaria em 1955, tendo sido editado no primeiro e no segundo semestres. Na capa de um deles, montado num burrico, Jânio Quadros (que derrotara Adhemar de Barros ao governo de São Paulo) representava a "jumentalidade da época". Nessa época o jornalista voltou a colaborar com o jornal gaúcho *Última Hora*, de Samuel Wainer, fixou-se novamente no Rio de Janeiro e aos poucos foi-se afastando da imprensa, tendo viajado à China em 1963 a convite do governo de Pequim, com passagem por Praga e Moscou.

No final da vida dedicou-se à elaboração de "horóscopos biônicos" e "quadrados mágicos", que envolvia estudos de cabala e de numerologia, bem como de química e biologia. Viveu seus últimos anos em um pequeno apartamento da zona sul do Rio cercado por jornais velhos. Gostava de observar as formigas: conta-se que tinha a pretensão de domesticá-las e não permitia que importunassem os insetos. Morreu em 27 de novembro de 1971, aos 76 anos e com poucos amigos. Mas ainda assim teria de enfrentar outros algozes: a sua memória e a sua figura ficariam durante longo período encobertas pela ditadura militar instaurada no país em 1964.[257]

---

[254] *Barão de Itararé*, pp. 73-74.
[255] O jornal ainda teve uma sobrevida, tendo sido editado em São Paulo entre 1950 e setembro de 1952, período em que o Barão morou na capital paulista.
[256] Leandro Konder. *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 45.
[257] Durante o regime militar, a sanha inquisitorial atingiria as principais publicações humorísticas no país. A título de exemplo, relembre-se que praticamente toda a redação de *O Pasquim* foi levada à prisão.

4.4.2 O legado do Barão

Leandro Konder refere que em uma homenagem ao humorista, realizada em junho de 1944 nas dependências da Associação Brasileira de Imprensa, Hermes Lima pronunciou um discurso em que dizia que o humor de Apporelly tinha operado "devastações memoráveis no campo inimigo". O autor comenta a afirmação do escritor:

> "É possível que Hermes Lima tenha, generosamente, exagerado: o cerceamento da circulação de idéias limitava muito a eficácia da crítica e o aproveitamento político das armas do humor, de modo que as devastações talvez não tenham sido tão grandes".[258]

É preciso situar esta afirmação, uma vez que a produção escrita do Barão sempre foi vasta e fragmentária: hábil frasista e manipulador de palavras, "piadista loquaz" (como o caracteriza Graciliano), Aparício Torelly expressava-se mediante distorções de provérbios e analogias curiosas, construindo reflexões morais e políticas inusitadas. Como ao formular uma definição de anistia: "Anistia é um ato pelo qual o governo resolve perdoar generosamente as injustiças e crimes que ele mesmo cometeu". Ou mesmo em um sem-número de máximas e aforismos como os que transcrevemos:

O Brasil é uma república generalizada.
O homem que se vende recebe sempre mais do que vale.
Há seguramente um prazer em ser louco que só os loucos conhecem.
A esperança é o pão sem manteiga dos desgraçados.
O fígado faz muito mal à bebida.
O urubu é uma galinha verde de luto fechado.
A alma humana, como os bolsos da batina de padre, tem mistérios insondáveis.
Deus dá dentes a quem não tem nozes.

Leandro Konder considera que, "ao submeter fórmulas consagradas a deformações surpreendentes", o Barão de Itararé recriaria "um clima de liberdade anterior às cristalizações da linguagem, provocando um questionamento dos hábitos, dos aspectos convencionais da nossa expressão". E acrescenta: "Uma das funções mais importantes do humorismo talvez se ache nessa capacidade que ele tem de questionar o inautêntico na própria linguagem".[259]

---

[258] Konder considera, entretanto, que ainda assim o jornalista desempenhou "papel muito significativo na resistência ao arbítrio". *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 26-27.
[259] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 48-50. É nesse sentido que cita Walter Benjamin: "Só no humorismo é que a linguagem pode ser crítica".

O autor aprofunda sua caracterização do humor em Apporelly nos seguintes termos:

> "As torções a que Apporelly submetia os provérbios, suas piruetas lúdicas com expressões consagradas, as 'brincadeiras' lingüísticas que encontramos no *Almanhaque* de 1955, sacodem um pouco a poeira do nosso pensamento articulado".[260]
>
> "Há no humor uma vocação dialética espontânea, que o leva a questionar os princípios que enrijecem, as certezas que se cristalizam, as conclusões que se pretendem definitivas. O humor força a consciência a se abrir para o *novo*, para o *inesperado*, para o fluxo infinitamente rico da vida, para a inesgotabilidade do real. (...)
>
> Por sua própria natureza, o humor é uma força desinibidora, libertária. Em suas expressões mais desenvolvidas, ele nos ajuda a perceber as ambigüidades da condição humana, as contradições disfarçadas, os anseios e insatisfações. No nível mais conseqüente da sua dialética imanente, o humor não poupa nada, não respeita ninguém; ele não livra a cara sequer do próprio humorista. Paradoxalmente, no entanto, a auto-ironia do humorista desarma aqueles que poderiam voltar contra ele suas próprias armas. De sua reconhecida fragilidade, por conseguinte, o humorista extrai um poder difícil de ser neutralizado. [261]

De nossa parte, entendemos que a produção escrita de Apporelly – tendo como marca os trocadilhos[262], os jogos onomásticos e outros recursos estilísticos sempre ancorados numa perspectiva irônica – acaba por cumprir as funções clássicas do riso: liberar os instintos reprimidos, desvelar a realidade como farsa e solapar os valores estabelecidos.

Entendemos também que é nesse contexto que é possível compreender os motivos mais profundos da prisão do jornalista. A proscrição do humor é fenômeno histórico de longa data. "Nas sociedades mais antidemocráticas, mais repressivas, restringe-se o espaço permitido para o humor", afirma Leandro Konder[263]. Quando a violência da ditadura torna-se intolerável, às vezes uma das poucas armas de resistência ou de libertação é o humor. A primeira vítima dos regimes ditatoriais é a verdade – e, depois dela, o humor encabeça a lista dos proscritos. Platão expulsou os poetas da República como criadores de simulacros – uma república sem poetas é uma ditadura, mas uma república sem humor está muito perto de tornar-se totalitária.

---

[260] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 51.
[261] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, pp. 65-66.
[262] O humorista definia-se como um "troca d'ilhas", referindo-se ao deslocamento motivado pelas suas prisões e detenções.
[263] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 66.

Como afirma Ernani Ssó, o desprezo pelo humor parece apenas temor. O humorista tem faro para o que há de podre no reino da Dinamarca: "Quando o humorista é espancado e preso, como aconteceu com o Barão de Itararé, não há apenas algo podre no reino: todo o reino está podre".[264]

Leandro Konder considera que o Barão de Itararé "era, visceralmente, um humorista político"[265]. Esse é também o entendimento de Sidnei Dalmo Rodrigues[266].

De nossa parte, acrescentaríamos que o Barão deve ser considerado também como um *cronista*, no sentido de que foi portador privilegiado de uma determinada memória histórica e social que a um só tempo distorcia e revelava aos seus leitores e que ainda hoje cumpre este papel. Daí a importância de recuperar do esquecimento e do obscurantismo a memória e o vigor deste escritor que, mesmo sexagenário, "insistia em olhar o mundo com olhos de um inconformista"[267].

Tomado até hoje como sinônimo de mordacidade, chacota, bravata, galhofa e irreverência, o personagem Barão de Itararé foi forjado tanto nas páginas de seu jornal como também nas ruas e projetou-se no cenário brasileiro de forma emblemática, confundindo-se com o próprio autor.[268] [269]

---

[264] *Barão de Itararé*, p. 22.

[265] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 34.

[266] O autor sustenta que em Aparício Torelly "as dimensões da vida cotidiana estavam ligadas e submetidas ao crivo político. Havia uma hierarquia em sua narrativa, que colocava os jogos do poder no topo e paradoxalmente trazia-os ao chão", submetendo-os a uma crítica impiedosa na medida em que, dessa forma, "participava (distanciando-se) da constituição de suas regras". Viva a revolução brasileira: ironia e política no Barão de Itararé (1926-1936). (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, p. 27.

[267] *Barão de Itararé, o humorista da democracia*, p. 48.

[268] Sidnei Dalmo Rodrigues observa que o Barão de Itararé apareceu nas páginas de *A Manha* em dezembro de 1930. O baronato durou até a edição de 2 de outubro do ano seguinte, quando anunciou-se a promoção ao posto de duque. Observa o autor que desde o surgimento do Duque de Itararé o barão não foi mais mencionado nas páginas do jornal. Ele, o barão, retornaria nas primeiras edições de 1945, quando da retomada do jornal que fora interrompida pela censura do Estado Novo. Daí a conclusão do autor: "Durante o ano em que ficou preso, era chamado barão pelos colegas de cela. Ora, se o barão havia desaparecido do jornal e substituído a identidade de Apporelly, pode-se legitimamente supor que o barão fixou-se [também] na sociabilidade das ruas" em meio à boêmia literária dos anos 1930. "O próprio Itararé lançou uma série de frases, pensamentos, que hoje parecem incorporados ao domínio público. Diga-se de passagem, é a face mais conhecida do Barão, e às vezes, equivocadamente, tomada como principal". "(...) se o Barão nasceu da narrativa de Apporelly, da mesma forma, o homem que foi prontuariado pela polícia do Estado Novo como agitador e 'reconhecidamente comunista' forjou-se na solidez irônica de sua escritura". O autor entende que quando do retorno de *A Manha* em 1945 sua escrita conseguiu atingir a exata medida entre militância e zombaria. Segundo sua análise, a construção da memória sobre o Barão deu-se principalmente a partir desta segunda fase e "o relativo silêncio imposto à sua memória deriva de sua principal forma de expressão, a comicidade". Viva a revolução brasileira: ironia e política no Barão de Itararé (1926-1936). (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000, pp. 40, 48, 108 e 117.

[269] Episódio interessante e que ilustra essa incorporação pelo jornalista da identidade forjada em seus escritos teria ocorrido em 1945 durante encontro entre Aparício Torelly e Getulio Vargas no Senado. Ao ver o humorista que mandara para a cadeia entre os jornalistas, Getúlio, eleito senador, teria dito: "Até tu, Barão?" Ao que o editor de *A Manha* teria respondido: "Tubarão é o senhor, eu sou o Barão de Itararé!".

A produção escrita do Barão de Itararé relativa à prisão está dispersa em trechos esparsos de seus pasquins, almanaques e folhetins[270]. Mesmo assim, considerando o estilo fragmentário característico do autor, pode-se ver nesses escritos o humor como forma de resistência ao autoritarismo e à despersonalização operada pelo cárcere.

Diluindo sua experiência no epigrama, Aparício Torelly não conseguiu levar a termo o projeto literário que chegou a alimentar na prisão e a biografia do Barão não foi escrita[271]. No papel, ao menos, como notou o Fortuna, "porque dia a dia ele não fez outra coisa":

> "Nas sucessões das aventuras do nosso querido diretor até chegar a Barão, o Aparício Torelly atinge a verdadeira criação literária. O ponto alto dessa criação deu-se quando ele a transpôs para o plano da realidade, encarnando a sua própria personagem, quando de fato estava distanciado dela, pois era o símbolo e a síntese de todos os poderosos que satirizava. E isto não há como compilar".[272]

---

[270] Veja-se, por exemplo, a parábola *O castelo abandonado*, publicada no *Almanhaque* de 1949, pp. 252-253.

[271] Diz o Barão em um dos seus *Almanhaques*: "Para desespero de seus desafetos, Itararé está aí, vivinho da Silva. Esta biografia, assim, tem que ser uma sinfonia incompleta, um samba inacabado... Embora com as dobradiças bastante enferrujadas, a sua vida continua, diluindo-se nas páginas desta obra, que também continuará...". Diz Graciliano em *Memórias do cárcere*: "Apporelly arrumava cartas. Homem capaz, não se resolvia a parir o excelente livro que tinha na cabeça, desperdiçava as longas horas consultando o baralho. (...) Como julgar boa a obra de Apporelly, ainda não escrita? Devia ser boa. Possibilidade, probabilidade. (...) E inclinava-me a supor que a obra de Apporelly fosse magnífica, obra inda vagamente planeada. Pensamentos anteriores, dois, três anos anteriores às tábuas carunchosas, davam-me a certeza de que ele faria, se quisesse, coisa séria. (...)".

[272] Fortuna (apud Ernani Ssó. *Barão de Itararé*, p. 64). Talvez a única maneira de resgatar de forma mais significativa essa "literatura evanescente" que Apporelly produziu no cárcere teria sido por meio de depoimentos dos seus antigos companheiros de prisão.

4.5. Um Jeca na prisão: a ironia incendiária de Monteiro Lobato

"Literatura é cachaça. (...) A gente começa com
um cálice e acaba pau d'água na cadeia".

Monteiro Lobato (1882-1948) foi preso em virtude da campanha que desenvolveu em defesa da exploração de petróleo em território brasileiro. Sua prisão ocorreu em 1941, cinco anos após a publicação do livro *O Escândalo do Petróleo*, no qual acusava o Conselho Nacional do Petróleo de ser conivente com os interesses de corporações estrangeiras em sua estratégia de impedir a exploração de petróleo em território nacional.

Condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, o escritor permaneceu preso por cerca de três meses no Presídio Tiradentes, em São Paulo, mantendo profusa correspondência com amigos e autoridades, redigindo petições para outros presos e denunciando as torturas ali praticadas. Manteve ainda um diário (inédito), onde anotou observações sobre as visitas que recebeu durante os noventa dias de detenção.

Guardamo-nos de maiores pormenores acerca da vida e da obra do escritor, remetendo o leitor interessado às biografias que consultamos. Por ora, importa-nos somente reconstituir os motivos que o levaram à prisão e as circunstâncias gerais nas quais ela se deu, para então podermos abordar os textos por ele escritos durante o período de encarceramento.

A adesão de Lobato à causa do petróleo remonta aos anos de 1927-30, período em que foi adido comercial (como "parasita da pátria", diria depois) junto ao consulado brasileiro em Nova York, por indicação do presidente Washington Luís. Nos Estados Unidos, visitou as instalações da Ford e pôde ver de perto o império construído pelo empresário.[273]

[273] A adesão de Lobato ao fordismo havia sido expressa anteriormente, quando traduziu e publicou, pela Companhia Editora Nacional, os livros *Minha vida e minha obra* e *Hoje e amanhã*, ambos escritos por Henry Ford.

Apesar de manifestar simpatia pela ascensão de Vargas ao poder, o escritor foi afastado do cargo pouco depois, mais precisamente em 06 de dezembro de 1930, por decreto do Governo Provisório. [274]

Quando Lobato regressa ao Brasil, em março de 1931, "seus amigos paulistas estão desalojados do poder".[275] Lobato se engaja, então, em aberta campanha pela aplicação do processo Smith no Brasil e, também, na luta pela exploração do petróleo em território brasileiro.[276]

Edgard Cavalheiro refere que a campanha do petróleo teve início em 1931. Liderada por Lobato, que publicou vários artigos na imprensa e percorreu o país em palestras e conferências, a campanha dirigiu apelos ao público para levantar fundos para a constituição da Companhia Petróleos do Brasil e para a realização de experiências com o aparelho Romero (indicador de óleo e gás).[277]

Em junho de 1935, quando da publicação no Brasil do livro *A Luta pelo Petróleo*, de Essad Bey, Lobato escreve um violento prefácio no qual acusa o Serviço Geológico - subordinado ao Ministério da Agricultura e depois transformado em Departamento Nacional da Produção Mineral - de atender aos interesses das corporações estrangeiras em sua política de "não tirar petróleo e não deixar que ninguém o tire".[278]

Em Alagoas, a Companhia Petróleo Nacional sofre intervenção federal e tem sua sonda interditada por quatorze meses. As companhias de petróleo sofrem severo boicote econômico e até mesmo sabotagem técnica, sendo, na prática, proibidas de encontrar petróleo. O ataque aos trustes e monopólios acabaria se constituindo na principal razão da oposição governamental que acabaria por levar o escritor à prisão.[279]

---

[274] Em carta enviada dos Estados Unidos "aos amigos da Rua Caio Prado" (22 de novembro de 1930), Lobato declara-se identificado com o movimento liderado por Vargas e com os expurgos por ele promovidos: "O entusiasmo que o expurgo desse *flit* feito homem que se chama Getúlio Vargas operou no Brasil dá-me ganas de beijar a mão de quanto rio-grandense exista pelo mundo. (...) *Que maravilha! Na cadeia todos os piratões de alto bordo*, e no poder a gente honesta, os Erasmos, os Whitaker, os Plínio Barreto. Chega a ser inacreditável, e eu leio e releio as notícias, relutante em dar-lhes pleno crédito". (Cf. Cassiano Nunes. *Monteiro Lobato vivo*, p. 213 - o último grifo é nosso)

[275] Marisa Lajolo. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida.*.

[276] Em 1931, Lobato remete a Vargas um memorial relativo ao problema siderúrgico. Em 1933, os artigos que escrevera são reunidos no livro *Ferro*.

[277] *Monteiro Lobato: vida e obra* (2 vols.). A campanha de subscrições teria atingido, segundo o autor, até mesmo "o povo miúdo". Idem, II, p. 4.

[278] Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, p. 9. AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGO, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia* , p. 284.

[279] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 284. Marisa Lajolo. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*, pp. 76-79.

Para Marisa Lajolo, Lobato propunha uma política que "entregasse à iniciativa nacional privada o beneficiamento do minério de ferro e a extração do petróleo". Edgard Cavalheiro considera, entretanto, que Monteiro Lobato não era "chauvinista" em relação ao petróleo:

> "Aceitava a participação do capital estrangeiro. Não acreditava, no entanto, que os grupos da Standard ou da Royal Dutch estivessem interessados em tirar petróleo do solo brasileiro. Convencera-se de que ambos os trustes só tinham, quanto ao nosso óleo, um único objetivo: não tirá-lo e não deixar que outros o tirassem. Procediam como bons e sábios comerciantes, dos que enxergam longe e prevêem o futuro. Enquanto o petróleo potencial do Brasil não cair sob o controle dos dois trustes, eles encararão com inquietude a hipótese do Brasil rasgar o seu primeiro poço".[280]

Edgard Cavalheiro considera a publicação de *O Escândalo do Petróleo* (1936) como o marco mais importante na história da luta pela extração do petróleo brasileiro. Rememorando a intensa polêmica e o impacto suscitados pela obra (que denunciava a "camorra oculta" que se abrigava no governo), o autor observa que ela teria despertado a consciência nacional para o problema.[281] O livro atraiu a sanha da censura e foi proibido de circular no ano seguinte, atingido pela progressiva supressão das liberdades políticas instaurada pela ditadura Vargas.[282]

Em outubro de 1937, antes do golpe que institucionalizou o Estado Novo, o escritor publica *O Poço do Visconde*, levando ao público infanto-juvenil o debate sobre o problema petrolífero em uma obra bastante rica em informações sobre geologia. O livro termina com a descoberta de petróleo nos limites do sítio, coroando a determinação e a sabedoria do "sabuguinho científico" - como Lobato chamava um dos mais criativos personagens que habitam a república que forjou na ficção, o Visconde de Sabugosa:

> "A descoberta de petróleo no sítio da Dona Benta abalou o país inteiro. Até ali ninguém cuidara de petróleo porque ninguém acreditava na existência do petróleo nesta enorme área de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, toda ela circundada pelos poços de petróleo das repúblicas vizinhas. (...)

---

[280] Mencionando a disputa que à época se tratava entre as corporações petrolíferas em torno das reservas do ouro negro, o autor acompanha Lobato na indagação: "Nada mais lógico. Dum simples poço aberto pelos holandeses em Java brotou a imensa Royal Dutch & Shell. Por que não admitir a hipótese do surto dum novo truste não subsidiário dos dois existentes, em conseqüência do primeiro poço de petróleo irrompido no Brasil?" (*Monteiro Lobato: vida e obra*, II, pp. 30-31.)

[281] O autor faz uma síntese das denúncias contidas no livro às páginas 7, 10-12 – volume II. Cassiano Nunes, por sua vez, considera que Lobato teria feito no livro acusações dificilmente comprováveis: "(...) Acha sempre que há interesses espúrios do capital estrangeiro, emperrando propositalmente a máquina burocrática nacional". *Monteiro Lobato vivo*, p. 175.

[282] Cf. Edgard Cavalheiro (*Monteiro Lobato: vida e obra,* II, p. 39) e Marisa Lajolo (*Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida,* p. 76).

> E a febre começou. Em todos os Estados formaram-se empresas para pesquisar petróleo. (...) A Bahia perfurou na zona dos camamus e encheu-se de petróleo; e até na zona do Lobato, nos subúrbios da Capital, abriram-se poços de excelente petróleo." [283]

O golpe deflagrado em novembro de 1937 atingiria de forma decisiva a campanha do petróleo, capitaneada pelo escritor:

> "A ditadura amordaça a imprensa e Lobato, com a pena condenada ao silêncio, não vê alternativa senão retomar o velho hábito de escrever a governantes, teimando em exercer a cidadania na contracorrente de um regime totalitário".[284]

Edgard Cavalheiro observa que, nesse contexto, o Conselho Nacional do Petróleo inicia uma ofensiva contra as companhias petrolíferas, impondo sua progressiva dissolução por meio de decretos e por meio de um instrumento de puro arbítrio, próprio das ditaduras, que é o recurso a leis retroativas - no caso, relativas à organização das empresas. Extinguiu-se o movimento das subscrições, ficando perdido o investimento popular.[285]

Dois anos depois, em janeiro de 1939, jorra petróleo justamente em Lobato (BA) e a "profecia" do Visconde de Sabugosa se realiza. Edgard Cavalheiro observa que, enquanto o noticiário do DIP entoava loas ao ditador, as companhias petrolíferas continuavam impossibilitadas de trabalhar, submetidas à sabotagem e ao boicote oficial. O autor informa ainda que, "sem imprensa e sem tribuna", Lobato escrevia cartas a diversas personalidades.[286]

Em 05 de maio de 1940, Monteiro Lobato dirige uma carta-denúncia ao presidente Getúlio Vargas, da qual transcrevemos alguns trechos:

> "(...) No livro *O Escândalo do Petróleo* denunciei à Nação o crime que se cometia contra ela - e com a maior dor de coração vejo hoje que o oficialismo *persiste nesse crime*, e agora armado duma arma que não existia antes: o monstruoso tanque chamado 'Conselho Nacional do Petróleo'. Dr. Getúlio, pelo amor de Deus, ponha de lado a sua displicência e ouça a voz de Jeremias. (...) Também se vai generalizando a opinião de que a política oficial obedece, mais do que nunca, aos interesses do imperialismo da Standard Oil, dona do mercado nacional, *visto como o resultado da política do Conselho só beneficia essa entidade*."[287]

---

[283] Monteiro Lobato. *O poço do Visconde*, p. 204. Marisa Lajolo observa que essa obra "representa, na ficção do sítio do Picapau Amarelo, um final feliz para a campanha que, na vida real, Monteiro Lobato liderava em defesa de uma política nacionalista de petróleo". *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*, p. 50.
[284] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 293.
[285] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, p. 40.
[286] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, pp. 43-44.
[287] Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato: vida e obra,* II, p. 52 (grifos de Monteiro Lobato). O autor transcreve outras passagens da carta.

Em carta ao general Góis Monteiro, chefe do Estado-maior do Exército, Lobato acusa o Conselho Nacional do Petróleo de agir a favor dos "interesses do imperialismo da Standard Oil e da Royal Dutch".[288]

Em 22 de agosto de 1940, o general Horta Barbosa (presidente do Conselho Nacional do Petróleo) envia longo ofício a Vargas expondo a sua versão dos fatos.[289]

Alguns autores sustentam que a carta-denúncia dirigida a Vargas teria sido o principal motivo da prisão do escritor. Edgard Cavalheiro considera, entretanto, que a irreverente missiva teria apenas oferecido o pretexto para tal: na opinião do autor, as autoridades desejavam levá-lo à prisão em virtude da entrevista que concedera, em dezembro de 1940, à BBC de Londres.[290]

Na entrevista à BBC, depois de aferroar a ditadura varguista aludindo à "velha admiração" que os brasileiros nutriam pelos ingleses - e dizendo isso à época em que Vargas ensaiava a aproximação de seu governo com os países do Eixo -, bem como à inversão de valores que "os partidos vitoriosos por assalto ao poder" promoviam ("a história é falseada nas escolas"), Monteiro Lobato arremata no seu estilo peculiar:

> "(...) a alma dos velhos tiranos, sátrapas, déspotas, reis, sultões, califas, khans, shoguns, marajás, patesis, faraós e xás da antiguidade se moderniza na figura aparentemente nova do Ditador Total - essa novidade velha como a queixada com que Caim matou Abel".[291]

Quando a direita francesa vociferava pedindo a prisão de Sartre em virtude de suas posições sobre o conflito na Argélia, o general de Gaulle teria dito: "Não se prende Voltaire". Vinte anos antes da sábia observação do militar, coisa semelhante deve ter passado pela mente dos homens que tramaram a prisão de Monteiro Lobato.

---

[288] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 294. Os autores do livro não referem a data e o mês, mas apenas o ano: 1940, citando como fonte os Autos do Processo n. 1607 do TSN – Arquivo Nacional. Não conseguimos ter acesso à carta.

[289] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 294.

[290] *Monteiro Lobato: vida e obra*, pp. 77-78 e p. 89 (nota). O autor sustenta sua tese fazendo alusão ao preâmbulo colocado por Lobato à edição posterior do texto em um dos volumes de suas obras completas, no qual o escritor admite essa hipótese. Os autores de *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia* têm a mesma opinião: "A razão concreta, jamais admitida pelos círculos oficiais, estaria no seu artigo-entrevista 'Inglaterra e Brasil', irradiado pela BBC de Londres em diversos idiomas a 30 de dezembro de 1940 e reproduzido pela imprensa norte-americana, inglesa e argentina". Segundo os autores, a entrevista teria rompido, em nível internacional, o bloqueio do DIP.

[291] *Prefácios e Entrevistas* - volume 13. São Paulo: Brasiliense, 1951 – 5ª ed., pp. 174-176.

Lobato era escritor consagrado àquela altura, o de maior popularidade no país, como observa Edgard Cavalheiro:

> "A prisão preventiva de Lobato [que seria decretada pelo TSN em 18 de março de 1941] era uma arbitrariedade só possível num regime ditatorial, com a liberdade de imprensa cassada e as garantias individuais abolidas".

Como afirmam os autores do livro *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, a ditadura precisava urdir a prisão de Lobato, "costurar os mecanismos" para poder aplicar a Lei se Segurança Nacional e silenciar o escritor e publicista nacionalmente conhecido e admirado. O processo judicial que envolveu a incriminação e a "produção da culpa" do escritor foi examinado em detalhe pelos autores do mesmo livro, os quais reconstituem, também em detalhe, a "trama urdida pelo Estado Novo" para encarcerar o escritor - trama que, a seguir, sintetizamos muito brevemente, creditando desde já as informações, bem como algumas transcrições textuais que fizemos, aos autores:

Horta Barbosa envia o ofício n. 4602 ao TSN, cujo presidente, em 06 de janeiro de 1941, em caráter de urgência, pede ao chefe de Polícia de São Paulo a abertura de inquérito contra Monteiro Lobato. Quatro dias depois, novos documentos enviados pelo Conselho Nacional do Petróleo ao TSN são imediatamente remetidos ao chefe de Polícia. Em 14 de janeiro esses papéis passam às mãos do coronel Scarcela Portela, superintendente de Segurança Política e Social e, no dia 16 de janeiro, aportam à Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS). No dia 21 de janeiro, chegam à mesa de Rui Tavares Monteiro, delegado adjunto de Investigação de Ordem Política. Chefiada por Tavares Monteiro, uma equipe da DEOPS sai em campo e, em 27 de janeiro, realiza diligência no escritório de Monteiro Lobato (sede da UJB), confiscando papéis dos arquivos do escritor. A operação repete-se no dia seguinte (28 de janeiro) no escritório da Companhia Matogrossense de Petróleo, onde os agentes apreendem mais documentos.

Os autores observam que, antes da investida policial em seus escritórios, Lobato fora arrancado de casa em plena madrugada de domingo para segunda-feira. Levado para a DEOPS e qualificado, seria transferido para a Casa de Detenção, onde permaneceu preso durante quatro dias, em regime de incomunicabilidade.[292]

---

[292] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 295.

No dia 28 de janeiro, em um papel de embrulho, Lobato escreve uma carta a sua mulher Purezinha. A carta oferece um contraponto em relação às que o escritor escreveria posteriormente (em seu segundo período de encarceramento), uma vez que o tom de amargura que nela predomina guarda íntima correspondência com o fato de o escritor ter sido submetido, naquela ocasião, às dores inerentes ao regime de incomunicabilidade:

> "Só contarei o que é a vida em prisão. É a gente sozinho com o pensamento e nunca o pensamento trabalha tanto. Mas de tanto trabalhar acaba girando num círculo, isto é, volta sempre às mesmas coisas. (...) Meu dever era *só* cuidar da tua felicidade, Purezinha, e no entanto passei a vida a te contrariar e a fazer asneiras que tanto nos estragaram a vida. Se eu te tivesse ouvido em negócios, minha situação seria hoje de milionário. Não ouvi, nem sequer te consultei, e o resultado foi desastroso. Chequei até à prisão! (...) Penso em Guilherme[293] e em Heitor [de Morais] e acho-os tremendamente felizes por já terem morrido. (...) Depois penso no meu caso - na vingança que os homens de cima que eu insultei hão de querer tirar de mim. Que tolice dar murro em faca de ponta! (...)
>
> A vida aqui me tem feito pensar no horror que você sempre teve pela prisão, pela condenação do homem ao confinamento por anos e anos. (...) Não há castigo maior. Mil vezes a cadeira elétrica ou a forca - dores de um momento.
>
> Estou preso há quase 3 dias e já me parecem 3 séculos. As horas têm 60.000 minutos. As noites não têm fim. Sou obrigado a não fazer nada de nada. Não há o que ler - nem jornais. E a *incomunicabilidade* em que estou agrava tudo, porque me isola completamente do mundo exterior. Não posso falar com ninguém, nem comunicar-me com ninguém." (...)
>
> Estou escrevendo por escrever, para dar vazão aos sentimentos, porque *não há jeito* de fazer este papel chegar a você.
>
> *Incomunicável!* Agora compreendo o horror desta palavra."[294]

Um exame detido das datas permite concluir que a prisão e o regime de incomunicabilidade teriam sido urdidos para facilitar a operação policial que buscava aprender documentos que pudessem incriminar o escritor (como vimos, a carta em que Lobato refere estar preso há *quase três dias* é datada de 28 de janeiro).

---

[293] Guilherme: filho do escritor, falecido aos 24 anos de idade; seu outro filho, Edgard, estava à época com doença pulmonar.

[294] *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 – 7ª edição, pp. 175-176 (grifos do autor).

Os autores do livro *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia* também reconstituíram a libertação do escritor e os passos seguintes da trama que foi urdida à sua volta para então reconduzi-lo ao cárcere, dessa vez para uma temporada mais longa. No dia 30 de janeiro, Lobato recebeu a visita da mulher e da filha Ruth. No meio da tarde, antes de ser libertado, foi conduzido novamente à DEOPS e interrogado, assumindo inteira responsabilidade sobre as cartas enviadas a Vargas e Góis Monteiro. Os autores também tiveram acesso ao relatório (datado de 1º de fevereiro e remetido no mesmo dia ao TSN) que constituiu a última peça do inquérito policial. Segundo informam, o relatório indica que, além das buscas feitas nos escritórios da UJB e da Companhia Matogrossense, também fora vasculhada a "residência do indiciado". O motivo alegado no relatório como justificativa para a ação policial contra o escritor foi a sua intenção de "desmoralizar o Conselho Nacional do Petróleo", sem contudo apresentar provas de suas acusações.[295]

O processo contra o escritor continuou tramitando: "Respaldado pela polícia política, o TSN vinha trabalhando para formar sua culpa, concluindo em 28 de fevereiro de 1941 a classificação do delito e a denúncia". O texto do procurador (transcrito parcialmente no livro) aponta inicialmente como motivo para o enquadramento a carta que o escritor remetera ao presidente em 05 de maio de 1940: "A simples leitura da missiva (...) já revela desrespeito pelos termos em que é vazada, evidenciando audaciosa e injustificável irreverência (...)". Depois, a alegada ausência de provas quanto às acusações dirigidas contra o governo e as "provas evidentes" oferecidas pelos documentos apreendidos quanto às "ligações comerciais do acusado (...) com elementos estrangeiros". Tendo em vista as acusações, os autores observam que Lobato é incurso no artigo 3º, inciso 25, do Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938 - conhecido como LSN -, ficando sujeito à pena de seis meses a dois anos de prisão, punição prevista a quem injuriasse "os poderes públicos, ou os agentes que os exercem, por meio de palavras (...)".[296]

---

[295] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 297.

[296] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia,* p.298. "Sem se dar conta da trama urdida à sua volta, em 21 de fevereiro (...) Lobato entrara com pedido de passaporte a fim de poder viajar à Argentina, onde pretendia editar algumas obras. Atento aos seus movimentos e de posse dessa informação, o serviço secreto do Conselho Nacional do Petróleo faz chegar a carta reservada n. 1.220, datada de 15 de março, às mãos do coronel Scarcela Portela em São Paulo. Nela, o chefe de gabinete do general Horta Barbosa (...) alerta que acabava de ser informado da intenção do escritor de se evadir para a Argentina (...)". (Idem, p. 299).

A prisão preventiva de Lobato é decretada pelo TSN em 18 de março de 1941. O escritor seria preso no dia seguinte. Em texto escrito no cárcere, Lobato refere ter sido abordado por "um mulatinho humilde e amável, agente de polícia", que o convidou a acompanhá-lo à DEOPS e, no mesmo dia, à Casa de Detenção.[297]

Em 20 de março de 1941, Monteiro Lobato é levado ao Presídio Tiradentes, onde ficaria aguardando julgamento. Na cadeia, em meio a "lealíssimos assassinos" - "ingênuos transgressores dos códigos humanos", como diria -, tem como companheiros de cela um médico e um operário comunista[298].

[297] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. Texto inédito de Monteiro Lobato. Os autores citam como fonte o diário que o escritor manteve no cárcere: Os 90 dias de detenção (original datilografado – arquivo da família).
[298] Trata-se de José Maria Crispim, que seria eleito deputado federal pelo PCB em 1945.

4.5.1. As cartas da prisão

As cartas redigidas por Monteiro Lobato nesse segundo período de encarceramento são escritas num estilo impiedoso, atacando a censura imposta pelo governo e ridicularizando as autoridades responsáveis por sua prisão com extremo sarcasmo. Alem do tom cáustico e virulento, as cartas têm como marca principal uma profunda ironia, que se consolida em virtude não apenas do contexto histórico ou da circunstância específica em que foram escritas, mas também pelo horizonte referencial que possuem, ou seja, pela relação de interlocução que é estabelecida.

Em carta enviada ao jornalista Geraldo Serra (22 de março de 1941), o escritor declara-se "satisfeitíssimo" com sua estada na prisão:

> "(...) Se alguém lamentar a minha sorte, diga-lhe que não seja besta. Estou como queria, colhendo o que plantei. A 'Causa do Petróleo' ganha muito mais com a minha detenção do que com o comodismo palrador aí do escritório".

Ao final da missiva, ao recomendar providências para o envio de correspondência ao editor argentino Benjamin de Garay[299], Lobato oferece pistas sobre a maneira pela qual tentava burlar a censura às suas cartas:

> "Copie a cartinha junta em papel aéreo e mande-a para o endereço que está nas costas, para Benjamim de Garay. E você mesmo leve-a ao correio da Panair. E debite-me a despesa. Mande ao mesmo endereço uma carta das mimeografadas, mas pelo correio comum".[300]

---

[299] Garay trabalhou como jornalista em São Paulo e no Rio de Janeiro, conhecendo escritores brasileiros, com os quais se corresponderia ao regressar à Argentina, onde se dedicou à difusão de nossa literatura, traduzindo cerca de trinta livros (Cf. Dênis de Moraes, *O velho Graça*, p. 100). O editor é citado algumas vezes em *Memórias do cárcere*.

[300] Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato: vida e obra*, p. 235. A estratégia é confirmada pela professora Eoys Black, uma das pessoas com as quais o escritor manteve correspondência durante sua estada na prisão: "As cartas banais vinham em porte registrado e eram violadas. As importantes (...) chegavam com porte simples". In: "Monteiro Lobato: uma alma que não conheceu algemas". *Artes e Letras*, Campinas, 11 de julho de 1948. (apud Eliane Santana Dias Debus - *O leitor, esse conhecido: Monteiro Lobato e a formação de leitores* (Tese de Doutoramento desenvolvida sob orientação da Profa. Dr. Regina Zilberman, PUC – RS, 2001). Tivemos acesso ao texto em versão eletrônica, no portal do IEL-Unicamp.

Na carta enviada ao editor argentino (que julgamos ter sido escrita no mesmo dia), o escritor reafirma a um só tempo a estratégia diversionista e a concepção de que sua prisão serviria à "causa do petróleo":

> "Estou muito bem, alegre e satisfeito porque isto só serve para pôr em foco a causa do petróleo. (...) Por mala comum [ou seja, por via terrestre] segue cópia do que deu motivo a tudo [referência à carta enviada a Getúlio]. (...) Meu processo vai ser rápido. A pena é de 6 meses a 2 anos de prisão. As probabilidades do máximo estão afastadas. Tudo acabará bem - e a Causa do Petróleo dará um grande passo. Estou ultra-radiante. Isto é a mais bela e eficiente aventura de minha vida".[301]

O tom de ironia prevalece na carta dirigida ao amigo Cândido Fontoura (escrita em 22 de março de 1941), pela qual ficamos sabendo que o escritor conseguira levar para o cárcere, além de livros, papel e lápis, outro importante instrumento: sua máquina de escrever.

> "O Tribunal de Segurança, achando que eu estava um tanto magro, houve por bem mandar internar-me num dos melhores hotéis de São Paulo - o Detenção Hotel, na Av. Tiradentes. Fiquei na 'sala livre' com mais três companheiros, um médico muito ilustrado e inteligente, que matou a mulher; um industrial que também matou a mulher e o amante; e um engenheiro que falsificou qualquer coisa. Estamos grandes amigos, apesar de me sentir humilhado na presença deles, pois não matei mulher nenhuma, nem falsifiquei a verdade na carta ao Presidente. Temos um lindo jardim à nossa disposição e presos em quantidade com quem conversar. Se todas as prisões fossem como esta, todo mundo metia empenhos para consegui-las. Trouxe minha máquina, bastante papel, livros, e tenho visitas quatro dias na semana. E como todos me trazem coisas de comer, o nosso guarda-comidas me lembra as prateleiras da Leiteria. Comemos à beça. Engordamos. Isso me estraga o programa de bancar o Mártir número 1 do Petróleo - pois não há mártir gordo."

E acrescenta:

> "Haverá melhor vida? Meu medo é um só: que o Tribunal de Segurança me absolva e assim me prive duma deliciosa estadia aqui de seis meses a dois anos. Isso só serviria para pôr em foco o caso do petróleo - e a causa se beneficiaria. (...) Tudo portanto vai ótimo, no melhor dos mundos possíveis, e quem aí fora me lamentar merece um piparote no nariz".[302]

---

[301] *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, pp. 178-179. A edição registra erroneamente a data de 22 de abril de 1941.

[302] *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 – 7ª edição, pp. 177-178.

No trecho final, a sutil referência a dois autores que tinham a ironia como característica estilística: Voltaire e Machado. A mesma inflexão comparece na missiva enviada a Nelson Vainer e Belmonte, na qual Lobato faz troça do regime getulista:

> "Como tenho pena de vocês lá fora. Enquanto inúmeras preocupações os atormentam, eu aqui não tenho nenhuma. Tudo pago! Não tenho medo de ladrões, nem de assassinos, e o que mais importa, não tenho receio de ser preso".[303]

Com o mesmo espírito zombeteiro, o escritor agradece o envio do livro *Imitação de Cristo*:

> "Creio que não é a leitura adequada a quem está num sofrimento de Prisão Especial (...), com banheiro de água quente, máquina de escrever, consciência limpa e manifestações de solidariedade e amizade aí fora que nunca esperou. (...) A Imitação de Cristo exige o velho *cachot* medieval, subterrâneo, com paredes de pedra e sem um raio de luz. Com o banho quente, a luz elétrica, o jardinzinho de que dispomos (...) a gente não consegue chegar ao estado de tristeza que Kempis exige. O Estado Novo impede até proliferação de mártires! (...) Onde já se viu mártir alimentado com *eclairs*, presenteado com pinturas de Antonio Carneiro, iluminado com lâmpadas Phillips, lavado com água da Cantareira a quase cem graus?"[304]

A irreverência está presente até mesmo nas cartas por assim dizer mais "sérias" (pois, a rigor, não as há), por meio das quais ficamos sabendo que o escritor intercedeu em favor dos companheiros de prisão.

Isso pode ser visto na carta dirigida ao amigo e desembargador Paulo Costa (26 de março de 1941), na qual o missivista diz escrever "dum hotelzinho da Av. Tiradentes" e declara estar gozando uma "estadazinha de descanso" proporcionada pelo "General do Petróleo". Citando novamente Voltaire ("Tudo pelo melhor, no melhor dos mundos possíveis, como dizia o Dr. Pangloss") e referindo-se a um suposto costume chinês, acrescenta: "ponha-me sobre o lombo o resto da pena de que ele quer libertar-se".[305]

Em nova carta dirigida ao mesmo destinatário (datada de 06 de maio de 1941), chama o presídio Tiradentes de "campo de concentração" e refere-se à "sala livre" como sendo o "pitoresco nome" dado ao "chiqueirinho" em que habitava. Além disso, e com o mesmo estilo, dá notícia da obtenção da liberdade condicional por parte de um dos presos:

> "Se você visse o pulo que o Nelson [Mendes] Bezerra deu quando chegou a notícia da obtenção da condicional, você daria sistematicamente esse remédio a todos os doentes que o pedissem. O mal da justiça humana está na falta duma lei que vou fazer quando for ditador: todos os juízes, depois de

---

[303] Citada em Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato: vida e obra,* II, p. 72.
[304] Carta a D. Heloísa Ribeiro – 05 de junho de 1941. In: *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 182.
[305] Cassiano Nunes. *Monteiro Lobato vivo*, p. 236.

> nomeados e antes de entrar no exercício do cargo, têm que gramar dois anos de cadeia (...). Só depois, então, assumiriam a vara - e as varas iam ficar macias como veludo. Não há nada mais absurdo do que o poder dado a um homem de condenar outros a uma coisa que ele não conhece: privação da liberdade. O pulo que o Nelson deu foi a coisa mais eloqüente que vi em toda a minha vida. (...) Ora, porque não provocar mais pulos desses, aqui neste campo de concentração, ou Forno de Incineração de almas humanas criado pela infinita estupidez dos legisladores? (...) Não esqueça que é com os pulos proporcionados aos presos que os juízes alcançam o céu. Do velho camarada, Monteiro Lobato".[306]

Sarcasmo extremo, porém, é o que se revela na carta enviada do cárcere ao Dr. Fernando Costa, solicitando emprego a um ex-presidiário. Edgar Cavalheiro a comenta: "Depois de enumerar todo o rol de crimes de que o seu protegido era acusado, [Lobato] conclui: 'Vê o amigo que ele poderá ser muito útil ao Estado Novo'".[307]

Em carta a Leonor de Aguiar, escrita em 18 de abril de 1941, refere-se à "deliciosa prisão" que arduamente teria conquistado "à custa de verdades na lata dos safardanas" e, também, às suas atividades de tradutor:

> "Mudei para cá meu escritório - mas tenho visitas demais e o trabalho não rende. Quando me dão folga, traduzo o *Kim*, de Kipling, e mergulho de corpo e alma na Índia. Não dou ao general o gosto de sentir-me preso. (...) Tudo novidades na cadeia. Como é burro o general! Quis prejudicar-me e só conseguiu proporcionar-me uma interessantíssima experiência". [308]

A referência ao general Horta Barbosa, no final do trecho citado, permite observar que o cárcere é visto por Monteiro Lobato não apenas como escritório, mas também como um laboratório.[309] A ironia contida no início do trecho não é de todo absurda: Monteiro Lobato realmente transformou a cela em que foi confinado em seu escritório - situação que, em nosso país, só encontra paralelo com o caso de Cipriano Barata, que mencionamos no início deste trabalho. Além das cartas e do diário, o escritor também redigiu prefácios na prisão. No prefácio ao livro *Falam os Escritores*, de Silveira Peixoto, comenta com mordacidade a inclinação do autor em traçar perfis de literatos brasileiros: "Esse esporte Peixoto começou como simples brincadeira, no início da vazante de assuntos dos nossos amordaçados jornais".

---

[306] Cassiano Nunes. *Monteiro Lobato vivo*, pp. 239-240.

[307] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, p. 73. O interlocutor (de quem Lobato era amigo) ocupava na ocasião a pasta da Agricultura.

[308] Cassiano Nunes. *Monteiro Lobato vivo*, pp. 240-241. O escritor passou o aniversário na cadeia.

[309] Essa concepção é reafirmada em carta dirigida a Benjamim de Garay (iniciada em 02 de abril de 1941 e retomada no dia 19 desse mesmo mês): "Se você nunca foi preso, Garay, procure ser. Interessantíssimo". Mas ao mesmo tempo em que considera enriquecedora a passagem pela prisão, não deixa de apontar os seus males: "Aproveito o tempo traduzindo o *Kim*, de Kipling, e essa estada na Índia me faz *esquecer* da maneira mais completa a prisão" (grifo nosso). Nesta mesma carta Lobato refere ter mandado buscar dezenas de livros de sua autoria para distribuir aos presos ("Todo mundo anda a devanear no sítio de D. Benta. A coisa aqui dá um estupendo livro, que escreverei quando estiver aí"), bem como o abrandamento das condições carcerárias ("A espionagem da minha correspondência cessou. Já recebi até agora 230 visitas"). Ver Cassiano Nunes, *Monteiro Lobato vivo*, pp. 237-239.

Em outro trecho, refere-se à sua própria situação de encarcerado: "Silveira Peixoto não perdoa a ninguém - nem a literatos incontinentes que, por excesso de sinceridade, se beneficiam de retiros espirituais compulsórios".[310]

Monteiro Lobato é submetido a julgamento em 08 de abril, pelo TSN, sendo defendido por Hilário Freire e Medrado Dias. [311]

Segundo Edgard Cavalheiro, o principal argumento da defesa foi o de que uma carta particular não produz injúria - e a carta dirigida a Vargas tinha esse caráter pelo menos até o momento da prisão do escritor. Além disso, os advogados alegavam que a carta que fora anexada ao processo era datada de dez meses antes. Não haveria, portanto, base para a principal alegação do tribunal, nem tampouco razão para a prisão preventiva do escritor, por não existir de sua parte intenção de fugir do país, uma vez que Lobato havia requerido, seguindo trâmites oficiais, passaporte para viajar à Argentina, onde cumpriria contrato com o editor argentino Benjamin de Garay.

Quanto aos termos em que a carta era vazada, os advogados alegavam que se devia ao estilo peculiar do autor, e, também, ao fato de a correspondência entre ambos datar desde o início dos anos 30.[312]

---

[310] *Prefácios e Entrevistas* - volume 13. São Paulo: Brasiliense, 1951 – 5ª ed., pp. 127-128.

[311] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 304. Os autores informam ainda que, mesmo durante o julgamento, a ditadura Vargas prosseguia trabalhando no sentido de obter o maior número possível de elementos para incriminar o escritor, chegando a recorrer até mesmo à escuta telefônica (o livro refere escutas no aparelho de Hilário Freire, como o atestariam papéis encontrados mais de cinqüenta anos depois no arquivo do general Horta Barbosa). A defesa de Medrado Dias está resumida à página 303 da mesma obra.

[312] Isso é atestado também por Cassiano Nunes (*Monteiro Lobato vivo*), que realizou uma compilação das cartas de Lobato. Nesse livro, entre outras missivas, há uma longa carta dirigida ao presidente (Nova York, 09/12/1930), na qual Lobato, além de expor suas idéias a respeito do problema siderúrgico, faz alusão ao interesse das corporações estrangeiras em impedir a abertura de novos centros petrolíferos (pp. 128-136). Em outra carta dirigida a Vargas (São Paulo, sem data), escrita em tom solene e palaciano, porém vazada em irreverência em seus aspectos decisivos, Lobato afirma: "Dê-me o seu apoio e eu darei petróleo e ferro ao Brasil. (...) Em matéria de petróleo, já consegui um milagre - poços de mais de mil metros numa zona onde a camorra do Serviço Geológico, em quinze anos de trabalho e com dispêndio de milhares de contos, só os conseguiu de 400 e tantos" (p 137). Nessa mesma carta, Lobato propõe abrir com a ajuda do governo quantos poços fossem necessários, "poços de verdade, decentes, profundos", não os "buraquinhos de tatu" do Serviço Geológico, "poços burocráticos" cujo único fim seria o de "comer uma certa verba" (p.138). Em nova carta a Getúlio (São Paulo, 13/06/1931), Lobato comunica o envio de um memorial relativo ao processo Smith, exortando o presidente a tornar-se "obreiro de duas revoluções": a econômica e a política, assinando a missiva como "soldado de V. Excia., na Segunda Revolução" (pp. 165-166). Em outra carta dirigida a Vargas (Campos do Jordão, 26/02/1935), Lobato comenta que o parecer negativo da comissão nacional de siderurgia em relação à adoção do processo Smith no Brasil teria causado descrédito do governo junto à opinião pública. Em seu estilo característico, o missivista refere mais uma vez a camorra que, na sua opinião, se ocultava nos interstícios do Estado: "minha pobre terra espezinhada sempre pela mesma camorra" (p. 171).

Edgard Cavalheiro observa que Lobato fez chegar ao presidente Vargas inúmeros relatórios confidenciais antes da publicação de *O Escândalo do Petróleo* (1936). Em fins de 1934, segundo o biógrafo, o escritor teria remetido ao presidente violenta exposição na qual denunciava as manobras da Standard Oil para se apossar das melhores terras petrolíferas que supostamente sabia existir no Brasil.[313]

O mesmo autor assevera que antes da divulgação do livro de Essad Bey (1935) e muito antes de dar à imprensa a representação feita ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura a ambos Lobato escrevera em caráter particular.[314]

A denúncia promovida pelo CNP é julgada improcedente pelo Tribunal e, diante do fato - como observa Edgard Cavalheiro -, Lobato teria julgado liquidada a questão.[315]

Em nova carta a Benjamin de Garay (iniciada em 02 de abril de 1941 e retomada no dia 19 desse mesmo mês), depois de referir-se aos companheiros de cárcere - "Há neste presídio uns quatrocentos homens vítimas da falta de habilidade em fazer as coisas lá fora" -, comenta de forma efusiva a absolvição que obtivera, em primeira instância, junto ao Tribunal de Segurança Nacional:

> "A vitória foi tremenda. O Conselho do Petróleo (...) está completamente desmoralizado. O Getúlio esteve do meu lado. O caso chamou a atenção de todo o país porque as cartas que deram causa a tudo foram divulgadas aos milhares e a denúncia havia sido publicada em todos os jornais e também irradiada pela Hora Nacional [Hora do Brasil]. (...). Vi-me transformado dum momento para outro em *caso do dia*, discutido pelo país inteiro pró ou contra. (...) Até os jornais americanos trataram do meu caso - dado lá como manobra do fascismo".[316]

Ao final da carta, a curiosa observação: "além da carta ao Getúlio, soltei a do Góis, que é insolente e de que te mando algumas". Em relação a esse último aspecto, Edgard Cavalheiro observa que, ao contrário do que fizera com a carta que dera origem ao processo (escrita em caráter sigiloso, sem intuito de divulgação), o contrário teria sucedido com as que foram redigidas logo após a sentença de absolvição: o próprio escritor, diz o biógrafo, teria se encarregado de "mandar mimeografá-las e distribuí-las em profusão".[317]

---

[313] A denúncia de Lobato contra a corporação ("odioso polvo") baseara-se em declarações que obtivera de Herry Koller, ex-diretor dos serviços geológicos da Standard na Argentina. O técnico argentino teria cometido suicídio em um quarto de hotel em Buenos Aires, após a publicação do livro.
[314] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, pp. 24-25.
[315] Há mesmo um telegrama, datado de 08 de abril de 1941 e enviado a Londres por Hilário Freire, informando a respeito da soltura iminente de Lobato. In: Cassiano Nunes. *Monteiro Lobato vivo*.
[316] Cassiano Nunes. *Monteiro Lobato vivo*, pp. 237-239.
[317] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, p. 81. Edgard Cavalheiro observa entretanto que a carta que Lobato escrevera a Getúlio é mimeografada pelos amigos e distribuída da cadeia pelo escritor, acompanhada de "bilhetes curtos e engraçadíssimos".

A partir da absolvição obtida junto ao tribunal de exceção, a produção epistolar de Monteiro Lobato torna-se cada vez mais insolente e desabusada, como se pode ver na missiva enviada ao general Horta Barbosa assim que soube do resultado:

> "É profundamente reconhecido que venho agradecer a V. Excia. o grande presente que me fez, por intermédio do augusto Tribunal de Segurança, de uns tantos deliciosos e inesquecíveis dias passados na Casa de Detenção desta cidade. Sempre havia sonhado com uma reclusão desta ordem, durante a qual eu ficasse forçadamente a sós comigo mesmo e pudesse meditar sobre o livro de Walter Pitkin (*A short introduction to the history of human stupidity*). Lá fora, o tumulto humano e mil distrações sempre me iam protelando a realização deste sonho. (...) Passei nesta prisão, general, dias inolvidáveis, dos quais sempre me lembrarei com a maior saudade. Tive ensejo de observar que a maioria dos detentos é gente de alma muito mais limpa e nobre do que muita gente de alto bordo que anda solta. E também tive ocasião de receber inúmeras provas de amizade e solidariedade de excelentes amigos que nunca imaginei tivessem por mim tal estima. Fui leal. A todos fiz ver que a realização de meu sonho eu a devia a uma pessoa apenas, o General Horta Barbosa, comandante superior do benemérito Conselho Nacional do Petróleo. Pesarosamente tenho de deixar esta prisão, mas seria o maior dos ingratos se antes de despedir-me do 'chiqueiro' não cumprisse o meu dever batendo na máquina esta carta de agradecimento. Creia, General, que a minha gratidão vai ser eterna".[318]

Quatro dias depois, Lobato escreve nova carta a Getúlio, na qual o deboche e o escárnio atingem o paroxismo:

> "Dr. Getulio:
>
> Atirei no petróleo e acertei na Cadeia, o que prova bem má pontaria. Estou, porém, radiante, visto que a sentença do Juiz Maynard *fez com o general o que eu fiz ontem com uma pulga*: enrolou-o bem enroladinho entre a ponta dos dedos. Muito em breve entrará em julgamento o processo do Vítor Freire, culpado do crime igual ao meu - querer 'petróleo', e é indispensável que os abençoados dedos enrolem-no ainda mais. Ficará restando apenas o estalo final com a unha - o que compete ao Presidente da República, na decisão do recurso da 'Cia. Matogrossense'. Nesse glorioso dia, o Petróleo Nacional terá ganho a sua batalha do Marne - e três meses depois jorrará em Mato Grosso".

O que confere poder corrosivo à ironia lobatiana é justamente o fato de a carta ter como destinatário um interlocutor palaciano: no cárcere, o prisioneiro escreve ao presidente, ridicularizando o general que fora diretamente responsável pela sua prisão - e, mais que isso, tratando-o como a uma *pulga*.

---

[318] Reconstituímos parte do texto integral a partir de excertos colhidos em *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 305 e *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, p. 79. O autor desta última obra (Edgard Cavalheiro) observa que o escritor acrescentou à carta um *post-scriptum* e, para acentuar o tom de escárnio, enviou ao general uma caixa de bombons. Os autores do primeiro livro referem que o general teria se licenciado do cargo por quinze dias após a derrota no tribunal.

Um pouco mais adiante, a carta assume ares de comedimento:

> "(...) o verdadeiro amigo dum Chefe de Estado não é o que anda com retratinhos dele na lapela, mas sim o que (...) o adverte dos crimes cometidos em seu nome. Se houvesse no Brasil cem homens que, em cem setores diferentes, se dirigissem ao Presidente com a *brutal crueza* deste detento, o presidente estaria sempre a par do reverso da medalha - e poderia agir sem erro, tirando com segurança a linha média do Bem Público". [319]

Em nova carta dirigida a Vargas (escrita cinco dias depois, por ocasião do aniversário do presidente), o escritor sugere que os integrantes do CNP fossem aproveitados como combustível nas fornalhas das sondas petrolíferas:

> "(...) O General-Comandante desse Conselho e os mais membros que o compõem, caso empregados como combustível nas fornalhas das sondas, darão para mover as máquinas por uns dois ou três dias - vantagem que positivamente não é de se desprezar".[320]

A concepção do cárcere como um laboratório é reafirmada na carta seguinte, dirigida a Teófilo Siqueira em 19 de abril de 1941. Nela, inicialmente, o escritor comenta a situação do seu processo:

> "Apesar de absolvido, continuo preso, porque houve apelação. O Conselho Nacional do Petróleo foi derrotado em toda a linha. E, ferido na barriga pelo meu torpedo, acabará morrendo de peritonite".

Em seguida, ao amigo que lhe recomendara prudência, responde:

> "Os homens prudentes não sabem as delícias da imprudência - e o mês de cadeia que ganhei me foi das coisas mais preciosas da vida. Creia, meu caro Teófilo, que se me dessem uma condenação graças à qual eu ficasse aqui muitos meses, rejubilar-me-ia e aceitaria a sentença como uma oportunidade única de estudar a sociedade e a alma humana deste ponto de vista. Quem vive aí, fora, solto, só fica sabendo dum pedaço da vida; aqui aprendêmo-la inteira".[321]

O conselho do amigo revelou-se, se não de todo sábio, pelo menos procedente: em sentença proferida pelo TSN em 21 de maio de 1941, em segunda instância, o escritor seria condenado, por unanimidade, a seis meses de prisão. [322]

---

[319] Trechos citados em Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato: vida e obra,* II, p. 80. (grifos nossos)

[320] Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato: vida e obra,* II, p. 81.

[321] *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed., p. 178. Esta carta é datada de 19 de abril de 1941. Lobato sugere a criação de uma Companhia Nacional de Petróleo, nos moldes da recém-fundada CSN (cf. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 305).

[322] É lícito concluir que a condenação deveu-se exclusivamente à irreverência do missivista. "Por detrás de uma condenação que acabou surpreendendo muita gente pairava, na verdade, o espectro de outra carta, enviada por Lobato ao general Horta Barbosa logo após a absolvição em primeira instância. Redigida assim que soubera do resultado - e acompanhada de uma caixa de bombons, dos muitos com que os amigos o haviam presenteado -, começava com um cínico agradecimento pela temporada atrás das grades". *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 305.

Duas semanas após a condenação, em longa carta a Fernando Costa (escrita em 04 de junho de 1941, dia em que o amigo passaria a ocupar, como interventor, a presidência da província de São Paulo), Monteiro Lobato descreve as condições carcerárias do presídio e denuncia as torturas ali praticadas contra os presos comuns, pedindo uma visita repentina do governador:

> "Casa de Detenção (seguida de data)
>
> Dr. Fernando Costa:
>
> Os presos da cadeia não podem ir cumprimentá-lo pela grande vitória que, se enche os 'soltos' de alegria, mais ainda o faz a estas pobres vítimas do esquecimento e da crueldade humana. Há aqui cerca de 600 detidos para os quais o seu advento ao Poder em São Paulo significa o sol depois de uma semana de chuva. Não pense que isto é engrossamento, porque é justamente por não ter esse hábito que estou aqui entre eles.
>
> É a verdade. Os presidentes de S. Paulo se sucedem e nenhum se lembra de corrigir as falhas horrendas dessa coisa monstruosa que se chama Polícia de S. Paulo, com a sua Câmara de Torturas, que se chama Gabinete de Investigações. Foi preciso que eu viesse passar uma temporada aqui entre as vítimas para me convencer da hedionda realidade.
>
> Inda ontem entraram os moços do furto dos 5 mil contos - e quem os viu chegar sentiu engrouvinhamento do coração. Eram espectros que se arrastavam, tontos, bobos, idiotizados - tantas foram as torturas que lhes infligiram no famoso e infame Gabinete. E entre os presos comuns tenho visto sinais horríveis - mãos com cicatrizes de rachaduras feitas pelas palmatórias do Gabinete. O preto Cotrim, um inocente absolvido pelo Júri, mas mesmo assim aqui detido há dois anos, mostra a quem quer ver os colhões rachados pela borracha do Gabinete. E há o suplício de meter cunhas de taquara nas unhas. E há os que ficaram ou foram postos nus nos ergástulos de lá, cubículos de metro quadrado ou pouco mais, onde tinham de ficar de braços para o ar *para caber*, e depois, baldes d'água em cima, e vidros de amoníaco. Não tem fim, Fernando, a lista dos horrores desse nefando Gabinete. E há o suplício das muquiranas, em que esses nojentos bichos criados no Gabinete quase devoram os pacientes. Um homem aqui da administração me disse textualmente de uma das vítimas: 'quando o rapaz chegou aqui, semimorto, a roupa que tiramos do corpo dele *mexia-se* no chão - andava...'.
>
> Muitos chegam e vão para a enfermaria - para morrer.
>
> Ora, não me consta que haja alguma lei autorizando a aplicação de torturas no Brasil. E se não há essa lei, então esses atos constituem monstruosos crimes da polícia. A solução tem que entrar neste dilema: ou a polícia suspende as torturas, ou então o Estado Novo as legaliza, restaurando uma daquelas velhas leis da Inquisição na Espanha. Ficar assim como está é que é impossível, no futuro Governo de Fernando Costa. Nós, seus amigos e amigos de S. Paulo, mesmo presos, nos esforçamos para que a coisa mude - e eu me faço voz de todas estas miseráveis vítimas. Pelo amor de Deus, Dr. Fernando, reforme esse tumor maligno que já vem durando muito.
>
> Há um corregedor encarregado de fiscalizar as prisões, mas costuma avisar com uma semana de antecedência as suas visitas, de modo que encontra tudo perfeito. No dia do Corregedor ir espiar o Gabinete, os carrascos transferem

para aqui carradas de vítimas - que voltam logo que o Corregedor sai e assina a ata de que tudo estava perfeito.

Uma visita sua, *inesperada, absolutamente inesperada* ao Gabinete há de revelar coisa, apesar de estarem eles práticos em fazer como as casas de tavolagem clandestinas, em que as roletas e tudo o mais desaparecem como por encanto, quando a polícia chega.

Eu dou por bem aproveitada a minha prisão, só pelo fato de me permitir verificar o medievalismo da polícia de S. Paulo.

Aqui na Detenção já a coisa é outra. O diretor que saiu, Dr. Silvio Sampaio, era um homem de bem e profundamente humano. Acabou com o terrível regime anterior, dum tal Cata Preta, que ao que ouvi aqui era carrasco integral. E o medo desta pobre gente aqui, já tão desgraçada, é que esse carrasco volte. Mas um Fernando Costa jamais admitirá semelhante coisa.

Não tem grande importância este ou aquele diretor dum serviço qualquer aí fora. Mas tem uma importância imensa a escolha acertada dum diretor de prisão, porque *dele depende a felicidade de 600 desgraçados e das respectivas famílias.* Isto vai grifado, porque é da maior relevância. A solução ideal aqui é a efetivação do atual diretor interino, Dr. Nelson Gomes, um homem que pela humanidade, bom critério, honestidade e espírito de justiça se impôs à minha admiração. Não há ninguém aqui, desde o último preso até o último vigilante, que não pense deste modo quanto ao Dr. Nelson. Se ele for efetivado, a Casa de Detenção se sentirá feliz e neste setor a administração Fernando Costa não terá dores de cabeça. A unanimidade pró Dr. Nelson é absoluta.

O Queirós está ao par de tudo e *é seu amigo*. Não é dos tais que só são amigos do *interventor*. É amigo do homem Fernando Costa, e não do Interventor Fernando Costa. Atenda-o sempre como uma das *bocas de verdade*, que não errará.

Os homens que sobem pela primeira vez ao Governo, deslumbram-se e deixam-se envolver pela malta dos bajuladores - e esquecem os verdadeiros amigos, os que dizem a verdade ali no duro. Mas não creio que isso se dê com quem já foi governo várias vezes e, portanto, aprendeu a conhecer a safadeza dos homens.

Faço votos, portanto, para que não erre - porque se o Ademar [323] tinha o direito de errar na apreciação da *entourage*, visto como era marinheiro de primeira viagem, um homem já com tantas passagens pelo Poder não tem. E não errará, enquanto puder distinguir os verdadeiros amigos das muquiranas e da amizade, enquanto distinguir um Queirós dum puxa-saco qualquer.

Adeus, meu caro amigo. E viva São Paulo. Do Monteiro Lobato".[324]

---

[323] Ademar de Barros.

[324] *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, pp. 180-182 (grifos do autor). A referência à Inquisição espanhola não aparece na fonte que citamos, mas está presente em trechos transcritos em *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 306, cujos autores citam como fonte o arquivo mantido pela família do escritor.

Monteiro Lobato também recebeu cartas na prisão, inclusive a de uma criança. Ficamos sabendo disso ao lermos uma das biografias dedicadas ao escritor: "De Manaus, Nicean congratula-se pela liberdade que o 'caro patrício' acabava de obter - na verdade, a absolvição em primeira instância no TSN".[325]

Consultando um outro trabalho[326], observamos a mesma referência: "Nicean Serrano Telles de Souza (Campos), nascida em 3 de outubro de 1932, na cidade de Manaus (AM), escreveu uma carta a Lobato. Lobato havia sido absolvido em primeira instância pelo Tribunal de Segurança, e a leitora, em 14 de abril de 1941, escreve":

> "Venho por meio desta cartinha congratular-me com o senhor pela liberdade que acaba de obter. Quando li o telegrama mandando prendê-lo, não imagina como fiquei triste! É que, embora pequenina, pois tenho oito anos, gosto imensamente de ler, e o senhor é meu autor predileto".[327]

No trabalho de Eliane Santana Dias Debus, ficamos sabendo da existência de uma carta (até então inédita) de Monteiro Lobato. A autora informa que a leitora guardara, há mais de cinqüenta anos, "a lembrança viva desse encontro epistolar", ou seja, a resposta do escritor à missiva que Nicean enviara quando tinha apenas oito anos de idade. A carta é datada de 03 de maio de 1941:

> Linda criança
>
> Recebi na Cadeia sua cartinha de oito páginas minúsculas, vinda de Manaus e com parabéns pela minha absolvição pelo Tribunal de Segurança. Você é muito pequena para interessar-se pela causa da minha prisão – mas quando ler *O poço do Visconde* compreenderá alguma coisa. O crime deste seu amiguinho distante é sempre o mesmo: querer dar petróleo ao Brasil.
>
> Mas como tudo tem suas compensações, estou com idéia de fazer este ano um livrinho novo com o nome *A prisão da Emília*. A polícia prende a diabinha – e ela pinta o diabo na cadeia, faz reformas, solta os inocentes, melhora tudo, transforma a vida dos presos, que era um inferno, numa verdadeira delicia. Que tal a idéia?
>
> Adeus – e queira sempre bem a este amigo das crianças que não tem medo de ir para a cadeia, quando é para bem de sua terra.[328]

---

[325] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 325.
[326] Fazemos referência ao trabalho de Eliane Santana Dias Debus, citado a seguir.
[327] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, p. 325. O primeiro período não está neste livro. A carta foi publicada no suplemento "Folhinha" - *Folha de S. Paulo*, 18 de abril de 1998.
[328] Carta transcrita no trabalho de Eliane Santana Dias Debus - *O leitor, esse conhecido: Monteiro Lobato e a formação de leitores* (Tese de Doutoramento desenvolvida sob orientação da Profa. Regina Zilberman, PUC – RS, 2001). Tivemos acesso ao texto em versão eletrônica, no portal do IEL-Unicamp.

Segundo Edgard Cavalheiro, a campanha pela libertação do escritor teria sido organizada por Rosalina Coelho Lisboa, que angariou assinaturas de vários intelectuais em apoio a um pedido de indulto depois dirigido a Vargas. Lobato jamais teria assinado o apelo, recusando-se a ser libertado sozinho:

> "Anistia aos presos políticos. Prestes irá residir no México, e eu vou dar petróleo a esta infame terra. Precisamos de muito petróleo para fazer uma fogueira imensa e assar esses tribunais de exceção".[329]

Getúlio Vargas concede o indulto em 17 de junho de 1941. Edgard Cavalheiro observa que Lobato foi retirado do presídio à noite, os jornais proibidos de noticiar o caso devido à cerrada censura do DIP.[330]

Após a libertação do escritor, a perseguição continuou: em ofício de 28 de junho de 1941 - como informam os autores de *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia* -, o TSN pede ao chefe de Polícia de São Paulo para apreender e destruir os exemplares de *Peter Pan* que estavam à venda no Estado. A ordem do presidente do TSN baseava-se em parecer crudelíssimo do procurador Clóvis Kruel de Morais - zeloso funcionário público que teve o destino ditado pelo sobrenome -, emitido em resposta à queixa apresentada por Tupi Caldas, que verberava contra o caráter subversivo dos livros infantis de Lobato, notadamente contra a difusão de uma suposta "mentalidade demolidora do nacionalismo" que pudesse atingir as crianças.[331]

Outra obra do autor que foi objeto de perseguição foi *Zé Brasil*, folheto editado em 1947 pela Editorial Vitória (ligada ao PCB). O tom do opúsculo, redigido quando o governo Dutra ameaçava lançar o partido na ilegalidade, é nitidamente panfletário. A obra retrata um lavrador que luta por uma estrutura fundiária mais justa, numa guinada em relação à visão pregressa do autor segundo a qual o caboclo seria uma espécie de "piolho da terra", parasitário e indolente.

---

[329] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, pp. 72 e 88.
[330] *Monteiro Lobato: vida e obra,* p. 88. Em nota, o autor transcreve trecho de um texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (26 de fevereiro de 1956), no qual Alarico Caiuby - que, à época dos acontecimentos, era delegado de polícia - refere ter havido resistência por parte do escritor em aceitar o perdão de Vargas e sair do presídio. Até o presente momento não obtivemos confirmação de outra fonte quanto a isso.
[331] *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia,* p. 307.

Edgard Cavalheiro refere que o livreto foi apreendido em "rumorosas caravanas policiais". Na ocasião, Lobato teria dito a um repórter: "Meu amigo, para um escritor nada melhor do que as iras da Polícia, do que o veto da Igreja, do que a condenação dos pseudomoralistas".[332] Surgiram várias edições clandestinas na época - inclusive uma versão em cordel. O livro seria reeditado no ano seguinte, ilustrado por Cândido Portinari.

Marisa Lajolo observa que Monteiro Lobato foi para a cadeia no mesmo ano em que a Academia Brasileira de Letras alterou seus estatutos para admitir Getúlio Vargas entre seus membros. Edgard Cavalheiro, por sua vez, comenta com maiores detalhes a posição assumida pela entidade:

> "Durante os meses de cadeia a Academia não se manifesta coletivamente. Nenhuma comissão de acadêmicos procura visitá-lo. Mensagem alguma de solidariedade ao intelectual encarcerado parte do nobre sodalício. Ao contrário. A preocupação máxima dos imortais é a reforma do regimento a fim de facilitar a entrada do Ditador (...)".[333]

Em carta dirigida a Rachel de Queiroz, datada de 20 de fevereiro de 1948, o próprio escritor comenta a atitude de seus pares:

> "Entre os colegas de letras, o rabo entre as pernas foi a atitude geral. Salvaram a classe o Rubem Braga, o Brasil Gerson e um ou outro cauteloso cronista anônimo. A ditadura getulina deixou a massa bem amassadinha e no ponto para a ditadura dutrina, que vai indo muito bem".[334]

Em outra carta, datada de 24 de janeiro desse mesmo ano, Monteiro Lobato diria:

> "Há dois modos de escrever. Um, é escrever com a idéia de não desagradar ou chocar ninguém. (...) Outro modo é dizer desassombradamente o que pensa, dê onde der, haja o que houver - cadeia, forca, exílio".[335]

Os excertos destas cartas, redigidas por Monteiro Lobato poucos meses antes de sua morte em 04 de julho de 1948, permitem perceber em sua trajetória uma coerência pouco comum em nossas letras. A resistência e a altivez com que o escritor enfrentou a prisão o comprovam.

---

[332] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, pp. 260-261.
[333] *Monteiro Lobato: vida e obra*, II, p. 207.
[334] *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 273.
[335] Carta a João Palma Neto.

Deve-se observar, entretanto, que apesar da ironia contida na vasta produção epistolar que manteve atrás das grades – produção de inegável valor histórico, biográfico e literário –, não se pode supor que o escritor tenha passado incólume pela experiência do cárcere. Com o espírito alquebrado escreveu:

> "Depois que me vi condenado a seis meses de prisão, e posto numa cadeia de assassinos e ladrões só porque teimei em dar petróleo à minha terra, morri um bom pedaço na alma".[336]

[336] Citada em Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato: vida e obra* , II, p. 65 (sem referência e sem data).

CONCLUSÃO

A humanidade progride.
Hoje somente queimam meus livros;
séculos atrás teriam queimado a mim.

Sigmund Freud

A partir do exame de textos escritos por autores que foram presos durante o período do Estado Novo (1937-1945), pudemos verificar que o encarceramento político formou representações literárias distintas. Os autores que elegemos como objeto de estudo elaboraram em suas obras diferentes representações do cárcere e exploraram diferentes gêneros textuais e formas de discurso, aprofundando sob diferentes perspectivas estéticas e mediante recursos estilísticos distintos o poder de representação da linguagem em torno da perseguição política existente no período, tendo sido nosso objetivo mostrar como refletiram sobre o universo carcerário e como o recriaram enquanto matéria literária.

No universo dos autores que estudamos, temos, por exemplo, o discurso memorialístico-testemunhal de Graciliano Ramos, o discurso romanesco e panfletário de Jorge Amado, o discurso alegórico e ficcional de Dyonelio Machado, o discurso epigramático e fragmentário de Aparício Torelly (Barão de Itararé) e o discurso irônico e epistolar de Monteiro Lobato[337].

Nunca se escreverá de forma completa a história da literatura carcerária, ainda que inscrita no âmbito de uma nacionalidade. A literatura carcerária tem necessariamente um caráter difuso e fragmentário – pode-se apenas entrever os seus traços principais ou suas expressões mais consagradas e visíveis. De certo modo, as obras escritas no cárcere ou sobre o cárcere são como um arquipélago de vozes no sentido etimológico da palavra: antigos abismos ou montanhas que foram cobertos pelo mar.

Isso se deve em parte às próprias condições de produção dessa literatura, seja no próprio cárcere ou posteriormente, como também às suas condições de veiculação em relação ao ambiente político que lhe é contemporâneo, dado que muitas obras ficaram relegadas ao esquecimento ou mesmo sem publicação durante muitos anos após terem sido escritas.

[337] Poder-se-ia falar também do discurso visceral e contundente de Patrícia Galvão.

Graciliano Ramos refere em *Memórias do cárcere* que no Pavilhão dos Primários o jornalista Octávio Malta redigia artigos que, à noite, eram divulgados em uma espécie de "rádio comunitária" que funcionava clandestinamente tendo como único recurso as próprias vozes dos detentos. Parte dessa literatura perdeu-se irremediavelmente, como as inscrições anônimas feitas nas paredes pelos detentos. Nesse sentido, assim como a unidade das obras que abordamos, a unidade deste trabalho deve ser também construída pelo leitor.

O estudo dos escritos do cárcere constitui ocasião privilegiada para examinar a questão do resgate da memória histórica e da identidade individual enquanto fenômeno que conduziria à idéia de uma ética e de uma estética da resistência, forjadas sob as injunções da prisão política. Nesse terreno, nossa pesquisa procura contribuir ainda que de forma modesta para o trabalho de resgatar dos escombros da ditadura varguista a memória dos escritores encarcerados.

Como nosso trabalho constitui uma tese panorâmica (nos termos em que a define Umberto Eco), seria muito difícil construir assertivas em torno autores que a princípio e numa primeira aproximação só parecem ter em comum o fato de terem sido encarcerados e sofrido os males da prisão política em um mesmo período histórico. Entretanto, o estudo da literatura carcerária brasileira inscrita nesse período (escrita no cárcere ou sob a forma de reminiscência) possibilitou a identificação de características comuns às obras estudadas.

O que faremos, então, será apenas esboçar uma caracterização geral acerca da literatura carcerária brasileira relativa ao período do Estado Novo e enunciar algumas hipóteses e conclusões provisórias acerca do tema que elegemos para nossa pesquisa.

O traço autoritário nas relações entre Estado e cultura no Brasil

Na entrevista que Monteiro Lobato concedeu à BBC de Londres em dezembro de 1940 – que, como vimos, alguns autores consideram como o verdadeiro motivo que teria determinado sua prisão –, o escritor faz uma breve retrospectiva do regime republicano no Brasil, regime este que nas suas palavras seria caracterizado "pela progressiva restrição das liberdades civis e da garantia de direitos, segundo a curva clássica do despotismo sul-americano".

A curiosa caracterização de Lobato constitui uma síntese do que entrevíamos no início de nossa pesquisa. Expliquemo-nos. Em tese, o regime republicano seria mais propenso à tolerância do que qualquer forma autocrática de exercício do poder estatal. Entretanto, não é isso o que se verifica historicamente em nossa triste república: o número de escritores presos no Brasil durante a República Velha, o Estado Novo e o regime militar atesta de forma peremptória essa afirmação.

Tal fato não pode ser explicado apenas pela expansão do ensino laico e pela ampliação do público leitor que historicamente foram correlatas à instauração do regime republicano em vários países, nem tampouco por um suposto papel mais relevante da escrita, da literatura e da arte nos destinos políticos da sociedade capitalista dos séculos XIX e XX. Na verdade, fossemos estudar a configuração histórica das relações entre intelectuais e poder político no Brasil, veríamos que foram pautadas menos pela rebeldia do que pela opressão aberta ou pela cooptação por parte da esfera estatal.

Ao despotismo colonial de tradição ibérica, seguiu-se o despotismo monárquico de tradição francesa e o despotismo republicano de tradição prussiana, de tal modo que essa curva ascendente que perdurou até bem pouco tempo no regime republicano brasileiro atingiu o campo literário de maneira ampla e recorrente, como o comprova o elevado e crescente número de escritores que foram encarcerados por motivos políticos ou mais estritamente literários.

No âmbito historiográfico, portanto, é possível demonstrar que o fenômeno do encarceramento percorre a história da literatura brasileira, sobretudo após a instauração do regime republicano – o que é um reflexo do autoritarismo que marcou o processo histórico brasileiro e dos elementos autoritários presentes em nossa formação histórica.

A ironia como traço marcante da literatura carcerária brasileira relativa ao Estado Novo

A ironia é um traço marcante na literatura carcerária produzida pelos escritores que estudamos. Ela está presente de forma bem demarcada (ainda que diferenciada) na narrativa autobiográfica de *Memórias do cárcere*, nos aforismos e epigramas do Barão de Itararé e nas cartas escritas na prisão por Monteiro Lobato. Está presente também na narrativa elíptica de *O louco do Cati* e, em certo sentido, na epopéia panfletária de *Os subterrâneos da liberdade*.[338]

O travo irônico do Barão de Itararé e o sarcasmo de Monteiro Lobato operam um *rebaixamento* dos personagens que escolheram como alvo[339]. Já em Graciliano Ramos, a ironia comparece mais como elemento de *destruição* do discurso de outrem, incorporado criticamente. Em Dyonelio Machado, a ironia é lavrada em termos alegóricos, o clima insólito da narrativa constituindo o elemento central através do qual ela se constitui. Na trilogia de Jorge Amado, está presente na estrutura romanesca do enredo, constituída por fios que se entrecruzam e fornecem o quadro mais geral das implicações de classe dos episódios narrados.

A ironia vem da dor, disse Lima Barreto. A palavra *sátira*, etimologicamente, deriva de *saturação*. A ironia carrega sempre uma marca de negatividade, conforme Kierkegaard. Através de diferentes representações literárias, os escritores citados operaram em diferentes graus a *reversão da dor* e tentaram expurgar os males da prisão e da perseguição política, tomadas como objeto de reflexão e destruição por meio do escárnio. Acreditamos que a inflexão irônica contida nos textos que analisamos constitui lugar de *refúgio* e *afirmação* da identidade dos escritores diante da violência perpetrada pelo encarceramento em conjuntura política de exceção.

---

[338] Na literatura carcerária relativa ao regime militar, a ironia comparece sobretudo em *Reminiscências do sol quadrado* (Mário Lago) e no romance *Milagre no Brasil* (Augusto Boal), este último comentado no Apêndice deste trabalho ao lado da peça teatral *Torquemada*.

[339] Nas cartas de Monteiro Lobato, a ironia se estabelece pelo tratamento lapidar dado à linguagem e tendo como horizonte referencial a relação de interlocução (quase sempre de cumplicidade intrínseca) estabelecida entre o missivista em situação de confinamento e os destinatários situados fora das grades.

O recurso à alegoria também esteve presente em alguns autores que estudamos e várias obras podem ser lidas como parábolas da perseguição política existente no período – como, por exemplo, as narrativas *A terra dos meninos pelados* (Graciliano Ramos) e *O castelo abandonado* (Barão de Itararé) e, sobretudo, a tetralogia de Dyonelio Machado iniciada com o romance *O louco do Cati*.

É possível encontrar também traços alegóricos em *Memórias do cárcere*. Como vimos, Valentim Facioli[340] divisou na obra uma *alegoria da sociedade capitalista dependente como uma grande prisão para os oprimidos*. Fabiana Carelli[341], por sua vez, vê o cárcere na obra de Graciliano como *metonímia de uma prisão mais ampla*.

Os escritos que trazem a alegoria como elemento ficcional primordial ou secundário possuem um traço diferenciador: além de constituir lugar de *refúgio* e *afirmação* da identidade dos escritores tal como se pode observar nos textos de inflexão irônica, a alegoria é também um recurso que alça as obras para além da conjuntura histórica específica sob a qual foram produzidas, impedindo muitas vezes que se tornem obras datadas.[342]

---

[340] Introdução à seleção de trechos de *Memórias do cárcere*. In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 183.

[341] *Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP,1997, p. 83.

[342] No Brasil, entre 1964 e 1984, o recurso à alegoria foi também procedimento comum entre muitos profissionais que tinham como instrumento primordial a palavra escrita (escritores, jornalistas, dramaturgos, compositores), o que faz com que muitas obras literárias escritas no período possam ser lidas como parábolas do regime militar. Veja-se, por exemplo, a peça teatral *Torquemada* de Augusto Boal, examinada no Apêndice deste trabalho.

A representação literária como forma de resistência ao autoritarismo e como forma de recuperação da identidade em face da despersonalização operada pelo cárcere

Idéia recorrente que pudemos perceber ao longo de nossa pesquisa – e que nos foi sugerida a partir da leitura de um texto de Zenir Campos Reis – é a de que o cárcere é visto pelos autores como uma espécie de laboratório privilegiado para o conhecimento da realidade social e da condição humana. Essa função pedagógica (espécie de *paidéia* do cárcere) comparece em vários textos.

Zenir Campos Reis lembra que, em uma crônica publicada em 1937[343], "Graciliano recorda a 'lição de coisas' que a polícia política involuntariamente ofereceu aos intelectuais que encarcerou, em 1936:

> 'Mostraram sem nenhuma cerimônia: o tratamento que dispensam aos malandros e vagabundos foi apresentado sem disfarce aos intelectuais, que durante um ano se confundiram com vagabundos e malandros, numa promiscuidade nunca vista por estas bandas.
> Foi excelente, e todos devem estar satisfeitos. Sem essa aproximação, não conheceríamos nunca a verdadeira desgraça.
> Andamos muito tempo fora da realidade, copiando coisas de outras terras. Felizmente nestes últimos anos começamos a abrir os olhos, mas certos aspectos da vida ficariam ignorados se a polícia não nos oferecesse inesperadamente o material mais precioso que poderíamos ambicionar'".[344]

Graciliano Ramos o diz com todas as letras em *Memórias do cárcere*:

> "Realmente a desgraça nos ensina muito: sem ela, eu continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza". (MC, I, pp. 113-114)
>
> "Ali me exibiam aspectos inéditos da sociedade". (MC, I, p. 161)
>
> "Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima". (MC, I, p. 166) [345]

---

[343] Na referida crônica, que integra o volume *Linhas tortas* (pp. 97-99), Graciliano comenta o livro *Porão*, reportagem de Newton Freitas sobre a Colônia Correcional de Dois Rios, onde também foi preso político.

[344] "Tempos Futuros". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.) – *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, pp. 38-39. Mais adiante, o autor do ensaio faz uma advertência: "Não nos enganemos, porém: o convívio, com tudo que ele implica, a partilha do pão, da esteira de dormir, do sofrimento comum, do destino comum, fabrica companheiros, camaradas, mas não dissolve as diferenças" (Idem, p. 41).

[345] Mais tarde diria a respeito da estada no presídio da Ilha Grande: "Em qualquer lugar estou bem. Dei-me bem na cadeia... Tenho até saudades da Colônia Correcional. Deixei lá bons amigos". Homero Sena - entrevista - "Revisão do Modernismo". In: BRAYNER, Sônia. *Fortuna c*rítica, pp 46-59 [publicada originalmente na *Revista do Globo* em 18.12.1948].

A concepção do cárcere como um laboratório é explicitada também por Monteiro Lobato em várias cartas que escreveu na prisão:

> "Os homens prudentes não sabem as delícias da imprudência - e o mês de cadeia que ganhei me foi das coisas mais preciosas da vida. Creia, meu caro Teófilo, que se me dessem uma condenação graças à qual eu ficasse aqui muitos meses, rejubilar-me-ia e aceitaria a sentença como uma oportunidade única de estudar a sociedade e a alma humana deste ponto de vista. Quem vive aí, fora, solto, só fica sabendo dum pedaço da vida; aqui aprendêmo-la inteira".[346]

Em alguns depoimentos, Dyonelio Machado situa de forma genérica a mesma questão:

> "Muita gente me pergunta o que foi pior nesses anos de cadeia. Fui levado para o Rio, no porão de um grande navio, em pleno inverno, numa travessia que durou dez dias. Perdi doze quilos, todos os dentes e algumas unhas. Nada disso, porém, me modificou. Na prisão, eu revelava um humor tão elevado, que parecia estar enamorado da cadeia".[347]

> "Me sentia muito adaptado ao cárcere. No fundo eu era um revoltado: meu comportamento na cadeia (e em toda luta) bem o atestam. Mas, pragmaticamente, eu incluía a prisão entre os sucessos habituais, por isso que não assumia aquele ar melancólico (e besta, é a verdade) dos 'presos' propriamente ditos… (…)
> Há muito de romântico na luta. E, sobretudo, na privação da liberdade por conta dessa luta. Compreende-se: é um atestado de personalidade que o inimigo confere àqueles que encarcera. (…) Hoje, velho e doente, com o fim à vista, talvez possa dar a impressão leopárdica dum enamorado da morte. É engano: quero viver".[348]

Tendo em vista considerações feitas por Graciliano acerca de contingências profissionais e familiares que o atormentavam ainda em liberdade ("como trabalhar em semelhante inferno?"), bem como as expectativas que tinha o escritor pouco antes de ser levado à prisão ("Aquela viagem era uma dádiva imprevista"), Zenir Campos Reis observa que o cárcere, nesse contexto, "aparece como uma libertação":

> "Parecia-me que saldava uma dívida, me livrava de pesos interiores. (...) E neste ajuste de contas figuravam governo e particulares". (MC, I, p. 37).

---

[346] Carta dirigida a Teófilo Siqueira (19 de abril de 1941). In: *Cartas escolhidas* - Obras Completas, Literatura Geral, volume 10 – 7ª ed., p. 178.
[347] *O Pasquim*, Rio de Janeiro, novembro de 1979, pp. 18-19 (apud GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Dyonelio Machado. O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995).
[348] Dyonelio Machado. *Memórias de um pobre homem* (organização e notas de Maria Zenilda Grawunder). Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

Observa o crítico, mais adiante:

> "Li em algum lugar que a aristocracia tem horror à nudez e à morte, pois nivelam as pessoas. (...) A narrativa do nivelamento compulsório é fundamental nas *Memórias do cárcere*. Ao lado dela, a da despersonalização. (...) À primeira vista, a impressão que o livro transmite é a do rebaixamento geral: intelectuais, médicos, militares, operários - os presos políticos - convivem promiscuamente com assassinos e ladrões. (...) As roupas, que indiciam as classes sociais, desaparecem: andam quase nus, às vezes nus (...)".

Zenir Campos Reis considera que para Graciliano o cárcere é visto como um laboratório privilegiado e que "a prisão lhe oferece oportunidade de experimentar uma comunidade de destino (...) com pessoas que lhe representam uma alteridade radical".

> "Graciliano iria observar ali as possibilidades da aliança de classes sob o capitalismo e assistir a um ensaio da supressão futura delas, depois da revolução. E era possível também, isolados outros fatores, apreciar valores geralmente humanos, os de solidariedade, liberdade, trabalho. (...) São tarefas difíceis. As marcas sociais das classes de origem permanecem. Graciliano as observa nos outros e, mortificado, em si mesmo".[349]

Observa em seguida que a perspectiva da morte na Colônia Correcional, vivenciada pelos presos, aparece como o nivelamento extremo, de tal modo que, nas suas palavras, a reeducação para a igualdade, iniciada com a promiscuidade, a nudez, a sujeira, agora se completa: "Um homem que sobrevive a esta situação não pode nunca mais ser o mesmo".[350]

---

[349] "Memórias do cárcere: compreender, resistir". *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 29 de julho de 1984.

[350] Oprimido pela sintaxe e pelo aparelho repressivo do Estado, Graciliano nunca deixaria de ser um prisioneiro: "Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer". Wander Mello Miranda afirma isso textualmente: "Se é a convicção da proximidade da morte (...) que autoriza o autor a levar adiante seu projeto narrativo, é o desejo de fazer viver o que estaria morto para sempre, mas que na verdade insiste, persiste, que deflagra o processo da escrita. Reviver o passado, sim, mas também enterrar de vez o que mantém o memorialista encarcerado e o impede de tomar posse efetiva do presente". "Atualidade de Graciliano Ramos". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.) *Graciliano revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, pp. 83-84. A idéia do memorialista encarcerado é também desenvolvida em outro trabalho do autor, no qual, comentando o fato de Graciliano Ramos não ter concluído suas memórias da prisão, observa que "a ausência literal e metafórica da última palavra atua (...) como reforço da contradição maior que percorre todo o texto - a tentativa ensaiada por Graciliano de, pela escrita, libertar-se do cárcere e ao fazê-lo ver-se, de certa forma, condenado a repeti-lo" (*Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: UFMG, 1992, p. 112).

Comentando uma passagem de *Vidas Secas*, Zenir Campos Reis observa que a palavra *simpatia* carregaria ali "seu sentido etimológico mais forte, de sentir ou sofrer junto, o que é uma forma particular, afetiva, do sentimento de solidariedade".[351] Em seguida, refere citação de Camus, a propósito da pena capital: "O julgamento capital rompe a única solidariedade humana indiscutível, a solidariedade contra a morte, e só pode ser legitimado por uma verdade ou um princípio que se coloque acima dos homens".[352]

O autor desenvolve profunda reflexão, relacionando-a com a afirmação do escritor argelino:

> "As pessoas (...) são excluídas da condição humana e, por conseguinte, da comunidade dos homens: a pena de morte [e, diríamos, também a tortura] fica, portanto, justificada".[353]

Acompanhando a análise do autor, entendemos que para que a violência totalitária se produza é necessário que invoque algo que se situe acima dos homens (como, por exemplo, a famigerada "razão de Estado") ou que produza de algum modo (pelo discurso ou concretamente) o rebaixamento da condição humana (quer sob a forma de depreciação, desqualificação, domesticação e animalização, quer pela correlata exclusão do convívio humano).

O que caracterizava as instituições totalitárias não é exatamente a extensão da barbárie da qual elas são a um só tempo produtoras e produto, mas antes o grau de "banalização do mal" – para usar aqui expressão de Hannah Arendt – que se verifica em seu interior. Em uma palavra: o grau de indiferença em face do outro, impedido de qualquer resistência.

Sendo um ato de rebeldia e insubordinação do escritor diante do esquecimento, as obras analisadas possuem um efeito catártico na medida em que procuram expurgar os males da despersonalização operada pelo cárcere. Tais escritos carregam a marca intrínseca da violência que os gerou, mas acabam assumindo um estatuto de superioridade ao resgatar a experiência individual e coletiva dos porões do esquecimento.

---

[351] "Tempos Futuros". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.) – *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, p. 50.
[352] Albert Camus. "Réflexions sur la guillotine". In: Arthur Koestler & Albert Camus – *Réflexions sur la peine capitale.* Paris: Calmann-Lévy, Éditeurs, 1957, p. 169 (apud Zenir Campos Reis).
[353] "Tempos Futuros". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.) – *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995, p. 59.

O rebaixamento da condição humana que se verifica no interior do universo prisional foi tema central nas obras que analisamos. Essas obras constituem peças de resistência à desumanização operada pelo cárcere, bem como de resgate de uma determinada memória encoberta pela historiografia oficial. Os escritores que escreveram sobre o cárcere podem ser considerados também como cronistas no sentido de que são depositários privilegiados de uma memória social e histórica.[354]

Walter Benjamin considerava o declínio da experiência como uma das características da sociedade moderna, declínio este que tem como correlato o declínio do ato de narrar. O simples fato de os escritores que foram encarcerados se lançarem à escrita e decidirem-se a erigir tal experiência como objeto de representação literária constitui um ato de resistência contra a desumanização, na medida em que o declínio do ato de narrar é também um declínio na condição humana.

"A sede da alma está na memória", dizia Santo Agostinho. A manipulação da identidade perpetrada pelas instituições totalitárias – como os manicômios, as prisões e os conventos de que nos falam Goffmann e Foucault – implica em uma dissolução da subjetividade e em uma tentativa de destruição da memória individual e coletiva, na medida em que a violência contra o "eu" é também violência contra a espécie humana. "Em *O processo*, a processada é a memória", como bem anotou Ricardo Piglia.[355] A literatura prisional cumpre a tarefa ingrata de lutar contra a amnésia e o esquecimento, num trabalho de Sísifo que as ditaduras insistem em alimentar.[356]

---

[354] É certo que essa memória deve ser analisada sob uma perspectiva crítica e está envolta em uma parcialidade (como aliás qualquer produção do pensamento), mas de qualquer forma os escritos do cárcere constituem um *contradiscurso*.

[355] *Formas breves*, p. 44.

[356] Alfredo Bosi cita um ensaio de Albérès ("La revolte des écrivains d'aujourd'hui") sobre a literatura de resistência na França, publicado em 1949, no auge do que o seu autor chamou de "prometeísmo": "O mito de Prometeu seria a perfeita alegoria da revolta do ser humano contra o destino, palavra que abraça as forças naturais, o leviatã social e tudo quanto transcende a vontade individual. A rebeldia prometéica não trouxe apenas a dimensão do desafio às potências do Olimpo. Trouxe também a contraparte da solidariedade com os mortais a quem o titã ensinou o uso do fogo que, arrebatado aos céus, se fez instrumento da técnica e moveu os homens a se libertarem da onipotência da natureza". Para Bosi, a imagem e o mito exemplar dessa literatura é Sísifo: "Em termos de produção narrativa, o importante é ressaltar a coexistência de absurdo e construção de sentido, de desespero individual e esperança coletiva; em suma, de escolha social arrancada do mais fundo sentimento da impotência individual" (*Literatura e resistência*, pp. 127-129). Numa crônica publicada originalmente em 1944, Graciliano Ramos refere-se à literatura produzida "em adegas sombrias" e "abrigos úmidos" em meio aos bombardeios alemães como "a imprensa verdadeira da França" ("A imprensa francesa clandestina". In: *Linhas Tortas*, pp. 243-245).

Refletindo acerca dos perigos que o "cortejo triunfal" dos dominadores representa, Walter Benjamin lembrava que, em cada época, "é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela", pois nem os mortos "estarão em segurança se o inimigo vencer".

Comentando a versão cinematográfica de *Memórias do cárcere*, Zenir Campos Reis observou que o interesse pelo gênero memorialístico verificado na época talvez pudesse corresponder à necessidade objetiva de "resgatar do esquecimento uma história que conviria aos poderosos sepultar: a história dos lutadores vencidos (...)". Tal interesse aparentemente representaria, segundo o autor, o início de uma compreensão de que "todo vivente que experimenta sua condição de modo visceral torna-se um testemunho imprescindível das possibilidades de existência sobre a Terra", na medida em que "a memória da ação é pausa reflexiva, mas funda também o patamar para novos projetos".[357]

Podemos aqui recorrer mais uma vez a Camus, que examina um caso específico de literatura nascida do cárcere. Trata-se do magistral ensaio que dedica a Oscar Wilde, publicado em 1952:

> "Até o momento em que escreveu *De Profundis* e *A balada da prisão de Reading*, Wilde dedicou-se a provar, pelo exemplo de sua vida, que os maiores dons da inteligência e os prestígios mais brilhantes do talento não bastam para se fazer um criador".[358]
>
> "É duvidoso que alguma vez antes de sua condenação Wilde tenha pensado que existissem prisões. Se alguma vez o pensou, foi com a convicção tácita de que não eram feitas para homens de sua qualidade. Ele certamente estimava que o aparelho judiciário não tinha outra função a não ser servi-lo, a ele, privilegiado, posto que foi o primeiro a chamar o pai de Lorde Douglas diante dos tribunais. Por um estranho desvio, aqueles mesmos tribunais o condenaram. Quando desejou pôr a lei a seu serviço, ela o julgou. Foi assim que soube que existiam prisões".[359]

Camus refere que Wilde teria dito a André Gide que a única coisa que o impedira de se matar fora a compaixão vista entre os presos. Camus observa que "o grande senhor entregue à plebe" conheceu na comunhão do sofrimento com os presos uma felicidade de que não tivera a menor idéia antes.[360]

---

[357] "Memórias do cárcere: compreender, resistir". *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 29 de julho de 1984.
[358] "O artista na prisão". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios,* p. 69.
[359] "O artista na prisão". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios,* pp. 70-71.
[360] "O artista na prisão". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios,* p. 72.

Para Manuel da Costa Pinto, o retrato que Camus faz de Oscar Wilde explica por que Camus "sempre cultivou a idéia de que a miséria mais extrema guarda uma espécie de felicidade":

> "Para Camus, é longe dos salões aristocráticos, na escuridão de sua cela e no convívio com as galés que Wilde encontrará uma linguagem que rompe sua solidão de dândi e funda uma cumplicidade com aqueles que sofrem". (...)
>
> "Longe de ser uma idealização messiânica da pobreza, o que Camus enxerga em Wilde (e por isso ele despreza corajosamente *Salomé* e *O retrato de Dorian Gray*, em proveito do *De Profundis* e da *Balada da prisão de Reading*) é o 'evangelho do despojamento' que já identificara em Gide e em Louis Guilloux: o homem isolado, sem o consolo da graça, do conhecimento divino ou dos ouropéis da sociedade, e que descobre nessa privação extrema que a vida nunca é suficiente, que é preciso transfigurá-la conservando sempre a fidelidade a uma dor que nasce do apego à beleza mortal do mundo".[361]

Continua o escritor argelino:

> "Logo na primeira sentença de *De Profundis* ecoa uma linguagem que Wilde jamais encontrara (...) e imediatamente os frágeis e brilhantes edifícios de suas primeiras obras rompem-se em mil pedaços. (...)
>
> Quando Wilde lavava o chão de sua cela (...), nada do que escrevera podia socorrê-lo (...), a não ser o grande grito em que o gênio faz resplandecer a infelicidade de todos".[362]
>
> "Em sua mais alta encarnação, o gênio é aquele que cria para que seja honrado, aos olhos de todos e a seus próprios olhos, o último dos miseráveis no fundo da cela mais escura. Por que criar se não for para dar um sentido ao sofrimento, nem que seja para dizer que ele é inadmissível? A beleza surge neste momento dos escombros da injustiça e do mal. O fim supremo da arte é então confundir os juízes, suprimir toda acusação e tudo justificar, a vida e os homens, em uma luz que não é a da beleza porque é a da verdade".[363]

No ensaio de Camus, a dor é vista como "uma das faces da verdade" e "o esforço em direção à verdade, a simples resistência a tudo que, na cadeia, arrasta o homem para baixo, bastam para exaurir a alma".[364]

---

[361] Manuel da Costa Pinto. In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios,* apresentação, pp. 13-14.
[362] "O artista na prisão". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios,* p. 73-74.
[363] "O artista na prisão". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios,* p. 75.
[364] "O artista na prisão". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios,* p. 77.

Alfredo Bosi lembra que o termo "resistência" é um conceito originariamente ético, e não estético: "resistir é opor a força própria à força alheia, exterior ao sujeito". Segundo sua análise, não se deveriam misturar, em nível abstrato, conceitos próprios da arte e conceitos próprios da ética e da política, confusão que ocorreria, por exemplo, em expressões como "literatura de resistência". Apontando entretanto liames significativos entre tais instâncias, que permitiriam a translação de sentido da esfera ética para a estética, o autor identifica duas maneiras pelas quais a idéia de resistência, associada à narrativa, se realiza: como tema e como processo inerente à escrita. [365]

Os termos cunhados pela reflexão do autor permitem construir uma terminologia que consideramos adequada para caracterizar as obras que analisamos em nosso trabalho. Inicialmente, cumpre estabelecer, nos escritos do cárcere, uma indissociável contigüidade entre as esferas da ética, da política e da estética. O simples fato de um autor lançar-se à escrita para tratar da experiência carcerária (seja na condição de prisioneiro ou na condição de memorialista) se reveste de indissociável significado ético e político. Apesar de suas diferentes motivações, todos os textos estudados em nossa pesquisa apontam para essa unidade subjacente fundamental.

Caminhando com o autor, poderíamos apontar ainda a influência exercida pela conjuntura política sobre tais obras:

> "Aclarar a diferença entre tempos de aceleração da luta social e tempos lentos e difusos de aparente estagnação política ajuda-nos a compreender a distinção entre resistência como tema da narrativa e resistência como processo constitutivo de uma certa escrita".[366]

Mencionando a importância documental dos relatos memorialistas de sobreviventes dos campos de concentração nazistas e stalinistas, Jacob Gorender ressalta que só algumas dessas narrativas "atingem o patamar da obra literária, pelo fato de aliarem a reprodução da vivência atroz à forma criativa do ponto de vista estético".[367]

---

[365] "Narrativa e resistência". In: *Literatura e Resistência*, pp. 118-135.
[366] "Narrativa e resistência". In: *Literatura e Resistência*, p. 125.
[367] "Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, p. 330. O autor cita Primo Levi, sobrevivente do campo de extermínio nazista de Auschwitz-Birkenau (*Se questo é um uomo* e *I sommersi e i salvati*) e Soljenitsin (*Um dia na vida de Ivan Denissovitch*), preso político russo.

Bosi observa que se deve "detectar em certas obras, escritas independentemente de qualquer cultura política militante, uma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema".

É a partir daí que podemos situar de maneira mais detida a questão da qualidade literária dos textos que abordamos. Enfeixados todos sob este nome – literatura de resistência – esses escritos são atravessados por uma tensão inerente a todos os escritos do cárcere e não é somente por suas características temáticas, mas sobretudo pela tessitura formal que chegaram até nós[368].

Rememorando as dificuldades imensas em escrever em meio à treva mental e à preguiça que se associavam ao ramerrão do quartel em Recife, Graciliano Ramos caracteriza sua escassa e dificultosa produção carcerária ("prosa de noticiarista vagabundo") e acaba por tecer comentários acerca da natureza das letras saídas dos presídios:

> "Lembrava-me da opinião lida anos antes sobre a arte dos criminosos, arte ruim. E vinham-me dúvidas. Seriam essas criaturas naturalmente insensíveis, brutas, lerdas? Talvez o cárcere lhes roubasse as energias, embotasse a inteligência e a sensibilidade". (MC, I, pp. 92-93)

Citando casos inscritos na literatura carcerária universal, Maria José de Queiroz observa que "a detenção e a prisão, as torturas e a solitária, a perseguição e o degredo nem sempre reduzem ao silêncio quantos os padecem". Mais que isso, afirma que os escritores que pela pena tentaram resgatar sua experiência e identidade elevaram "à imortalidade da ignomínia os executores de suas sentenças", provando que "a imposição da Lei pode transformar-se num mecanismo autônomo, alheio à Justiça e ao Direito". Nas palavras da autora esses escritores, tendo desvanecidos os vínculos que os uniam à arte, à literatura, à sociedade, passam, todos eles, a pertencer a história mais vasta – a história universal da injúria, razão pela qual não conviria abordar-lhes os escritos do cárcere com o mesmo interesse estético com que nos aproximamos de suas outras obras:

> "Essa literatura, estranha às exigências estéticas que informam os textos literários, entroniza capítulo à parte nos estudos de comportamento político. O prisioneiro, dominado pelo sentimento de impotência, desligado do passado e do futuro, obrigado a assumir, no presente, uma nova identidade, nem sempre consegue recuperar o grau de objetividade (ou de lucidez) indispensável para transformar dúvidas e contradições em verdade - a sua verdade. O que vale dizer, a sua versão, equilibrada e real, da experiência vivida. Daí, a falência de muitos. E, sobreleva notar, mesmo o escritor de ofício, inibido pelas condições que o exoneram do papel de espectador, transformando-o em ator, sofre a influência desmoralizadora da prisão. À mercê da máquina carcerária, num diferente aglomerado humano e social,

[368] Como bem lembrou Graciliano Ramos, "a literatura é revolucionária em essência, não pelo estilo do panfleto".

> sujeita-se, ao expressar-se, a bem distintas exigências. (...) Trata-se, muito principalmente, de conferir eficácia aos seus atos (ele, homem da palavra). Porque, em momento de exceção, quando se encarceram ideologias e o delito de pensar sofre punição, também o que se escreve deve investir-se da contundência do concreto". [369]

De nossa parte, acreditamos que não se pode estender a toda a literatura carcerária (ainda que falássemos apenas da literatura escrita *no* cárcere) a idéia de que seja *estranha às exigências estéticas que informam os textos literários*. Apesar de muitas obras inscritas nesse gênero possuírem valor estético discutível – talvez por não conseguirem ultrapassar os limites do relatório ou da mera reportagem, estabelecendo aquilo que para os seus leitores (contemporâneos ou não, cumpre lembrar) poderia lhes conferir perenidade ou valor enquanto obra literária –, mesmo em relação a elas não se pode dizer que a necessidade de estarem investidas da contundência do concreto constitua necessariamente o motivo de seu eventual malogro como obra literária. Ao contrário, muitas obras talvez tenham justamente aí a sua melhor qualidade, instauradora por vezes de um discurso distinto, marcado ou não pela experiência compartilhada com o leitor que lhes seja contemporâneo.

Acreditamos, portanto, que a "contundência do concreto" pode ser fator constitutivo, porém não exclusivo, da qualidade artística das obras que estudamos. Mas nem só de concretude vive essa literatura marcada pela crueza que a inspirou. Atendendo a imperativos diversos, o que se encontra em comum nesses escritos não é a estranheza em relação às exigências estéticas presentes nos textos literários, mas sim que todos pertencem, de uma forma ou de outra, a um certo tipo de arte que Camus definiu de forma lapidar em um outro ensaio, publicado em 1943: "Esta arte é uma revanche, uma maneira de suplantar um destino difícil impondo-lhe uma forma".[370]

Camus refere a necessidade que certos escritores têm em "encontrar uma linguagem para sua obstinação" e a necessidade de se inscreverem em uma dualidade. "É preciso ser dois quando se escreve", afirma em uma passagem do texto.

> "A grande regra do artista (...) é esquecer parte de si mesmo em proveito de uma expressão comunicável. Isso não ocorre sem sacrifícios. E esta busca de uma linguagem inteligível (...) leva-o a dizer não aquilo que lhe agrada, mas aquilo que é necessário".[371]

---

[369] *A literatura encarcerada*, pp. 20-21.
[370] "A inteligência e o cadafalso". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios*, p. 25.
[371] "A inteligência e o cadafalso". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios*, p. 17.

Parafraseando o escritor argelino, diríamos que se trata de uma arte que nasce ao mesmo tempo do sofrimento e da firme decisão de dominá-lo pelo discurso. Para Camus, "não são qualidades puramente formais (na arte, aliás, esta expressão não faz sentido) que fazem o rigor, a pureza, a força contida dessa literatura", mas antes "a obstinação ajustada ao tom que lhe convém, a constância da alma que a ela se ata, a ciência literária e humana do sacrifício".[372]

A literatura carcerária produzida pelos escritores que elegemos não se reduz a um simples inventário de atrocidades cometidas sob a ditadura varguista. Essa literatura examina também vários aspectos do universo prisional – como, por exemplo, a dinâmica social das prisões, os mecanismos do controle penitenciário e as particularidades da economia carcerária. Em tais obras, foi possível identificar a preocupação dos autores em anotar e esquadrinhar não apenas as inúmeras formas sob as quais se deu o fenômeno da despersonalização entre os presos, mas também as formas pelas quais opuseram algum tipo de resistência à situação de degradação em que se viram lançados.

A segregação e a exclusão funcionam como indício de culpa e legitimação da opressão. O escritor transformado em presidiário é obrigado a livrar-se a um só tempo das lembranças e do estigma que o acompanham, muitas vezes escrevendo no próprio cárcere ou ainda posteriormente submetido a um contexto político repressivo. Essa literatura não somente *expõe* e *denuncia*, mas toma-se também como *forma de resistência* à degradação operada pelo cárcere. Essa *tensão* inerente aos escritos do cárcere levou à construção de diferentes estratégias e a diferentes representações literárias sobre o universo prisional.

O estilo digressivo que comparece em *Memórias do cárcere*, bem como a ausência de linearidade e os diálogos carregados de elipses na narrativa alegórica de *O louco do Cati* a um só tempo *reproduzem* a opressão vivida pelos presos políticos e são também formas estéticas pelas quais os autores promoveram a *depuração* dos males do cárcere. Do mesmo modo, a ironia contida nos epigramas do Barão de Itararé e nas cartas de Monteiro Lobato constitui também uma forma de *sublimar* a experiência traumática da prisão[373]. Mesmo em Os subterrâneos da liberdade, em que pese a intenção marcadamente propagandística e apologética que presidiu a elaboração ficcional do autor – pode-se ver essa tentativa de não apenas denunciar a opressão política, mas também de buscar um efeito catártico ao narrar o calvário dos comunistas presos.

---

[372] "A inteligência e o cadafalso". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios*, pp. 23-24.
[373] Lembremos que para Freud a arte é sublimação.

A atmosfera trágica que envolve tais escritos – mesmo os que transmudam a tragédia em riso – tem como horizonte referencial a necessidade de *reconstrução* de uma memória (pessoal e coletiva) espezinhada historicamente. Forjados no movimento contínuo de composição e recomposição das lembranças, tais escritos procuraram reelaborar no vertiginoso território da memória e sob diferentes formas de representação literária os elementos traumáticos derivados da experiência prisional.[374]

Constitui sem dúvida um desafio para o pensamento, como disse Marilena Chauí, tentar compreender a lógica a um só tempo implacável e canhestra de todo sistema de opressão, a natureza dessa "máquina de produção de culpa e de destruição humana do humano" que promove incessantemente a "desintegração da fala e o seqüestro do pensamento".[375] Não se pode perder de vista, entretanto, que as perseguições políticas no campo intelectual, em todas as épocas, tanto podem constituir ocasião para refletirmos acerca da apregoada impotência da arte diante da realidade como podem oferecer argumentos suficientes para negá-la. [376]

Comentando o livro de Bradbury, *Fahrenheit 45*, que narra a história do bombeiro Montag, encarregado, em um futuro distante, de queimar livros a mando do Estado, Lúcia M. Teixeira Furlani menciona a necessidade de "repudiar um mundo de livros queimados":

> "Fahrenheit 45 é a temperatura à qual o papel dos livros arde e se consome. Um dia, Montag cede à curiosidade, lê um livro e acontece a metamorfose. Apesar de ameaçado, continua lendo e passa a ser caçado pelos antigos colegas de profissão. Mas consegue escapar e se junta ao grupo de rebeldes, homens e mulheres que decoravam livros ou partes de livros para impedir que fossem esquecidos". [377]

---

[374] Resta-nos comparar essa literatura com a que foi produzida no período subseqüente: o do regime militar instituído no Brasil em 1964, que perdurou durante vinte anos. Isso, contudo, reservaríamos para os limites de um trabalho posterior que apenas iniciamos em notas e apontamentos (ver Apêndice - Apontamentos sobre a literatura carcerária relativa ao regime militar).

[375] Prefácio ao livro *Retrato calado*, de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Marco Zero, 1988.

[376] Como bem lembrou Ricardo Piglia a escrita está ligada, em suas origens mais remotas, "às técnicas do Estado, à comunicação religiosa, aos cálculos agrários". "A escrita está na origem da divisão do trabalho, segundo Lévi-Strauss. Não há escrita sem opressão, sem desigualdade social, não há escrita sem Estado. Mas a escrita é vista também como a origem do espírito de rebeldia". *Formas breves*, pp. 84-85.

[377] *Pagu: Patrícia Galvão*, p. 98.

Insistindo na intencionalidade da agressão sofrida por Graciliano Ramos e recordando as condições de sua prisão e todo o périplo vivido pelo escritor, Nelson Werneck Sodré recusa a tese de que o autor teria sido vítima de um equívoco. "Era a ele mesmo que se pretendia ferir", sustenta o autor:

> "Em Graciliano Ramos, na verdade - e isso precisa ficar bem nítido -, o que se pretendeu ferir, amesquinhar, ultrajar e infamar foi a cultura em nosso país, foi a possibilidade de alguém enxergar um pouco mais porque estuda e compreende. As palavras do médico do presídio, ante a sua declaração de que escreveria o que ali assistira, denunciam aquele propósito. O que se realizou, na pessoa do infortunado romancista, foi apenas a prisão, o enxovalhamento, o ultraje, a infâmia à inteligência em nossa terra, para que ela, por temor, por interesse, por covardia e por conveniência calasse aquilo que aprendera, escondesse aquilo que sabia, fugisse àquilo que adivinhava.
>
> (...)
>
> Em Graciliano Ramos se brutalizava tudo aquilo que a cultura pode realizar em favor do homem, de sua visão da existência, de sua ânsia pela liberdade. Os que, nele, pretenderam atingir tão fundo e tão longe, eram parentes espirituais daquele general espanhol que, em Salamanca, onde Unamuno dera as suas aulas, atirou o revólver sobre a mesa, bradando: 'Abaixo a cultura'. Eram irmãos dos que assassinaram a Garcia Lorca, na calada da noite. Não existiu o 'engano lamentável' a que se pretendem referir alguns incautos e outros espertos: foi tudo realizado com a frieza premeditada, com a serena determinação dos atos cuidadosamente examinados, com aquele horror à cultura que caracteriza o obscurantismo e a tirania, por toda parte, com o medo à inteligência, em qualquer meio".[378]

A liberdade de escrever é inconveniente ao poder estabelecido e a vasta galeria de escritores que foram encarcerados ao longo da História – esse grande matadouro, como disse Hegel – é uma prova cabal de que a arte, como queria Aristóteles, é uma forma superior de conhecimento. O escritor acaba sendo cerceado e mesmo no interior de instituições repressivas ainda constitui uma ameaça. Os regimes políticos – conservadores, repressivos, totalitários – que procuram impedir a expressão artística ou instituir a tutela sobre a criação literária provam que a literatura, ao se voltar sobre o mundo, acaba sempre por ampliar o campo do possível.

---

[378] "As Memórias do Cárcere" (texto publicado originalmente em janeiro de 1954, prefácio às *Memórias do cárcere*). In: GARBUGLIO, José Carlos (et alli). *Graciliano Ramos*, p. 291.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - Bibliografia de caráter geral

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental.* Tradução de Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (Séculos XV-XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

_____. "O artista na prisão" e "A inteligência e o cadafalso". In: *A Inteligência e o Cadafalso e outros ensaios.* Tradução de Manuel da Costa Pinto e Cristina Murachco. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Liv. Martins Editora, 1971.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. *Recortes* (ensaios). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: origens e unidade* (2 vols.). São Paulo: Edusp, 1999.

DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DOSTOIÉVSKI, F. M. *Recordações da casa dos mortos*. Tradução de Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese.* São Paulo: Perspectiva, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp/FDE, 1999.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Na colônia penal*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAISTRE, Xavier de. *Viagem ao redor de meu quarto*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PELLICO, Silvio. *Minhas prisões.* Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1999.

QUEIROZ, Maria José de. *A literatura encarcerada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp, 1995.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?*São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O fantasma de Stalin*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

SAUMELL-MUÑOZ, Rafael E. "El otro Testimonio: literatura carcelaria en América Latina". *Revista Iberoamericana*, vol. LIX, nº 164-165, julio-diciembre de 1993, pp. 497-507.

STEEN, Edla van. *Viver e escrever.* Porto Alegre: L&PM Editores, 1981. (vol. 1)

_____. *Viver e escrever*. Porto Alegre: L&PM; Brasília: INL, 1982. (vol. 2)

VERÍSSIMO, Erico. *A liberdade de escrever*. São Paulo: Globo, 1999.

II - Bibliografia relativa aos períodos colonial e monárquico

ALVES, Luis Roberto. *Confissão, poesia e inquisição*. São Paulo: Ática, 1983.

AMADO, James. *Gregório de Matos: obra poética.* Rio de Janeiro: Record,1990.

AMORA, Antonio Soares. *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1981.

CIDADE, Hernâni. *Padre Antônio Vieira*. Lisboa: Arcádia, 1964.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1979.

GALANTE DE SOUZA, J. *Em torno do poeta Bento Teixeira*. São Paulo: IEB/USP, 1972.

GARCIA, Paulo. *Cipriano Barata: a liberdade acima de tudo.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Gregório de Matos, o boca de brasa (um estudo de plágio e criação intertextual).* Petrópolis: Vozes, 1985.

GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo* (tese de doutoramento). São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu* (org. Melânia Silvia de Aguiar). Belo Horizonte: Vila Rica Editoras Reunidas, 1992.

_____. *Cartas chilenas* (org. Joaci Pereira Furtado). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GRUNEWALD, José Lino. *Poetas da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (26ª ed.).

LAPA, Manuel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto.* Rio de Janeiro: MEC/INL,1960.

_____. *As Cartas Chilenas: um problema histórico e filológico.* Rio de Janeiro: MEC/INL,1960.

LOPES, Edward. *Metamorfoses. A poesia de Cláudio Manuel da Costa.* São Paulo: Unesp, 1998.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MUHANA, Adma Fadul (org.). *Os Autos do Processo de Vieira na Inquisição*. São Paulo: Unesp; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1995.

OLIVEIRA, Almir. *Gonzaga e a Inconfidência Mineira.*Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

PÉCORA, Alcir (org.). *Escritos históricos e políticos do Padre Antônio Vieira.* São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PERES, Fernando da Rocha. *Gregório de Mattos e Guerra: uma re-visão biográfica.* Salvador: Macunaíma, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-novos, jesuítas e Inquisição*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1969.

SERNA, Jorge Antonio Ruedas de la. *Arcádia: tradição e mudança.* São Paulo: Edusp,1995.

SPINA, Segismundo. *A poesia de Gregório de Matos*. São Paulo: Edusp, 1995.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopéia*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1972.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica.* São Paulo: Edusp, 1999.

VIEIRA, Padre Antônio. *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício.* [introdução e notas de Hernâni Cidade]. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

VILELA, Magno. *Uma Questão de Igualdade: Antônio Vieira e a escravidão negra na Bahia no século 17.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

III - Bibliografia relativa ao período republicano

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARBOSA, Orestes. *Na prisão.* [s/ ref.].

BETTO, Frei. *Das catacumbas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. *Cartas da prisão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

BOAL, Augusto. *Hamlet e o filho do padeiro: memórias imaginadas.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Milagre no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Torquemada.* In: *Teatro de Augusto Boal – II.* São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. *Teatro do Oprimido.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Teatro Legislativo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BORBA, Osório. *A comédia literária.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

CAMPOS, Augusto de. *Patrícia Galvão — Pagu: Vida-Obra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UNB, 1993.

CARELLI, Fabiana B. *Porões da Memória*: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP,1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O Deops e as Minorias Silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade/Arquivo do Estado, 1997.

CARONE, Edgar. *A República Velha: evolução política.* São Paulo: DIFEL,1971.

_____. *A República Nova (1930-1937).* São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. *O Estado Novo (1937-1945).* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *O PCB (1922-1943).* São Paulo: DIFEL, 1982.

COARACY, Vivaldo. S*ala da capela.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

DREIFUSS, Rene A. *1964: a conquista do Estado.* Petrópolis: Vozes, 1981.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FÉLIX, Moacyr. *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A política na República Velha*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: o que vi e vivi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FURLANI, Lúcia M. Teixeira. *Pagu: Patrícia Galvão*. 4ª ed. São Paulo: Unisanta, 1999.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*, *romance proletário*. Porto Alegre: Mercado Aberto,1994.

_____. *Verdade e liberdade.* Edição do Comitê Pró-Candidatura Patrícia Galvão (PSB). São Paulo, 1950.

_____. *Paixão Pagu – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. São Paulo: Agir, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* São Paulo: Ática, 1987.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero/Conselho Nacional do Petróleo, 1990.

GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: os anos de exílio.* Rio de Janeiro: Revan, 1998.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista* São Paulo: Brasiliense, 1983.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

LACERDA, Maurício de. *História de uma covardia*. [1ª edição: 1927]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LAGO, Mário. *Reminiscências do sol quadrado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

_____. *Na rolança do tempo.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/d.

_____. *Bagaço de beira-estrada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega,1975

LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (et alli). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Global, 1997.

MARCOS, Plínio. *Barrela*. São Paulo: Global, 1976.

_____. *Figurinha difícil* [crônicas]. São Paulo: SENAC, 1996.

MARTINEZ CORRÊA, José Celso. *Primeiro Ato: cadernos, depoimentos, entrevistas* (1958-1974) - seleção, organização e notas de Ana Helena Camargo de Staal. São Paulo: Editora 34, 1998.

MELO, Paulo Roberto Vieira de. *Plínio Marcos: a flor e o mal.* Petrópolis, RJ: Editora Firmo, 1994.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MICHALSKI, Yan. *O Teatro sob pressão: uma frente de resistência*. (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo) Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *O palco amordaçado: 15 anos de censura teatral no Brasil*. (Coleção Depoimentos). Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

MIGUEL, Salim. *Primeiro de abril: narrativas da cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 16ª ed.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis: Vozes, 1984.

MOTTA, Nelson. *Noites tropicais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

PERALVA, Oswaldo. *O retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935).* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINTO, Herondino Pereira. *Nos subterrâneos do Estado Novo.* Rio de Janeiro, s/ ed., 1950.

QUEIROZ, Rachel de & QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos anos*. 3ª ed. São Paulo: Siciliano, 1998.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa.* São Paulo:Rocco, 2000.

SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKY, Saúl (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória.* São Paulo: Edusp, 1994.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB.* São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVEIRA, Joel. *Tempo de contar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *Na fogueira.* s/l: Mauad, 1998.

SILVEIRA, Joel; MORAES NETO, Geneton. *Hitler-Stalin: o pacto maldito*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984

SOARES, Gerson de Macedo. *Quinze dias nas prisões do Estado.* [s/ ref.].

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta.* São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.* Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1979.

VELLOSO, Mônica. *Mário Lago: boemia e política.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. *Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo*.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Capítulo sobre Graciliano Ramos:

ADONIAS FILHO. "Memórias do cárcere". *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1953.

ALVARENGA, Otávio de Melo. "Memórias do cárcere". In: *Mitos & Valores.* Rio de Janeiro, INL, 1956, pp. 119-129.

ANDRADE, Oswald de. "O encarcerado". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1953.

BARROS, Serra. "Memórias do cárcere". *Diário de Minas.* Belo Horizonte, 29 de novembro de 1953.

BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*. Brasília: UNB, 1998.

BOSI, Alfredo. "A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, jan-abr 1995, pp. 309-322.

BRANCO, Wilson Castello. "Memórias do cárcere". *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 1954. (Suplemento Literário)

BRAYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Fortuna Crítica)

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. "Os bichos do subterrâneo". In: *Tese e antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CASTRO, Moacir Werneck de. "As memórias do cárcere". *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1979.

DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios.* Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

ETIENNE FILHO, João. "Memórias do cárcere". *O Diário*, Belo Horizonte, 21 fev. 1954. (Suplemento Literário)

FELINTO, Marilene. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Encanto Radical)

FERNANDES, Florestan. "Memórias do cárcere". *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 20 de agosto de 1984.

GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.

GORENDER, Jacob. "Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados.* São Paulo, nº 23, pp. 323-331, jan-abr 1995.

GUINSBURG, Jacob. "Memórias do cárcere". In: *Motivos.* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964, pp. 29-38. [Primeira publicação: 1954]

MARTINS, Wilson. "As memórias de Graciliano Ramos". *O Estado de S. Paulo, São Paulo, 6 dez. 1953.*

MERCADANTE, Paulo. *Graciliano Ramos: o manifesto do trágico*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1992.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MORAES, Eneida de. "Ouvindo personagens de Memórias do cárcere". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1953.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia**.** "Memórias do cárcere". *A União*, João Pessoa, 1º de janeiro de 1964.

PONTES, Mário. "Memórias do cárcere: não houve fraude". *Jornal do Brasil*, Caderno B, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1979.

PRADO, Antonio Arnoni. "Um exílio na metáfora (sobre o *Cemitério dos Vivos* e as *Memórias do cárcere*)". In: Remate de Males, IEL/Unicamp, nº 18, 1998.

RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Angústia.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Vidas secas.* Rio de Janeiro: Record, 1985.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere* (4 vols). Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed., 1954.

_____. *Linhas tortas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

_____. *A terra dos meninos pelados.* 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Infância.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

_____. *Insônia*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992.

REGO, José Lins do. "Memórias do cárcere". *O Jornal*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1953.

REIS, Zenir Campos. "Memórias do cárcere: compreender, resistir".*Folha de S. Paulo,* Folhetim, São Paulo, 29 de julho de 1984.

_____. "Tempos Futuros". In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Graciliano Revisitado: coletânea de ensaios*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995. (texto revisto e publicado originalmente na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* nº 35, São Paulo, 1993).

ROCHA, Hildon. "Graciliano e suas Memórias do cárcere". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 de junho de 1984.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCHNAIDERMAN, Boris. "Duas vozes diferentes em *Memórias do cárcere?*". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados* (São Paulo), nº 23, jan-abr 1995, pp. 332-337.

SILVEIRA, Paulo de Castro. *Graciliano Ramos* [biografia]. Maceió: Funted, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. "Memórias do cárcere". *Correio Paulistano*. São Paulo, 27 dez. 1953, 3/10/17 jan. 1954. (Suplemento Literário)

TORRES, J. C. de Oliveira. "Memórias do cárcere". *Correio do Dia*, Belo Horizonte, 22 nov. 1953. (Suplemento Literário)

Capítulo sobre Jorge Amado:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade* (trilogia). 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes.* 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. *O menino grapiúna* (edição especial). Rio de Janeiro: Record, 1982.

_____. *Navegação de cabotagem*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

CERQUEIRA, Nelson. *A política do partido comunista e a questão do realismo em Jorge Amado.* Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1988.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia.* Rio de Janeiro: Record; Natal: UFRN, 1996.

FERRAZ, Geraldo. "O diário de bordo do velho marinheiro". *O Estado de S. Paulo*, 27.08.1992.

GATTAI, Zélia. *Jorge Amado: fotobiografia.* Rio de Janeiro: Alumbramento, 1986.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira* (Jorge Amado). São Paulo, 1997.

MARTINS, José de Barros (et alli). *Jorge Amado: 30 anos de literatura*. São Paulo: Martins, 1961.

_____. *Jorge Amado povo e terra: 40 anos de literatura*. São Paulo: Martins, 1972.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado.* Tradução de Annie Dymetman. Rio de Janeiro: Record, 1992.

RUBIM, Rosane & CARNEIRO, Maried. *Jorge Amado: 80 anos de vida e obra — subsídios para pesquisa*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1992.

SACCHETTA, Hermínio. "Jorge Amado e os porões da decência". In: *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos.* Campinas: Pontes/Unicamp, 1992. [Publicado originalmente na *Tribuna da Imprensa,* Rio de Janeiro, 18.09.1954]

SANTOS, Itazil Benício dos. *Jorge Amado: retrato incompleto.* Rio de Janeiro: Record, 1993.

TÁTI, Miécio. *Jorge Amado: vida e obra*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

Capítulo sobre Dyonelio Machado:

BOSI, Alfredo. "Uma trilogia da libertação". In: MACHADO, Dyonelio. *Prodígios.* São Paulo: Moderna, 1980.

GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.). *Dyonelio Machado. O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.

_____. *Alegoria na literatura brasileira: a tetralogia 'Opressão e Liberdade' de Dyonelio Machado.* (tese de doutoramento). Porto Alegre: PUC-RS, 1994.

_____. *Curso e discurso da obra de Dyonelio Machado.* (dissertação de mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1989.

MACHADO, Dyonelio. "Noite no acampamento" [conto] In: *Um pobre homem*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1927.

_____. *Memórias de um pobre homem* (organização e notas de Maria Zenilda Grawunder). Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

_____. *Os ratos.* São Paulo: Ática, 1996. (19ª ed.)

_____. *O louco do Cati*. 2ª ed. São Paulo: Vertente, 1979.

_____. *Desolação.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. *Passos perdidos.* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.

_____. *Nuanças.* São Paulo: Moderna, 1981.

_____. *Deuses econômicos.* Rio de Janeiro: Leitura, 1966.

_____. *Sol subterrâneo*. São Paulo: Moderna, 1981.

_____. *Prodígios.* São Paulo: Moderna, 1980.

Capítulo sobre o Barão de Itararé:

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar/FGV, 1999.

AMED, Jussara Parada. O humor do Barão de Itararé como meio de resistência: contraponto a Washington Luis e Getulio Vargas. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*.Tradução e comentários de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília - HUCITEC, 1999.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FIGUEIREDO, Cláudio. *As duas vidas de Aparício Torelly, o Barão de Itararé*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREUD, Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KIERKEGAARD. *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates*. Petrópolis: Vozes, 1991.

KONDER, Leandro. *Barão de Itararé, o humorista da democracia.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

RODRIGUES, Sidnei Dalmo. Viva a revolução brasileira: ironia e política no Barão de Itararé (1926-1936). (Dissertação de Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SOUZA, Afonso Félix de. *Máximas e mínimas do Barão de Itararé.* Rio de Janeiro: MPM Propaganda/Record, 1985.

SSÓ, Ernani. *Barão de Itararé.* Porto Alegre: Tchê!, 1984.

TORELLY, Aparício [Barão de Itararé]. *Almanhaque para 1949, Primeiro Semestre*, ou, "Almanhaque d'A Manha". São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

_____. *Almanhaque 1955, Primeiro Semestre*, ou, "Almanhaque d'A Manha". São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Capítulo sobre Monteiro Lobato:

AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGO, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC, 1998.

BRASIL, Padre Sales. *A literatura infantil de Monteiro Lobato ou comunismo para crianças.* Salvador, Bahia: Aguiar & Souza, 1957.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Picapau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato.* São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. 2ª ed. (2 vols.)

DANTAS, Paulo. *Vozes do tempo de Lobato*. São Paulo: Traço, 1982.

DEBUS, Eliane Santana Dias. *Entre vozes e leituras: a recepção da literatura infantil e juvenil*. Florianópolis: UFSC, 1996. (Dissertação de Mestrado)

KUPSTAS, Márcia. *Monteiro Lobato.* São Paulo: Ática, 1988.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1936.

_____. *Prefácios e entrevistas* (Obras Completas, vol. 13). São Paulo: Brasiliense, 1948.

_____. *Conferências, artigos e crônicas* (Obras Completas, vol.15). São Paulo: Brasiliense, 1959

_____. *Cartas escolhidas* (Obras Completas, vols. 16 e 17). São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____. *Zé Brasil*. Editorial Vitória, 1947. Rio de Janeiro: Calvino Filho [ed.], 1948.

_____. *As aventuras de Hans Staden*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

_____. *Peter Pan.* São Paulo: Brasiliense, s.d.

_____. *História do mundo para as crianças.* São Paulo: Brasiliense, s.d.

_____. *O poço do Visconde.* 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

MOURA, Gerson. *A campanha do petróleo.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

NUNES, Cassiano (org.). *Monteiro Lobato Vivo.* Rio de Janeiro: MPM Propaganda/Record, 1986.

_____. *Novos estudos sobre Monteiro Lobato*. Brasília: UNB, 1998.

_____. *A correspondência de Monteiro Lobato*. Brasília: Roberval, 1998.

STAROBINAS, Lilian. *O caleidoscópio da modernização: discutindo a atuação de Monteiro Lobato.* (dissertação de mestrado) São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

VASCONCELLOS, Zinda Maria Carvalho. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato.* São Paulo: Traço, 1992.

ZILBERMAN, Regina (org.). *Atualidade de Monteiro Lobato: uma revisão crítica.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Outras publicações

Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores - ABDE (1945).

Dicionário Literário Brasileiro [Raimundo de Menezes]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

Cadernos de Literatura Brasileira (Rachel de Queiroz). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

Cadernos de Literatura Brasileira (Ferreira Gullar). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1998.

Catálogo de Manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos. Zenir Campos Reis & Yedda Dias Lima (orgs.). São Paulo: Edusp/IEB, 1992.

Dossiê Estado Novo: 60 anos. Revista de Sociologia e Política (Universidade Federal do Paraná) nº 9, novembro de 1997.

Dossiê Graciliano Ramos. Revista Estudos Avançados (IEA-USP) nº 23, 1995.

Imagens do Sigma - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade. São Paulo: ADUSP (Associação dos Docentes da USP), 1979.

PCB: Memória Fotográfica – 1922-1982. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Vários autores)

Tiradentes: Um Presídio da Ditadura — memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997. (Vários autores)

APÊNDICE

APONTAMENTOS SOBRE A LITERATURA CARCERÁRIA RELATIVA AO REGIME MILITAR

Durante o regime militar (1964-1984) os casos de censura, perseguição, exílio e tortura de escritores, jornalistas, artistas e intelectuais foram inúmeros, obedecendo à sistemática da repressão política que se abateu sobre a maioria dos países latino-americanos nas décadas de 60 e 70.

Numa breve retrospectiva, mencionaríamos as prisões de Antonio Callado, Carlos Heitor Cony, Mário Lago, Paulo Francis, Salim Miguel, Flávio Rangel, Renato Tapajós, Joel Rufino dos Santos, Fernando Gabeira, Flávio Tavares, Joel Silveira, Ferreira Gullar, Thiago de Mello, do editor Ênio Silveira, do dominicano Frei Betto e dos dramaturgos Augusto Boal, José Celso Martinez Corrêa e Plínio Marcos.

No capítulo seguinte, examinaremos a representação literária do universo prisional operada por Augusto Boal em duas obras: *Torquemada* e *Milagre no Brasil*.

Augusto Boal: a representação do cárcere em *Torquemada* e *Milagre no Brasil*

"Difamam a sua pátria os que calam os crimes
do seu governo, jamais os que falam".

Entre os nomes de nossa literatura dramática, Augusto Boal (1931-2009) figura não apenas como autor e diretor, mas sobretudo como teórico da arte teatral. Aos setenta anos, declarou em entrevista considerar-se um exilado em seu próprio país, em virtude de seu trabalho ser mais conhecido e difundido no exterior do que entre nós - um homem cujo trabalho e trajetória muitos brasileiros só vieram a conhecer recentemente, depositário que somos do legado de estupidez deixado por aqueles que, de maneira diferenciada, censuraram, prenderam, torturaram e expulsaram do território e da memória do país pessoas como José Celso Martinez Corrêa, Mário Lago, Flávio Rangel, Ferreira Gullar, Plínio Marcos e o próprio criador do Teatro do Oprimido (citamos apenas alguns nomes, dos muitos inscritos na esfera teatral).

No decorrer da leitura de *Hamlet e o filho do padeiro*, sua autobiografia, nosso interesse pontual pela experiência carcerária do dramaturgo foi-se ampliando pela rede de recordações que o autor tece desde a infância passada no Bairro da Penha, no Rio de Janeiro, até os anos mais recentes em todo o mundo. O autor recorda fatos importantes da história teatral brasileira e episódios de sua vida, relatados de forma exuberante e com intensa alegria em mais de trezentas páginas, das quais emerge uma profunda paixão pelo teatro.

A obra é escrita com humor cáustico e profunda ironia, entremeando memória e imaginação, em uma abordagem nem sempre linear que confere à narrativa ritmos distintos. O propósito central do livro, no entanto, não se perde: o autor quer nos contar a interação existente entre sua trajetória pessoal, as circunstâncias históricas em que viveu e sua teoria teatral.

Augusto Boal nasceu em 16 de março de 1931. Os familiares, camponeses da região trasmontana de Portugal, emigraram para o Brasil no começo do século passado, estabelecendo-se no pequeno comércio (uma padaria e um armazém de secos e molhados). O pai viera exilado aos vinte anos, em 1914, por se recusar a participar da guerra.

Dos anos de infância sobressaem os "ensaios" com um carismático cabrito - que, nas palavras sempre irônicas do autor, teria dado ensejo a seu primeiro trabalho de "direção teatral":

> "Chibuco era o máximo! Corria, dava cambalhotas - raríssimo em caprinos - e pulava corda - único. Sem destreza, é verdade, mas pulava. (...) Chibuco foi meu primeiro ator, fez de mim verdadeiro diretor teatral. Eu era autoritário como são os diretores imaturos. Com ele, comecei minha carreira teatral: eu dirigia espetáculos caprinos sem jamais consultar meu elenco. Só mais tarde aprendi as alegrias do trabalho em equipe".[379]

Os anos seguintes transcorreram entre as reverberações remotas da guerra, as dramatizações das radionovelas com os irmãos, as duas padarias do pai, a escola e a rua. Esse período é narrado com vivacidade e espírito crítico, com a pena da galhofa e sem a tinta da melancolia:

> "A professora de aritmética trouxe o irmão mais velho à Escola. Fardado: Subtenente do exército. Dona Edite contou o esforço dos pais em realizar os sonhos militares do filho, cantou seus sucessos no quartel de cavalaria - já que não tinha tido a felicidade de ser sorteado para defender a Pátria na Itália, cuidava da bosta dos cavalos".

É certo que toda autobiografia confere ao vivido uma coerência e uma continuidade que em última instância são construídas pelo olhar seletivo[380] da memória e da imaginação: porém, diferentemente das biografias, esse gênero narrativo nos permite apreender como o biografado teria vivido subjetivamente a sua vida (ou como gostaria de tê-lo feito).

Em *Hamlet e o filho do padeiro*, os anos de infância e adolescência aparecem como cruciais para a definição de um *projeto* (no sentido sartreano) que, alimentando-se na história, iria desembocar na concepção do Teatro do Oprimido: da experiência infantil nascera o desejo de dedicar-se ao teatro; esse desejo, porém, ficou descansando como massa sovada devido ao trabalho diuturno na padaria, interrompido aos dezoito anos com o ingresso na Escola Nacional de Química. O contato com os oprimidos também se deu nesse período - operários do curtume, "formigas apressadas", ainda escuro pediam café com leite, pão com manteiga e aguardente antes de levar os braços às máquinas. Daí nasceram algumas de suas peças, que deixava repousando e, anos mais tarde, reescrevia: "Escrevendo, faço meu pão, como meu pai".

---

[379] *Hamlet e o filho do padeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000. As citações seguintes foram extraídas desta mesma obra.

[380] A seletividade da memória implica não apenas na simples percepção das coisas, sendo antes e sobretudo uma forma de projeção sobre o mundo.

No curso de Química, do qual apenas se desincumbia, é eleito para o Departamento Cultural do Diretório Acadêmico. Organiza um ciclo de conferências e convida Nelson Rodrigues. A conferência revelou-se um fiasco: sete pessoas foram ouvir o dramaturgo. Após o episódio, no entanto, Nelson Rodrigues tornar-se-ia seu conselheiro, recebendo várias de suas peças e anotando-as com comentários. Por seu intermédio, Augusto Boal conhece Sábato Magaldi e outras personalidades do meio teatral. Em 1953, após a conclusão do curso de Química, embarca para os Estados Unidos e passa a freqüentar o curso de dramaturgia ministrado por John Gassner, experiência crucial em sua formação.

Recém-chegado ao Brasil após dois anos nos EUA, onde trabalhou como garçom, Augusto Boal aceita o convite de Sábato Magaldi para dirigir o Teatro de Arena em São Paulo. Ali conheceria Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho, com quem trabalharia por mais de dez anos imprimindo ao grupo uma forte conotação nacionalista, desenvolvendo uma postura preocupada com a temática social e política e, sobretudo, com a popularização da linguagem teatral. As montagens e os seminários de dramaturgia ali nascidos iriam se associar, no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, com as experiências e práticas teatrais desenvolvidas pelo Centro Popular de Cultura no Rio (CPC-UNE) e pelo Movimento de Cultura Popular no Nordeste (que, anos depois, Boal viria a caracterizar como dogmáticas).

Grande parte de sua autobiografia é marcada por reflexões e relatos sobre esse período, no qual as tentativas de aprimoramento estético e formal conviveram com uma progressiva escassez material e financeira. A reflexão de Boal aponta um certo pieguismo na prática conscientizadora adotada na época e examina os dilemas que levariam a formulações estéticas posteriores. A decisão de excursionar pelo interior do país é apresentada em termos estritamente políticos, que tiveram desdobramentos no âmbito formal e estético:

> "No Arena, nós nos limitávamos a mostrar a vida pobre, como éramos capazes de entendê-la. Em cena, nos vestíamos de operários e camponeses: os figurinos eram autênticos, mas não o corpo que os habitava. (...) Nosso público era classe média. Operários e camponeses eram nossos personagens (avanço!), mas não espectadores. Fazíamos teatro de uma perspectiva que acreditávamos popular - mas não representávamos *para* o povo!".

Em Pernambuco, durante o governo de Miguel Arraes, o dramaturgo vivenciou uma situação que o faria questionar a autenticidade daquilo que chama de forma *mensageira* ou *evangélica* de teatro político.

O episódio ocorreu logo após uma apresentação teatral, em que os atores exortavam uma platéia de camponeses a retomarem suas terras dos latifundiários:

> "Foi quando o camponês Virgílio, chorando entusiasmado com nossa *mensagem*, me pediu que, com o elenco e os fuzis, fôssemos com seus companheiros lutar contra os jagunços de um coronel, invasor de terras. Quando respondemos que os fuzis eram falsos, cenográficos, não davam tiros, e só nós, artistas, éramos verdadeiros, Virgílio não hesitou e disse que, se éramos de fato verdadeiros não nos preocupássemos: eles tinham fuzis para todos. Fôssemos apenas lutar ao seu lado. Quando lhe dissemos que éramos verdadeiros *artistas* e não verdadeiros *camponeses*, Virgílio ponderou que, quando nós, verdadeiros artistas, falávamos em dar nosso sangue, na verdade estávamos falando do sangue deles, camponeses, e não do nosso, artistas, já que voltaríamos confortáveis para nossas casas." [381]

O golpe de 1964 interrompeu esses questionamentos e inauguraria uma conjuntura distinta, que o levaria à prisão e ao exílio:

> "Triste felicidade. O Arena, no Nordeste, havia encontrado o nosso *povo*; o CPC, no Rio, encontrara o seu. Embora dialogando com o *povo*, continuávamos donos do palco, o *povo* na platéia: intransitividade. (...) Continuava a divisão de classes, perdão, palco e platéia: um falava, outro escutava. (...) Agora, com a repressão, nem palco nem platéia: o povo tinha sido expulso dos teatros, sindicatos, associações, paróquias - povo proibido. Teatro outra vez assunto de classe média e intelectuais".

O tom da narrativa é marcado pelo extremo sarcasmo ao abordar episódios com a censura, como a exaustiva negociação travada com um censor durante o ensaio geral de *Chapetuba F. C.*, de Oduvaldo Vianna Filho, que estreava como dramaturgo e discutiu durante horas uma permuta entre os palavrões que o funcionário do regime pretendia excluir da peça.[382]

---

[381] Boal conclui sua reflexão recorrendo a Che Guevara: "Esse episódio me fez entender a falsidade da forma *mensageira* de teatro político, me fez entender que não temos o direito de incitar seja quem for a fazer aquilo que não estamos preparados para fazer. (...) 'Ser solidário é correr o mesmo risco', dizia o Che: nós não corríamos risco nenhum cantando nossos hinos revolucionários".

[382] O autor relata ainda outros episódios burlescos, como a apreensão dos livros *O vermelho e o negro*, de Stendhal, e *História do cubismo*, que supostamente fariam alusão a ideais socialistas e anarquistas (devido às cores) e à revolução cubana (pelo sufixo).

Durante o exílio, que transcorreu em países latino-americanos e europeus, Augusto Boal desenvolveu e sistematizou suas concepções teatrais, hoje estudadas e praticadas em inúmeros centros espalhados pelo mundo. Entremeando episódios, em *Hamlet e o filho do padeiro* Boal nos conta a gênese do Teatro do Oprimido - que, em síntese, é constituído por um conjunto de técnicas e concepções que procuram fazer com que o espectador se transforme em protagonista e colabore com o espetáculo. O livro demarca com precisão essa transformação, mostrando de que maneira se entrecruzaram reflexão estética e circunstâncias históricas.[383]

Acuado pela ditadura, ainda assim esse teatro encontrou meios de resistência e de expressão: estrangulado economicamente, sustentado às vezes por "três dúzias de bananas", fez da escassez material um instrumento para reformular o espaço cênico e a relação entre palco e platéia; perseguido e banido, nasceu na nudez e na simplicidade, no isolamento da prisão e na interação com platéias populares, no interior do Brasil e nos países do exílio.

[383] Em *Arena conta Zumbi* vemos nascer o *Sistema Curinga* (rodízio de personagens inspirado na figura do *kurogo* do teatro kabuki japonês e na famosa carta do baralho). Em longas páginas, vinculados aos acontecimentos que lhes deram origem, são descritos os questionamentos feitos à época das experiências no Nordeste, que iriam desembocar no Seminário de Dramaturgia em Santo André (quando pela primeira vez Boal pôde ver operários no palco e na platéia). Do mesmo modo, nos anos pós AI-5, vemos nascer a modalidade do *Teatro-Jornal* (uma espécie de teatro instantâneo, baseado em técnicas que transformam notícias de jornal em cenas teatrais, concebido pelo *Núcleo 2* do Arena para fugir à perseguição policial). A partir de uma inesperada intervenção de uma espectadora indígena peruana, identificamos o embrião do *Teatro-Fórum*. Em Buenos Aires, simulando um grupo que se recusa a pagar a conta em um restaurante com base em uma lei existente no país, temos o nascimento do *Teatro-Invisível*. Nos anos mais recentes, durante seu mandato como vereador no Rio de Janeiro, vemos irromper o *Teatro Legislativo*, que associa as técnicas gerais do Teatro do Oprimido a práticas populares propositivas de caráter legislativo.

A experiência do cárcere e a recriação literária

Os dias de prisão vivenciados por Augusto Boal são objeto específico de dois de seus livros, ambos concebidos e iniciados no cárcere e escritos durante o exílio: a peça teatral *Torquemada* (1972) e o romance *Milagre no Brasil* (1979). Apesar de o romance ter sido escrito posteriormente, é nele que vamos encontrar indicações mais precisas dos elementos episódicos e temáticos que foram transpostos e trabalhados ficcionalmente na obra dramática. Quanto a sua autobiografia, servimo-nos dela para demarcar as mudanças de tom e enfoque operadas pelo autor ao abordar retrospectivamente a experiência carcerária a partir de uma perspectiva temporal mais dilatada que a das obras anteriores.

Augusto Boal foi seqüestrado e preso em fevereiro de 1971, a caminho de casa logo após sair do Teatro de Arena, sendo registrado nas fichas de identificação do DOPS sob nome falso, para dificultar sua localização por parte de quem fosse procurá-lo. O motivo alegado de sua prisão foi o fato de seu nome ter "aparecido num interrogatório". Torturado com choques elétricos no "pau-de-arara" (verdadeira instituição em nossas latitudes, desde os tempos da escravidão), o dramaturgo teve sua casa invadida quando estava na prisão, em cela individual, desfrutando da companhia de um singelo camundongo que descreve inicialmente com asco, depois com inusitado lirismo em suas memórias.[384]

Transferido para o Presídio Tiradentes, passa dois meses em uma cela coletiva e ali rabisca os desenhos e as anotações a partir das quais escreveria posteriormente *Milagre no Brasil* e *Torquemada*.[385]

---

[384] Curiosamente, o simpático roedor não comparece no romance ou na peça, apenas nas memórias. Quando fala de sua prisão, aos 70 anos, Boal parece ter passado por um processo catártico, talvez por já ter trabalhado esses demônios em obras precedentes - na peça, com intenso ódio e rancor; no romance, como um jornalista. *Hamlet e o filho do padeiro* é uma síntese entre o tom passional e a postura crítica verificados nas obras mencionadas e, ao tratar de sua estadia no cárcere depois de trinta anos, o autor se permite de modo muito mais recorrente a ironia, que se espraia como forma de consciência que consegue abarcar e compreender a crueldade perpetrada pelo regime militar.

[385] As circunstâncias de composição dessas duas obras não estão de todo explicitadas. Em suas memórias o autor nos fala apenas dos desenhos que teria subtraído ao olhar vigilante das autoridades do presídio, passando-os em segredo para a mãe que o visitava. No romance, alude ao fato de ter redigido em segredo alguns cadernos, em parte em outras línguas para convencer as autoridades carcerárias de que eram anotações de estudo.

A peça é um protesto contundente contra a ditadura militar brasileira e resgata os episódios vividos no cárcere rompendo com a linearidade e a perspectiva temporal dos fatos narrados no romance. Utilizando-se de um recurso ficcional carregado de simbologia - a irrupção, como protagonista das atrocidades, do padre Tomás de Torquemada, primeiro inquisidor-geral do Santo Ofício, introduzido na Espanha no final do século XV -, Boal trabalha os níveis temporais da narrativa sincronicamente, associando a inquisição católica medieval ao terror instaurado pela ditadura militar no Brasil. O clima de irrealidade da peça e o tratamento alegórico acabam conferindo à obra um caráter perene, diluindo seu tom inicialmente superficial e panfletário e construindo cenas de intensa dramaticidade e inquestionável valor estético, um libelo contra o fenômeno da intolerância que não fica circunscrito a uma experiência histórica específica.

Já o romance - que passaremos a comentar - é construído como um minucioso relatório no qual o narrador reconstitui sua trajetória carcerária com a intenção manifesta de a um só tempo oferecer um testemunho e fazer da obra instrumento de denúncia.

A narrativa começa em tom sinistro, numa noite chuvosa na qual o dramaturgo é conduzido até as dependências do DOPS, departamento de polícia política que o autor classifica como "uma espécie de escritório policial clandestino". Em poucas páginas, o ambiente prisional é descrito: a cela individual que ocupa (F-1: primeira cela do fundão), o soldado que o vigia, os presos transformados em ajudantes (um dos quais, alcunhado "Catarina") e os funcionários regulares do calabouço (como o inspetor Luís, "uma espécie de fiscal que anotava tudo o que ocorria"). Um dos homens que o prenderam - identificado como um dos que tentaram impedir a estréia da *Primeira Feira Paulista de Opinião* - é descrito em suas características psicológicas:

> "O que o Baixinho mais gostava era de ver rostos assustados: gostava de provocar o medo. Seu sadismo consistia de ameaçar, mais do que de realizar a violência, efetivamente. Gostava de ver o medo e não a dor na cara de suas vítimas. (...) Ele era um dos membros do *Esquadrão da Morte* e confessava que o que ele mais gostava de fazer eram os preparativos para matar um homem, e não a morte em si mesma, o assassinato. Quando iam levar um prisioneiro para matá-lo na rua, ou num terreno baldio, sentia um enorme prazer em tudo: tirar o prisioneiro da cela, atar suas mãos com arame (...), metê-lo dentro do carro, conversar com os outros policiais sobre o melhor lugar para a execução, diante do preso que ia ser executado, descer no lugar combinado, fazer o preso correr e finalmente (e isso era o que menos lhe importava) disparar e matá-lo. Quando lhe dava o último tiro de misericórdia (...) já não sentia o menor prazer. Se o fazia, era simplesmente porque acreditava ser esse o seu dever profissional: cumpria uma rotina, como um empregado bancário".[386]

[386] *Milagre no Brasil*, pp. 12-13. Em várias ocasiões, Augusto Boal nos fala dos "delinqüentes enquistados no aparelho governamental". O diretor do presídio Tiradentes, para onde o dramaturgo seria transferido, é

Na cela ao lado, sem poder vê-la, o autor percebe a presença de uma amiga que já passara por sucessivas prisões e lhe faz uma recomendação, cujo significado ele compreenderia mais tarde: "Aqui é preciso ser mais brechtiano do que stanislawskiano... Aqui a gente não pode só sentir, tem que tentar compreender...". O quadro de terror é imediatamente instaurado na narrativa quando ela é retirada da cela e levada para o quartel da Rua Tutóia:

> "O quartel a que [Maria Helena] se referia era um dos lugares mais lúgubres e terríveis de todo Brasil. (...) Ali três equipes de oficiais se revezavam torturando dia e noite, sem qualquer interrupção. Os mais ferozes torturadores, os mais animalizados, ali praticavam. E como era pequena a distância entre a sala de tortura e as celas dos presos, estes eram forçados a escutar dia e noite, sem descanso, os gritos de dor dos companheiros. Às vezes, a pior tortura é ver um torturado. E ali se podia ver - e se era forçado a ver - e ouvir. Vinte e quatro horas por dia".[387]

Ao narrar a primeira tarde passada no cárcere, Augusto Boal não deixa de observar um aspecto esmiuçado de forma recorrente no livro, qual seja, a maneira pela qual as atrocidades ali cometidas estavam inscritas numa fria burocracia, num ambiente povoado de seres estranhos - seja pela circunstância inusitada de desenvolverem atividades corriqueiras dentro daquele local sinistro ("um homem que vendia café com biscoitos e sanduíches), seja pelo fato de cumprirem com zelosa naturalidade os ditames de uma verdadeira administração da barbárie, num cálculo racional que chegava às raias da ciência:

> "O policial assinou um 'recibo' por mim, isto é, eu era a *coisa* a que o recibo se referia".
>
> "Às duas da tarde, a atmosfera começou a ficar tensa. Todos começaram a se comportar de uma maneira diferente, todos mais nervosos, o silêncio mais duro, nenhum sorriso em nenhum rosto. Era porque às duas da tarde começavam os interrogatórios, as torturas. Como se fosse um escritório comercial. Burocraticamente. Das duas às sete".[388]

---

apresentado como um homem dotado de um sinistro pragmatismo: também integrante do "Esquadrão da Morte", considerava a organização interessante por dispensar "processos demorados", mas defendia uma certa "discrição" nas execuções e na divulgação dos feitos do grupo. "Suas propostas não venceram nunca: ninguém conseguia tirar aos policiais o prazer de matar, como ao Baixinho ninguém lhe podia tirar o prazer de provocar o medo, o terror. O sadismo era imanente aos integrantes do Esquadrão". (Idem, p. 129).

[387] *Milagre no Brasil*, p. 26.

[388] *Milagre no Brasil*, p. 28.

O autor é atento em observar o poder absoluto de que eram investidos os seus algozes, na medida em que criavam uma rígida e disciplinada dinâmica de terror que, não obstante - terror dos terrores -, podia ser subvertida a qualquer momento. É o caso do ocorrido com um dos presos políticos, que acreditava que seria solto e já se preparava para deixar o aljube:

> "Ouvi ruídos no corredor: traziam um homem deitado em uma maca. Quando se aproximaram, pude ver um rosto duramente golpeado. Era Hélvio que voltava à sua cela. Tinha sido torturado com toda a crueldade: hematomas e sangue. Depois me contaram que essa era uma das piores formas de torturar: consistia em dizer ao prisioneiro que ele ia ser posto em liberdade e lhe davam mesmo o direito de tomar banho, fazer a barba, arrumar suas coisas. Às vezes, até lhe devolviam os documentos e objetos pessoais. E, quando já estava no elevador, em vez de ir para a rua era levado diretamente à sala de torturas para novas sessões. Inconsciente, voltava à sua cela, onde tinha comemorado sua liberdade com seus amigos. Isso produzia um impacto terrível sobre a vítima principal e, colateralmente, sobre todos os seus companheiros. Aliava-se a tortura física à psicológica".[389]

O delegado do DOPS - Sérgio Paranhos Fleury - é descrito como "um personagem sinistro", detentor de um poder pânico, capaz de disseminar um pavor repentino, às vezes sem fundamento, e de provocar uma reação desordenada (individual ou coletiva) de rápida propagação entre seus subordinados: "o terror que os *tiras* sentiam do seu chefe se convertia em crueldade diante de suas vítimas".[390]

Ao narrar o seu retorno à cela após o primeiro interrogatório com o sinistro comissário - quando os policiais o conduzem ao elevador como se fossem subir à sala de torturas, mas afinal acabam apertando o botão do térreo -, Augusto Boal mostra em poucas linhas como o espírito do preso vai sendo alquebrado pela tortura psicológica, de tal modo que acaba até mesmo se adaptando às condições subumanas do cárcere:

> "Olhei a cama imunda, o cobertor roto e sujo que me tinham trazido como muito favor, a privada ninho de ratos, a pia sem água - olhei toda essa sujeira e sorri. Eu me sentia como se tivesse voltado para casa. A cela já era para mim um lugar familiar. Me deitei e dormi. Profundamente".[391]

---

[389] *Milagre no Brasil*, pp. 32-33.

[390] A certa altura do livro Augusto Boal afirma ter ouvido à época em que escrevia o romance a história (que não pudemos confirmar) de que o comissário possuiria um aparelho de TV em circuito interno, podendo ver e ouvir de sua mesa o que acontecia na sala de torturas. De qualquer maneira, não é difícil imaginar mais esse instrumento totalitário, que, se realmente existiu, deveria funcionar como uma espécie de *panóptico* foucaultiano em relação ao zelo dos outros funcionários também encarregados das torturas.

[391] *Milagre no Brasil*, p. 45.

Na narrativa são recriadas algumas situações insólitas, especialmente uma, caracterizada como sendo "de extremo ridículo e insuperável boçalidade", quando, estando o autor no "pau-de-arara", quase no limite de perder a consciência, um dos torturadores o acusa de difamar a imagem do Brasil no exterior: "- Mas difamo como?", pergunta. "- Você difama porque, quando você vai ao Exterior, lá fora você diz que aqui no Brasil existe tortura!" (vendo a cena de cabeça para baixo, ali pendurado, o dramaturgo não suportou o ridículo da situação e não conseguiu conter o riso).

O romance pode ser lido não apenas como um panfleto, ou seja, como um texto de denúncia, protesto e indignação, mas também como um ensaio sobre a psicologia do torturador. Há mesmo um capítulo do livro ("Um jantar macabro") no qual os presos insistem em narrar uma série de torturas que se praticavam no Brasil, apesar da insistência de um deles, que pedia que o rosário de crueldades cessasse - pois, como anota o autor, "o assunto fascinava a todos nós, hipnoticamente".

É importante observar que, nas entrelinhas, mais do que a "soberana estupidez", o narrador tenta compreender o incompreensível - como, por exemplo, a aparente naturalidade dos seus algozes, que queriam "apressar o serviço" para poderem ir para casa jantar com a mulher e os filhos. Interessa-lhe não apenas apontar a natureza e a inclinação facínora, perversa e sádica de cada um daqueles personagens - de resto, como o próprio autor afirma, integrantes de um sistema muito mais amplo -, mas sobretudo penetrar na alma ou no interior da consciência daqueles homens aparentemente desprovidos desses atributos e do próprio senso de humanidade:

> "- É verdade que a gente está te torturando sim, mas com todo o respeito."
>
> "[O médico da prisão] entrou na cela de Hélvio e seu Luís [o inspetor] foi atrás. (...) Seu Luís perguntou se não tinham exagerado um pouco na tortura.
>
> - Não, não... -respondeu o médico. - Acontece que torturaram ele de uma forma errada. Não fizeram um trabalho profissional. (...) Penduraram ele de uma perna só, a direita. (...) O resultado foi esse, é lógico...
>
> Seu Luís perguntou então muito naturalmente quantos dias teriam que esperar antes de poderem torturar de novo. Friamente, o médico respondeu:
>
> - Não precisa repouso nenhum, não. Se quiserem fazer outra sessão hoje mesmo à tarde, como não? Só que não podem encostar na perna direita: mas podem pendurar o rapaz pela esquerda..."[392]

[392] *Milagre no Brasil*, p. 35.

Por vezes, é como se o autor considerasse que os personagens que integram a verticalidade da paisagem carcerária fizessem parte de uma engrenagem autônoma: a certa altura, observa que seus torturadores não sabiam exatamente que perguntas deveriam dirigir-lhe, olhando um roteiro com algumas questões previamente estabelecidas:

> "Eu sentia que o diálogo entrava em um círculo vicioso. O que eles queriam era que eu dissesse um nome, que incriminasse alguém, com o propósito de continuar prendendo gente, espalhando o terror".[393]

A descrição do universo carcerário assume outra inflexão quando o autor passa a narrar os dias que passou após sua transferência para a cela 3 do Presídio Tiradentes[394]. A perspectiva subjetiva, terrificada pelo ambiente do DOPS, vai aos poucos cedendo lugar à descrição dos companheiros de cela e dos demais personagens que compunham aquele submundo carcerário: o médico (também recluso) que atendia aos presos políticos e aos presos comuns (chamados *corrós*), o "queijeiro" Zeca (que fazia queijo na cela para oferecê-lo aos presos comuns, como complemento de sua alimentação), Scarface (ladrão e contrabandista, a princípio rejeitado pelo grupo devido à sua origem), Buda (o bóia-fria) e o inesquecível Polyana [395].

A precária organização do cubículo e o espaço físico da cela coletiva são esquadrinhados:

> "Minha primeira impressão foi estranha: olhei e não vi onde estava a cela. O que vi me pareceu um depósito. Muitas camas duplas, umas em cima das outras, roupa pendurada por toda parte, caixas de alimentos, charque e lingüiças penduradas ao lado das roupas, bananas. Uma mistura infernal. As paredes estavam todas recobertas de cartazes, especialmente de mulheres nuas. Jane Fonda era a mais conspícua. Entre as camas, algumas estantes cheias de livros e remédios. Dois ou três violões, uma mesa grande no centro e mais outras duas, várias cadeiras e uma poltrona. Cortina na maioria das camas: umas estavam abertas e outras fechadas, como se fossem caixas. A isto os presos chamavam *mocós*."

---

[393] *Milagre no Brasil*, p. 71.

[394] Como bem lembrou o autor, esse presídio possui uma longa tradição: antigo mercado de escravos desde o período colonial até a abolição, com o advento da República converteu-se em prisão para presos comuns e também em prisão política em épocas de ditadura.

[395] Polyana defendia a tese de que não existe nada, por pior que seja, que não tenha o seu lado bom:"- Podia ser pior... Estou chegando do Carandiru... Podia estar indo para lá...". Segundo sua lógica, a situação em que se encontravam no Presídio Tiradentes também "podia ser pior", se comparada a situações análogas então verificadas na Indonésia, na Turquia, no Vietnã... Esse personagem tinha uma peculiar maneira de ver as coisas que, como bem observa Maria José de Queiroz, nos lembra a figura do Barão de Itararé, companheiro de prisão de Graciliano que é descrito nas *Memórias do cárcere* como um otimista contumaz, devido a seu irônico apego à "teoria das duas hipóteses". A alcunha do prisioneiro citado por Augusto Boal tem origem no personagem do livro de Eleanor H. Porter, "Poliana", traduzido por Monteiro Lobato em 1934.

> "(...) O *mocó* era o reduto íntimo e último do preso, que só ali podia ficar sozinho. Dentro do mocó, os presos colocavam também pequenas estantes privadas, com suas coisas pessoais, fotografias, relógio, cadernos e até sua decoração pessoal. O preso podia entrar no seu mocó, fechar as cortinas e se isolar do mundo. Esse era o seu ninho. A volta ao útero".[396]

O autor descreve a teia de solidariedade existente entre os presos, como a confecção de bijuterias, colares e bolsas - de que também nos fala Frei Betto em suas cartas - que eram vendidos para fora e cuja renda era destinada a amenizar as dificuldades financeiras das famílias de outros presos. Havia mesmo uma bebida que era fabricada com as frutas trazidas pelos parentes e destilada clandestinamente no banheiro de algumas celas.

Outros "personagens" - isto é, homens forjados em situações-limite que o escritor recria literariamente dando ensejo inclusive a situações cômicas e irônicas, coisa que não ocorre em *Torquemada*, obra marcada por um clima permanentemente dramático e sombrio - nos são apresentados, como o japonês Hirata, farmacêutico que com seu sotaque peculiar depositava uma confiança exacerbada na Rádio Nacional, emissora sob intervenção cujas informações eram contestadas por Copy Desk, dono de grande habilidade e prodigiosa memória com cifras estatísticas:

> "Copy Desk falava com paixão. Os números em sua boca não eram simples abstrações. Quando dizia que no Nordeste existia um déficit de 2.300.000, dava a impressão de que conhecia pessoalmente a cada uma das famílias que não tinham essas 2.300.000 casas, e que compartia suas dores e suas incomodidades". [397]

---

[396] *Milagre no Brasil*, pp. 85-86. A familiaridade do autor e dos outros presos com a prisão vai sendo revelada ao leitor pela profusão de gírias e alcunhas existente no presídio, pela descrição das atividades comuns que mantinham e pelas estratégias de resistência e sobrevivência que desenvolviam naquele ambiente hostil. O contato com o mundo era permitido por meio de um aparelho de TV, de um rádio e de jornais. Os dias de visita eram regulares, não sendo permitida a visita entre presos. Os alimentos eram requisitados aos familiares (exceto leite e pão) e a limpeza da cela era feita pelos próprios presos. As atividades eram múltiplas: ginástica, aulas de história e línguas, matemática e artesanato. Havia períodos de silêncio absoluto, destinados à leitura e ao estudo.

[397] *Milagre no Brasil*, p. 100. A caracterização deste personagem contrasta com a do então ministro da economia, Mário Henrique Simonsen, citado no livro como alguém cujo exercício tecnocrático e megalomaníaco da profissão podia transcorrer estritamente mediante cálculos matemáticos, uma vez que o modelo que ajudara a instalar, coercitivo, autoritário, teria simplificado e pacificado as negociações coletivas para os reajustes salariais e dissolvido o inconveniente do permanente *jogo de greves e pressões* que havia anteriormente.

O carcereiro, por sua vez, é retratado como sendo possuído por um compulsivo apetite:

> "Não perdoava nada. Quando por casualidade chegava tarde ao jantar [na cela dos presos], ele se sentava ao lado da lata do lixo e antes que as pessoas esvaziassem os restos dos seus pratos ele sempre aproveitava alguma coisinha: um osso não completamente chupado, uma folha de alface, uns fios de espaguete".[398]

Há trechos do livro que parecem tecidos com elementos eminentemente ficcionais. A partir do relato do carcereiro, Boal reconstitui com humor o diálogo de um dos presos políticos com o diretor do presídio. O inglês, que ocupava a "Cela dos Lordes", exigia em tom formal os seus direitos legais, entre os quais o de entrevistar-se privadamente com sua esposa:

> "- Como advogado, o senhor deve saber que existe um estatuto para os presos, especialmente para os presos políticos. Segundo esse estatuto nós temos muitos direitos, muitas regalias. Eu lamento ter que dizer, senhor diretor, que essas regalias e esses direitos não têm sido respeitados, pelo menos no que me diz respeito.
>
> - Vocês tomam sol duas vezes por semana; nós permitimos que joguem futebol meia hora depois do sol; têm livros nas celas; algumas celas têm até aparelhos de televisão. Suas famílias são autorizadas a trazer comida que nós não interceptamos. Que mais querem? Que mais querem?
>
> - Esses são direitos básicos, doutor. Eu me refiro a outros...
>
> - O senhor quer voltar aos tempos passados??? Quando esta penitenciária era um prostíbulo, um cabaré, uma verdadeira Sodoma e Gomorra??? (...) Escute de uma vez por todas, mister. Aqui, enquanto eu viva, vai haver respeito na marra. (...) O senhor é um abusado. Como pode ter pensado nisso? Eu não li a sua ficha, mas conheço o senhor muito bem. Primeiro, a sua mulher começou a trazer chá inglês pra cá. Eu percebi muito bem, porque eu fiscalizo tudo que entra nas celas, não vou deixar passar um revólver ou um punhal. Chá inglês!!! Veja só. No pavilhão dos corrós se passa fome, fome de verdade. Os corrós disputam na porrada a pouca comida que existe. E o senhor com seu chá inglês... Bom, como se não bastasse, sua senhora esposa começou a trazer biscoitos doces. Caramba! Nem que fosse o Presidente da República! Mas eu fiquei calado. Estou a favor da propriedade privada e cada um pode dispor dos seus bens como bem entender. Depois, começaram os pratos salgados: patê francês, presunto de não sei onde e até frango com farofa. Frango com farofa, minha Nossa Senhora!!! Mas em nome da propriedade privada eu fui agüentando tudo, tudo o que se refere ao estômago! Mas agora tenho que dizer chega!!! O estômago sim, eu respeito! Mas a abstinência é parte da condenação!!!"[399]

---

[398] *Milagre no Brasil*, p. 113.
[399] *Milagre no Brasil*, pp. 130-133.

Apesar de a narrativa às vezes ceder lugar ao humor e à ironia, o que acaba prevalecendo em *Milagre no Brasil* é um clima absurdo e surreal. "No universo contingente da prisão, território do abuso e da subversão moral, a realidade transfigura-se em irrealidade", como bem observou Maria José de Queiroz. Isso se torna mais evidente quando o autor nos conta, por exemplo, que os dias de visita no presídio Tiradentes eram também dias de butim (uma vez que os guardas se apropriavam dos despojos dos presos e o retorno às celas era marcado pelo paciente inventário das coisas saqueadas), ou quando reconstitui o patético depoimento de um dos presos na auditoria militar acusando o tribunal de exceção de abrigar entre seus membros os seus próprios torturadores, sem deixar de registrar ainda a impotência dos jornalistas diante do episódio kafkiano:

> "Os jornalistas presentes foram avisados de que não poderiam publicar nada, e por isso nem se deram ao trabalho de escrever o que estavam vendo".[400]

Detentor de prodigiosa memória e de escrupuloso senso de observação, Augusto Boal é atento aos detalhes que vivenciou ou que lhe foram narrados durante sua prisão e com eles compõe, a exemplo do que fez Graciliano Ramos em *Memórias do cárcere*, um cenário miserável e dantesco: o carcereiro faminto que come a metade do sanduíche que o dramaturgo deixara na cela antes subir à sala de torturas, um preso dando choques elétricos em si mesmo para "manter a forma", o industrial que além de subvencionar o aparelho repressivo mantido pelo regime gostava de assistir às torturas pelas quais pagava, o estupro de um preso comum no pavilhão dos correcionais.

Entremeando diálogos e situações, o autor vai fundindo a observação em torno dos colegas com a descrição do ambiente penitenciário, criando um clima que beira o absurdo. Parece-nos, entretanto, que interessa ao narrador não somente a denúncia, mas também anotar a profusão de coisas díspares que habita a realidade carcerária, o modo como se entrecruzam as expectativas individuais dos detentos ("quanto tempo duraria ainda o mal das grades"?) e a concepção de mundo daqueles homens sinistros que promoveram sua reclusão ou eram de uma maneira ou de outra responsáveis por sua tutela e sujeição.

---

[400] *Milagre no Brasil*, p. 159.

Ao narrar, por exemplo, a visita de um integrante da organização *Opus Dei* à cela, Augusto Boal procura captar os postulados da estranha lógica que habitava aquela alma peregrina - alma confusa que a um só tempo condenava a tortura por questões de foro íntimo mas justificava sua aplicação em "situações extremas", afirmando que no Brasil a tortura desempenharia um "papel progressista" e desenvolvendo a tese de que "diante de cada problema que o homem enfrenta deve ser considerada humana a solução mais eficaz".

Em tom ficcional, o romancista situa o contra-senso ético e político que a argumentação comportava, mostrando que a banalização do mal é construída a partir de um discurso previamente elaborado (no caso, de cartilha), discurso dogmático que o nosso narrador certamente rejeita (com um travo de ironia), mas cujos termos quase tenta *compreender*, ou seja, incluir no universo de uma formulação geral:

> "- A tortura está muito desacreditada hoje em dia. É preciso restabelecer a sua dignidade. Dizem por aí que o torturado é capaz de confessar até o que não fez. É verdade. Mas também é verdade que o torturador consciente não aceita a confissão sem provas. A confissão é o começo do processo, não é o fim. Torturar significa vencer certas resistências morais, ideológicas, psicológicas, que põem o paciente em um estado de espírito hostil e contrário ao do interrogador. Vencidas essas resistências muito compreensíveis, o paciente estará pronto a mostrar sua boa vontade, sua cooperação".[401]

Diante da aridez de tal paisagem, o único contraponto que encontramos é uma semente que vemos nascer dos próprios sulcos daquela terra agredida que o romance expõe e denuncia. O sentimento de irmandade entre pessoas que pertenciam a organizações políticas distintas e divergentes e que foram obrigadas a um longo período de convivência forçada é apontado por todos os escritores que consultamos (exceção feita a Graciliano Ramos), inclusive autores identificados com o regime.[402]

---

[401] *Milagre no Brasil*, p. 202.

[402] Atribui-se a um dos ideólogos do regime militar brasileiro - Golbery do Couto e Silva - a afirmação, eivada de cinismo, segundo a qual "a esquerda só se une na cadeia".

Augusto Boal o afirma com todas as letras: "Nós todos sentíamos que éramos irmãos. Foi o único favor que nos fez a ditadura". Mais que isso, aponta a estranha solidariedade que viceja até mesmo entre carcereiros e presos - em última instância, ainda que por motivos distintos, também obrigados a uma convivência forçada.[403]

Em *Milagre no Brasil, s*ão inúmeras as menções a pequenos atos de solidariedade, troca de informações, condescendência diante de alguma irregularidade e mesmo observações canhestras atravessadas por um certo cinismo como a que transcrevemos a seguir:

> "- Eu avisei, eu avisei... [diz o carcereiro ao prisioneiro que havia insultado um dos guardas, julgando erroneamente que seria trocado pelo embaixador norte-americano que acabara de ser seqüestrado por uma organização de esquerda] Comigo vocês podem falar o que quiserem. Mas não digam nada aos soldados que estão de plantão. Que é que vocês querem? Digam a mim que nós somos filhos da puta e não vai acontecer nada. Mas aos soldados, não!. Existe uma diferença muito grande entre um civil e um soldado: nós, civis, nós compreendemos que somos uns filhos da puta, fazendo esse serviço que a gente faz. Mas os milicos não compreendem, não, eles pensam que isso é patriotismo, essas coisas...".[404]

Ainda em relação a esse último aspecto, deve-se observar que quando ainda permanecia em regime de incomunicabilidade Augusto Boal conseguiu enviar duas cartas ao exterior por intermédio de um soldado que, devido a suas inclinações musicais, identificou-se com o fato de o prisioneiro ser co-autor de uma das músicas cantadas pelos outros presos. Quando recuperou a liberdade, o missivista pôde verificar que as cartas chegaram a seu destino, desencadeando a campanha de solidariedade que culminaria na sua soltura.[405]

---

[403] Numa circunstância bastante distinta, durante a ocupação pacífica da Assembléia Legislativa de São Paulo por professores em greve, tive oportunidade de verificar algo semelhante entre os grevistas e os policiais militares que ali permaneceram: depois de dois dias, a relação entre professores e policiais tornava-se simpática e até afetiva. Pude ver policiais que reconheceram antigos mestres ou então professores de seus filhos, dos quais se despediram chorando ao serem substituídos por outros policiais que chegavam sempre carrancudos. Quanto a estes, depois de um dia de fome e sede, tornavam-se simpáticos ao verem que seus superiores não se importavam com suas condições físicas e que recebiam atenção apenas daqueles a quem deveriam reprimir. Havia, naturalmente, os refratários, que insistiam em ficar em posição inflexível (empertigados pela domesticação de seus corpos, diria Foucault) e que por sua vez não mereciam de nossa parte nenhuma atenção especial. O episódio, apesar de prosaico e marcado por uma vivência pessoal, serve para mostrar que a convivência forçada em situações extremas não necessariamente conduz à selvageria, podendo ser circunstância de humanização. Daí porque, nessa mesma circunstância, a troca constante de guarda revelou-se na verdade estratégia política de dominação, associada à desumanização.

[404] *Milagre no Brasil*, p. 194.

[405] Pressionado por uma campanha internacional, o regime viu-se obrigado a promover sua soltura e o autorizou a se juntar ao elenco do Arena que participava do Festival Mundial de Teatro de Nancy (França), fazendo-o assinar uma declaração de que retornaria ao país e, ao mesmo tempo, ameaçando-o de morte caso cumprisse o que fora obrigado a declarar no papel. Assim Augusto Boal chegou ao avião que o levaria ao longo exílio, do qual retornaria apenas após a anistia.

O olhar crítico do autor, entretanto, não desaparece frente ao episódio:

> "Sempre existem soldados assim nos regimes fascistas: gente que condena o governo, mas que ao mesmo tempo não tem a coragem suficiente para negar-se a servi-lo. (...) Esses soldados 'bonzinhos' são muito poucos, na verdade: a maioria termina por assumir a ideologia da repressão e a justificar os seus próprios atos contra o povo, a sua própria bestialidade".[406]

Apesar do permanente tom de denúncia política, o romance não se reduz à condição de simples relatório das atrocidades cometidas pelo regime instaurado no Brasil em 1964. Se a peça teatral *Torquemada* pode ser lida como um papiro bruto sobre o qual o autor reconstruiu de forma alegórica a sua cólera e o seu rancor, *Milagre no Brasil* pode ser lido como um palimpsesto, por trás de cujas marcas aparentemente objetivas ("neste livro tudo é verdade, verdade modificada pela memória") é possível perceber camadas mais profundas e procedimentos estilísticos extremamente elaborados que, somados ao distanciamento crítico operado pelo autor, elevam o romance à categoria de uma das obras-primas da literatura carcerária brasileira.

[406] *Milagre no Brasil*, p. 52.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo